





**Coleção | Series**

Landscape in Translation

**Direção | Direction**

Rui Braz Afonso

**Coordenação científica | Scientific coordination**

Daniela Ladiana

**Conselho Científico Consultor | Scientific committee**

Juan Carlos Arnuncio

Alessandro Balducci

Tiziana Basiricò

João Bernardo

Ignacio Bosch

João Castro Caldas

Giovanni Carrosio

Pedro Guedes de Carvalho

Domenico Costantino

Alessandro Dal Piaz

Alexandra Gesta

Teresa Heitor

Arturo Lanzani

Lorenzo López Trigal

Julian Mora Aliseda

Marco Mulazzani

Virgilio Borges Pereira

Giorgio Piccinato

Juan Luis de las Rivas Sanz

Luis Santos y Ganges

Domingos Vaz

**Coordenação Editorial | Editorial committee**

Rui Braz Afonso

Teresa Calix

Daniela Ladiana

José Miguel Rodrigues

A Coleção “LANDSCAPE IN TRANSLATION” que teve origem na linha de pesquisa internacional “Paisagem em Translação para o Governo da Transição” com base no grupo MDT-Morfologias e Dinâmicas do Território do CEAU-FAUP, e nos protocolos de investigação estabelecidos entre os organismos de pesquisa em arquitetura e urbanismo das Universidades de Valladolid, Enna Kore, Chieti-Pescara e Politecnico di Milano propõe textos que desenvolvem reflexões teóricas, metodológicas e operativas centradas na temática das transformações físicas, económicas e sociais dos territórios e das implicações dessas dinâmicas na qualidade da paisagem. O objetivo da coleção é fomentar o diálogo interdisciplinar em torno do tema da relação entre pequenos e grandes assentamentos urbanos e as áreas rurais circundantes e, em particular, das dinâmicas de transformação das cidades, vilas e aldeias em relação ao seu contexto, uma realidade cada vez mais caracterizada pelos fenómenos da globalização.

The “LANDSCAPE IN TRANSLATION” series originating from the international research line “Landscape in Translation—For the Government of the Transition” based on the MDT-Morphologies and Dynamics of the Territory research group at CEAU-FAUP, and the research protocols established among the research entities in architecture and urban planning of the Universities of Valladolid, Enna Kore, Chieti-Pescara, and Politecnico di Milano proposes texts that develop theoretical, methodological and operational reflections focused on the theme of physical, economic and social transformations of the territories and on the implications of these dynamics on the quality of the landscape. The purpose of the series is to foster interdisciplinary dialogue around the theme of the relationship between small and large urban settlements and the surrounding rural areas and in special, of the dynamics of transformation of cities, towns and villages in relation to their context. in a reality increasingly characterized by the phenomena of globalization.

Esta publicação, que é o quinto volume da Coleção “LANDSCAPE IN TRANSLATION” do Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, recolhe os resultados da pesquisa “Povoamento e Paisagem”, desenvolvida no âmbito da linha de investigação interuniversitária “LANDSCAPE IN TRANSLATION—For the Government of the Transition”, com base no grupo MDT-CEAU—Morfologias e Dinâmicas do Território do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo.

Os livros publicados nesta coleção são submetidos a peer-review.

Books Published in this series are peer-reviewed.

1ª edição: 2025  
Depósito legal: 546653/25  
ISBN 978-989-8527-69-1



© Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto



Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00145/2020

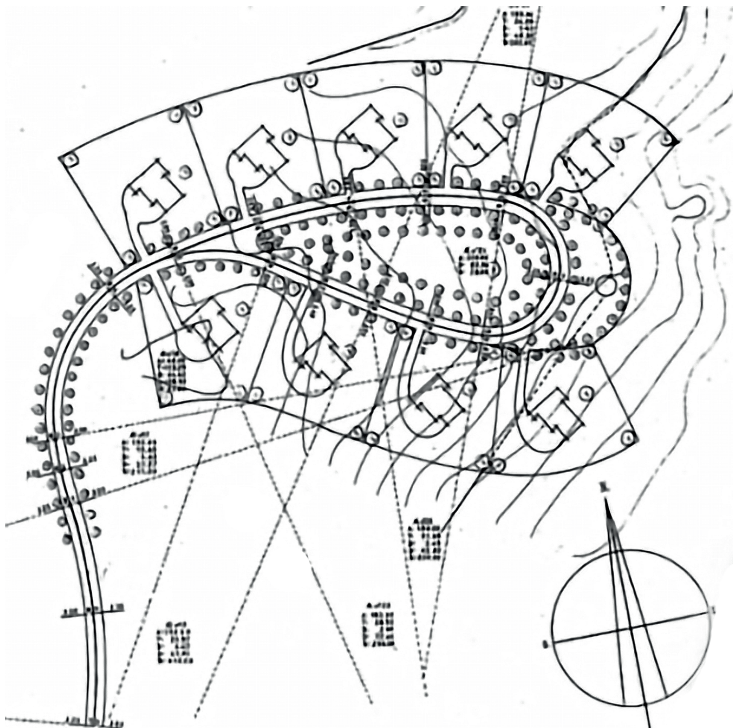


# A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM PRODUTIVA NA EUROPA MERIDIONAL NO SÉCULO VINTE

TERRITÓRIO, TRAÇADOS, TIPOLOGIAS E IDEOLOGIA

CONSTRUCTION OF THE PRODUCTIVE LANDSCAPE  
IN SOUTHERN EUROPE IN THE TWENTIETH CENTURY

TERRITORY, OUTLINES, TYPOLOGIES AND IDEOLOGY



Rui Braz Afonso  
(coord.)

**CEAU | Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo**  
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

**Facoltà di Ingegneria e Architettura**  
Università degli Studi "Kore" di Enna

**Departamento de Ciencias del Territorio**  
Universidad de Extremadura-Cáceres

**Dd'A | Dipartimento di Architettura**  
Università degli Studi "G. d'Annunzio"

**IUU | Instituto Universitario de Urbanística**  
Universidad de Valladolid

**Coordenador Científico**  
Rui Braz Afonso (FAUP)

**Responsável Editorial**  
Rui Braz Afonso

**Projecto Gráfico**  
Rafael Sousa Santos

**Desenho da Capa**  
Rafael Sousa Santos

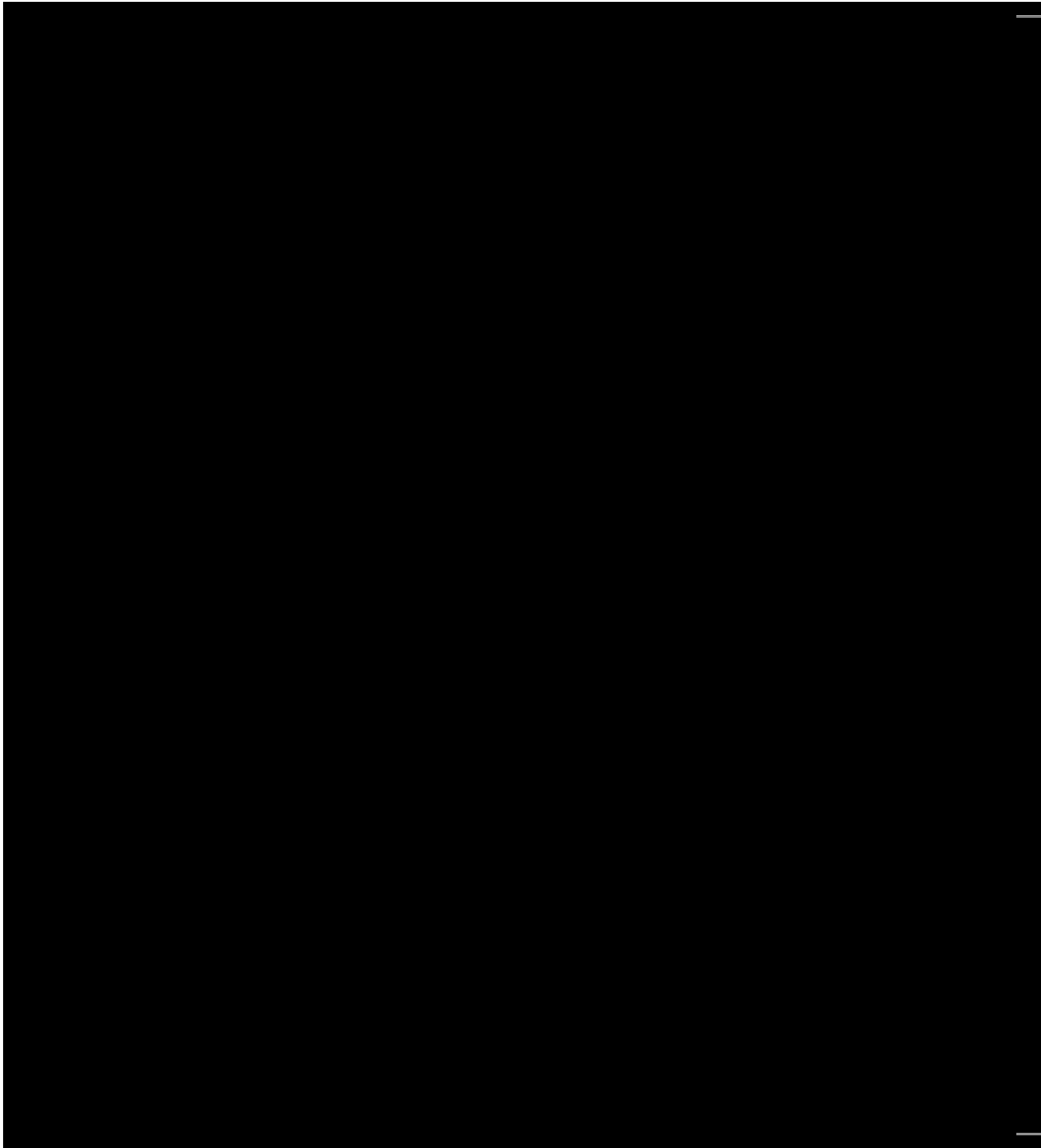
**Imagem da Capa**  
Projecto das "Aldeias Jardim" do Barroso  
Núcleo do Vidoeiro. J.C.I. 1945

**Tradução**  
Victor Ferreira

**Impressão e Acabamento**  
Multitema

## SUMÁRIO

|    |                                                                                                                   |     |                                                                                                                                                                                    |
|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 10 | <b>Apresentação</b><br>Daniela Ladiana                                                                            | 44  | <b>O Debate Político e a Questão da Colonização Agrária no Século XX</b><br>Rui Braz Afonso                                                                                        |
| 18 | <b>Premissa</b><br>Rui Braz Afonso                                                                                | 68  | <b>Criteri Tipologici e Costruttivi delle Case Coloniche</b><br>Tiziana Basiricò                                                                                                   |
| 26 | <b>Critérios Disciplinares na Organização Territorial da Paisagem</b><br>Rui Braz Afonso                          | 80  | <b>La Exposición del Museo ICO: “Pueblos de Colonización. Miradas a un Paisaje Inventado” y el Sentir de una Nieta de Colonos, Vecina de Vegaviana</b><br>A. Esther Abujeta Martín |
| 26 | <b>Transformación del Territorio en la España de Franco: El Regadío como Anclaje Rural</b><br>Julián Mora Aliseda | 191 | <b>Formas e Traçados</b><br>Marcelo Magalhães                                                                                                                                      |



## APRESENTAÇÃO

Daniela Ladiana

## PREMISSA

Rui Braz Afonso

## APRESENTAÇÃO

Daniela Ladiana

*Dipartimento di Architettura dell'Università degli  
Studi "G. d'Annunzio" di Chieti e Pescara*

Esta é mais uma publicação que vem subsidiar o estudo da construção da paisagem produtiva como resultado dos processos de intensificação das técnicas de lavoura agrícola. É o segundo volume que a Coleção *Landscape in Translation* da linha de investigação Povoamento e Paisagem do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto dá à estampa sobre o tema, reportando à comunidade científica os principais resultados da pesquisa que a equipa de investigadores das diversas universidades envolvidas tem vindo a produzir nos últimos dois anos, dando continuidade ao trabalho iniciado já na década anterior, e de que alguns resultados foram já publicados em 2021, em outro volume.

Parece interessante que desta vez se centre a pesquisa sobre os critérios utilizados pelos técnicos e projectistas das diversas operações, que foram realizadas em Portugal, em Espanha, e em Itália na construção da paisagem produtiva, criando terrenos com melhores condições para a agricultura, com operações de reorganização do coberto florestal, da organização fundiária e das redes de comunicação, bem como das infraestruturas gerais em particular as de carácter hidráulico e os critérios aplicados na construção dos aglomerados que fixaram as populações deslocadas, para poder criar algum ambiente urbano para a instalação de colonos e suas famílias.

Os artigos apresentados nesta publicação permitem recolocar o olhar sobre os significados dessas intervenções e suas implicações na paisagem. No primeiro artigo, Rui Braz Afonso propõe uma leitura de propósitos definidos e circunstâncias políticas e sociais que definiram a organização dos modelos de intervenção no território, pondo o foco sobre os critérios da qualidade da terra a ser intervencionada, da gestão da água e da gestão da produção agrícola, tratando depois as questões relativas ao modelo de implantação no terreno e à transformação da paisagem, que de uso extensivo foi objecto de processos intensivos de exploração, alterando as características que a definiam como elemento representativo de um modo de vida respeitador das condições que o tempo permitiu que oferecesse e que suportavam a sua sustentabilidade no tempo.

Julián Mora Aliseda propõe como foco da sua atenção a questão do regadio como ancoramento do mundo rural, considerando o território como o elemento decisivo a ser considerado no planeamento da gestão da água, para assim fundamentar no território as redes de captação e distribuição que permitem aumentar a produtividade da produção agrícola, propósito fundamental da política de colonização agrária. Interessante a sua consideração de impactos territoriais de tal política de regadio

intensivo, desde a construção de represas até à transformação da paisagem rural, estudando também os factores económicos e financeiros, técnicos e logísticos, e sociais e políticos na alteração dos propósitos iniciais presentes nos anos do pós-guerra civil, que acabaram sendo adoptados a partir de uma visão mais moderna nos anos finais da ditadura franquista.

O terceiro artigo, propõe uma leitura do debate disciplinar que acompanhou as diversas intervenções de colonização agrária no século XX nos três países observados, nomeadamente quanto à relação entre técnicos e políticos no processos de transformação da paisagem para fomentar o melhor aproveitamento agrícola, procurando aumentar a produtividade das terras bonificadas de modo a diminuir a dependência das importações de géneros alimentícios, muito sentida a meio do século. A questão que Rui Braz Afonso aborda traz à discussão a relação entre políticas, regras e traçados, no processo de construção de uma nova realidade física e social que introduziu na paisagem alterações significativas, criando no território redes de comunicação que permitiram a circulação de pessoas e produtos, tendo o debate focado as questões do isolamento e da aglomeração das parcelas e da residência dos colonos. Por fim introduz a questão da organização dos aglomerados, a propósito do debate sobre a teoria

dos espaços de circulação em confronto com a questão da sociabilidade que criaria comunidade, e as características de intimidade que alguns arquitectos defenderam para alguns espaços dos aglomerados, contra a ideia generalizada e pretendida de organizar um centro onde toda a vida social teria lugar.

O quarto texto, de Tiziana Basiricò aborda a evolução das casas rurais na Itália, Espanha e Portugal ao longo do século XX, destacando como as políticas agrárias e os contextos económicos e climáticos influenciaram o planeamento e a construção dessas habitações. A obra analisa os critérios tipológicos e construtivos, com especial atenção à divisão entre espaços habitacionais e produtivos, à melhoria das condições higiénico-sanitárias e à integração entre a tradição construtiva e a inovação funcional. São comparadas as soluções adotadas nos três países, mostrando semelhanças e diferenças: da abordagem modular italiana à padronização urbanística espanhola, até à compacidade das habitações portuguesas. A autora sublinha o valor contemporâneo dessas arquiteturas, que podem ser recuperadas para criar modelos habitacionais sustentáveis, capazes de responder aos desafios atuais, conciliando eficiência, conforto e respeito pelo ambiente.

Por fim, Esther Abujeta Martín, com o seu testemunho, põe em evidência a questão de que fazer com este imenso património construído, de grande valor cultural e simbólico, e que tem vindo a degradar-se nas últimas décadas, por abandono e alteração dos modos de vida. Propõe como estímulo para afrontar a questão, uma visita à exposição “Pueblos de colonización. Miradas a un paisaje inventado” que esteve patente ao público em Madrid e na qual se divulgava e discutia a política de colonização agrária, com especial enfoque em Espanha, e onde a questão do valor patrimonial foi atentamente tratada.

Por fim partilha um “sentir” de uma descendente de colonos iniciais, como é o seu caso, em Vegaviana, operação desenvolvida no âmbito do então chamado Plano Cáceres de aproveitamento agrícola.

Interessante testemunho de uma investigadora sobre o tema, com laços familiares e afetivos ao processo de construção da paisagem e com um olhar de preocupação sobre o futuro daquele património e com orgulho em poder defender os valores naturais e patrimoniais, materiais e imateriais, identificáveis em cada um destes lugares.





## **PREMISSA**

Rui Braz Afonso

*Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo  
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*

A linha de investigação Povoamento e Paisagem, por mim coordenada, integrada no grupo de investigação Morfologias e Dinâmicas do Território do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, sob a coordenação de Teresa Cálix, vem desenvolvendo desde 2012 um trabalho de pesquisa sobre os materiais, processos e dinâmicas da urbanização extensiva contemporânea, posicionando-se na vanguarda da pesquisa internacional, participando activamente no debate disciplinar dos temas que investiga.

A partir de acordos de investigação estabelecidos com diversas universidades espanholas e italianas, nasceu há oito anos um projecto de investigação sobre as condições de vida urbana em pequenos centros europeus, que deu origem a várias publicações em Portugal e Itália sobre o tema povoamento, paisagem e modo de vida, projecto que integrou investigadores da Faculdade de Arquitectura de Pescara, do Politécnico de Milão, da Faculdade de Arquitectura “Kore” de Enna, e do Instituto Universitário de Urbanismo da Universidade de Valladolid.

Em 2017 surgiu, a partir de visitas de observação ao território peninsular a ideia de entender as transformações da paisagem em relação às

políticas de aproveitamento agrícola do território construiu-se um projecto de investigação sobre o tema, que deu origem a uma publicação em 2021, “A Transformação da Paisagem e as Políticas de Aproveitamento Agrícola do Território,” que integrou a colecção de publicações do CEAU, anteriormente criada, sob o título *Landscape in Translation*.

De então para cá foram desenvolvidos dois projetos, um sobre a condição de resistência ao abandono dos lugares em situação de desatendimento no interior do território, e um outro sobre os chamados lugares em perda na zona transfronteiriça entre Douro e Tejo, ambos em colaboração com investigadores de universidades portuguesas e estrangeiras, cujos resultados estão publicados na referida colecção.

Recentemente pareceu à equipa de pesquisa que haveria nova matéria a estudar no tema da transformação da paisagem como consequência das políticas de aproveitamento agrícola do território, estabelecendo-se um projecto de investigação que integrou agora na equipa investigadores da Faculdade de Geografia de Cáceres, trabalho que aqui se apresenta à comunidade científica.

A equipa integrando investigadores das Faculdades de Arquitectura de Pescara e de Enna, bem como, na base de um novo acordo

de pesquisa, investigadores da Universidade de Extremadura, propôs-se estudar os critérios disciplinares que orientaram a transformação da paisagem no Século Vinte nos países do Sul da Europa que estiveram sujeitos a regimes políticos repressivos. O que ressalta do trabalho desenvolvido, em primeiro lugar e que distingue os três casos estudados, é a amplitude da política de regadio como forma de incremento da produtividade agrícola.

Do ponto de vista do ordenamento do território, as obras de engenharia hidráulica promovidas pelas políticas de colonização agrária, decidiram uma nova paisagem, recondicionando a biodiversidade e construindo grandes glebas de cultivo, despovoadas de arborização, depois sujeitas a parcelamento de modo a permitirem a sua agricultura pelos colonos. Também as obras de urbanização para fixação daqueles colonos constituem uma inovação desde o ponto de vista disciplinar, como põe em evidência o Professor Victor Perez Escolano, quando se refere ao valor patrimonial resultante, concatenadas umas e outras pelo desenvolvimento técnico agrário dos engenheiros que contaram com a contribuição de alguns arquitectos.

Em Portugal estas obras tiveram um carácter residual o que condicionou o desenvolvimento das políticas no terreno como referem diversos autores como F. Oliveira Batista e J. Castro

Caldas. Também em Itália, embora tenham tido uma expressão de maior envergadura, sempre foram condicionadas aos objectivos de drenagem e enxugamento dos terrenos a fim de contribuir para a sanificação mais que para o melhoramento das condições de produção, como mostra A. Pennachi. Em Espanha, por outro lado, a implantação do regadio teve grande expressão no território mas foi disfuncional, chegou tarde ao coincidir com a crise da agricultura tradicional e o exodo rural, como refere C. Gómez Benito, beneficiando sobretudo os grandes proprietários.

A segunda grande questão disciplinar diz respeito aos processos de fixação da população e aos modelos de instalação dos colonos, que em Portugal teve uma expressão diminuta, e em Itália até Mussolini afirmava então que tudo era pouco, terra e apoios, para o sustento de uma família, embora em Espanha, com a construção de uma rede de *pueblos de colonización*, tenha sido possível que se criasse um sentido de comunidade e um maior apego à terra e à produção, conseguindo-se enquistar a fratura social que a Segunda República exacerbou, e suprimir o conflito social latente naqueles anos, gerando uma mão de obra “dócil e contente”, produzindo com um sujeito obediente, para usar a formulação de A. Martínez Borque, não contestando os privilégios das classes possidentes, criando dependência dos agricultores ao mercado, dado que não produziam os bens alimentares para si mas

sim para um vasto mercado orientado à agro-indústria, ao mesmo tempo que produziam as matérias primas de preço controlado para essa, tornavam-se consumidores dos produtos dela, a qual alimentavam, peça do sistema industrial orientado ao consumo que caracterizou os últimos anos do regime ditatorial em Espanha.

No que diz respeito aos modelos de traçados e de desenho do espaço urbano da colonização, parece que em Portugal a definição de acessos às parcelas localizadas nos baldios e propriedades do Estado terá sido o elemento determinante na organização espacial das Colónias Agrícolas, sem preocupações notáveis de construção de espaços urbanos de vizinhança, onde a rede de caminhos de acesso ao casal de família se tornou dominante relativamente aos espaços de carácter urbano, dando primazia à questão do casal onde a família se fixa e se reproduz sem condições para gerar excedente.

Em Itália, ao contrário de Portugal, parece evidente que a tradição disciplinar de desenho urbano foi recuperada na fixação de colonos no território e é possível observar uma rede, ainda que não organizada, de *borghi* e *città di fondazione*, onde se pode ler a preocupação pelo desenho de espaços de encontro para as pessoas e de espaços para as instituições representativas, organizando o traçado com referência a modelos clássicos e experimentais do desenho urbano.

Em Espanha por fim, a organização da fixação dos colonos em aglomerados, que foi dominante no processo, pretendia fomentar o fortalecimento de uma identidade local, permitindo uma melhor relação de vizinhança, maior sentido de pertença ao processo e ao local, e forte representatividade da vida colectiva, embora nunca se deixasse de pagar a desobediência às regras impostas definidas pelo partido do regime no seu papel de representante da dominação ideológica, como nota J. Curro Rodríguez, regras que acabaram sendo introduzidas no complexo sistema de organização da produção.

Esta última questão, a da dominação ideológica, tem de facto características diferentes nos três países naqueles anos. Se em Itália a ilusão da construção de um império em que todos serão iguais, sendo proprietários em equidade, todos são capazes de construir o futuro em conjunto com a sua devota dedicação, normalizada no *dopolavoro* do *borgo*, em Espanha a força maior proporcionada pela aglomeração dos colonos deriva do consentimento dos dominados à sua dominação, como faz notar M. Godelier, enquanto em Portugal, como diz a antiga canção, a alegria da pobreza é dar e ficar contente.

Não podendo deixar de referir por fim a importância patrimonial de todos os artefactos existentes como resultado do processo de colonização agrária, será necessário desencadear

um debate sobre o destino das pessoas e dos objectos, debate que se pretendeu ser o objectivo deste trabalho.

Vários problemas se levantam quando se pensa na proteção dos diversos aglomerados criados por estas políticas nos três países. Uma primeira questão a perspectivar desde logo é o da sua consideração como património histórico, sendo possível aplicar a figura do valor de conjunto, de modo a pôr em destaque a sua importância como património construído, condicionando a sua transformação e limitando aumentos de edificabilidade.

Uma segunda questão é a de considerar o valor de utilidade do regadio e seus artefactos como elemento territorial de valor universal, seja qual for a partição da terra e o seu uso. Uma terceira questão será a consideração dos traçados e da ideologia que os gerou, a estrutura urbana e arquitectónica, limitando usos degradantes. O aglomerado e a casa supõem também um valor tipológico importante, que é decisivo estudar para caracterizar o conjunto. Considerando estas questões poderia construir-se um catálogo de elementos de valor, o que permitiria encetar um debate informado sobre o destino do conjunto de valores reconhecidos resultantes do processo de colonização interna, presentes no território da Europa Meridional.

## REFERÊNCIAS

Castro Caldas, J. L. (1988). Política de Colonização Interna. A implantação das colónias agrícolas da Junta de Colonização Interna. Lisboa; Instituto Superior de Agronomia.

Curro Rodríguez, J. (2016). “Robinsonadas franquistas. El INC y el Cortijo de San Isidro”. Cuadernos de Contrahistória Local. Aranjuez. Vol.3, 2016.

Godelier, M. (1990). Lo Ideal y lo Material. Madrid; Taurus.

Gómez Benito, C. (2004). “Una revisión y una reflexión sobre la política de colonización agrária en la España de Franco”. Historia del Presente.

Martínez Borque, A. (1945). El Hombre y la colonización. *in* Curro Rodríguez, J. (2016). “Robinsonadas franquistas. El INC y el Cortijo de San Isidro”. Cuadernos de Contrahistória Local. Aranjuez. Vol.3 , 2016.

Oliveira Batista, F. (1978). “Dos projectos de colonização interna ao capitalismo agrário (Anos trinta - 1974)”. Separata do número especial do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra.

Pennacchi, A. (2015). Canale Mussolini (Ristampa dell'edizione del 2010). Milano; Mondadori Editore.

Pérez Escolano, V. (2005). “Pueblos de Colonización franquista: objetivo patrimonial”. Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico nº52.

Silva, M. (2020). Estado, território, população: As ideias, as políticas e as técnicas de colonização interna no Estado Novo. (Tese de doutoramento apresentada na Universidade de Lisboa-ISCTE, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora).



## PRESENTATION

Daniela Ladiana

*Dipartimento di Architettura dell'Università degli  
Studi "G. d'Annunzio" di Chieti e Pescara*

This publication adds to the study of the construction of productive landscapes as a result of intensified agricultural techniques. It is the second volume in the Landscape in Translation collection, part of the research line Settlement and Landscape by the Centre for Studies in Architecture and Urbanism at the Faculty of Architecture of the University of Porto. It shares the main research findings produced over the last two years by a team of researchers from various universities, continuing work initiated in the previous decade, with some results already published in 2021 in a previous volume.

This time, the research focuses on the criteria adopted by technicians and planners in the operations carried out in Portugal, Spain, and Italy for the construction of productive landscapes. These operations aimed to create better agricultural conditions by reorganising forest cover, land tenure, communication networks, and general infrastructure, particularly hydraulic systems. Additionally, they looked at the criteria for building settlements to house displaced populations, providing an urban environment for settlers and their families.

The articles presented in this publication allow for a renewed perspective on the significance of these interventions and their implications for the landscape. In the first article, Rui Braz Afonso offers an analysis of clearly defined purposes and the political and social circumstances that shaped the organisation of territorial intervention models. He focuses on the criteria regarding the quality of the land to be worked on, water management, and agricultural production management. He then addresses issues related to the implementation model on the ground and the transformation of the landscape, which shifted from extensive use to intensive exploitation processes, altering its characteristics as a representative element of a way of life that respected the conditions shaped by time and that sustained its long-term viability.



Julián Mora Aliseda addresses irrigation as a key anchor for rural development, examining the territorial impacts of intensive irrigation policies, from dam construction to rural landscape transformation. He analyses economic, logistical, and political factors, noting how post-Civil War objectives gave way to more modern visions during Franco's late dictatorship.

The third article offers an analysis of the disciplinary debate surrounding various agrarian colonisation interventions in the 20th century across the three countries examined. It focuses particularly on the relationship between technicians and politicians in the processes of landscape transformation aimed at improving agricultural productivity and reducing reliance on imported foodstuffs, a pressing issue in the mid-century period. Rui Braz Afonso raises questions about the interplay between policies, regulations, and planning in the construction of a new physical and social reality.

These interventions brought significant changes to the landscape, including the creation of communication networks that facilitated the movement of people and goods. The debate also explored issues of isolation versus clustering of plots and settler residences. Finally, the article introduces the organisation of settlements into the discussion, reflecting on the theory of circulation spaces versus the creation of sociability that fosters community. It also highlights the intimate characteristics that some architects advocated for certain spaces within the settlements, in opposition to the widespread idea of organising a centralised hub for all social activities.

The fourth text, by Tiziana Basiricò, examines the evolution of rural houses in Italy, Spain, and Portugal throughout the 20th century, highlighting how agricultural policies and economic and climatic contexts influenced the planning and construction of these dwellings. The work analyses typological and construction criteria, with particular

attention to the division between residential and productive spaces, the improvement of hygienic and sanitary conditions, and the integration of traditional construction methods with functional innovation.

The solutions adopted in the three countries are compared, revealing both similarities and differences: from the modular approach in Italy to the urban planning standardisation in Spain and the compactness of Portuguese dwellings. The author emphasises the contemporary relevance of these architectures, which could be revitalised to create sustainable housing models capable of addressing current challenges while balancing efficiency, comfort, and environmental respect.

Finally, Esther Abujeta Martín highlights the pressing question of what should be done with this vast built heritage, which holds significant cultural and symbolic value but has deteriorated over recent decades due to abandonment and changes in lifestyles. She suggests, as a stimulus to address the issue, a visit to the exhibition “Pueblos de colonización. Miradas a un paisaje inventado”, which was displayed in Madrid and explored agrarian colonisation policies, with a particular focus on Spain. The exhibition paid close attention to the issue of heritage value.

She also shares a personal reflection as a descendant of the original settlers in Vegaviana, a project developed under the so-called Cáceres Agricultural Plan. Her testimony is both a poignant account from a researcher deeply invested in the subject and an expression of familial and emotional ties to the process of landscape construction. It reflects her concern for the future of this heritage and pride in advocating for the natural and cultural values, both tangible and intangible, embedded in each of these unique places.

## **PREMISE**

Rui Braz Afonso

*Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo  
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*

The line of research into Settlement and Landscape, which I coordinate under the University of Porto Faculty of Architecture's Territorial Morphologies and Dynamic Research Group of the Center for Architecture and Urbanism Studies, under the coordination of Teresa Cálix, since 2012 has been developing research work on the materials, processes and dynamics of contemporary extensive urbanization, positioning itself at the forefront of international research, while actively taking part in the disciplinary debate on the topics it investigates.

From research agreements concluded with several Spanish and Italian universities, a research project on urban living conditions in small European centers emerged eight years ago, giving rise to several publications in Portugal and Italy on the topic of settlement, landscape and way of life. This project brought together researchers from the Faculty of Architecture of Pescara, the Milan Polytechnic, the "Kore" University of Enna, and the University of Valladolid's Urban Planning University Institute.

In 2017, from observation visits to the peninsular territory, the idea emerged for understanding landscape transformations in relation to the territory's farming use policies. Thus, a research project on the subject was put together, resulting in a publication in 2021, "The Territory's Landscape Transformation and Agricultural Land Use Policies," which integrated the previously created CEAU Publications Collection under the title Landscape in Translation.

Since then, two projects have been developed, one on the condition of resistance to the abandonment of neglected places within the territory, and another about the so-called places in loss in the cross-border area between the Douro and the Tagus, both in collaboration with Portuguese and foreign university researchers, whose results are published in that collection.

Recently, the research team felt there would be new subject matter to be studied on transforming the landscape as a result of the territory's farming use policies, thereby establishing a research project that now brought together researchers from the Cáceres Faculty of Geography, with such work being presented herein to the scientific community.

The team comprising researchers from the Pescara and Enna Faculties of Architecture, as well as, based on a new research agreement, researchers at the University of Extremadura, sought to study the disciplinary criteria that guided landscape transformation in the twentieth century in southern European countries that were subject to repressive political regimes. Noteworthy in the developed work, firstly, and which sets apart the three cases studied, is the breadth of the irrigation policy as a way of increasing farming productivity.

From the standpoint of land-use planning, the hydraulic engineering works promoted by agrarian colonization policies decided on a new landscape, reconditioning bio-diversity and building large farming plots, devoid of afforestation, then subjected to land parceling to allow settlers to farm them. Also the urbanization works for fixing those settlers are an innovation from the disciplinary point of view, as highlighted by Professor Victor Perez Escolano, when it refers to the resulting estate value, with both concatenated for technician farming development by engineers who benefited from the contribution of a few architects.

In Portugal, these works, which were residual in nature, limited the development of policies on the ground, as mentioned by several authors such as F. Oliveira Batista and J. Castro Caldas. Also in Italy, although with a more significant scale, they have always been restricted to the objectives of draining and drying the land in order

to contribute toward cleansing more than improving production conditions, as shown by Pennachi. In Spain, by contrast, the implementation of irrigation was quite significant in the territory but was dysfunctional: it came too late, coinciding with the traditional farming crisis and the rural exodus, as C. Gómez Benito says, especially the large landowners.

The second major disciplinary question concerns the processes of settling the population and settler setup models, which was limited in Portugal, and in Italy even Mussolini stated that everything, land and support, to sustain a family, although construction of a network of *pueblos de colonización* enabled Spain to create a sense of community and greater attachment to the land and to production, thereby managing to deep-seat the social fracture that the Second Republic exacerbated, while suppressing the latent social conflict in those years. This generated a "docile and contented" manpower, which produced with an obedient subject, to quote A. Martínez Borque's formulation, not contesting the privileges of ownership classes, creating farmer dependence on the market. The reason for this is that farmers did not grow food for themselves, but for a vast foodstuffs-oriented market, while producing the raw materials with prices controlled by that market, making growers consumers of their own products, which they fed into. That market was a piece of the consumer-oriented industrial system that characterized the last few years of Spain's dictatorial regime.

With regard to the layout and design models of the colonization's urban space, it seems that in Portugal the definition of access to plots located on vacant lands and state properties was the determining element in the spatial organization of the *colónias agrícolas*, without any notable concerns regarding the construction of urban neighborhood spaces, where the network of access roads to

and from the *casal de família* became dominant in relation to urban spaces, while prioritizing the issue of the home where the family settles and is replicated without the proper conditions for generating surplus.

In Italy, unlike Portugal, it seems clear that the disciplinary tradition of urban design was recovered when settlers made their homes in the territory and it is possible to observe an unorganized network of *borghi* and *città di fondazione*, where we see concern for designing meeting spaces for people as well as spaces for representative institutions, organizing the layout with reference to classical and experimental models of urban design.

Finally, in Spain, the organization of the settlement of settlers in clusters, which was dominant in the process, aimed to foster the strengthening of a local identity, allowing for better neighborly relations, a greater sense of belonging to the process and the place, and strong depiction of collective life. Still, disobedience to the imposed rules set by the regime's party was always penalized, in the latter's role as representative of ideological domination, as J. Curro Rodríguez notes. Such rules ended up being introduced into the complex system of organizing production.

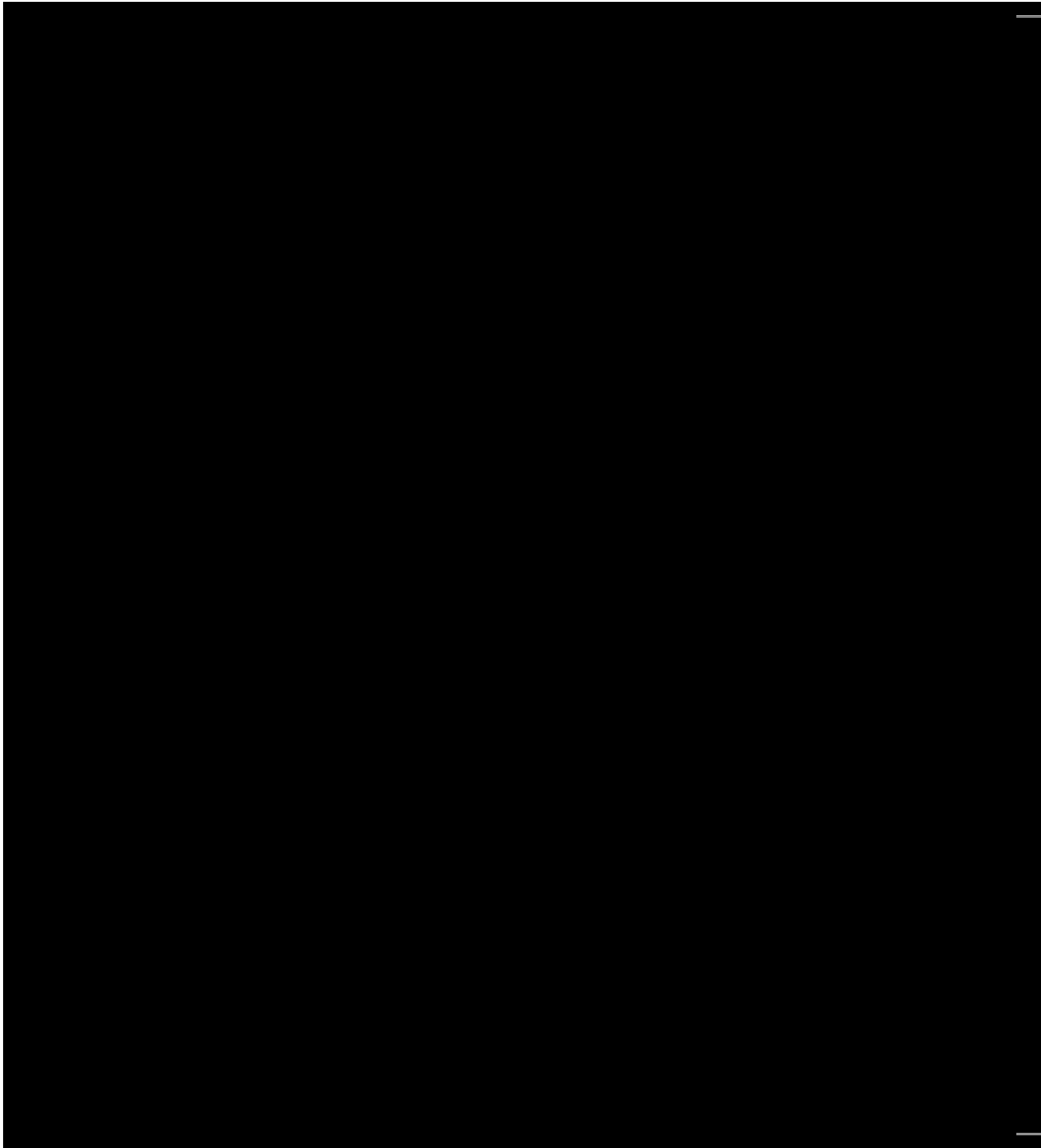
This latter issue, that of ideological domination, in fact comprised different characteristics in the three countries in those years. Whereas in Italy the illusion of building an empire in which everyone is equal, being owners in equity, everyone is capable of building the future together with their devoted dedication, normalized in the *dopolavoro* of the *borgo*, in Spain the greater force provided by the agglomeration of settlers derives from those dominated consenting to their domination, as M. Godelier points out, while in Portugal, as the old song says, the joy of poverty is to give and be content.

Finally, it is important to mention the heritage importance of all existing artifacts resulting from the process of farming colonization, a debate on the fate of people and objects, intended to be the objective of this work, will need to be triggered. Several issues arise when considering the protection of the various settlements created by these policies in the three countries. The first aspect to be addressed is their recognition as historical heritage, making it possible to apply the concept of collective value in order to emphasize their importance as built heritage, thereby regulating their transformation and limiting increases in building density.

A second issue concerns the utility value of irrigation systems and their artifacts as territorial elements of universal value, regardless of land division and use. A third issue involves considering the layouts and the ideology that shaped them, as well as the urban and architectural structure, in order to prevent degrading uses. The settlement and the house also represent an important typological value, which is crucial to study in order to characterize the ensemble.

Taking these issues into account, a catalog of valuable elements could be created, allowing for an informed debate on the fate of the set of recognized values resulting from the process of internal colonization in the territory of Southern Europe.





CRITÉRIOS DISCIPLINARES NA  
ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL  
E PAISAGÍSTICA

Rui Braz Afonso

## **CRITÉRIOS DISCIPLINARES NA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E PAISAGÍSTICA**

Rui Braz Afonso

*Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo  
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*

### **PROPÓSITOS E CIRCUNSTÂNCIAS**

Parece existir uma razão de partida para a fundação da Colonização Interna, comum nos três países do Sul da Europa de menor grau de desenvolvimento na primeira metade do Século XX. A crise da monarquia espanhola com as relativas consequências de empobrecimento da população e sua fuga dos campos, a crise da primeira República Portuguesa com as relativas consequências da pressão migratória, a crise italiana que precedeu o “*Ventennio Fascista*” com as relativas consequências resultantes das perdas da primeira guerra, tiveram um papel preponderante na reativação das políticas de intervenção para a fixação da população e de condicionamento da produção agrícola, durante a vigência dos regimes ditatoriais naqueles três países.

As primeiras iniciativas sistemáticas de Colonização Interna de significativa expressão no século passado tiveram lugar em Espanha ao abrigo da *Ley de Colonización y Repoblación Interior* de 1907. La Algaida, colónia fundada no Município de Sanlúcar de Barrameda, na Andaluzia, é talvez uma das primeiras consequências ao nível da realocização de população após o chamado “desastre de 98”, que tornou premente encontrar soluções de fixação e de capacidade de produção agrícola



para as gentes em fuga dos campos e atingidas pela perda, nas diversas frentes, das colónias ultramarinas de Espanha.

O impulso que esta Lei gerou conduziu à criação de dezoito colónias em todo o território peninsular, em terrenos irrigáveis, mas também de sequeiro, permitindo, como afirma Luis Santos y Ganges, criar uma corrente de opinião favorável às operações de Colonização Interna, com uma base ideológica que assentava no princípio de um lote para cada família, uma casa em cada lote.

Depois de mais algumas iniciativas de Fomento da Colonização, nomeadamente durante o regime da ditadura de Primo de Rivera, de muito limitada acção, com a *Ley de Obras de Puesta en Riego* de 1932 do governo da Segunda República Espanhola, é introduzida a ideia de *pueblo de colonización*, falando-se de “criação de novos núcleos urbanos na proximidade de terras férteis e longe das grandes cidades” distribuindo parcelas de terra de modo a fixar os chamados “bens de família”, criando boas condições para uma produção agrícola com base no *hogar campesino* composto de casa e horto anexo.

Estabelecia-se assim indirectamente, sempre segundo o autor referido, o princípio do povoamento rural em habitat concentrado como um assunto técnico, fora da luta política. Este princípio foi apoiado pelas iniciativas

enquadradas pela Lei de Reforma Agrária também do mesmo ano, que permitiu por acordo ou por expropriação, distribuir aos novos colonos a terra de alguns latifúndios, questões que a Lei de 1907 já colocava como importante para racionalizar a economia agrária, e assim combater o enorme desemprego operário no campo.

Poderá dizer-se também que o papel das cooperativas, também já posto em evidência naquela Lei, terá contribuído também para o reforço da ideia do habitat concentrado, sempre com base na fixação de população como questão fundamental na produção agrícola e como elemento essencial para o seu desenvolvimento.

No âmbito da criação do *Instituto de Reforma Agrária* várias acções foram postas em prática, estabelecendo-se uma tendência de consolidação daqueles princípios, e introduzindo o instituto da expropriação para agregar à operação, terrenos privados irrigáveis, de que o concurso para a construção de *poblados* na bacia do Rio Guadalquivir e na do Rio Guardalmellato na Andaluzia foi um interessante exemplo, nunca desenvolvido por a sublevação de 1936 ter desviado os esforços para outros campos.

Logo em 1939 o regime ditatorial estabelecido por Franco, adoptou princípios sociais e políticos antagónicos e promoveu a reacção aos do regime

anterior, fazendo por exemplo a devolução das terras expropriadas até então, mas, dada a premência da questão agrária, agravada pelo problema das chamadas zonas devastadas pela guerra civil de 1936, desenhou e publicou a Lei de Base da Colonização da qual resultou a fundação do *Instituto Nacional de Colonización*, que embora com premissas diferentes, adoptou o princípio da Colonização Interna com base em Planos de Áreas Irrigáveis que definiram grandes áreas de regadio nas quais o papel dos *pueblos de colonización* foi determinante para o seu aproveitamento eficaz.

Manteve-se assim nas décadas seguintes a importância da fixação dos *hogares campesinos* em núcleos de povoamento de modo a diminuir os custos de construção de vias e de instalação dos diversos serviços essenciais para uma vida saudável e motivada para o trabalho.

Em Portugal as primeiras iniciativas de Colonização Interna de significativa expressão no século passado, propostas como modo de incrementar a produção agrícola, tinham como objectivo a absorção da população rural excedente nas zonas de pequena agricultura e o combate à proletarianização através do reforço da pequena agricultura familiar, como refere J. Castro Caldas. De algum modo se pretendia oferecer uma alternativa à emigração, sobretudo para o Brasil e África, e criar uma mão de obra disponível para as necessidades sazonais da grande propriedade.

Era tema de debate a insuficiência da produção agrícola e a Lei 6961 de 1920 chega mesmo a impor o princípio do cultivo obrigatório sob pena de serem aplicadas sanções e no limite ser a terra objecto de expropriação. Para contrariar aquela insuficiência instituía-se ainda nesse ano por Decreto, a figura do casal de família como medida de defesa da pequena propriedade, de modo a criar condições para combater o peso das hipotecas que recaiam sobre os agricultores na geração de rendimento, assim como os efeitos do fracionamento sucessório provocado pelas leis liberais do século anterior.

Neste contexto a criação da Junta de Fomento Agrícola no mesmo ano vem propor que se delimitem unidades fundiárias “dimensionadas de modo a sustentar uma família de cultivadores, a quem seria fornecida habitação construída segundo modelo apropriado, e as pequenas alaias agrícolas indispensáveis”, em apoio das quais deveria ser constituída uma cooperativa.

Esta cooperativa deveria prestar assistência técnica para fins de direcção, ensino e administração, e com funções de produção venda, crédito, seguro e socorro mútuo, como destaca J. Castro Caldas. Embora nunca seja referida a necessidade de concentração em núcleos dos casais de família, em 1926, e ainda sob o governo da Primeira República, é ensaiado o primeiro

esforço de colonização com a criação da Colónia Agrícola dos Milagres, Leiria, instalada em terrenos baldios, onde se inauguram os primeiros casais em meados desse ano, em modelo de implantação contígua.

O novo regime instituído em 1926 vem desde logo a adoptar a figura do “casal de família” como elemento fundamental do processo de fixação de população nos campos e, com a criação da Junta de Colonização Interna dez anos depois, acentuou-se o papel da propriedade e da família como as bases da nacionalidade, apoiando-se a ideologia do regime ditatorial do “Estado Novo”, fundado constitucionalmente em 1933, na ideia da supremacia da propriedade privada ao serviço da individualidade da família como elemento fundador no desenvolvimento da produção agrícola.

Desde logo se eliminam todas as referências a sistemas de entre ajuda, nomeadamente a cooperativas que regulassem as vendas e que fossem entidades angariadoras de créditos para a eventual expansão e melhoria da produtividade, e à simbólica figura do “ajuntamento” de pessoas como elemento de desestabilização se fez corresponder a ideia da família como base da sociedade, correspondendo a cada família, uma “casa portuguesa”, no âmbito do processo de Colonização Interna, o “casal de família”.

Assim se foi definindo o Portugal Agrícola e Rural que tantos anos informou o espírito que aquele regime foi impondo como ideologia dominante, e que sempre, no processo de Colonização Interna se traduziu na fixação de casais familiares, em geral em terrenos baldios cuja apropriação tinha sido facilitada por Lei de 1924, ou de propriedade do Estado, por vezes com algum sentido de aglomeração na implantação dos casais, como nos casos das Colónias Agrícolas do Barroso em Montalegre e da Boalhosa em Paredes de Coura, outras vezes em semi-dispersão, como é o caso de Pegões no Montijo, ou ainda em dispersão dos casais que se implantaram nas correspondentes parcelas distribuídas ao longo das vias, como é o caso da Gafanha da Nazaré em Ílhavo e de Martim Rei no Sabugal, ou mesmo sem organização definida na implantação, como no Alvão em Vila Pouca de Aguiar.

Em todas estas colónias foi construído um centro de serviços em apoio à fixação da população, com escola, capela e dispensário materno-infantil, e em apoio ao trabalho da terra, um consultório técnico e por vezes em anexo, um armazém para sementes e fertilizantes e para acolher os produtos da terra. Ao agricultor era prestado um apoio técnico por parte dos serviços agrónomos da Junta, de modo a orientar a produção e procurar melhorar a produtividade da exploração.

A produtividade agrícola das parcelas foi sempre limitada, e a ideia de estabelecer nas colónias um “espaço moralizante” e um “laboratório social” nunca se consolidou, como de certa forma aconteceu em Itália. Pode dizer-se que tal se deveu ao facto de nunca se ter recorrido em Portugal ao instrumento da expropriação para obtenção de boas terras nem se terem desenvolvido obras hidráulicas de envergadura em apoio às explorações dos casais, ficando sempre estes condicionados pelas condições de produção que o território oferecia embora em algumas das Colónias Agrícolas instaladas se viessem a aproveitar sistemas de regadio já estabelecidos.

Por outro lado, ao contrário dos propósitos manifestados no processo de Colonização Interna em Espanha, entre nós nunca foram disponibilizados apoios financeiros de modo a poder expandir e modernizar a exploração, condição que contribuiu para a dificuldade em melhorar a produtividade da exploração, já condicionada pela em geral fraca aptidão dos terrenos para a produção agrícola. A grande dificuldade em obter excedentes vendáveis que gerassem rendimento monetário, contribuiu num primeiro momento para a necessidade de os colonos terem de recorrer a oferecerem-se como assalariados, em geral como trabalho temporário em terra alheia, normalmente de grandes

produtores particulares, necessidade agravada pelo regime de parceria contratado com o Estado para a exploração da parcela, que impunha a entrega de um sexto da produção obtida, o que foi contribuindo para um progressivo abandono das explorações ainda hoje verificável, fomentado pela forte atração que a emigração representou a meio do século passado.

Em Itália desde o século XIX que se discutia sobre a recuperação de terras insalubres ou pantanosas, mas será apenas no início do século passado que se iniciará a debater o problema da *bonifica agraria*, sempre associada à *bonifica idraulica*, que tinha como objectivo recuperar terras pantanosas e insalubres. Será em 1923 que o governo do Regime Fascista fará um Decreto Lei com o texto unificado das medidas de recuperação das referidas terras, tendo no ano seguinte sido publicada a Lei 3314 com os *Provedimenti per la bonifica integrale*, alterada na década seguinte.

A *bonifica integrale* era entendida por um lado como uma *bonifica idraulica-agraria*, pois a acção era dirigida à recuperação de terras incultas tornando-as agricultáveis e promovendo a sua preparação para serem irrigáveis, e por outro como uma *bonifica igienico-ambientale*, pois em geral tais terras, muito húmidas, promoviam o aparecimento e difusão de pestilências como a malária, com graves consequências para a

população. Os trabalhos de recuperação tinham como orientação obter a drenagem das terras e construir o sistema de controle das águas de regadio e residuais através da construção dos famosos “canais de Mussolini” que foram inspiração para tanta literatura, querendo aqui destacar-se os escritos de Antonio Pennacchi.

As motivações da política de recuperação de terras para instalação de agricultores assentavam na necessidade de combater o déficit produtivo alimentar, nomeadamente de cereais, cuja importação representava em 1925, cerca de um terço das necessidades nacionais. Foi ainda determinante a necessidade de dar resposta às solicitações dos despropriadados da 1ª grande guerra, que foram chamados com a promessa de lhes serem distribuídas terras incultas para virem a ser cultivadas. Assim é reformada em 1923 a *Opera Nazionale Combatenti*, fundada durante ainda durante a Guerra, reformada outra vez mais tarde de modo a responder às reclamações e pressões dos ex-combatentes e com o objectivo de disponibilizar terras para cultivo, assim procurando melhorar a capacidade de produção agrícola a fim de reforçar a independência e a soberania nacional.

Será em 1926, com o início da *bonifica integrale* da zona a Sul de Roma, das *paludi pontine*, o

*Agro Pontino*, que os primeiros trabalhos se desenrolam, dando lugar às primeiras fixações de população, inicialmente operários afectos aos trabalhos de enxugamento dos terrenos e controle dos fluxos hídricos, como foi o caso de Borgo Podgora, que será o primeiro a ser instalado como definitivo após ter servido como albergue de operários da bonifica, trabalhos que gerarão dez anos depois uma enorme zona agricultável com cerca de 180.000 ha. onde se instalam inúmeros colonos distribuídos pelas parcelas obtidas por divisão da terra e onde é construída uma rede de *città di fondazione* e de *borghi di servizio*, para apoio ao desenvolvimento e atractividade das áreas recuperadas para a agricultura.

As bases deste processo assentaram também numa campanha de produção de cereais, a *battaglia del grano* na qual se inspirou depois o lançamento da campanha do trigo em Portugal, e numa política de expropriação de latifúndios, nomeadamente na Região da Puglia como apoio à ideia de criação de uma nova classe social nacional, constituída graças à distribuição das terras e à transformação dos agricultores, então em regime de exploração em parceria com os proprietários tradicionais, em colonos proprietários independentes do jugo da propriedade alheia.

Será assim no *Tavoliere delle Puglie*, a outra grande zona a ser *bonificata*, a grande planície de cerca de 440.000 ha., localizada na zona Norte daquela Região, constituída principalmente por terras aptas para o pastoreio e que começa a ser intervencionada em 1932, através da recuperação dos terrenos para a actividade agrícola obtidos em grande parte devido àquela política de expropriação de latifúndios e a obras de retenção de linhas de água de maior e menor importância, que são aproveitadas para irrigar as mais de mil parcelas distribuídas aos colonos.

Também aqui, nesta enorme zona, é projectada a construção de uma rede de *borghi di servizio* e de *città di fondazione* para apoio ao funcionamento das actividades e seu desenvolvimento, e será o Borgo Mezzanone desde 1934 a constituir-se como principal centro de serviços em apoio à vida humana dos colonos instalados nos *poderi*, parcelas de terra com casa no terreno. Ainda hoje este borgo mantém uma actividade importante como centro de serviços e embora os colonos tenham abandonado a terra, ocorreu nos últimos cinquenta anos uma concentração de propriedade que hoje serve para produções em regime extensivo, com largas áreas de cultivo que recorre a trabalho assalariado proveniente do estrangeiro.

Este fenómeno de abandono das parcelas ocorre também por motivos de organização

produtiva, que não foi capaz de se modernizar seja pela limitação imposta pela pequena área de terreno da parcela, seja pela dificuldade no apoio técnico ao desenvolvimento da produção por parte das entidades coordenadoras do processo de instalação de *poderi*, nomeadamente relativamente ao escoamento dos produtos e ao acesso ao crédito, seja ainda pelos baixos rendimentos gerados que não resistiram à atracção que a emigração exerceu no período de pós-guerra.

As operações de *bonificazione* distribuíram-se por toda a Itália durante o “*Ventennio Fascista*”, do Norte ao Sul, da Região da Sardenha até à Croácia, mas foi sobretudo na Região da Sicília, que sob a direcção do *Ente di Colonizzazione del Latifondio Siciliano* fundado em 1940, se promoveu a distribuição de terras aos colonos dispersos pelo território, ainda que fosse projectada e parcialmente construída uma rede de *borghi rurali* onde se instalaram os serviços mínimos de apoio às explorações.

Parece, portanto, poder afirmar-se que nos três países a questão fundadora nos processos de Colonização Interna foi a instituição do casal enquanto elemento base de fixação da família. com a sua parcela e a sua habitação integrada na terra distribuída, base do “grande sonho” nacional de progresso na construção da identidade e da



força da Nação, elemento ideológico primordial, assente na ideia do colono proprietário. Mas enquanto em Espanha, por razões ditas técnicas, estes casais se agruparam, na sua maioria, em *pueblos de colonización*, em Itália foram sobretudo implantados de forma dispersa ao longo das vias que o processo de *bonificazione* construiu, e que devido à extensão das terras recuperadas implicou a construção de uma rede de núcleos urbanos de dimensão vária.

Em Portugal, porém, apenas o casal de família serviu de instituição base na fundação das Colónias Agrícolas, na maioria das quais se delimitaram parcelas de forma dispersa em terrenos de baixa produtividade agrícola e com apenas, nas proximidades, centros de apoio de reduzida capacidade na prestação de serviços, em geral integrando apenas escola, capela, dispensário materno-infantil/posto médico, escritório de apoio técnico e nalguns casos o centro social/Casa do Povo. Poderá reconhecer-se, para além do abandono generalizado nos três países, uma maior incidência de abandono da terra aqui que nos outros dois países, mesmo quando se tem em conta o abandono ocorrido em Itália na Região Puglia e na Região Sicília.

## CRITÉRIOS

A Colonização Interna desenvolvida nos três países do Sul da Europa levada a cabo pelos regimes ditatoriais que os governaram no Século XX, assentou na instituição “casal agrícola”. A família como unidade base do trabalho da terra, criando produção e ocupação com rendimento, ainda que quase sempre limitado pela dificuldade em colocar os produtos da terra num mercado favorável à fixação de valor na origem.

Esta foi uma circunstância que muito condicionou o desenvolvimento dos propósitos das políticas de colonização, particularmente em Portugal e Itália, onde não foram criadas estruturas de apoio e de recepção da produção, deixando ao mercado controlado por comissionistas, a apropriação do valor gerado.

A terra era atribuída com condições que limitavam a acumulação de excedentes, necessária ao crescimento da produção e ao melhoramento das técnicas de exploração, e ao progresso do modo de vida, em parte por aquela circunstância, em parte pela reduzida dimensão da parcela condicionar as quantidades produzidas, dificultando o estabelecimento de condições favoráveis à sua comercialização.

Um primeiro aspeto que põe em evidência a diferença de **critério** entre as políticas dos três países em causa foi a escolha da **qualidade da terra** das parcelas. Em Portugal praticamente todas as Colónias Agrícolas promovidas pela Junta de Colonização Interna foram instaladas em terrenos baldios, conhecidos muitos como “peladas”, termo que quer significar impróprio para o desenvolvimento da agricultura, dada a sua fraca aptidão, o que provocava uma diminuta produtividade, enquanto em Itália e em Espanha se afectaram terras com maior aptidão, e com maior preparação para a produção agrícola aquando da instalação das Colónias, através de arroteamentos e surribas que aumentaram a capacidade produtiva das terras.

Um segundo aspeto que contribuiu para este aumento resultou do **critério** aplicado à **gestão da água**, com enxugamentos e drenagens e aproveitamento das águas das bacias hidrográficas para irrigação, propósito que as políticas portuguesas não estabeleceram, tornando muito difícil desenvolver as culturas de regadio que dependiam muito da exploração de poços e de linhas de água para o regadio, enquanto em Itália se construíram os “canais de Mussolini” como lhes chamou Antonio Pennacchi, e em Espanha se levantavam barragens sobretudo associadas às diversas Bacias Hidrográficas dos territórios onde se concentram as operações de Colonização Interna.

Estas circunstâncias criaram melhoramentos significativos nas condições de exploração da terra, porque prepararam o solo para o trabalho agrícola diminuindo as dificuldades iniciais aquando da instalação dos colonos, e criando maior atractividade para a sua fixação, circunstância que acresceu à escolha da terra, já de si determinante para a actividade agrícola, recorrendo à compra e à expropriação de modo a alargar as áreas envolvidas, rentabilizando a aplicação do critério que definiu os sistemas de regadio, o que favoreceu a permanência dos colonos em melhores condições para que se verificasse o apego à terra e por um maior período.

Entre nós, porém, os critérios definidos para escolha de terras para a instalação de colonos, para a preparação do solo e nos sistemas de gestão da água não foram considerados do mesmo modo que em Itália e Espanha, não associando em geral sistemas de rega às instalações e raramente utilizando terras de boa aptidão agrícola, aproveitando apenas baldios, matas e propriedades do Estado, sempre negando utilizar o instrumento da expropriação de modo a incluir e agregar outras áreas mais produtivas. Ficaram assim as Colónias Agrícolas em Portugal muito condicionadas quanto aos propósitos iniciais, acabando por lentamente serem as parcelas abandonadas e os casais reconvertidos em habitação própria não afecta a usos agrícolas.



Também assim não se criou o “Espírito de Comunidade” pretendido, o “laboratório social”, que de certa forma foi possível observar em Itália até aos anos 1950 e que ainda em alguns casos, é hoje possível observar em Espanha. Este “Espírito” foi reforçado pelo estímulo à integração social dos diversos colonos, no caso de Itália através da instalação de um espaço de encontro/lazer, o *dopo lavoro*, e no caso de Espanha pela previsão em projecto da existência em cada colónia de edifício social com sala de cinema e salão de festas e de *Hermanidad Sindical*, instituição criada para apoio e orientação da produção agrícola, mas com propósitos de difundir o “Espírito da Política de Colonização Agrária”, unificando vontades e controlando o seu bom desenvolvimento nomeadamente quanto ao respeito pelo critério ideológico subjacente àquela Política.

Foi também propósito da Política de Colonização Interna em Espanha apoiar eventuais acções de melhoramento promovidas pelo colono na sua exploração, tendo-se criado mecanismos técnicos e financeiros que permitiam o acesso a financiamentos seja para melhoria das culturas seja numa mecanização de pequena envergadura, tendo este **critério de gestão da produção** aplicado em Espanha, permitido um maior apego à terra e a geração de excedentes produtivos monetarizáveis. O projecto da Colonização Agrícola assentou na construção

do *pueblo de colonización*, que tinha associado também a criação de uma cooperativa em apoio à dotação e distribuição de factores de produção e à comercialização dos produtos provenientes das parcelas em condições de mercado mais favoráveis, como instituído em Portugal em 1924, mas que posteriormente o regime do “Estado Novo” eliminou como propósito. Também o projecto previa a reserva de terreno no *pueblo* para a eventual instalação de uma unidade fabril agro-transformadora de modo a fixar na área um maior valor resultante da produção, situação que em Espanha é ainda hoje verificável.

A fixação da população promovida pelas políticas de Colonização Interna, originou um intenso debate sobre que modelo adoptar. Em Portugal, como mostram diversos autores ensaiaram-se diversas modalidades nas Colónias Agrícolas, não havendo um critério seguro para a instalação das colónias, como refere J. Castro Caldas, adopta-se um processo de implantação que correspondia ao modelo da economia de empresa do tipo familiar, assente na família e na sua base fixa, a instalação do casal familiar, em que se considerava ser o trabalho familiar remunerado como trabalho assalariado, argumentação prenhe de ideologia com que se procurava fundamentar o papel dos casais familiares no sucesso das operações de colonização, como faz notar F. Oliveira Baptista, trabalho ainda mais constrangido por ser

imposto o regime de parceria na exploração entre o colono e a Junta de Colonização Interna.

Foram então instaladas sob o modelo da agrupação de casais, Colónias Agrícolas como as de Milagres, Boalhosa, Barroso, e outras seguindo o modelo do casal familiar disperso na área de intervenção, como é o caso de Martim Rei, Alvão e Gafanha da Nazaré, casais esses apoiados em caminhos de ligação entre si e a um conjunto de construções que incluíam os edifícios da escola, da capela, do posto médico/dispensário materno-infantil, Casa do Povo/centro social e gabinete de apoio técnico, por vezes com armazém anexo.

Pegões constitui um modelo misto, mas construído com certa monumentalidade, a exemplo de algumas operações italianas da década anterior, dado terem sido implantados vários centros de serviços criando uma centralidade significativa de existência de Comunidade, quer no núcleo principal quer nos dois outros núcleos de Faias e Figueiras, sendo a mais recente das colónias promovidas, e sendo a única onde se constituiu, poucos anos depois da inauguração, uma Cooperativa Agrícola ainda hoje existente e com produtos do campo premiados internacionalmente.

A delimitação de parcelas de área semelhante implantadas de modo regular no território, condicionada pelas circunstâncias orográficas e

hidrográficas, criou uma malha geométrica no território que desenhava uma nova paisagem, correspondente à estrutura agrária programada, como faz notar J. Castro Caldas, que em certos casos como o de Pegões, acaba por retalhar o solo em longas extensões, sendo neste caso sido necessário a implantação de dois núcleos para além do principal que dá nome à colónia, estes também com uma organização viária distribuidora e agregadora, sendo assim hoje a mais vivida em termos de aproveitamento agrícola e onde todos os edifícios se mantêm em boas ou razoáveis condições de conservação e em geral utilizados em apoio à exploração da terra

O debate sobre um **critério** para a **definição do modelo de implantação** a adoptar deu expressão a vários argumentos que por um lado davam fundamento à localização dos casais em dispersão territorial, no terreno da parcela, melhorando as condições económicas da exploração evitando a perda de tempo necessária para deslocações de pessoas e produtos, ainda que daquele modo se tornasse mais difícil a prestação de serviços e de equipamento como refere J. Tamés Alarcón, e houvesse um maior custo da construção por serem edifícios isolados.

Um forte argumento apresentado para o modelo da agrupação era o facto de este melhor permitir o aparecimento e consolidação de uma identidade

de grupo, de uma Comunidade, estimulando a prevenção dos valores nacionais da Política de Colonização assim como de preservação de valores “culturais e espirituais” como observa J. Castro Caldas, para além de permitir maior economia na construção e na dotação de serviços, nomeadamente sanitários. Um forte argumento a favor do modelo da dispersão dos casais foi o facto de permitir um maior e melhor acompanhamento da exploração e de economia de tempo com deslocações, pese embora ficasse prejudicada a população escolar, que era submetida a condições adversas na frequência do ensino relativamente à condição que oferecia a solução em agrupação.

No desenvolvimento deste debate em Espanha, pode observar-se a aplicação de um critério que em geral organizava o território a colonizar com a implantação de *pueblos de colonización* correspondentes ao modelo da agrupação dos casais em núcleos urbanos situados nas zonas irrigáveis, mas com a recomendação ao projectista da operação que para a sua implantação fossem escolhidas as áreas de pior aptidão agrícola na área a intervencionar, de modo a não prejudicar o uso do solo agricultável.

O *Instituto Nacional de Colonización* recomendava também que o *pueblo* a implantar se localizasse no centro de um círculo de três ou no máximo quatro quilómetros de raio de modo que o colono

não tivesse que utilizar mais de uma hora por dia em deslocações até à parcela. Era também sugerido que na praça a definir se localizassem os equipamentos principais, município, igreja e edifícios destinados ao comércio e ao serviço postal, definindo assim um centro urbano de agregação da população, no qual se organizavam as diversas manifestações cívicas e religiosas, sendo solicitado ao projectista que concebesse todos os outros equipamentos como a escola e a *Hermanidad Sindical*, bem como um edifício social que continha bar, salão de festas e sala de cinema. Era também sugerido a delimitação de espaço para localizar uma cooperativa agrícola de apoio à distribuição de fatores de produção e à comercialização dos produtos da terra. Era ainda sugerido considerar uma reserva de terreno para instalação, no futuro, de eventual unidade fabril agro-transformadora.

As operações de irrigação tornaram aptos para a agricultura terrenos que antes eram, em geral, pouco produtivos, acabando por serem definidos em cada zona, perímetros irrigáveis, que por vezes abrangiam terrenos privados, que em nome do “bem da nação” foram expropriados, permitindo que as parcelas fossem contíguas e sem interrupções de particulares. Para além do círculo de raio de três a quatro quilómetros onde se localizavam as parcelas dos residentes em núcleos urbanos,

os *pueblos*, foram também delimitadas parcelas e construídos *hogares campesinos*, beneficiando de regadio fora desse círculo, as *casas aisladas*, e para apoio dos residentes foram implantados em algumas zonas de regadio, os *centros cívicos elementales*, as chamadas *escuela-capilla*, onde se localizava a escola com refeitório, a capela com salão paroquial, e as residências do pároco e dos professores e por vezes algum estabelecimento de artesanato com residência própria para prover a pequenas reparações que se mostrassem necessárias.

A aplicação deste critério geral de implantação definiu um modelo de povoamento concentrado que permitiu criar um conjunto de colónias associadas à vasta rede nacional de *áreas regables* localizadas nas zonas de aproveitamento hídrico associadas aos vales dos rios e suas bacias, onde se localizaram os *pueblos* de dimensão média, para um a três milhares de residentes segundo o número de parcelas possíveis, e em torno, uma certa quantidade de *casas aisladas* localizadas na área afectada à operação de colonização, e dentro do perímetro de rega definido naquelas zonas. Por tal se pode afirmar com J. Tamés Alarcón que o **critério de implantação** privilegiou o modelo misto, com um núcleo onde se construía em agrupação e um território onde se delimitavam as parcelas e se construía o casal, de forma dispersa, ao longo do sistema de circulação viária.

Em Itália desde 1926, que se decidia aplicar este critério nas operações de colonização, com operações iniciais na zona a Sul de Roma, nas *paludi pontine*, terrenos pantanosos que deram nome à operação, o *Agro Pontino*, e seis anos mais tarde no *Tavoliere delle Puglie*, extensa planície a Sul de Foggia. A primeira zona objecto de intervenção de salubridade com enxugamento dos solos e criação uma rede de estações de elevação de água e de valas de drenagem, criou um complexo sistema de canais que permitiu irrigar e tornar mais produtivo e salubre o solo, onde se projectaram os *centri aziendali*, onde se localizava a direcção das operações e se alojavam os operários envolvidos.

Em 1928 com uma Lei de Financiamento que pôs à disposição dos trabalhos robustas quantidades de capital de origem estatal e industrial, e mais tarde com a Lei de 1931 na qual se instituía o instrumento da expropriação sistemática, foi possível aumentar a zona de intervenção, que ocupou cerca de dezoito mil hectares, o que permitiu a expansão da operação com melhor aproveitamento das áreas irrigadas e fazer com que os *centri aziendali* dessem origem às novas *città di fondazione* das quais Littoria, hoje Latina, foi dimensionada para capital de província.

Neste âmbito foram construídas catorze *borgate rurali* mais tarde consideradas *borghi di servizio*, nos quais se localizaram os serviços essenciais de

apoio aos cerca de cinco mil parcelas da zona, os *poderi*, como a escola, a igreja e a *canonica*, a *casa del fascio* como centro de difusão dos propósitos ideológicos do regime fascista, o quartel dos *carabinieri*, o dispensário sanitário, o posto de correios, alguns espaços comerciais e o desejado por Mussolini *dopo lavoro*, onde se poderiam encontrar os colonos no final da jornada de trabalho e que pretendia criar condições de lazer mas também recriar o ambiente urbano que melhor correspondesse ao ambiente que os colonos deslocados tinham deixado nas suas povoações de origem. Só nas operações em Itália, do Norte Ferrarese ao Sul Siciliano se projectou desde o início tal tipo de espaços, pois nas operações ibéricas tal não foi pensado, embora em Espanha se tenham mais tarde instalado os *bar de la plaza* que acabaram por representar o mesmo propósito

A organização do espaço urbano dos *pueblos* seguia alguns critérios, e como afirmava J. Fernández del Amo, era recomendado que no projecto se criasse uma maior continuidade edificatória, sem cortes nem interrupções para assim se obterem planos verticais contínuos que permitissem a configuração de um espaço formalizado, sem roturas, sem vazios de edificação para conseguir gerar um espaço envolvente e acolhedor, para que dentro se pudesse desenvolver a vida de uma comunidade,

quando se tornava do trabalho desenvolvido no espaço ilimitado exterior. Sugeria também este projectista de tantos *pueblos* de colonización, que se tivesse em conta o modelo do “quarteirão Radburn” proposto por C. Stein e H. Wright, ensaiado em Nova Jersey final nos anos de 1920, que utilizava diferentemente as duas frentes do lote de modo a que a ligação ao sistema de circulação se realizasse na “frente de serviço” e na outra se desenhasse uma “zona de tranquilidade” pedonal, e de estímulo às actividades de lazer e repouso e de contacto com a vizinhança, permitindo assim o reforço do sentido de pertença e de identidade comunitária. Vários *pueblos* em Espanha aplicaram este ideário, funcionando com aparentes bons resultados relativamente aos propósitos delineados.

Em alguns casos parece haver uma racionalidade da circulação e uma certa reprodução pictórica, com as ruas quebradas na sua continuidade por um edifício, como remate, de modo a se negar um enfiamento visual com o campo circundante, num propósito de aumentar a “ilusão de urbanidade”, e o desenho da praça com os seus edifícios simbólicos, com o alto campanário avistável de longe, como “contentor”, onde se procura que toda a vida em comum se desenrole, na procura de reforçar o “coração” do *pueblo*, como fazem notar A. Álvaro Tordesillas e Alberto Meiss, ou destacar as “aparências formais” como



refere J. Flores Soto, de modo a comover a alma individual trasladando-a a um sentimento espiritual de pertença a uma comunidade cujas características estão expressas nessas aparências.

## PAISAGEM

Em Itália, com os *borghi di servizio* pretendeu-se criar uma rede extensa no território de modo a servir os colonos numa certa proximidade, embora esta proximidade não fosse tão controlada no terreno como em Espanha, onde graças à definição de um círculo de três a quatro quilómetros de raio em torno dos *pueblos de colonización*, se instalaram as parcelas, e em apoio às parcelas localizadas fora daquele círculo, os *centros de servizio elementales*, as chamadas *escuela-capilla*, que prestavam um serviço de proximidade às *casas aisladas*, com uma escola com refeitório e residência de professores e uma capela com salão de catequese e residência do pároco.

A rede de *borghi* criada permitiu construir uma hierarquia de centros urbanos menores que funcionariam em complemento, como é o caso evidente da rede projectada para as zonas do *Agro Pontino* e do *Tavoliere delle Puglie*, consolidando o modelo misto de colonização com *poderi* isolados, com terra e habitação, centros de serviços

mínimos e cidades novas. A teorização deste modelo teve em Edoardo Caracciolo um dos grandes defensores, procurando difundir a ideia da cidade jardim de Unwin através da proposta de desenho da cidade na paisagem, eliminando o antagonismo presente nos conceitos de cidade-campo, um novo organismo, como defendia, que fosse a pulverização do centro urbano na paisagem agrícola ou fosse a organização com carácter urbano das vastas extensões rurais.

A proposta era desurbanizar a cidade e formular um desenho da paisagem que pudesse estabelecer uma cidade-campo sem grandes concentrações urbanas, reconhecendo aquele autor nas operações levadas a cabo no *Agro Pontino*, elementos da urbanística rural, na qual a *bonifica agraria, idraulica, stradale e edilizia* se articularam harmonicamente, reduzindo a distância entre lugar de residência e lugar de trabalho como nota T. Basiricò. Assim propunha *bonificare* a paisagem instalando *centri rurali* de três tipos, um pequeno dotado dos serviços mínimos em apoio de proximidade aos *poderi*, um grande onde se localizariam todos os serviços necessários para a satisfação das necessidades de uma *popolazione civile*, e um tipo de média dimensão onde existiriam os serviços de apoio às zonas onde se localizasse maior número de *poderi* e também em apoio aos centros de menor dimensão.

Assim se desenharia uma paisagem rural com características urbanas, criando um organismo novo, a **cidade rural**, na qual as condições de vida estivessem garantidas pelos fornecimentos provenientes da exploração agrícola e a organização e funcionamento hierárquico dos *centri* garantisse a satisfação de todas as necessidades humanas. Seria uma cidade não formada de diversos elementos edificados, casas isoladas e núcleo compacto, mas como um todo único harmónico, fortemente diluído na paisagem, como propunha E. Caracciolo, onde o *casale* viesse a ser considerado como a célula de um vasto complexo organizativo, e quanto mais completo este complexo se tornasse mais seria capaz de satisfazer as necessidades humanas, diminuindo assim a distância entre a cidade e o campo.

Será porventura o processo de *bonifica* do *Agro Pontino* o que melhor representa a ideia da **cidade rural**, onde a paisagem mais se poderá reconhecer como “rururbana”, dada a continuidade de *poderi* no território e sua ligação com a rede das projectadas *borgate rurali* que por sua vez se articulam hierarquicamente com as cidades médias como Pontina e Pomezia, e depois num nível administrativo mais elevada, com Latina, cidade capital de província.

De todas as zonas objecto de intervenção colonizadora parece ser também no *Agro Pontino* onde mais se consolidou o “Espírito da Política de Colonização”, em parte porque concentrou mais a atenção do Regime Fascista dada a tradição histórica da zona, em parte porque foi completada relativamente aos seus propósitos, em parte porque a rede estabelecida de povoamento permitiu uma mais atractiva condição de vivência. A paisagem que resultou desta intervenção ainda hoje se aproxima dos modelos inerentes às teorias da cidade jardim, na qual se vive em ambiente campestre, desfrutando das comodidades urbanas.

Esta rede por outro lado, como parte fundamental do modelo misto de Colonização, deu maior sentido às operações realizadas, exaltando um certo “Espírito Nacional”, característica que em Espanha não foi tão intensa, ou o foi de outro modo, dado o relativo isolamento dos *pueblos de colonización* entre si, que permitiu um maior e mais localizado controle político-ideológico, ainda que o modelo misto de núcleos de média dimensão com colonos residentes, apoiasse os colonos residentes nas parcelas mas sem ter relações funcionais com outros *pueblos*, sem constituir rede fora da sua área, pese embora a existência da *escuela-capilla* nas áreas de proximidade de alguns deles tentando diminuir a referida a distância entre os colonos isolados no campo “ilimitado”.

Este processo em Espanha teve em grande consideração o que vinha a suceder em Itália desde 1926 com a *bonifica integrale* da Região de *Agro Pontino*, mas não foi levado a uma tão fina e intensa articulação entre *pueblos*, dado que a escolha de localização era muito condicionada pelos terrenos irrigáveis disponíveis e pela orografia, dado que nunca se recorreu à expropriação sistemática como em Itália, apenas se expropriando em acordo com os proprietários quando as suas terras eram abrangidas por obras de irrigação. A paisagem assim desenhada evidencia um modelo de cidade importante como elemento de povoamento, sendo o campo o espaço de trabalho e toda a actividade no território é sobretudo um conjunto de deslocções da casa-cidade para o campo-parcela, e as parcelas que estejam fora do círculo de influência projectado para cada *pueblo*, ficarão necessariamente “isoladas no meio da paisagem rural”.

Em Portugal a presença no território destas operações acabou por desenhar uma paisagem rural resultante das circunstâncias, não se podendo em geral reconhecer os propósitos da Política de Colonização. Não foram implementados os dois processos fundamentais para que as Colónias Agrícolas se mantivessem como exemplos atractivos do “Povoamento Agrícola Ideal”, atingíveis graças, em primeiro lugar à cativação de terrenos aptos para a

produção em regime de elevada produtividade, e depois pela dotação de sistemas de regadio capazes de tornar competitiva no mercado a produção obtida.

Pode afirmar-se que no Portugal da Colonização Agrária a intervenção sobre o terreno se adequou às circunstâncias que o território impunha em cada caso, construindo alguns núcleos de casais de família agrupados ou dispersando-os pelo território, sem ter tido a capacidade e a vontade, conforme os propósitos, de moldar o campo como uma paisagem produtiva.

De modo diferente em Espanha construíram-se como que grandes quintas-jardim no centro das quais se localizaram os *pueblos de colonización*, em muitos casos tendo feito entrar o campo dentro da cidade, dando fôlego à vida rural, que assim assumiu o papel simbólico de orgulho da vida social e individual.

Em Itália por sua vez construiu-se como que um sonho rurubano, associado a uma nova classe social, e as grandes transformações da paisagem conseguiram por vezes desenhar uma urbanidade rural.



## REFERÊNCIAS

- Baptista, Fernando Oliveira (1993). A política agrária do Estado Novo. Porto; Edições Afrontamento
- Basiricò, T. (2018). Progetti e costruzioni per la colonizzazione agraria del '900. Italia, Spagna, Portogallo. Roma; Aracne Editrice
- Basiricò, T., Braz Afonso, R. (2019). "XXth century rural villages in Italy, Portugal and Spain. Knowledge and Valorisation". *in* STC Conferenza Internazionale, (edit.) Fiore, Pierfrancesco y
- Basiricò, T., Braz Afonso, R., Santos y Ganges, L. (2019). "The "chapel-school" settlement as a constructive element of the rural landscape" *in* Atas do Congresso Cultura y Ciudad. Granada; Publicaciones Universidad de Granada
- Caracciolo, E. (1942). "La nuova urbanistica nella bonifica nel latifondo siciliano" *in* Il Latifondo siciliano, 1942. (Testo revisto da testo scritto nella seconda metà degli anni 1930). Palermo; ECLS
- Castro Caldas, J. L. (1982). Política de Colonização Interna (1936-1974). Análise do perfil do colono-tipo. Lisboa; Centro de Economia Agrária e Sociologia Rural da Universidade Técnica de Lisboa
- D'Andria, Emanuela (2020). I centri minori... da problema a risorsa. Strategie sostenibili per la valorizzazione del patrimonio edilizio, paesaggistico e culturale nelle aree interne. Milano; Franco Angeli Editore
- Fernández del Amo, J. (1970). "A propósito del trazado en el pueblo de Setefilla" *in* Terán, F., El pasado activo del uso interesado de la historia para entendimiento y la construcción de la ciudad, 2009. Madrid; Akal
- Flores Soto, J. A. (2013). "Vegaviana, una lección de arquitectura" *in* Cuaderno de Notas 14, 2013. Madrid; ETSAM
- Ghirardo, D., Forster, K. (1985). "I modelli delle città di fondazione in epoca fascista" *in* Storia d'Italia Einaudi, Annali 8, Insediamenti e territorio, (a cura di C. De Seta). Torino; Einaudi Editore
- Muratore, G. (1977). "Avanguardia e populismo nell'architettura rurale italiana fino al 1948" *in* Casabella, n° 426, 1977. Milano
- Pennacchi, Antonio (2015). Canale Mussolini (Ristampa dall'edizione del 2010). Milano; Mondadori Editore
- Santos y Ganges, Luis (2020). "Las primeras generaciones de colonias agrícolas interiores en Italia, España y Portugal, y su relación con el poblamiento disperso" *in* A Transformação da Paisagem e as Políticas de Aproveitamento Agrícola do Território. Porto; Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da FAUP, Coleção Landscape in Translation, vol.2. 2021
- Tamés Alarcón, J. (1988). "Las actuaciones del Instituto Nacional de Colonización 1939-1979" *in* Urbanismo COAM, n°3, 1988, organización de textos por Luis Rodríguez-Avial. Madrid; COAM
- Tordesillas, A., e Meiss, A. (2013). "El corazón de los pueblos de colonización" *in* Boletín Académico 3, 2013. A Coruña ETSAC

## CRITERIA ON THE ORGANIZATION OF TERRITORY AND OF THE LANDSCAPE

Rui Braz Afonso

*Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo  
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*

### PURPOSES AND CIRCUMSTANCES

There seems to be a starting reason for the founding of Internal Colonization, common in the three Southern European countries with the lowest level of development in the first half of the 20th century. The crisis of the Spanish monarchy with the resulting impoverishment of the population and its flight from the countryside, the crisis of the first Portuguese Republic which resulted in migratory pressure, the Italian crisis that preceded the “Ventennio Fascista” with the losses stemming from the first war, played a preponderant role in reactivating intervention policies to settle the population and be contingent on agricultural production, while dictatorial regimes were in place in those three countries.

The first systematic initiatives of Internal Colonization of significant importance in the last century took place in Spain under the 1907 Ley de Colonización y Repoblación Interior. La Algaida, a colony founded in the municipality of Sanlúcar de Barrameda, in Andalusia, was perhaps one of the first outcomes of population relocation after the so-called “disaster of 98”, which made it urgent to find solutions for settlement and agricultural production capacity for people fleeing the countryside and affected by the loss, on various fronts, of Spain’s overseas colonies.

The impetus generated by this Law led to the creation of eighteen colonies throughout the peninsular territory, on irrigated land, but also on dry land. As Luis Santos y Ganges states, this allowed creating a current of opinion favorable to Internal Colonization operations, with an ideological basis hinged on the principle of a land plot for each family, with a house on each plot.

After a few more initiatives to promote colonization, particularly during the Primo de Rivera dictatorship, which had very limited action, the idea of pueblo de colonización

was introduced with the 1932 Ley de Obras de Puesta en Riego passed by the government of the Second Spanish Republic, which referred to the “creation of new urban centers close to fertile land and far from large cities” by distributing land plots in order to establish the so-called “family assets”, creating conditions suitable for agricultural production based on the hogar campesino consisting of a house and attached garden.

Thus, according to the aforementioned author, the principle of rural settlement in a concentrated habitat was indirectly established as a technical matter, away from political struggle. This principle was backed by the initiatives framed under the Agrarian Reform Law, also passed in the same year. An agreement or expropriation enabled distributing land from some large estates to new settlers; the 1907 Law had already addressed such issues as being important for rationalizing the agrarian economy, thus combating the enormous unemployment experienced by countryside workers.

It could also be said that the role of cooperatives, also highlighted in that Law, will have also contributed to reinforcing the idea of concentrated habitat, always based on population settlement as a vital issue in agricultural production and as an essential element for its development.

As part of the creation of the Instituto de Reforma Agrária, several initiatives were put into practice, establishing a tendency to consolidate those principles, and introducing the institute of expropriation to add to the operation, irrigable private lands, of which the tender for the construction of poblados in the Guadalquivir River and Guardalmellato River basins in Andalusia was an interesting example. This was never developed because the 1936 uprising diverted efforts to other fields.

In 1939, the dictatorial regime established by Franco adopted antagonistic social and political principles and promoted a reaction to those of the previous regime, for example by returning the lands that had been expropriated until then. However, given the urgency of the agrarian issue, worsened by the problem of the so-called areas devastated by the 1936 civil war, it designed and published the Basic Colonization Law, which resulted in the foundation of the Instituto Nacional de Colonización: though with different premises, this adopted the principle of Internal Colonization based on Irrigable Area Plans that outlined large irrigated areas where the role of the pueblos de colonización was decisive for their effective use.

Thus, in the decades that followed, the importance of establishing hogares campesinos in settlement centers remained, in order to reduce the costs of building roads and installing various essential services for a healthy and work-motivated life.

In Portugal, the first significant Internal Colonization initiatives in the last century, proposed as a way of increasing agricultural production, were aimed at absorbing the surplus rural population in small-scale farming areas as well as combating proletarianization by reinforcing small-scale family farming, as stated by J. Castro Caldas. Somehow, the idea was to offer an alternative to emigration, especially to Brazil and Africa, and to create a workforce available for the seasonal needs of large properties.

While insufficiency of agricultural production was a topic of debate, Law 6961 of 1920 even went so far as to impose the principle of compulsory cultivation under penalty of sanctions being levied and, at worst, the land being subject to expropriation. To counteract this insufficiency, the figure of the casal de família was instituted that year by Decree as a measure to defend small properties, in order to create

conditions to combat the burden of mortgages that fell on farmers in generating income, as well as the effects of the succession's partition caused by the previous century's liberal laws.

In this context, the creation of the Junta de Fomento Agrícola in the same year proposed that land units be delimited and “sized to support a family of farmers, who would be provided with housing built according to an appropriate model, and the essential small farming implements”, to support which a cooperative should be set up.

This cooperative was to provide technical assistance for management, teaching and administration purposes, and comprising production, sales, credit, insurance and mutual aid functions, as highlighted by J. Castro Caldas. Although the need for concentration of family couples in groups is never mentioned, in 1926, also under the government of the First Republic, the first colonization effort was attempted with the creation of the colónia agrícola of Milagres, Leiria, installed on vacant land, where the first casais were inaugurated in the middle of that year, in a contiguous implantation model.

The new regime, established in 1926, immediately adopted the figure of the casal de família as a vital element in the process of settling the population in the countryside and, with the creation of the Junta de Colonização Interna ten years later, the role of property and family as the foundations of nationality was heightened, supporting the ideology of the “Estado Novo” dictatorial regime, constitutionally founded in 1933, on the idea of private property supremacy serving family individuality as a founding element in developing farming production.

All references to mutual aid systems were immediately done away with, namely to cooperatives that regulated sales and were entities that raised credit for the possible expansion

and improvement of productivity, and the symbolic figure of “ajuntamento” of people as a destabilization element was matched by the notion of the family as the basis of society, with each family corresponding to a “Portuguese home”, as part of the Internal Colonization process, the casal de família.

This is how the Portugal Agrícola e Rural was established: for so many years, it informed the spirit that that regime imposed this as the dominant ideology, and which, within the process of Internal Colonization, always resulted in the settlement of casais de família, generally on vacant land whose appropriation had been brought about by the Law of 1924, or owned by the State, sometimes with some sense of agglomeration in implementing the casais. Such was the case with the colónias agrícolas of Barroso in Montalegre and Boalhosa in Paredes de Coura, other times in semi-dispersion, as was the case with Pegões in Montijo, or even in the dispersion of the casais that were set up in the corresponding land plots distributed along the roads, as was the case with Gafanha da Nazaré in Ílhavo and Martim Rei in Sabugal, or even without a set organization in implementation, such as in Alvão in Vila Pouca de Aguiar.

In all these colonies, a service center was built to support population settlement, with a school, chapel and maternal and child health clinic. To support the work on the land, a technical office and sometimes, attached, a warehouse for seeds and fertilizers and to store the land's products. Farmers were provided with technical support by the Board's agricultural services, in order to guide production and seek to improve farm productivity.

The land plots' farming productivity was always limited, as the idea of establishing a “moralizing space” and a “social laboratory” in the colonies never took hold, as happened to a certain extent in Italy. It can be said that this was due to the fact that in Portugal the instrument of expropriation

was never used to obtain good land, nor were large-scale hydraulic works developed to support the farms of casais, which were always contingent on the production conditions that the territory offered, although some of the colónias agrícolas set up were already using established irrigation systems.

On the other hand, contrary to the purposes expressed in the Internal Colonization process in Spain, financial support was never made available in Portugal to expand and modernize the farm. This condition contributed to difficulty in improving farm productivity, already limited by the land's generally poor suitability for farming production. The great difficulty in obtaining sellable surpluses that would generate monetary income initially contributed to the settlers' need to turn to offering themselves as wage earners, generally as temporary work on other people's land, normally that of large private growers. This need was worsened by the partnership scheme undertaken with the State for developing the land plot, which required handing over one-sixth of the production obtained, thus contributing to gradually abandoning farms, as can still be seen today, encouraged by emigration's strong allure in the middle of the last century.

While in Italy the recovery of unhealthy or marshy lands had been discussed since the 19th century, it was only early last century that the issue of the bonifica agraria was first debated, always associated with the bonifica idraulica, which aimed to recover marshy and unhealthy lands. It was in 1923 that the government of the Fascist Regime issued a Decree Law with the unified text containing the measures for recovering the aforementioned lands. Law 3314 was published the following year, with the "Provedimenti per la bonifica integrale", amended in the following decade.

The bonifica integrale was understood on the one hand as a bonifica idraulica-agraria, since this initiative was aimed at recovering uncultivated lands, making them arable and preparing them for irrigation, and on the other as a bonifica igienico-ambientale, as such lands, very humid, generally promoted the appearance and spread of pestilences such as malaria, with serious consequences for the populace. The recovery work was geared to draining the land and building a system to control irrigation and waste water through the construction of the famous "Mussolini canals" that have inspired so much literature, with Antonio Pennacchi's writings most notable here.

The motivations behind the land recovery policy for the setting up farmers were based on the need to combat the food production deficit, particularly of cereals, whose imports represented around a third of domestic needs in 1925. The need to respond to the requests of those dispossessed during World War I, who were called with the promise of being given uncultivated land to be farmed, was also crucial. Thus, the Opera Nazionale Combattenti, which was reformed in 1923, was founded during the war and reformed again later in order to respond to the complaints and pressures of war veterans and with the aim of making land available for farming, thereby seeking to improve agricultural production capacity in order to reinforce national independence and sovereignty.

It was in 1926, with the start of the bonifica integrale of the area south of Rome, of the paludi pontine, the Agro Pontino, that the first works were carried out, giving rise to the first population settlements, initially comprising workers assigned to the work of drying the land and controlling the water flow, as was the case of Borgo Podgora: this was the first to be permanently installed after having served as a hostel for workers of the bonifica. Ten years later, such works would generate a huge arable

area of around 180,000 ha, where numerous settlers were distributed across the plots obtained by dividing the land and where a network of città di fondazione and borghi di servizio was built, to support the development and attractiveness of the areas recovered for agriculture.

The foundations of this process were also laid in a cereal production campaign, the battaglia del grano, which later inspired the launch of the campanha do trigo in Portugal, and in a policy of expropriation of large estates, particularly in the Puglia Region, supporting the idea of creating a new national social class, created thanks to the distribution of land and the transformation of farmers, who were then operating in partnership with traditional landowners, into settler landowners independent of the yoke of other people's property.

This would be the case in the Tavoliere delle Puglie, the other large area to be improved, the large plain of around 440,000 ha, located in the northern part of that Region, mainly consisting of land suitable for grazing and which was first intervened in 1932, through the recovery of land for farming obtained largely due to that policy of expropriation of large estates and works to retain water lines of greater and lesser importance, which are used to irrigate the more than a thousand land plots distributed to settlers.

Here, too, in this vast area, the construction of a network of borghi di servizio and città di fondazione was planned to support the functioning of activities and their development, and since 1934 Borgo Mezzanone has been the main service centre to support the human life of settlers established in the poderi, land plots with houses on the land. Even today, this borgo continues to play an important role as a service centre and, although the settlers have abandoned the land, over the last fifty years there has been a concentration of property that is now used for extensive production, with large farming areas that use hired labor from abroad.

This phenomenon of land plot abandonment also occurs for reasons of productive organization, which was unable to modernize itself, either due to the limitation imposed by the land plot's small area, or due to the difficulty in obtaining technical support for production development by entities coordinating the process of installing power, namely in relation to product outflow and access to credit, or even due to the low income generated that could not resist emigration's allure in the post-war period.

The bonificazione operations were spread throughout Italy during the "Ventennio Fascista", from the North to the South, from the Region of Sardinia to Croatia. However, it was above all in the Region of Sicily, which, under the direction of the Ente di Colonizzazione del Latifondio Siciliano, founded in 1940, fostered the distribution of land to settlers scattered throughout the territory, even though a network of borghi rurali was planned and partially built where the minimum support services were installed to serve farms.

Therefore, it seems possible to state that in the three countries the founding issue in the Internal Colonization processes was the institution of the casal as the basic element of family settlement, with their plot and their housing integrated into the distributed land, the basis of the national "great dream" of progress in constructing the Nation's identity and strength, a primordial ideological element, based on the idea of the settler as owner. Still, whereas in Spain, for so-called technical reasons, these casais were mostly grouped together in pueblos de colonización, in Italy they were mainly established in a dispersed manner along the roads that the bonificazione process built, and which, due to the size of the recovered land, implied constructing a network of variable-sized urban centers.



In Portugal, however, only the *casal de família* served as the base institution in founding the *colônias agrícolas*, in most of which plots were delimited in a dispersed manner on lands of low agricultural productivity and with only nearby support centers with reduced service provision capacity, generally comprising only a school, chapel, maternal and child dispensary/medical facility, technical support office and, in some cases, the social center/*Casa do Povo*. In addition to the widespread abandonment in the three countries, it is possible to recognize a higher incidence of land abandonment in Portugal than in the other two countries, even when taking into account the abandonment that occurred in Italy in the Puglia Region and in the Sicily Region.

#### CRITERIA

The Internal Colonization developed in the three southern European countries, carried out by the dictatorial regimes that ruled them in the 20th Century, was based on the “*casal agrícola*” institution. The family as the basic unit for working the land, creating production and employment with income, although almost always limited by the difficulty in placing the land’s products on a market favorable to setting value at the source.

This was a circumstance that greatly conditioned developing the purposes of colonization policies, particularly in Portugal and Italy, where production support and reception structures were not created, leaving commission agents to control appropriation of the value generated to the market.

The land was allocated under conditions that limited the accumulation of surpluses, which were necessary for production growth and improving operating techniques, and for the progress of the way of life, partly due to that

circumstance, and in part because the plot’s small size conditioned the quantities produced, making it difficult to establish favorable conditions for their marketing.

A first aspect that highlights the difference in **criterion** between the policies of the three countries in question was the choice of the plots’ **land quality**. In Portugal, practically all the *colônias agrícolas* Farming Colonies promoted by the Junta de Colonização Interna were installed on vacant land, often known as “*peladas*”, a term that means unsuitable for farming development, given its poor suitability, which caused low productivity, while in Italy and Spain, lands with greater suitability and greater preparation for agricultural production were allocated when the Colonies were set up, through clearing that increased the lands’ productive capacity.

A second aspect that contributed to this increase resulted from the **criterion** applied to **water management**, with drainage and use of water from river basins for irrigation. This purpose was not established by Portuguese policies, greatly hampering development of irrigated crops that depended heavily on operating wells and water lines for irrigation, while Italy saw construction of “*Mussolini canals*”, as Antonio Pennacchi called them. In Spain, dams were built mainly associated with the various River Basins of the territories where Internal Colonization operations were concentrated.

These circumstances created significant improvements in the conditions for working the land, since they prepared the soil for agricultural work, reducing the initial difficulties when the settlers were established, and creating greater attractiveness for their settlement. This circumstance added to the choice of land, which was already decisive for agricultural activity, by turning to purchasing and expropriation in order to expand the areas involved, making it profitable to apply the criterion that outlined

the irrigation systems, making this an incentive for the settlers to stay and enjoy better conditions so that they could become attached to the land for a longer period.

Among us Portuguese, however, the criteria set for choosing land for setting up settlers, for soil preparation and in water management systems were not considered in the same way as in Italy and Spain: generally, irrigation systems were not associated with the facilities while land with good agricultural potential was rarely used, only vacant lots, forests and state properties were taken advantage, always refusing to use the instrument of expropriation in order to include and aggregate other more productive areas. Thus, the *colónias agrícolas* in Portugal were greatly conditioned in terms of their initial purposes, with the plots slowly being abandoned and the *casais* being turned into their own homes not intended for farming use. Likewise, this did not create the desired “Spirit of Community”, the “social laboratory”, which was, to some extent, possible to observe in Italy until the 1950s and which, in some cases, is still possible to observe in Spain today. This “Spirit” was reinforced by encouraging the social integration of the various settlers, in the case of Italy by installing a meeting/leisure space, the *dopo lavoro*, and in the case of Spain by the project providing for the existence, in each colony, of a social building with a cinema and party room and of the *Hermanidad Sindical*, an institution created to support and guide agricultural production, but with the purpose of spreading the “Spirit of the Agrarian Colonization Policy”, unifying wills and controlling its proper development, namely with regard to respect for the ideological criterion underlying that Policy.

The purpose of the Internal Colonization Policy in Spain was also to support any improvement actions promoted by the settler on his farm, having created technical and financial mechanisms that allowed access to financing either

for improving crops or for small-scale mechanization. This **production management criterion** was applied in Spain, allowing a greater attachment to the land and the generation of monetizable productive surpluses. The Farming Colonization project was based on the construction of the colonization village: this also involved the creation of a cooperative to support the allocation and distribution of production factors and the marketing of products from the land plots under more favorable market conditions, as established in Portugal in 1924, but which the “Estado Novo” regime later did away with as a purpose.

The project also envisaged reserving land in the *pueblo* for the possible installation of an agro-processing factory unit in order to secure a greater value resulting from production in the area. This situation is still seen in Spain today.

The settlement of the population promoted by Internal Colonization policies gave rise to an intense debate about which model to adopt. In Portugal, as various authors have shown, different methods were tested in the *colónias agrícolas*, and, with no secure criterion in place for installing colonies, as J. Castro Caldas points out, an implementation process was adopted that corresponded to the model of the family-type business economy, based on the family and its fixed base, the installation of the family *casal*, in which paid family work was considered to be wage labor. This is an argument full of ideology with which they sought to substantiate the role of the *casais de família* in the success of colonization operations, as F. Oliveira Baptista points out, comprising work even more constrained by the imposition of the partnership scheme on the farm between the settler and the *Junta de Colonização Interna*.

The *colónias agrícolas* were then installed based on the model of grouping *casais*, such as those in Milagres, Boalhosa, Barroso, and others in keeping with the model



of casais de família dispersed throughout the intervention area, as is the case with Martim Rei, Alvão and Gafanha da Nazaré. Such casais were supported by paths connecting them and a set of buildings that included the school, chapel, medical clinic/maternal and child dispensary, Casa do Povo/ social center and technical support office, sometimes with an attached warehouse.

Despite being a mixed model, Pegões comprises a certain monumentality, following the example of some Italian operations from the previous decade, given that several service centers were set up. This created a significant centrality of Community existence, both in the main center and in the two other centers of Faias and Figueiras, with the most recent of the colonies being promoted, as the only one where an Agricultural Cooperative was established a few years after its inauguration. Such a Cooperative still exists today, whose field products have garnered international awards.

The delimitation of similar-sized land plots smoothly implemented in the territory, conditioned by orographic and hydrographic circumstances, created a geometric grid in the territory that designed a new landscape, corresponding to the planned agrarian structure, as noted by J. Castro Caldas: in certain cases, such as Pegões, this ends up dividing the land into long stretches, making it necessary to implement two centers in addition to the main one that gives the colony its name, also with a distributing and aggregating road organization. Thus, today it is most enjoyed in terms of agricultural use and where all the buildings remain in a good or reasonable state of repair, and generally used to support farming the land.

The debate on a **criterion for establishing the implementation model** to be adopted gave rise to several arguments that, on the one hand, supported the casais' location in territorial dispersion, on the plot's land.

The farm's economic conditions improved by avoiding wasting time required for moving people and products, even though this would make it more difficult to provide services and equipment, as J. Tamés Alarcón points out, and construction costs would be higher due to the isolated buildings.

A strong argument put forward for the grouping model was the fact that it would better allow for the emergence and consolidation of a group identity, of a Community, encouraging the prevention of Colonization Policy's national values as well as the preservation of "cultural and spiritual" values, as noted by J. Castro Caldas, in addition to allowing for greater savings in construction and provision of services, particularly health services. A strong argument favoring the casal dispersion model would enable greater and better monitoring of the farm and saving time on travel, although the school population would be at a disadvantage, as they were subjected to adverse conditions in attending school compared to the conditions offered under the grouping solution.

Building on this debate in Spain enabled observing the application of a criterion that generally organized the territory to be colonized with the implementation of pueblos de colonización corresponding to the model of grouping casais in urban centers located in irrigated areas, but with the recommendation to the operation's designer that the areas with the worst agricultural suitability in the area to be intervened should be chosen for their implementation, so as not to harm the use of arable land.

The Instituto Nacional de Colonización also recommended that the pueblo to be established be located in the center of a circle with a radius of three or no more than four kilometers, so that the settler would not have to spend more than one hour a day traveling to the land plot. It was also suggested that the main facilities, the town hall, the

church, and buildings for commerce and the postal service, be located in the square to be established. An urban center would thus be outlined for aggregating the population, where the various civic and religious events were organized. The designer was asked to design all the other facilities, such as the school and the Hermandad Sindical, as well as a social building containing a bar, party hall, and cinema. It was also suggested that space be delimited to comprise an agricultural cooperative to support the distribution of production factors and the marketing of the land's products. It was also suggested that a land reserve be considered for installing a possible agro-processing factory unit in the future.

Irrigation operations made previously generally unproductive land suitable for agriculture, and irrigable perimeters were outlined in each area, sometimes including private land that was expropriated for the "good of the nation", allowing the land plots to be contiguous and uninterrupted by private individuals. In addition to the three-to-four-kilometer radius circle where the land plots of residents in urban centers, the pueblos, were located, land plots were also delimited and hogares campesinos were built, benefiting from irrigation outside this circle, the isolated houses, and to support the residents, centros cívicos elementales were established in some irrigated areas, the so-called "escuela-capilla", where the school with a canteen, the chapel with a parish hall, and the residences of the priest and teachers were located, and sometimes a craftsman's establishment with their own residence to provide for any necessary minor repairs.

The application of this general implementation criterion outlined a concentrated settlement model that allowed creating a set of colonies associated with the vast national network of irrigated areas located in the water use zones associated with the river valleys and their basins, where

the medium-sized villages were located, for one to three thousand residents depending on the number of possible land plots, and around them, a certain number of casas aisladas located in the area allocated to the colonization operation, and within the irrigation perimeter outlined in those zones. Therefore, together with J. Tamés Alarcón, it can be stated that the **implementation criterion** favored the mixed model, with a center where construction was carried out in groups and a territory where the land plots were delimited and the casal was built, in a dispersed manner, along the road circulation system.

In Italy, it was decided to apply this criterion to colonization operations since 1926, with initial operations in the area south of Rome, in the paludi pontine, marshy lands that gave the operation its name, the Agro Pontino, and six years later in the Tavoliere delle Puglie, a vast plain south of Foggia. The first area to undergo cleaning with soil drying and the creation of a network of water pumping stations and drainage ditches, created a complex system of canals that allowed irrigation and made the soil more productive and healthy, where the centri aziendali were planned, where the operations management was located and the workers involved were housed.

In 1928, a Financing Law that made available to the work substantial amounts of capital from state and industrial sources, and, later, the 1931 Law that instituted the systematic expropriation instrument, enabled broadening the intervention zone, which took up around eighteen thousand hectares. This allowed expanding the operation with better use of the irrigated areas and made the centri aziendali give rise to the new città di fondazione of which Littoria, present-day Latina, was sized as a provincial capital.

In this context, fourteen borgate rurali were built, later considered borghi di servizio, which housed essential

support services for the approximately five thousand land plots in the area, the *poderi*, such as the school, the church and the *canonica*, the *casa de fascio* as a center for disseminating the fascist regime's ideological aims, the *carabinieri* barracks, the health clinic, the post office, some commercial spaces and the one desired by Mussolini, the *dopo lavoro*, where settlers could meet at the end of the working day and which was intended to create conditions for leisure but also to recreate the urban environment that best corresponded to the environment that the displaced settlers had left back in their villages of origin. Only in the operations in Italy, from the north of Ferrara to the south of Sicily, was this type of space planned from the outset, as this was not considered in Iberian operations, although in Spain the *bar de la plaza* were later installed and ended up serving the same purpose.

The organization of the *pueblos*' urban space followed certain criteria, and, as J. Fernández del Amo stated, it was recommended that the project create greater building continuity, without breaches or interruptions, in order to obtain continuous vertical planes that would allow configuring a formalized space, without breaks, without building voids, in order to generate an engaging and welcoming space, so that a community's life could develop within, when returning from the work carried out in the unlimited space without.

This designer of many *pueblos de colonización* also suggested that the "Radburn block" model proposed by C. Stein and H. Wright, tested in New Jersey in the late 1920s, be taken into account. This model used the two fronts of the lot differently so that the connection to the traffic system was made on the "service front" and a pedestrian "quiet zone" was designed on the other, encouraging leisure and rest activities and contact with the neighborhood, thus strengthening the sense of belonging and community

identity. Several villages in Spain applied this idea, which apparently worked well for the purposes outlined.

In some cases, there seems to be a rationality of circulation and a certain pictorial depiction, with the streets' continuity broken by a building, as a finishing touch, in order to deny a visual connection with the surrounding countryside, with the purpose of increasing the "illusion of urbanity", and the design of the square with its symbolic buildings, with the tall bell tower visible from afar, as a "container", where all communal life is intended to unfold, in an attempt to reinforce the "heart" of the *pueblo*, as A. Álvaro Tordesillas and Alberto Meiss point out, or, to highlight the "formal appearances," as J. Flores Soto refers, in order to move the individual soul, transferring it to a spiritual sense of belonging to a community whose characteristics are expressed in these appearances.

## LANDSCAPE

In Italy, the aim of the *borghi di servizio* was to create an extensive network in the territory in order to serve the settlers within a certain proximity, although this proximity was not as controlled on the ground as in Spain, where land plots were established thanks to the establishment of a circle with a three-to four-kilometer radius around the *pueblos de colonización*. To support the land plots located outside that circle, the *centros de servicio elementales*, the so-called "*escuela-capilla*", provided a service close to the isolated houses, with a school comprising a canteen and teachers' residence and a chapel with a catechism hall and parish priest's residence.

The created network of *borghi* allowed constructing a hierarchy of smaller urban centers that would function in a complementary manner, as is the case of the network

planned for the areas of Agro Pontino and Tavoliere delle Puglie, consolidating the mixed model of colonization with isolated poderi, land and housing, minimum service centers and new towns. Edoardo Caracciolo was one of the greatest advocates for theorizing this model, seeking to disseminate the idea of Unnwin's garden city by proposing to design the city in the landscape, thus doing away with the antagonism present in the concepts of town-countryside: this new body, as he advocated, would involve "spraying" the urban center in the agricultural landscape or the urban organization of the vast rural areas.

The proposal comprised deurbanizing the city and formulating a landscape design that could establish a rural city without large urban concentrations, recognizing that the author in the operations carried out in Agro Pontino, elements of rural urban planning, in which the bonifica agraria, idraulica, stradale and edilizia were harmoniously combined, thereby reducing the distance between the place of residence and the place of work, as noted by T. Basiricò. Hence, the proposal to bonificare the landscape by setting up three types of rural centers, a small one equipped with minimum services to support the local authorities, a large one where all the services required to meet the needs of a popolazione civile would be located, and a medium-sized type containing support services for the areas where the largest number of poderi were situated as well as to support the smaller centers.

This would create a rural landscape with urban features, creating a new body, the **rural city**, in which living conditions were ensured by supplies from farming and the hierarchical organization and functioning of the centri made sure all human needs were met. It would be a city not formed by diverse built elements, isolated houses and a compact center, but as a single harmonious whole, strongly diluted in the landscape, as put forth by E. Caracciolo,

where the casale would come to be considered as the cell of a vast organizational complex: the more complete this complex became, the more it would be able to meet human needs, thus reducing the distance between the city and the countryside.

Perhaps the Agro Pontino bonifica process is what best depicts the idea of the **rural city**, where the landscape can be most recognized as "rururban", given the continuity of poderi in the territory and its connection to the network of projected borgate rurali which, in turn, are hierarchically linked to medium-sized cities such as Pontina and Pomezia, and then, at a higher administrative level, to Latina, the provincial capital city.

Of all the areas that are the subject of colonization, it also seems to be in Agro Pontino where the "Spirit of Colonization Policy" was most consolidated, partly because it attracted the most attention of the Fascist Regime given the area's historical tradition, partly because it was completed in relation to its purposes, and in part because the established settlement network allowed for more attractive living conditions. Today, the landscape resulting from this intervention still resembles the models inherent to the theories of the garden city, where people live in a rural environment, enjoying urban amenities.

This network, on the other hand, as a vital part of the mixed model of Colonization, gave greater meaning to the operations carried out, exalting a certain "National Spirit", a feature that was not so intense in Spain, or was otherwise, given the relative isolation of the pueblos de colonización from each other, which allowed for greater and more localized political-ideological control, although the mixed model of medium-sized centers with resident colonists supported the resident colonists on the land plots but without having functional relations with other pueblos, without constituting a network outside their area, despite

the existence of the “escuela-capilla” in the areas close to some of them, thus trying to reduce the aforementioned distance between the isolated settlers in the “unlimited” countryside.

While this process in Spain greatly took into account what had been happening in Italy since 1926 with the bonifica integrale of the Agro Pontino Region, it did not involve such a fine and intense coordination among pueblos, given that the choice of location was significantly contingent on the available irrigable land and the orography, since systematic expropriation was never resorted to as in Italy, but only expropriation carried out in agreement with the owners when their lands were covered by irrigation works. The landscape thus designed shows a model of a city that is important as a settlement element, with the countryside being the workspace and all activity in the territory being, above all, a series of movements from the house-city to the countryside-plot, and the land plots that are outside the circle of influence projected for each pueblo will necessarily be “isolated in the midst of the rural landscape”.

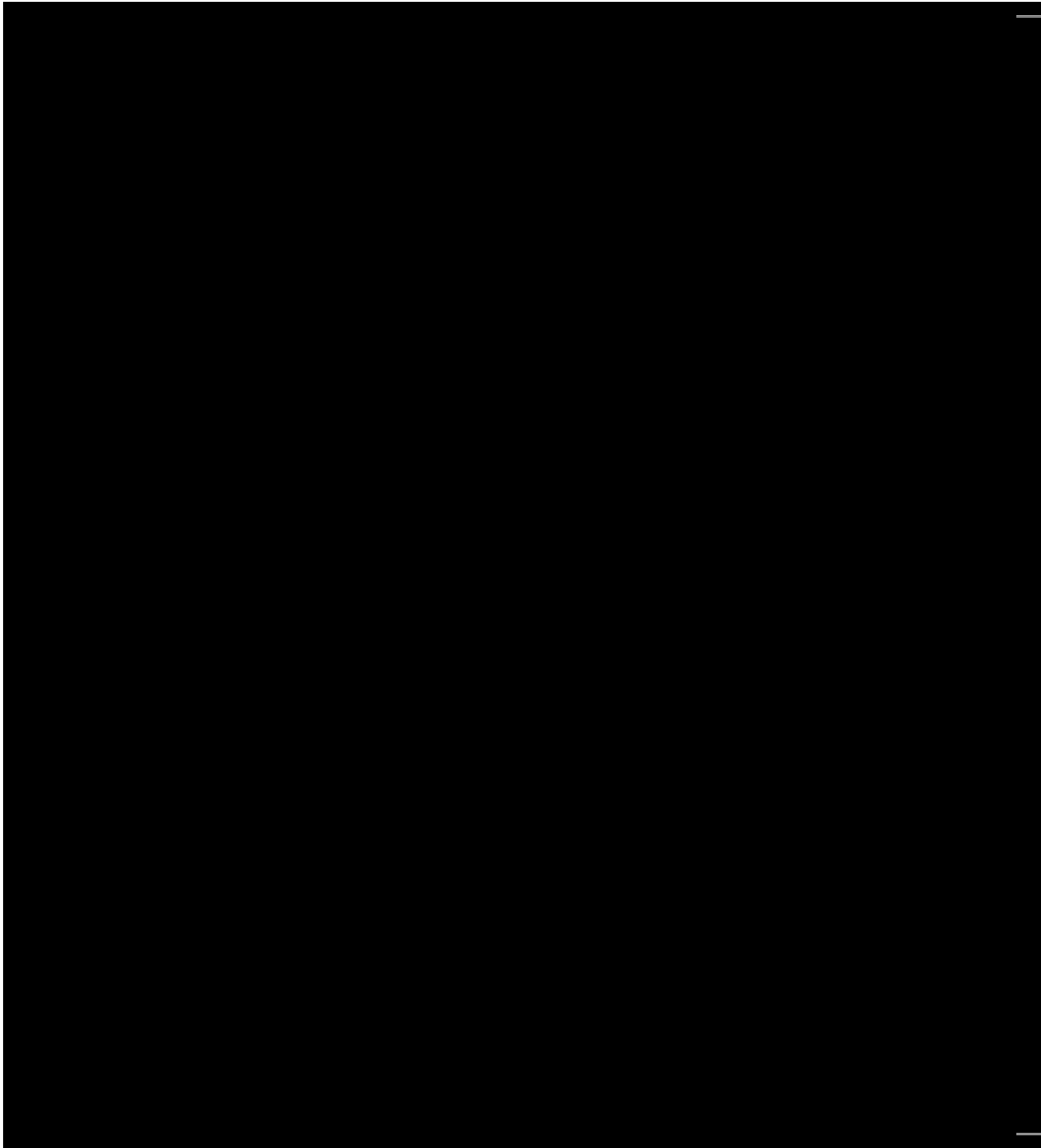
In Portugal, the presence of these operations in the territory ended up creating a rural landscape resulting from the circumstances, and the purposes of the Colonization Policy cannot generally be recognized. The two essential processes for the Farming Colonies to remain attractive examples of the “Ideal Farming Settlement” were not implemented, which were achievable thanks, firstly, to the capture of land suitable for production under a high productivity scheme, and then to the provision of irrigation systems capable of making the obtained production competitive in the market.

It can be said that in the Portugal of Agrarian Colonization, intervention on the land was adapted to the circumstances imposed by the territory in each case, building some centers of casais de família, grouped together or dispersing them throughout the territory, without having had the ability

and the will, depending on the purposes, to shape the countryside as a productive landscape.

In Spain, on the other hand, large garden farms were built, in whose center the pueblos de colonización were located, in many cases bringing the countryside into the city, giving impetus to rural life, which thus took on the symbolic role of pride in social and individual life.

In turn, in Italy, a sort of “rururban” dream was created, associated with a new social class, and the landscape’s major transformations sometimes managed to create a rural urbanity.



**TRANSFORMACIÓN DEL TERRITORIO  
EN LA ESPAÑA DE FRANCO:  
EL REGADÍO COMO ANCLAJE RURAL**

Julián Mora Aliseda



# **TRANSFORMACIÓN DEL TERRITORIO EN LA ESPAÑA DE FRANCO: EL REGADÍO COMO ANCLAJE RURAL**

Julián Mora Aliseda

*Universidad de Extremadura*

## **1. INTRODUCCIÓN**

Durante la dictadura del General Franco, España emprendió un ambicioso proyecto de transformación agraria centrada en la creación de regadíos y poblados de colonización. Si bien, cabe indicar que estas teorías ya arrancaron a modo de propuestas a finales del siglo XIX por el regeneracionista Joaquín Costa, que buscaba la modernización y revitalización de España a través de la reforma agraria y la mejora del regadío como medio para superar el atraso económico y social del país.

A partir del regadío se pretendió combatir la pobreza rural fomentando la construcción de obras hidráulicas (embalses y canales) para recoger agua en los años húmedos y garantizar el regadío de las tierras más deficitarias en precipitaciones en sus periodos secos. Se crearon las Confederaciones Hidrográficas y el regadío se consideró clave para garantizar transformaciones sociales, tanto durante la Dictadura de Primo de Rivera (1923-1930) como en la Segunda República (1931-1939), ésta impulsó los Planes Hidrológicos, aunque no se llegaron a concluir por el estallido de la Guerra Civil.

Así que fue en la Dictadura Franquista, especialmente a partir de la creación del Instituto Nacional de Colonización (1939), cuando se retoma de manera decidida la “reforma” agraria,

que fue origen de conflictos y levantamientos en Extremadura (1934). Si bien no es hasta la aprobación del Plan Badajoz (1952) cuando se aceleran los procesos de transformación del paisaje agrario de secano y/o natural, en algunos casos.

De tal modo que, fundamentalmente entre la década de los 50 y finales de los 60, el Régimen construyó unos 300 pueblos de colonización en 27 provincias para albergar a más de 55.000 familias que llegaron a obtener en propiedad casas y fincas de regadío. Todo ello supuso un gran trasvase poblacional entre los municipios de origen y los de destino, además de crear sentimientos de pertenencia o, mejor, de identificación comunitaria a un nuevo espacio geográfico por parte de las jóvenes familias reasentadas.

## 2. EL TERRITORIO COMO SOPORTE DE LA PLANIFICACIÓN REGABLE

En este sentido, es de reseñar la importancia dada al territorio para la transformación en regadío, los criterios utilizados para la construcción y selección de residentes para estos nuevos pueblos, sin olvidar los impactos de estas iniciativas en el desarrollo rural del país.

Seleccionar las áreas de regadío y construir pueblos de colonización requirió una

planificación cuidadosa y un análisis detallado de diversos presupuestos de partida, para cumplir con los objetivos planteados en la elección de las áreas óptimas para ser regables, así como las de localización de los nuevos conjuntos urbanos y la selección de las familias, según criterios bien definidos.

La participación social, si bien muy dirigida por los cuerpos técnicos del IRYDA, fue clave al promoverse la creación de cooperativas agrícolas y comunidades de regantes que gestionaron de manera colectiva los recursos hídricos y las infraestructuras de regadío.

España experimentó una transformación extraordinaria en su infraestructura hidráulica, incluyendo la construcción de grandes y pequeñas presas, canales y acequias destinados al regadío. Estas obras fueron impulsadas por el régimen como parte de una estrategia para modernizar el país y mejorar la autosuficiencia agrícola para abordar la miseria de numerosos de peones y trabajadores de las áreas rurales.

Criterios para la elección de las áreas regables:

-Calidad del Suelo: Se seleccionaron tierras con suelos fértiles y adecuados para el riego, prácticamente las cuencas sedimentarias de los principales ríos y algunos de los grandes afluentes, al objeto de maximizar los beneficios del regadío.

-Topografía y Drenaje: La topografía del terreno y la capacidad de drenaje también se consideraron en la planificación para evitar problemas como la salinización del suelo y la acumulación de agua.

-Diseño de Poblados: Los nuevos pueblos fueron diseñados con una planificación cuidadosa, teniendo en cuenta factores como la proximidad a fuentes de agua, accesibilidad, y la conexión con infraestructuras existentes. Se buscó crear asentamientos autosuficientes y bien integrados en el paisaje rural, en algunos casos con una maestría excepcional como Vegaviana (Cáceres), emblema de la tan reiterada sostenibilidad en la actualidad.

-Infraestructura Social y Económica: Se establecieron infraestructuras básicas como escuelas, centros de salud, y mercados en los nuevos poblados para mejorar la calidad de vida y fomentar el desarrollo comunitario.

-Desarrollo Agrícola:

1) Parcelación de Tierras: Las tierras de cultivo se parcelaron y distribuyeron entre los colonos, promoviendo una explotación agrícola eficiente y moderna. Esta parcelación facilitó la adopción de nuevas técnicas agrícolas y el uso óptimo del agua de riego.

2) Diversificación de Cultivos: El regadío permitió la diversificación de cultivos, pasando

de secanos tradicionales a cultivos de mayor valor añadido como frutas, hortalizas, y cultivos industriales. Esto no solo mejoró la rentabilidad de las explotaciones agrícolas, sino que también contribuyó a la seguridad alimentaria.

-Impacto Socioeconómico:

1) Fijación de Población: La creación de nuevos asentamientos rurales ayudó a fijar la población en el territorio, reduciendo la emigración hacia las ciudades y equilibrando la distribución demográfica de la región.

2) Mejora de Condiciones de Vida: Las infraestructuras de riego y el reparto de tierras proporcionaron mejores condiciones de vida y oportunidades económicas a los colonos mejorando el bienestar general de los habitantes.

### 3. IMPACTOS TERRITORIALES

Pasamos a enumerar algunas de las transformaciones más significativas del territorio español merced a la política hidráulica para coadyuvar a los planes de regadío, dado que era la única forma de combatir la pertinaz sequía y las desigualdades entre la España húmeda y la seca. El objetivo era aprovechar al máximo los recursos hídricos del país a través de grandes proyectos de ingeniería. Para ello se aprobaron:

a) Construcción de Presas. Uno de los aspectos más destacados de la política hidráulica franquista fue la construcción masiva de embalses (615 nuevas presas). Estos embalses tenían múltiples objetivos, incluyendo el suministro de agua para el regadío, la generación de energía hidroeléctrica y el control de inundaciones. Algunos de los embalses más significativos y de mayor orientación agrícola construidos durante este periodo se localizan en Extremadura (Cíjara, Valdecañas, Orellana, Gabriel y Galán, etc.)

b) Desarrollo de Canales y Acequias. Además de los embalses, se construyeron numerosos canales y acequias para distribuir el agua desde los embalses a las áreas de cultivo. Algunos de los proyectos más importantes fueron:

Canal de Bardenas (Navarra y Zaragoza): Distribuye agua desde el embalse de Yesa para regar vastas áreas agrícolas.

Canales de Orellana y Zújar (Extremadura): para regar las márgenes izquierda y derecha del río Guadiana en las Vegas Altas.

Canal del Bajo Guadalquivir (Sevilla): Contribuye al riego de extensas zonas agrícolas en Andalucía.

c) Creación de paisajes lacustres: La construcción de embalses alteró significativamente el paisaje natural, creando grandes láminas de agua y modificando los ecosistemas locales. En algunas

áreas, inundó tierras forestales y naturales, mientras que en otras, como las de cabeceras de las presas hubo repoblación forestal para luchar contra la erosión y, así, evitar el atarquinamiento. En definitiva, la red de embalses generó nuevos hábitats acuáticos, algunos reconocidos como zonas Ramsar por la Unesco, caso de Orellana.

Si bien, también con la perspectiva de hoy muchos ambientalistas han criticado la construcción de estas presas por los impactos negativos que tuvieron sobre la alteración de ríos y ecosistemas naturales. Y, paradójicamente, al mismo tiempo están siendo declarados por parte de la Unión Europea como espacios protegidos, a modo de “humedales naturales”, incluidos en las ZEPAs (Zona de Especial Protección de Aves) de la Red Natura 2000.

d) Cambios en el paisaje rural. Incremento de la Superficie de Regadío: La superficie de tierras irrigadas aumentaron significativamente, permitiendo la intensificación de la agricultura y el cultivo de productos de alto valor añadido como frutas, arroz, maíz, verduras y hortalizas. Con la consiguiente mejora de la productividad agraria, al minimizarse la dependencia de las lluvias, subieron las producciones y se garantizó la seguridad alimentaria.

e) Extensión media atribuida a los pueblos de colonización. Una de las prescripciones técnicas para la construcción de los pueblos de



**Figura 1**  
 Mapa con el radio técnico de 2,5 kms aplicado por el INC, sobre el Sector XXXV, correspondiente a Torrefresneda (Guareña-Extremadura).

colonización y la extensión agraria adjudicada es que se ajustasen al denominado “módulo-carro”.

Ello permitió diseñar un modelo de asentamientos con tipología de concentrado polinuclear sobre el territorio regable, formando una malla de modo que cada uno de los poblados defina áreas de influencia regable, de acuerdo con el radio habitual de 2,5 kms de ese módulo-carro de desplazamiento de una hora máxima de extremo a extremo del perímetro (unas 2.500 ha, con un máximo aceptable de 3,0 kms (3.000 ha.) cuando la población fuese elevada.

Esa medida de radio tiene su base en el recorrido más largo que pudiera hacer un colono desde su casa a las tierras de labor, en “transporte de tiro de sangre” (mulos o bueyes). Así pues, el territorio transformado en regadío se tapiza de núcleos de colonización que distan entre sí 5 ó 6 km. Así se puede comprobar en algunos de los pueblos emancipados de su núcleo matriz y que ya han adquirido la categoría de municipios, caso de Vegaviana (Cáceres) y otros muchos.

#### 4. CAMBIO DE RUMBO EN LA CREACIÓN DE PUEBLOS DE COLONIZACIÓN

No obstante, los planes de 1952 para construir pueblos de regadío en las áreas más aptas de España, específicamente en el marco del Plan

Nacional de Colonización, enfrentaron ciertas adversidades que impidieron su ejecución completa según lo previsto. Algunas de las razones principales son:

1) Factores Económicos y Financieros. Falta de Financiación: La construcción de infraestructura de regadío y los nuevos pueblos requería una inversión significativa. Sin embargo, la falta de financiación adecuada limitó la capacidad para completar muchos de estos proyectos.

Costes Elevados: Los costos de construcción y mantenimiento de la infraestructura necesaria para convertir tierras de secano en regadío fueron cada vez más altos a lo largo del tiempo de desarrollo.

2) Factores Técnicos y Logísticos. La transformación de vastas áreas de secano en zonas regables supuso desafíos técnicos complejos, como la necesidad de construir presas de gran tamaño y sistemas de riego que fuesen eficientes. Las dificultades técnicas y la falta de tecnología adecuada en esa época retrasaron y complicaron la implementación del citado plan de regadíos.

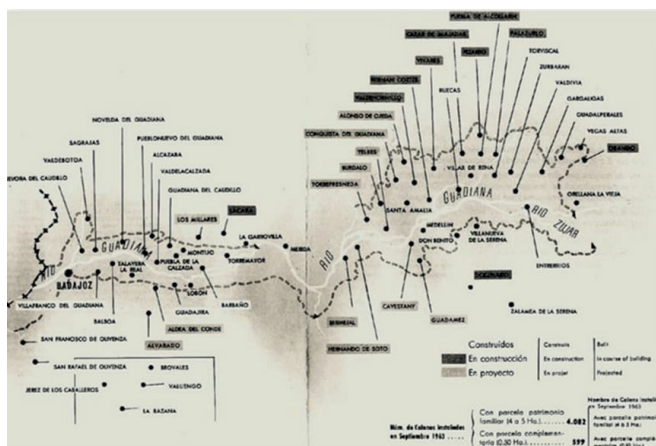
Problemas de Infraestructura: La construcción de infraestructura necesaria, como carreteras y canales, se topó con obstáculos imprevistos. El relieve y la falta de experiencia en proyectos de esta escala también contribuyeron a los retrasos y fallos en la ejecución.

3) Factores Sociales y Políticos. A medida que avanzaba la construcción de los pueblos y la transformación de las áreas regables se aprobó el Plan de Estabilización (1959), que tuvo un impacto significativo en el desarrollo industrial del país, pero también generó una concentración de las inversiones en las áreas urbanas como Cataluña, País Vasco, Madrid o Valencia orientadas a crear Polos de Desarrollo Industrial. De este modo se beneficiaron unas regiones frente a otras, ampliando las desigualdades territoriales con respecto a las regiones agrarias tradicionales.

Este Plan de Estabilización es, a nuestro entender el que definitivamente da la estocada al Plan de Colonización, pues generó unas fuertes corrientes migratorias hacia las áreas industriales, por parte de los trabajadores agrarios que hallaron en el sector industrial mejores condiciones laborales y mayores ingresos, razón por la que a inicios de la década de los años 60 ya no se demandaban tierras para labrar.

Consiguientemente, muchos pueblos de colonización redujeron sus previsiones a la mitad de ocupación de colonos como ocurrió en Torrefresneda o Conquista del Guadiana, y otros no llegaron ni a iniciar la construcción por la falta de demanda de personas dispuestas a asentarse en estas nuevas comunidades agrarias, como sucedió con Búrdalo.





**Figura 2**  
*Mapa con los pueblos previstos para el Plan Badajoz.*

En el siguiente mapa se observan pueblos “en construcción” que se ajustaron a lo previsto, y “en proyecto”, que durante la fase de ejecución en los años 60 redujeron ostensiblemente su tamaño y alguno no llegó a construirse.

## 5. CONCLUSIONES

La transformación del territorio en regadío y la creación de poblados de colonización durante la dictadura de Franco jugaron un papel crucial en la modernización agraria y el desarrollo rural de España. Aunque estos proyectos lograron algunos éxitos en aumentar la productividad agrícola y mejorar las condiciones de vida en áreas rurales, también enfrentaron numerosos desafíos y resistencias.

Asimismo, las obras hidráulicas realizadas durante el franquismo transformaron profundamente el territorio español, expandiendo las áreas de regadío y mejorando la productividad agrícola. Sin embargo, estos cambios también trajeron consigo desafíos ambientales y sociales. La política hidráulica de este periodo dejó un legado mixto de desarrollo económico y transformación del territorio, constituyendo hoy una tipología paisajística característica de muchas áreas de España.



## BIBLIOGRAFÍA

Alcaide, J. (1 024): Laboratorios del Vacío. Experiencias díscolas en el espacio público patrimonial de los pueblos de colonización en Extremadura. Tesis Doctoral. Universidad de Extremadura.

Carreras, A., y Tafunell, X. (2004). Historia económica de la España contemporánea. Ed. Crítica.

Maluquer de Motes, J. (2013). La economía española en perspectiva histórica. RBA.

Mora Aliseda, et al. (2002): I Congreso Nacional sobre el Desarrollo Rural y Agrario en las Vegas del Guadiana. Ed. La Caixa y Fundicotex. Cáceres. ISBN: 84-7723-579-1.

Gallego Simón, V. J. (2014): Colonización, regadíos y desarrollo en el sur de España. Mº de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente. Madrid.

Saumell Lladó, J. (2005): Vivienda de intervención social y actuación en la vida privada. Una aportación a la versatilidad habitacional en asentamientos rurales de las Vegas del Guadiana. Tesis Doctoral. Universidad de Sevilla.

# TRANSFORMATION OF THE TERRITORY IN FRANCO'S SPAIN: IRRIGATION AS BEING RURAL-BASED

Julián Mora Aliseda

*Universidad de Extremadura*

## 1. INTRODUCTION

During General Franco's dictatorship, Spain undertook an ambitious agrarian transformation project centered on creating irrigation and colonization villages. Still, it should be noted that these theories were already proposed in the late 19th century by regenerationist Joaquín Costa, who sought to modernize and revitalize Spain through agrarian reform and by improving irrigation as a means of overcoming the country's economic and social backwardness.

Through irrigation, the idea was to combat rural poverty by promoting the construction of hydraulic works (reservoirs and canals) to collect water in wet years and guarantee irrigation of lands with the greatest rainfall deficit during dry periods. The Hydrographic Confederations were created, as irrigation was considered key to ensuring social transformations, both during the Dictatorship of Primo de Rivera (1923-1930) and in the Second Republic (1931-1939), which promoted the Hydrological Plans, although they were not completed due to the outbreak of the Civil War.

Thus, it was during the Franco Dictatorship, especially after the creation of the Instituto Nacional de Colonización (National Colonization Institute) (1939), when the agrarian "reform" was decisively resumed, which gave rise to conflicts and uprisings in Extremadura (1934). Nonetheless, it was not until the approval of the Badajoz Plan (1952) when the processes of transforming the dry and/or natural agricultural landscape were hastened, in some cases.

So much so that, essentially between the 1950s and the late 1960s, the regime built some 300 colonization villages in 27 provinces to house more than 55,000 families who ended up obtaining ownership of houses and irrigated farms. All of this entailed a large population transfer between the municipalities of origin and destination ones, in addition to

enabling the young resettled families to experience a sense of belonging or, better yet, of community identification with a new geographical space.

## 2. THE TERRITORY AS A SUPPORT TO IRRIGATION PLANNING

In this regard, it is worth highlighting the importance given to the territory for transformation into irrigated land, the criteria used for the construction for selecting residents for these new towns, not to mention the impacts of these initiatives on the country's rural development.

Selecting irrigated areas and building colonization villages required careful planning and a detailed analysis of various starting budgets, to meet the objectives set in selecting the optimal areas to be irrigated, as well as the location of the new urban complexes and the selection of families, according to well-established criteria.

Social participation, though largely directed by IRYDA's technical staff, was key in promoting the creation of agricultural cooperatives and irrigation communities that collectively managed water resources and irrigation infrastructure.

Spain experienced an extraordinary transformation in its hydraulic infrastructure, including the construction of large and small dams, canals and ditches for irrigation. These works were promoted by the regime as part of a strategy to modernize the country and improve agricultural self-sufficiency to address the hardship of many rural workers and laborers.

Criteria for selecting irrigable areas:

-Soil Quality: Lands with fertile soils suitable for irrigation were selected, practically the sedimentary basins of the

main rivers and some of the large tributaries, in order to maximize the benefits of irrigation.

-Topography and Drainage: The land's topography and drainage capacity were also considered in the planning to avoid problems such as soil salinization and water accumulation.

-Village Design: The new towns were designed through careful planning, taking into account factors such as proximity to water sources, accessibility, and connection to existing infrastructure. The idea was to create self-sufficient settlements that were well integrated into the rural landscape, in some cases with exceptional mastery, such as Vegaviana (Cáceres), a symbol of the sustainability that is so often reiterated today.

-Social and Economic Infrastructure: Basic infrastructure such as schools, health centers and markets were established in the new villages to improve quality of life and encourage community development.

-Agricultural Development:

1) Land Division into Parcels: Farmland was divided into parcels and distributed among the settlers, promoting efficient and modern farming. This division of land facilitated the adoption of new farming techniques and the optimal use of irrigation water.

2) Crop Diversification: Irrigation allowed for crop diversification, moving from traditional dry land to crops with higher added value such as fruits, vegetables, and industrial crops. This not only improved farming profitability but also contributed to food security.

-Socioeconomic Impact:

1) Settling the Population: The creation of new rural settlements helped to settle the population in the territory,

reducing emigration to the cities and balancing the region's demographic distribution.

2) Improved Living Conditions: Irrigation infrastructure and land distribution provided better living conditions and economic opportunities for settlers, improving inhabitants' general well-being.

### 3. TERRITORIAL IMPACTS

We will now list some of the most significant transformations of the Spanish territory thanks to the hydraulic policy to support irrigation plans, given that it was the only way to combat persistent drought and inequalities between humid and dry Spain. The aim was to make the most of the country's water resources through large-scale engineering projects. To this end, the following were approved:

a) Construction of Dams. One of the highlights of Franco's hydraulic policy was the massive construction of reservoirs (615 new dams). These reservoirs had multiple objectives, including supplying water for irrigation, generating hydroelectric power and controlling floods. Some of the most significant farming-oriented reservoirs built during this period are located in Extremadura (Cíjara, Valdecañas, Orellana, Gabriel y Galán, etc.)

b) Development of Canals and Ditches. In addition to the reservoirs, numerous canals and ditches were built to distribute water from the reservoirs to the cultivated areas. Some of the most important projects included:

Bardenas Canal (Navarra and Zaragoza): Distributes water from the Yesa reservoir to irrigate vast agricultural areas.

Orellana and Zújar Canals (Extremadura): to irrigate the left and right banks of the Guadiana River in Vegas Altas.

Bajo (Lower) Guadalquivir Canal (Seville): Contributes toward irrigating large agricultural areas in Andalusia.

c) Creation of lake landscapes. The construction of reservoirs significantly altered the natural landscape, creating large bodies of water and modifying local ecosystems. In some areas, forest and natural lands were flooded, while in others, such as the headwaters of dams, forests were replanted to combat erosion and thus prevent silting. In short, the network of reservoirs generated new aquatic habitats, some of which have been recognized as Ramsar areas by UNESCO, as is the case with Orellana.

Still, even from today's perspective, many environmentalists have criticized the construction of these dams for the negative impacts they had on modifying rivers and natural ecosystems. And, paradoxically, at the same time they are being declared by the European Union as protected areas, as "natural wetlands", included in the Natura 2000 Network's SPAs (Special Protection Areas for Birds).

d) Changes in the rural landscape. Increase in Irrigated Area: The area of irrigated land increased significantly, allowing for the intensification of agriculture and the cultivation of high value-added products such as fruits, rice, corn, vegetables and greens. With the resulting improvement in farming productivity, by minimizing dependence on rainfall, production increased and food security was ensured.

e) Average area attributed to the colonization villages. One of the technical requirements for building the colonization villages and the awarded agricultural area is that they should conform to the so-called "cart-module".

This enabled designing a settlement model with a polynuclear concentrate typology on the irrigable territory,

forming a mesh so that each of the towns establishes irrigable influence areas, in accordance with the usual radius of 2.5 km of that cart module with maximum travel time of one hour from one end of the perimeter to the other (about 2,500 ha, with an acceptable maximum of 3.0 km (3,000 ha) when the population is high.

This radius measurement is based on the longest distance a settler could take from his home to the farmland, using “animal-drawn transportation” (mules or oxen). Thus, the territory transformed into irrigated land is covered with colonization centers that are 5 or 6 km apart. This can be seen in some of the villages that have been emancipated from their parent center and have already acquired the status of municipalities, such as Vegaviana (Cáceres) and many others.

#### 4. CHANGE OF DIRECTION IN CREATING COLONIZATION VILLAGES.

However, the 1952 plans to build irrigated villages in the most suitable areas of Spain, specifically within the framework of the National Colonization Plan, faced certain adversities that prevented their complete execution as planned. Some of the main reasons include:

##### 1) Economic and Financial Factors:

**Lack of Funding:** While the construction of irrigation infrastructure and new villages required a significant investment, lack of adequate funding limited the ability to complete many of these projects.

**High Costs:** The costs of building and maintaining the infrastructure needed to turn dry land into irrigated land became increasingly high over the time of development.

2) Technical and Logistical Factors. Turning vast areas of dry land into irrigable areas posed complex technical challenges, such as the need to build large dams and efficient irrigation systems. Technical difficulties and the lack of adequate technology at that time delayed and complicated the implementation of the aforementioned irrigation plan.

**Infrastructure Issues:** The construction of necessary infrastructure, such as roads and canals, came across unforeseen hurdles. The relief and lack of experience in projects of this scale also contributed to delays and failures in execution.

3) Social and Political Factors. As the construction of villages and the transformation of irrigated areas progressed, the Stabilization Plan (1959) was approved, entailing a significant impact on the country’s industrial development, but also generated a concentration of investments in urban areas such as Catalonia, the Basque Country, Madrid or Valencia aimed at creating Industrial Development Hubs. In this way, some regions benefited over others, widening territorial inequalities with respect to traditional farming regions.

It is our opinion that this Stabilization Plan is the one that definitively dealt the final blow to the Colonization Plan, since it generated strong migratory currents towards industrial areas by agricultural workers who found better working conditions and higher incomes in the industrial sector, which is why in the early 1960s there was no longer any demand for farmland.

Consequently, many colonization villages reduced their forecasts to half the occupation of settlers, as was the case in Torrefresneda or Conquista del Guadiana, and others did not even begin construction due to the lack of demand from

people willing to settle in these new agrarian communities, such as what took place in Búrdalo.

The following map shows villages “under construction” that met expectations, and “project” villages that were significantly reduced in size during the execution phase in the 1960s and some were never built.

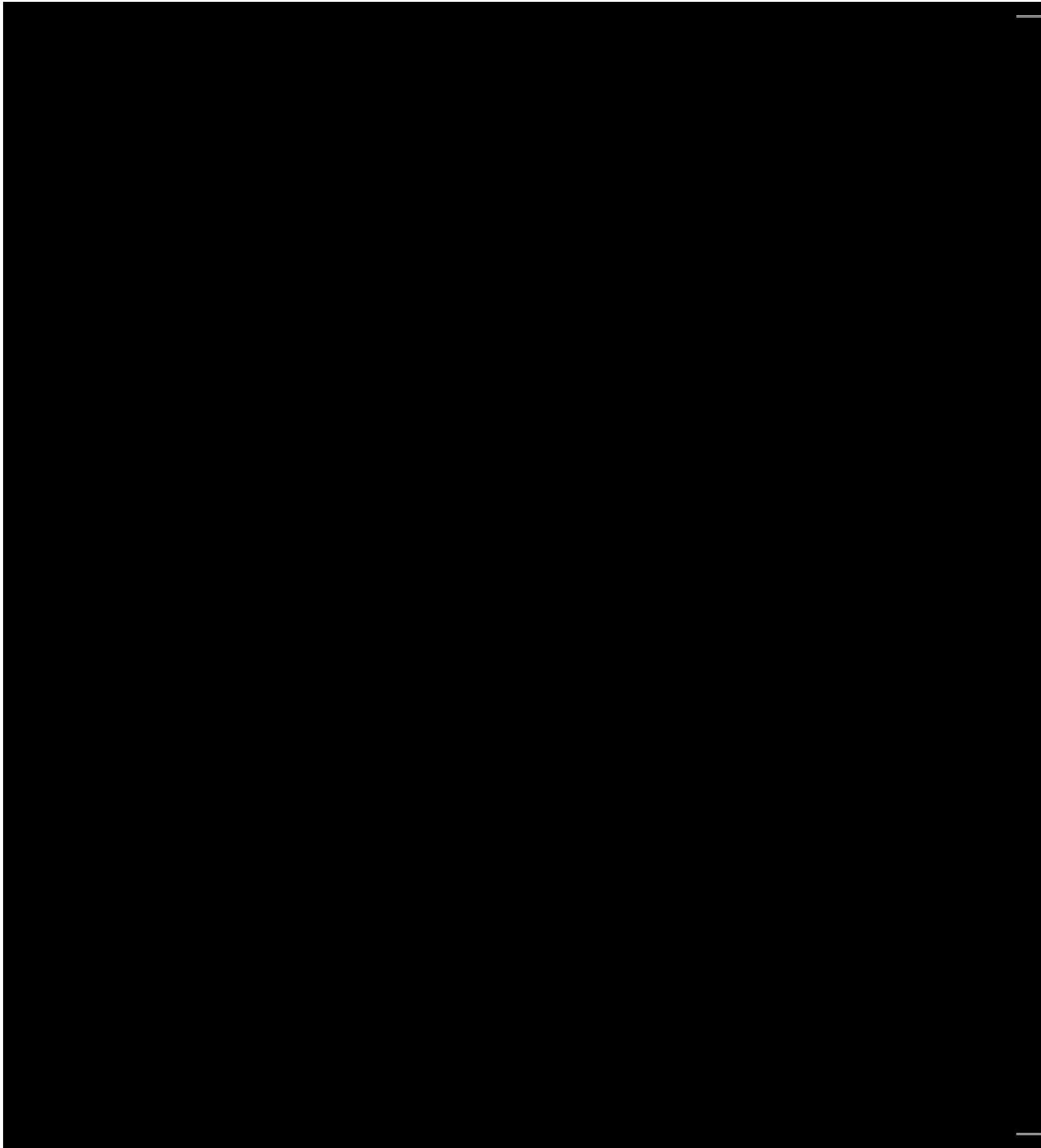
## 5. CONCLUSIONS

The transformation of the territory into irrigated land and the creation of colonization villages during Franco's dictatorship played a crucial role in Spain's agrarian modernization and rural development. Although these projects achieved some successes in increasing farming productivity and improving living conditions in rural areas, they also faced numerous challenges and significant resistance.

Likewise, the hydraulic works carried out during the Franco regime profoundly transformed the Spanish territory, expanding irrigated areas while improving farming productivity. However, these changes also brought with them environmental and social challenges. This period's hydraulic policy left a mixed legacy of economic development and territorial transformation, constituting a landscape type characteristic of many areas of Spain today.







O DEBATE POLÍTICO E A QUESTÃO DA  
COLONIZAÇÃO AGRÁRIA NO SÉCULO XX

Rui Braz Afonso

## **O DEBATE POLÍTICO E A QUESTÃO DA COLONIZAÇÃO AGRÁRIA NO SÉCULO XX**

Rui Braz Afonso

*Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo  
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*

A instalação de agricultores em terras incultas nos países do sul da Europa no século passado, criou um debate intenso sobre as várias questões que implicavam a definição de modelos de ocupação do território e de organização da vida dos colonos agrícolas. A ideia geral foi o do aproveitamento das terras incultas de modo a tirar partido das capacidades da mão de obra e poder contribuir para um aumento do produto agrícola permitindo substituir importações, e dando uma esperança de melhoria à vida dos agricultores envolvidos, desapossados do seu habitat por devastação gerada por conflitos armados nalguns casos, e em geral oprimidos pelas difíceis condições da produtividade na exploração da terra.

As políticas de fomento da produtividade com a criação de regadios e o desassoreamento e arroteamento da terra, deram grande impulso às condições de ocupação de terrenos para serem agricultados. Em Espanha com o aproveitamento das bacias hidrográficas para a construção de sistemas de rega e em Itália com as drenagens e condução de água nas planícies, foi possível criar uma rede de canais e caminhos que permitiram a instalação de grande número de colonos em terrenos até então pantanosos ou incultos, como na zona do *Agro Pontino* em Itália, exemplo de intervenção sobre a paisagem para permitir a criação de uma rede de cidades e pequenos

povoados rurais, em apoio da dispersão territorial da política da “casa na parcela” ou como nas zonas abrangidas pelos planos de regadio associados aos grandes rios peninsulares, com a construção de uma rede de *pueblos de colonización* que permitiram a fixação de elevado número de trabalhadores dedicados à agricultura dos campos entretanto preparados para serem movimentados.

Em Portugal a política de colonização agrária durante o regime do “Estado Novo” não teve a amplitude de envolvimento de meios que permitisse operações de regadio e de fixação de população que tivessem impacto significativo na produtividade da produção agrícola e tão pouco no produto interno bruto. A política hídrica teve como principal objectivo a produção de energia e só em alguns poucos casos se instalaram regadios de escala regional, como o aproveitamento do Sorraia, do Sado e do Mira por exemplo, embora os grandes beneficiários destes regadios fossem os agricultores particulares e empresas, com raras excepções como a da zona de Pegões, onde se instalou um sistema de regadio apoiado no aproveitamento do Sorraia, que suportou um processo de parcelização de uma propriedade do Estado, que fundamentou a construção de uma colónia agrícola promovida pela Junta de Colonização Interna para fixação de trabalhadores rurais.

Este texto procura trazer para a discussão os critérios que orientaram estes processos de colonização interna, entendida como conjunto de providências que têm por fim realizar a mais completa utilização da terra e nela instalar o maior número de colonos, considerando os processos de preparação e disponibilização dos terrenos de cultivo, e os modelos urbanísticos de fixação dos trabalhadores rurais nas áreas intervencionadas, nos três países do Sul da Europa que sofreram regimes políticos ditatoriais.

#### A TERRA, A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM, E O APROVEITAMENTO AGRÍCOLA

As questões relativas à ideologia dos regimes políticos em apreço, permitem perceber orientações bastante diferentes. Se em Itália se pretendia “fazer de cada trabalhador agrícola um proprietário” atenuando assim os problemas do desapropriação da propriedade a que foi submetida uma parte da população, resultantes dos conflitos bélicos da primeira grande guerra, criando uma esperança nacional com a construção de uma sociedade de pequenos proprietários, e promovendo um modelo de ocupação territorial assente na produção agrícola, e uma economia que produzia condições de sobrevivência para

colonos e para a população, incrementando o rendimento e o desenvolvimento social, em Portugal a ideologia dominante propunha a família como elemento central da transformação produtiva e social, e a cada família correspondia uma casa e um lote de terra para cultivar, sem preocupações de criar excedente e sempre não considerando a cooperação e a entre ajuda como modo de fomentar o sentido de pertença a uma comunidade de colonos e melhorar as condições de produção.

As políticas portuguesas estiveram sempre marcadas por esta definição de “casa portuguesa” como elemento central de ação social e produtiva, sobretudo sentida nos campos, onde a entreajuda nunca foi estimulada sempre com o temor dos “ajuntamentos”, que eram considerados focos de contestação e espaços de organização dos movimentos reivindicativos, motivados pela revolta gerada pelas dificuldades impostas pelas condições de vida.

A questão da produtividade será a que marca e distingue as diversas políticas de aproveitamento agrícola nos três países. As políticas de fomento agrícola em Espanha na segunda metade do Século passado foram baseadas na necessidade de construir sistemas de regadio de modo a que aumentasse a produtividade da exploração da terra, desenhando planos hídricos que

organizaram o território, também tendo em conta certas áreas devastadas pela guerra civil de 1936, e que permitisse o aproveitamento de bacias hidrográficas, concentrando áreas regadas de modo a tornar mais viável a obtenção dos produtos e sua comercialização. Ao abrigo destas políticas foram construídas barragens e redes de canais de irrigação e de caminhos, que abriram o acesso dos campos à água e aos cultivadores, transformando significativamente a paisagem.

Em Itália as políticas de fomento agrícola tiveram como fundamento de partida a recuperação de áreas insalubres de modo a combater o flagelo do paludismo e o melhoramento das condições de exploração de áreas aptas para a produção agrícola, mas de baixa produtividade, embora a ideologia dominante durante o governo do “*Ventennio Fascista*” (de 1922 a 1943) impusesse a fixação dos antigos combatentes da primeira grande guerra nas terras bonificadas, organizando a sua distribuição e gestão através da *Opera Nazionale Combattenti* nomeadamente no *Tavogliere delle Puglie*, extensa planície a Este de Roma, com mais de quatro mil quilómetros quadrados, terra que foi irrigada e se tornou produtiva, produzindo um campo “nu” com significativa perda de vegetação autóctone, na qual a ideologia dominante transformou ex-combatentes e outros desapossados da terra em possuidores de uma parcela de terreno fértil e de uma casa associada à parcela.

Em Portugal durante o “Estado Novo” as políticas de fomento agrícola tiveram um impacto menor, seja pela limitada ação da Junta de Colonização Interna na construção de Colónias Agrícolas, seja pelo pouco intenso programa das Aldeias Melhoradas para o Bem Estar Rural, que beneficiou a vida rural em algumas aldeias facilitando a permanência dos agricultores, seja pelo deficiente fomento de Regadios Agrícolas, sendo que estes em particular tiveram quase sempre uma ação limitada no território e quase sempre beneficiaram lavradores proprietários já instalados, tendo raramente sido efectuado controle à sua execução no terreno e potenciação na produção, com excepção da instalação de grandes operações de aproveitamento hídrico, que têm ainda hoje um papel importante na formação do produto agrícola nacional, permitindo produção reconhecida em Portugal e em alguns países da Europa, embora muitos deste sistemas só recentemente tornassem disponível a água para rega, como é o caso do sistema do Vale do Mondego e o da Cova da Beira.

O que ressalta como especificidade das políticas praticadas em Portugal parece ser a questão ideológica que o regime difundiu como pilar da vida social, assente nos valores da família que se apresentava como a célula central da paz e do progresso social e o garante da reprodução das relações de produção. No programa de construção

de colónias agrícolas a preocupação não era construir aglomerados com elementos urbanos que convidassem à vida colectiva, à cooperação e entreaajuda, antes foi distribuir os instituídos casais agrícolas pelo território, quase sempre sem preocupações de fazer malha urbana e aglomerado, apenas propondo um modelo urbano semelhante ao das “capelas-escolas”, *centros cívicos elementales*, promovido pelo *Instituto Nacional de Colonización* fundado em 1939 em Espanha.

Com a criação da Junta de Colonização Interna em 1936 foi fomentada a identificação e preparação de terrenos para a fixação de casais agrícolas, promovendo a gestão da água para rega, que teriam no terreno o apoio de postos agrários que orientariam tecnicamente a cultura levada a efeito pelos colonos que se instalariam nos casais agrícolas construídos em cada colónia. Também os Planos de Fomento do Governo propunham especial atenção a dar aos melhoramentos agrícolas e à reestruturação fundiária e à gestão dos baldios, pelo que se deu continuidade a um processo de colonização com arroteamento de terrenos e sua divisão em glebas, de dimensão variável em função da aptidão produtiva da parcela.

Depois da experiência dos Milagres, que teve lugar ainda antes da implantação do “Estado

Novo”, onde os casais foram instalados ao longo de caminhos, e até à Colónia da Boalhosa, onde os casais se organizaram numa malha urbana de diminuta dimensão, um percurso de trinta anos de experimentação teve o seu campo de ação no território, instalando outras cinco colónias. Do ponto de vista da localização, quase sempre se privilegiou a proximidade de terrenos baldios, que foram arroteados sem grandes transformações da paisagem, para serem cultivados, embora em alguns testemunhos recolhidos pela equipe de pesquisa, os colonos que inicialmente cultivaram as glebas, referissem que o terreno “tinha muita pedra para partir” pelo que os demorados trabalhos iniciais consistiam em preparar a terra para ser arável.

O objectivo da política de colonização foi fundamentalmente o aproveitamento de terrenos baldios, tendo-se previsto no Plano de Fomento Nacional de 1952 que cerca de setenta e cinco por cento da área total a intervencionar fosse por aproveitamento de baldios, cerca de 86.000ha num total de 115.682ha segundo Carlos Gomes, tratando-os para serem agricultados por colonos a serem instalados em casais, procurando fixar população e ser uma alternativa à emigração para os grandes centros urbanos, e aumentar a produção de alimentos de que se sentia então a carência. O princípio de localização dos casais agrícolas, foi o da construção na proximidade das

glebas destinadas quase sempre ao cultivo de sequeiro, instalados ao longo de um sistema de caminhos e na disponibilidade de uma terra na proximidade para horta e portanto subsistência da família, regada pela “água do poço”.

Os casais construídos em quase todos os casos foram localizados ao longo da rede de caminhos de acesso aos terrenos, e dispostos ao longo destes, sem criar malha nem centro, embora convergindo para um local onde se instalou a escola e a capela e quando possível residência de professor e outros serviços, sanitários e comerciais, ou para um outro onde se instalou o serviço de Brigada Agrícola, com serviço técnico e armazém de sementes e fertilizantes, em apoio à cultura por parte dos colonos. A Colónia de Milagres, a de Martim Rei, que foram as duas inicialmente instaladas, a de Alvão e a da Gafanha, foram instaladas segundo este princípio, onde se privilegiava a vida no casal e não se promoviam actividades de lazer ou de convívio, apenas dando relevo ao ensino e à religião, criando dificuldades ao estabelecimento de relações de vizinhança e de solidariedade no trabalho. Cada casal seu mundo, segundo o princípio ideológico do regime do “Estado Novo”, “uma casa portuguesa, pão e vinho sobre a mesa, um S. José de azulejos, dois braços à minha espera, uma família humilde e benfazeja”, como diz a canção que sempre foi representativa dos valores do regime.



Nestas colónias não se podem identificar locais de urbanidade, apenas edifícios com funções que eram frequentados em certos momentos, dando grande relevo à missa dominical e à festa anual, momento em que forasteiros demandavam estas paragens, trazendo novas de outras terras e criando ocasiões de confraternização, e quotidianamente a frequência de crianças no edifício da escola. Em Martim Rei, exceccionalmente, foi construída uma “pérgola” numa zona fresca do caminho que liga o conjunto escola - capela aos edifícios de apoio à cultura, onde o regime montou um cenário de mulheres bordando como lugar de lazer e convívio, cuja imagem foi largamente difundida.

Interessante verificar que esta preocupação em criar um sítio de encontro pretensamente quotidiano e de convívio entre vizinhos, traduz um reconhecimento da ausência de lugares tratados para desfrutar os momentos de convívio e de lazer, pois o regime proibia os chamados “ajuntamentos”, estimulando o papel do núcleo familiar como base social e pilar do trabalho. Nunca foram propostos os *dopolavoro* tão queridos a Mussolini nem os *bar en la plaza* e as *Hermandades Sindicales* dos *pueblos*, nem nunca houve praça desenhada. Apenas o adro da capela e o recreio da escola. E algumas rotundas de circulação onde se localizavam os serviços construídos, como é sobretudo claro no caso do núcleo principal de

Pegões, ou a tentativa de desenhar um eixo ao longo do qual se implantaram os casais, que tinha o seu culminar na capela na colina, como em Barroso, ou de aproveitar uma encosta para organizar nas diversas linhas de nível a implantação dos casais geminados, como é o caso de Boalhosa.

Em Espanha e seguindo uma tradição de fixação de agricultores nas zonas rurais que desde o século XVIII vinha sendo fomentada, após o final da guerra civil em 1939 foram o problema das áreas devastadas e o da campanha “por uma Espanha Nova que se constrói”, elementos importantes na definição de uma política de colonização agrária. Era pretendido fundar um processo de reconstrução nacional que atenuasse a desocupação e o empobrecimento das gentes e que promovesse um reordenamento do território, permitindo aumentar a produtividade da produção agrícola e contribuir assim para o aumento do rendimento dos agricultores e simultaneamente para a substituição de importações. Foi então definido um plano de aproveitamento hídrico que permitiu dominar cursos de água de modo a poder criar grandes áreas irrigadas e posteriormente um plano para a fixação de mão obra para a exploração agrícola, para o que se construíram barragens e sistemas de regadio para as parcelas exploradas a partir do aproveitamento da água das bacias

hidrográficas e se instalaram núcleos urbanos nas áreas regadas, para a residência da população que constituiu o “exército de lavradores”.

Este modelo assentou na ideia de que a vida em comunidade permitiria uma melhor troca de ideias entre os serviços de agricultura e os produtores, mais economias de escala nos serviços, maior facilidade na escolarização, e maior controlo sobre a vida dos cidadãos por parte das autoridades, observando a sua capacidade para bem cultivar e a sua actividade cívica na participação da vida colectiva do *pueblo*, e embora o rendimento do agricultor fosse menor se residisse num *pueblo*, dado ter que percorrer uma distância pelos caminhos que conduzem à sua parcela para poder tratar da sua terra com demasiada perda de tempo diário em deslocações, as vantagens de viver em aglomerado teria outras dimensões que foram valorizadas no processo. Pretendia-se criar comunidades de agricultores em ambiente urbano, cuja vida colectiva assentava numa “nova identidade”.

Em Portugal foi aplicado um modelo misto, por assim dizer, dado que nas poucas intervenções de colonização que foram realizadas, foram instalados poucos povoados de ocupação do território, sendo que na maioria dos casos a casa do colono foi construída não muito distante da parcela de terra a ele distribuída, tendo sido

construído um pequeno centro cívico em apoio às casas dispersas no território, com escola, capela e centro técnico de apoio à produção agrícola. Dominou o modelo dos povoados de colonização, pequenos agregados com não mais de meia centena de habitações, nalguns casos construídas em malha viária densa, com instalação de serviços, tendo sido dada especial atenção à educação e à religião mas não à vida colectiva e à entreaajuda e comunhão de ideias, reforçando sempre o carácter individualista da vida social apenas suplantado no momento de festa.

Assim os povoados agrícolas são meros conjuntos de construções que quase sempre se alinham ao longo dos caminhos mas que não se organizam com intenção de criar “aldeia”, como foi intenção dominante em Espanha. Já em Itália a ideia de “cidadão proprietário” levou a que na parcela se desenrolasse a vida do agricultor e sua família, com apoio na criação de uma rede hierarquizada de borghi di servizio, a vida social era estimulada nos momentos de lazer, pós trabalho, onde assumiram grande importância a organização dos dopolavoro, ainda hoje existente, como entidade de partilha de experiências e de sociabilidade nos aglomerados que se construíam em apoio aos colonos isolados no campo, cada um na sua parcela, mas com uma “ligação umbelical” aos serviços que neles se prestavam, normalmente e como mínimo, serviço

escolar, sanitário, religioso, postal, de segurança e de abastecimento de víveres e de factores de produção agrícolas.

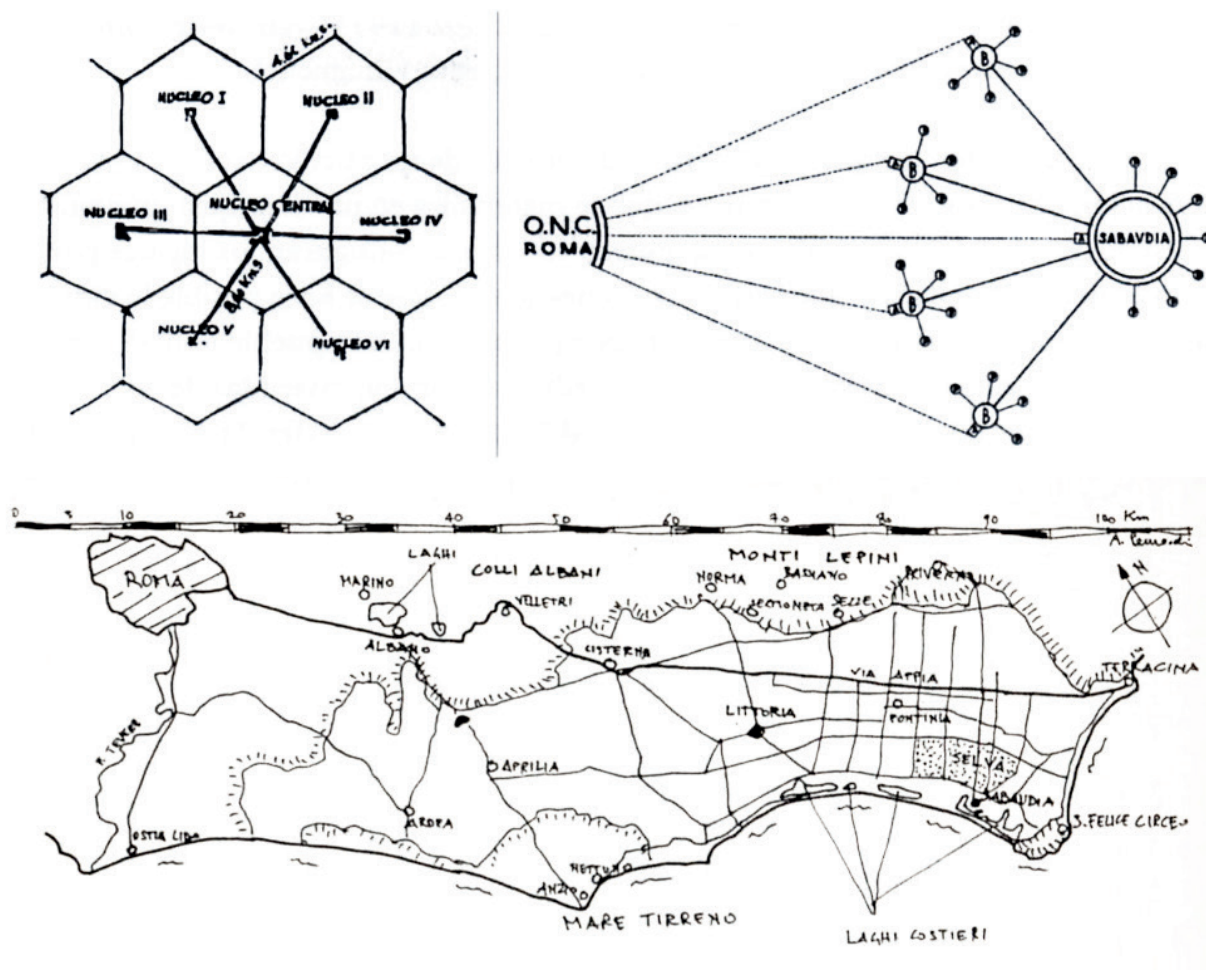
Esta rede de *borghi di servizio*, era por seu lado apoiada por *città di fondazione* onde se pretendia consolidar o povoamento das zonas intervencionadas pelo processo de colonização agrária, e nelas se implantavam os serviços de nível superior e as sedes das organizações fascistas que controlavam as gentes num território vasto. Algumas destas cidades projectadas numa rede territorial mais vasta nunca chegaram a consolidar o seu papel de atração de população, dado que o início da segunda guerra mundial desviou esforços e investimentos para outras paragens. Mas foram desenhadas à imagem e segundo o modelo da cidade tradicional, com a praça central a ser o ponto de concentração de equipamentos e serviços principais, como a casa del fascio, a igreja, a sede de governo municipal e no caso da área do *Agro Pontino*, além das *quattro città* construídas, foi fundada uma cidade sede provincial, Littoria, hoje Latina.

A aplicação deste modelo na zona de Foggia, que se iniciou a construir mais tarde e não foi terminado segundo o propósito inicial dada a circunstância sobreveniente do início da segunda guerra mundial, previa três pequenas cidades, das

quais apenas foram realizadas duas, e de forma incompleta, Segezia e Incoronata, localizadas numa área circundante a Foggia, cidade capital, distando cerca de dez quilómetros desta, e cinco *borgate rurali* das quais apenas foram realizadas algumas, como Borgo Cervaro e Borgo Giardineto, nunca completamente concluídos, por isso hoje funcionando como *borghi di servizio*. Nesta zona foram também construídos os três primeiros *borghi* do então em curso processo de *bonifica integrale*, dos quais o mais importante foi Borgo Mezzanone, inaugurado em 1934, funcionando hoje como dormitório de trabalhadores imigrantes, sujeitos ao sistema de *caporalato*.

## POLÍTICAS, REGRAS E TRAÇADOS

O tradicional abandono do mundo rural foi nos três países em observação, durante o século passado, a motivação política e ideológica para intervir no campo. O melhoramento das condições de vida do campesinato, foi promovido por diversas políticas de colonização agrária. Em Itália, logo nos anos 1920 com a *battaglia del grano*, anos depois “replicada” em Portugal como a campanha do trigo, deram os regimes políticos sinal de pretenderem aumentar a ocupação e consequentemente o rendimento dos trabalhadores rurais, e assim incrementar



**Figura 1**  
 Ilustração do modelo ideal da estratégia de ocupação territorial do INC.  
 comparado com o esquema de ocupação territorial do Agro Pontino

**Figura 2**  
 Agro Pontino em 1938

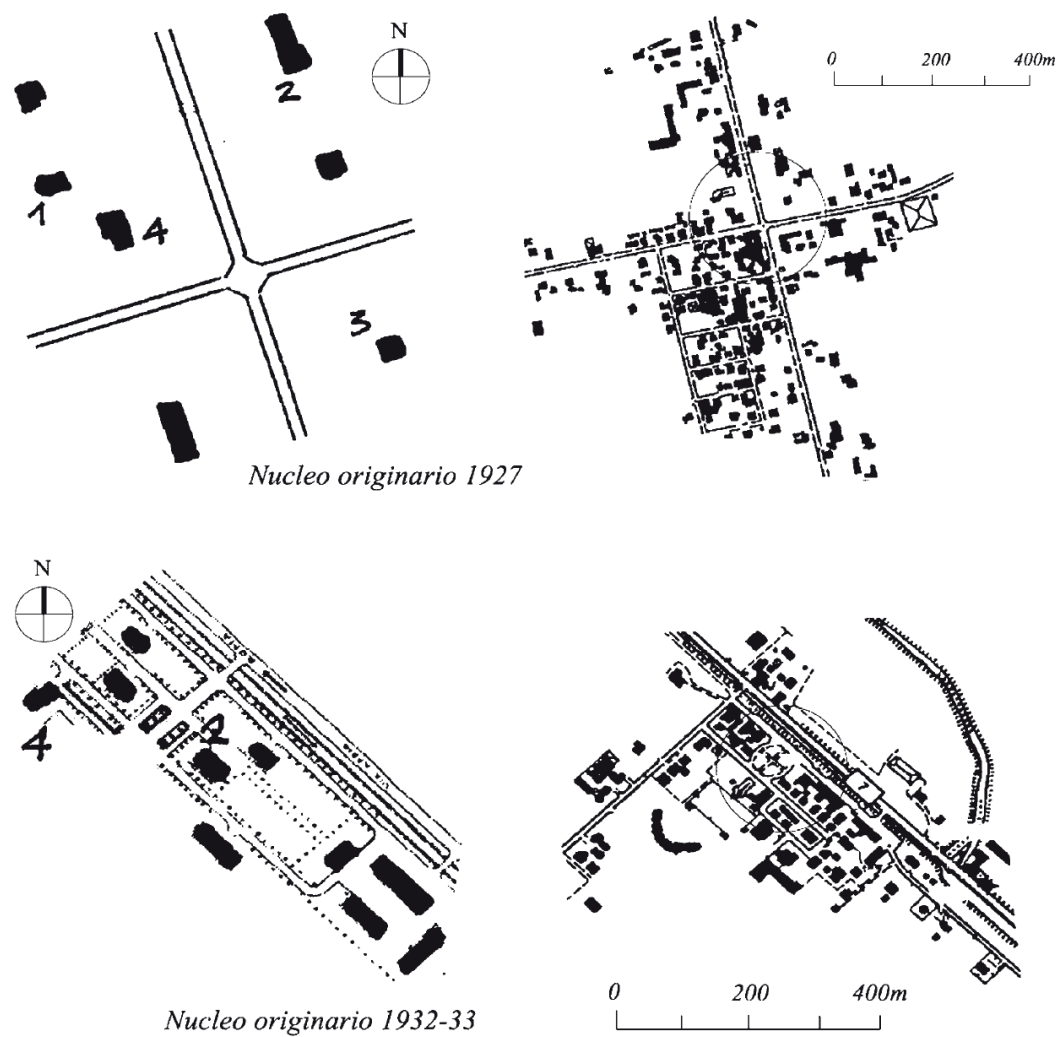
a produção, diminuindo a dependência externa com a substituição de importações.

Nestes dois países, procurou defender-se o mundo rural, com diversas operações de requalificação de terrenos incultos ou sub explorados que se transformaram em campos agrícolas, sempre sob a pretensão de criar melhores condições de vida no mundo rural, em Itália ao abrigo da figura de um lavrador um proprietário, em Portugal com a figura da família rural, para a qual foram instalados os casais agrícolas, dispersos no território, mas com acesso a serviços elementares como a educação e a religião e por vezes o apoio sanitário e a orientação no trabalhos de cultivo. Os terrenos disponibilizados às famílias de colonos eram em geral pouco produtivos, parecendo estas políticas mais uma compensação pelo abandono a que foram votados que a uma intenção produtiva.

Em Itália pelo contrário os terrenos disponibilizados para cultivo foram arroteados e irrigados pelo que as condições de sobrevivência do sistema da *bonifica integrale* ficaram defendidas combinando intervenções de bonificação hídrico-sanitária com a introdução de sistemas de produção intensiva e por vezes de reflorestação de encostas, conforme definido no Decreto Lei 215 de 12 de Fevereiro de 1933, que deveriam assegurar a melhoria das condições de vida dos

combatentes - lavradores - colonos, aumentando o seu rendimento, situação que perdurou até à segunda metade do século passado. Embora com uma falta de planeamento de alcance territorial, como sublinha A. Pennacchi e fruto da falta de previsão resultado das ansias de propaganda do regime, como afirma A. Cerdena, a colonização agrária organizou-se num sistema misto, combinando a fixação dispersa das *casas colónicas* com uma rede hierarquizada de *borghi di servizio* de apoio aos colonos que se instalaram nas suas glebas, construídas ao longo dos caminhos, cujo resultado foi um sistema misto não previsto inicialmente.

O sistema desenvolvido em Espanha assentou na ideia do "ruralismo peninsular" defendido por A. De Souza Camara, "reserva moral de Espanha e do ocidente europeu" e a família rural católica era o modelo social e fundamento político do partido da Falange e do regime franquista, que procurou "a reconstrução nacional" que os efeitos da guerra civil impuseram pela devastação e pelo deslocamento de população para as cidades, constituindo a fundação de novos puebllos, como põem em evidência C. Barciela López e J. Mangas Navas, citados por J. Flores Soto, uma base importante para combater este fenómeno e simultaneamente criar as bases de um sistema de exploração agrícola intensiva nas áreas susceptíveis de serem regadas com o

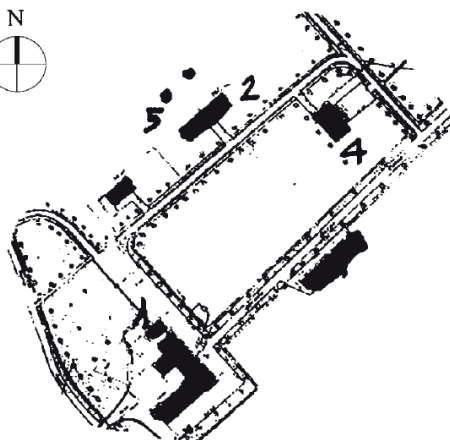


**Figura 3**

*Tipos de traçado urbano original do povoamento do Agro Pontino e sua evolução (1993)*

*Borgo Podgora, Borgo Faiti (nesta página) Borgo Carso, Borgo Grappa (na página sucessiva)*

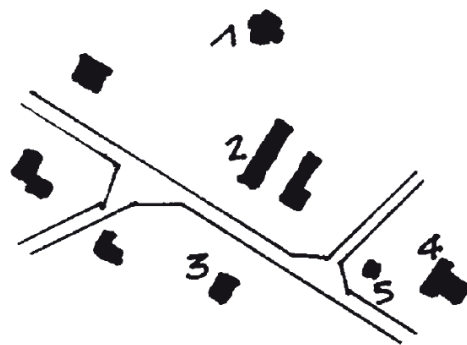




*Nucleo originario 1931-33*



0 200 400m



*Nucleo originario 1929*



0 200 400m



aproveitamento hídrico entretanto desenvolvido, que contribuiu para o aumento da riqueza nacional e para a construção de vivendas dignas para o “exército de lavradores” que a considerável extensão das áreas intervencionadas implicava.

No pós guerra civil, os planos de colonização além de significarem uma primeira tentativa de de planificação geral à escala regional, como mostra o desenvolvimento ainda nos anos de 1940, dos planos das províncias de Badajoz e Jaén, e como acentua E. Delgado Orusco, mais que planos de colonização foram planos de industrialização, distribuição e comercialização de produtos agrícolas das novas terras agora regadas. Uma das recomendações do Instituto para o desenho do traçado dos *pueblos* foi a necessidade de em cada um se reservar um terreno para implantação de uma futura indústria agro transformadora, situação que nunca foi recomendada em Itália e nem em Portugal, existindo apenas na colónia de Pegões ainda hoje uma adega cooperativa e na de Martim Rei, uma cooperativa agro-pecuária.

Mas enquanto em Itália se optou pela “casa na parcela” e pela construção de uma rede hierarquizada de *borghi* em apoio aos colonos, em Espanha foi criada uma rede de *pueblos de colonización*, não hierarquizada. Porém em algumas raras áreas complementares, foram instaladas *casas aisladas*, segundo o modelo da

“casa na parcela”, apoiadas pelos *centros cívicos elementales* teorizados por J. Tamés Alarcón, histórico diretor do *Instituto Nacional de Colonización*, neles se instalando uma escola e seu refeitório, a igreja, e duas casas, a do professor e a do padre, e eram construídos isolados em relação aos *pueblos*, no campo e cobrindo as zonas sobranes do círculo de 6 a 8 quilómetros que definia a área de cultivo adstrita a cada *pueblo*, pretendendo servir de apoio aos colonos que se instalaram nas *casas aisladas*.

O sistema adoptado em Espanha baseou-se na criação de verdadeiros *pueblos*, após intensa discussão entre vantagens e desvantagens de tal sistema, onde residiriam até cerca de mil colonos segundo a área parcelizada em torno a cada um deles, procurando fixar famílias de lavradores para os quais se propunha a vida numa comunidade que se iria consolidando no tempo. Foi definida pelo *Instituto Nacional de Colonización* uma regra territorial para a instalação dos *pueblos* devendo estes se ter uma localização central relativamente às parcelas de cultivo de modo a poderem estas distar não mais de três ou quatro quilómetros no máximo da residência do colono, o chamado “módulo carro”, definindo-se assim um círculo com diâmetro de seis a oito quilómetros, de parcelas trabalhadas pelos colonos residentes, definindo uma área de regadio adstrita aos colonos residentes de entre

três mil e quatro mil hectares, sendo fora deste círculo instaladas nas restantes terras abrangidas pelo regadio, as *casas aisladas*, junto da parcela atribuída a cada colono, como se pode observar nas zonas envolventes dos círculos definidos de pertinência de Vegaviana e Moheda de Gata, no regadio de Árrago - Borbollón.

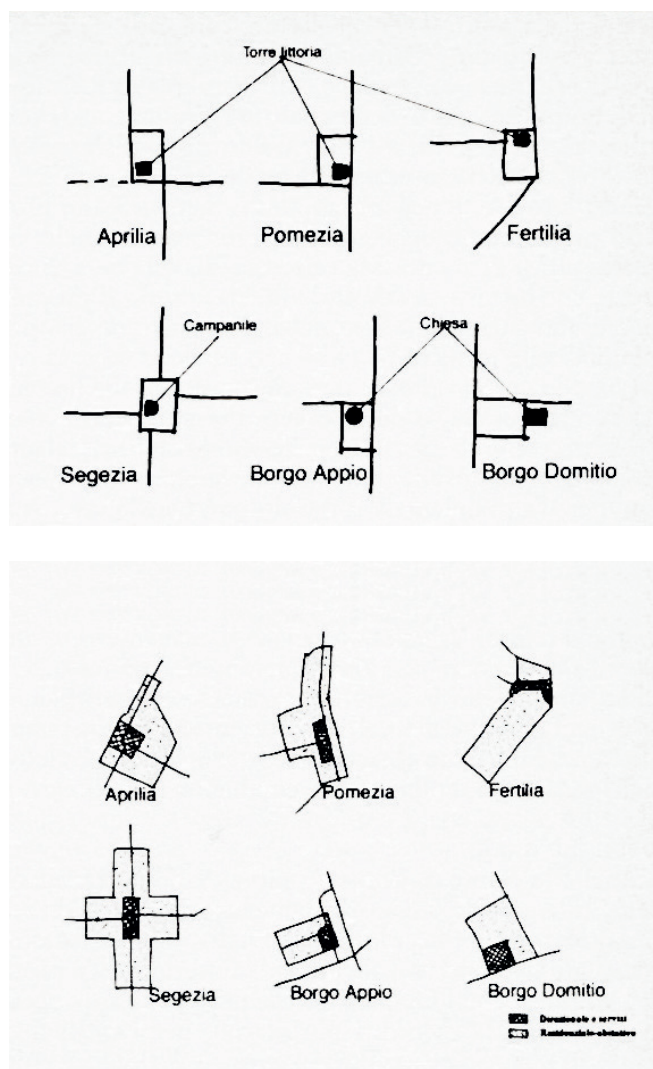
Outras recomendações eram propostas sendo a de maior impacto territorial a que recomendava que se fixassem os pueblos nas áreas mais elevadas da zona regada, factor que determinou a sua localização e que permite perceber com se formou a rede, não hierarquizada, de sítios urbanos equidistantes, sempre que a área regada o permitisse pela sua extensão, sendo também recomendado que na praça do *pueblo* se localizasse a igreja e o edifício da administração, e os locais destinados ao comércio, e os de carácter sanitário e ainda os destinados ao lazer. Era também recomendado que se deveria evitar construir ruas com pontos de fuga no campo, de modo a proporcionar um maior sentido de urbanidade à comunidade que se pretendia desenvolver e consolidar.

Foram construídos mais de trezentos *pueblos de colonización* e ainda hoje, em muitos deles, a força da comunidade faz com que se possa identificar vida social e produtiva nestes aglomerados, alguns actualmente com milhares de habitantes

como Valdivia, outros semi-abandonados, como Pajares de la Ribera, enquanto em Itália os borghi estejam em geral em grande agonia, sobretudo na zona de intervenção do *Ente di Colonizzazione del Latifondo Siciliano*, já de si com fraca disponibilidade regional de recursos hídricos, mas também porque foram concebidos como “de serviço” e praticamente como residência de funcionários e não como suporte da vida humana de agricultores. Também em Portugal o isolamento dos colonos que o regime impunha, acabou por falta de condições de vida e de rendimento, por expulsar das colónias agrícolas quase todos os que aderiram ao Programa de Colonização Agrária.

A tradição de desenho urbano em Itália, permitiu no “*Ventennio Fascista*” que a fixação de população nas terras bonificadas partisse de uma concepção de núcleo base de apoio às casas colónicas construídas ao longo do território, onde se localizavam os serviços considerados mínimos para a sustentação de uma vida digna. A regra era organizar uma rede hierarquizada de pequenos *borghi*, distribuídos no território na proximidade das parcelas onde viviam os colonos, que por sua vez se apoiava em *città di fondazione* onde se localizavam os serviços de ordem superior.

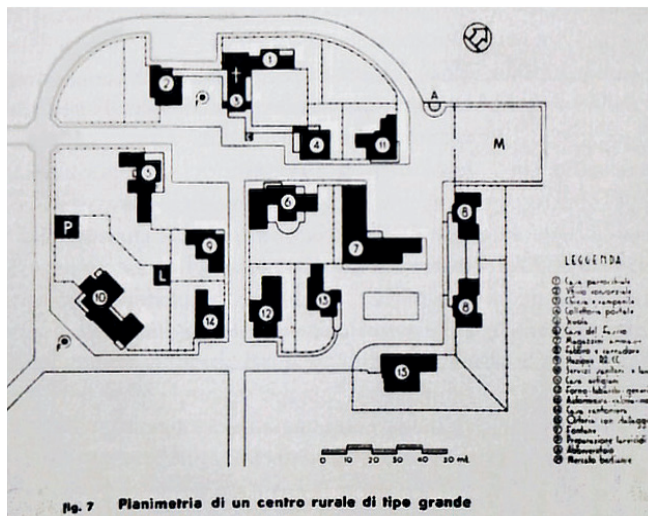
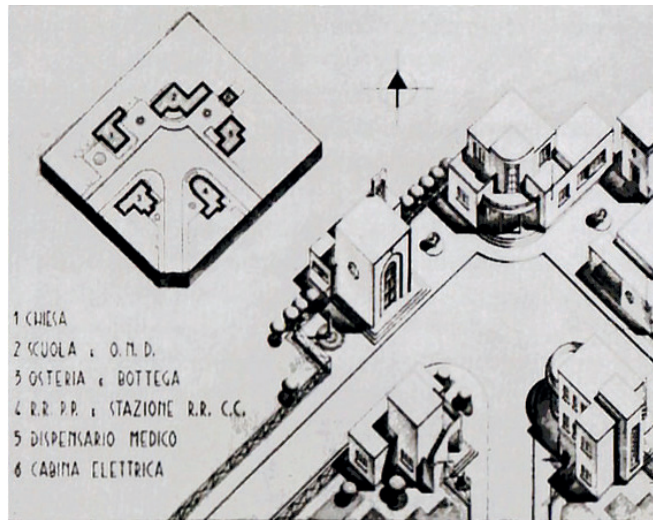
A definição do traçado daqueles *borghi* pode resumir-se a três esquemas principais, o que



**Figura 4**  
Esquemas urbanísticos de definição de centro  
e de zonamento

toma por base o cruzamento de duas “vias percurso” ao longo das quais se organiza a construção das casas colónicas no território bonificado, pretendendo ser um centro de referência para os colonos que vivem e trabalham nas proximidades, e em que todas as construções ocupam os quatro quadrantes definidos pelo cruzamento, o que se organiza a partir do terminal da via principal de ligação às parcelas agrícolas, desenhando um quadrilátero que organiza a construção dos serviços de apoio, e o que usa a via principal como lado do *borgo* e desenha uma malha ortogonal adjacente à via, que serve de suporte à instalação dos serviços determinados.

Alguns esquemas tipo foram considerados como referentes para a instalação destes *borghi*, nomeadamente na acção do *Latifondio Siciliano*, um “tipo mínimo” e um “tipo grande”, sendo evidente que a tradição do desenho urbano se reconhece na organização do traçado, seja no “tridente” que tem a “praça” como referente, onde se localizam, a escola no enfiamento visual das três vias, a igreja, o dispensário médico, o *dopo lavoro* com o seu bar e serviço de refeições e a loja de víveres, e por fim o quartel dos carabinieri. Também no “tipo grande” se pode reconhecer um desenho em “tridente” utilizando um cruzamento de vias, em que a via transversal é desenhada em “baioneta” de modo a permitir enfiamentos



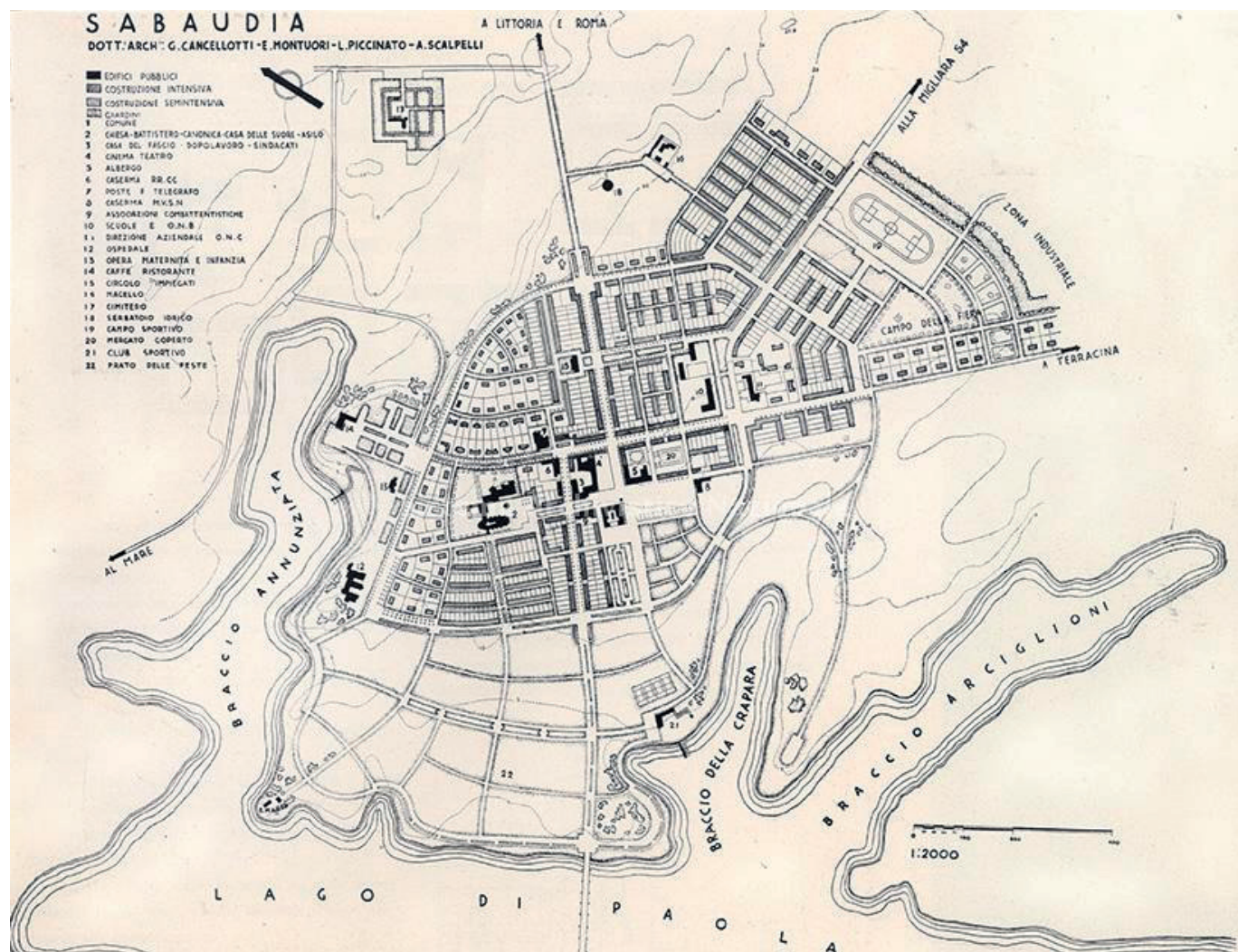
**Figura 5**  
Projeto modelo de um centro rural de apoio ao povoamento  
(tipo pequeno e tipo grande)

visuais para quem chega de fora, localizando a escola e o edifício do correio nos dois lados da praça definida pelo cruzamento, e no eixo perpendicular a *casa del fascio* e a igreja.

Esquemas semelhantes se podem observar em *città di fondazione* como Aprilia no *Agro Pontino* e em Segezia no *Tavogliere delle Puglie*, onde o traçado em baioneta da “via percorso” principal cria enfiamentos visuais para quem demanda a cidade, sobre o edifício da administração municipal de um lado e sobre o campanário da igreja do outro, sendo que na praça definida pelas vias que se cruzam, se localizam a *casa del fascio* o edifício do correio, o quartel dos *carabineiri* e o *dopolavoro*. A. Pennacchi elaborou alguns esquemas elucidativos de como no centro de tais cidades, se localiza como referente da comunidade, por vezes a torre littoria, por vezes a igreja ou a torre campanário.

A tendência para desenhar núcleos monocêntricos, em Espanha resulta do intenso debate disciplinar e das recomendações do *Instituto Nacional de Colonización* sob a direção de J. Tamés Alarcón, onde se sugeria que fosse estabelecida uma praça na qual se concentrariam os equipamentos e o comércio, e apenas em alguns casos não foi respeitado este princípio, como em San Gil, Pueblo Nuevo del Guadiana y Guadajira, por exemplo, onde se pode constatar





**Figura 6**  
*Esquema urbano de Sabaudia*

a existência de duas praças, uma mais formal e dedicada à festa religiosa onde tem forte presença urbana a igreja e a torre campanário e outra mais civil e “profana”, onde a presença do município se impõe ao conjunto do edificado, e onde normalmente se organiza a festa e a verbena. As instituições agrupam-se entre estes dois focos e por vezes um terceiro foco que é decidido pela escola, criando uma tensão urbana que organiza o trajecto entre focos, dando uma dimensão de vida urbana que os *pueblos de colonización* de organização monocêntrica não apresentam de forma tão intensa, ainda de referir Vegaviana, em que os eixos territoriais que se cruzam na praça onde se localizam os equipamentos e o comércio, o principal de ligação à cidade mais importante situada nas proximidades desenhado em forma de baioneta, e o transversal, que articula a praça com dois focos no seu enfiamento, por um lado a escola e os equipamentos desportivos e do outro, no lado oposto, a *Hermanidad Sindical* e a cooperativa agrícola, separando nos extremos opostos do *pueblo* dois equipamentos ideologicamente importantes no plano de colonização do “Franquismo”, a moralização e pacificação de cariz ideológica, a educação, e a produção.

Esquema semelhante se pode reconhecer em algumas *città* em Itália, como Sabaudia no Agro Pontino onde a malha urbana se organiza em

torno da relação que estabelecem os três focos do centro cívico, postos em comunicação por percursos que se cruzam, um onde se localiza a igreja situada no exterior do conjunto urbano, como um santuário, em outro o município e a *torre littoria* e as escolas num terceiro. Também em Guidonia, no *Agro Romano*, se verifica tal organização, enfatizada a situação da igreja que se situa numa colina adjacente à malha urbana que se comporta como um aglomerado monocêntrico onde o contraponto é constituído pelo foco organizado em torno do município e da *torre littoria*, sendo esta relação decisiva para a definição do traçado urbano.

Alguns autores como J. Flores Soto, identificam este esquema em San Rafael de Olivenza, que parece ter sido adoptado na Aldeia Nova do Barroso, sendo que aqui o contraponto é estabelecido entre a igreja - santuário localizada fora do conjunto construído e as escolas e as “casas de função”. Ainda de referir o modelo experimentado em Littoria - Latina, com um desenho que se inspira no desenho das cidades barrocas como Grammichele, onde a partir do centro se desenvolvem “vias trajeto” que definem sectores de cidade em que cada um se constitui como polo urbano, pela localização aí de diversas instituições provinciais como as de gestão provincial, social, e as de difusão da ideologia fascista.



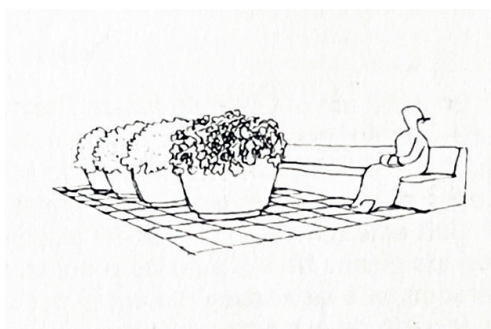
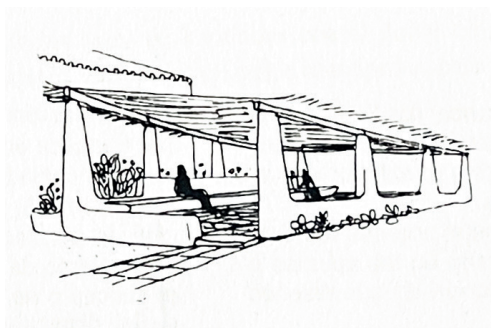
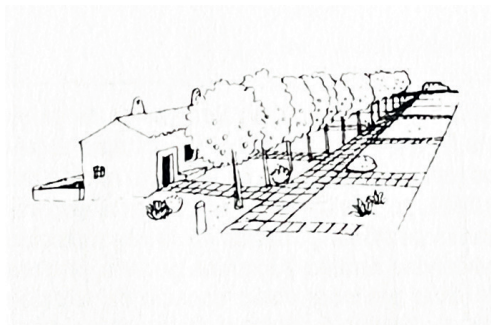


**Figura 7**  
*Esquema urbano de Littoria*





**Figura 8**  
*Foto aérea de Gramscichele*



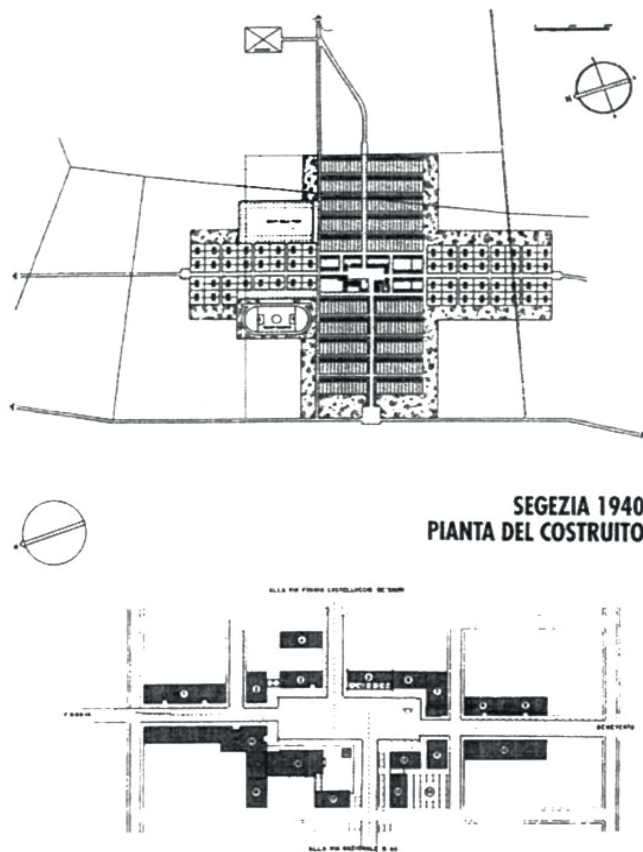
**Figura 9**  
Diversas propostas para a definição de uma rua pedonal como  
“espaço intermédio”

## ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO, ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO E ESPAÇOS DE INTIMIDADE

A caracterização dos espaços de circulação nas operações de colonização agrária foi tema de amplo debate nos três países considerados neste artigo. Em todos os casos se procurou construir um imaginário urbano para uma nova ordem territorial, para usar a expressão de Micaela Bordin, determinado pela ideologia dominante em cada regime, com as suas características próprias, e destinado a uma população ávida de melhorias de condição de vida e de prosperidade resultante do seu trabalho, sem dominações excessivas por parte de terceiros, acreditando no papel regulador, social e técnico, do Estado.

Em Itália, o primeiro país a desenvolver uma ação de amplitude considerável, a tradição do desenho urbano impôs-se com uma concepção de aglomerados na base do programa funcional que resultou na fundação de *borghi* e *città* relativamente determinados pela cultura arquitectónica e urbanística então dominante. Com algum experimentalismo associado, a via é desenhada como uma ligação com os campos envolventes ou como via para ligar edifícios, onde se situam as funções urbanas e assim a praça se conforma pelo cruzamento de vias que chegam de fora do aglomerado ou em alguns casos como um verdadeiro centro cívico que se afirma



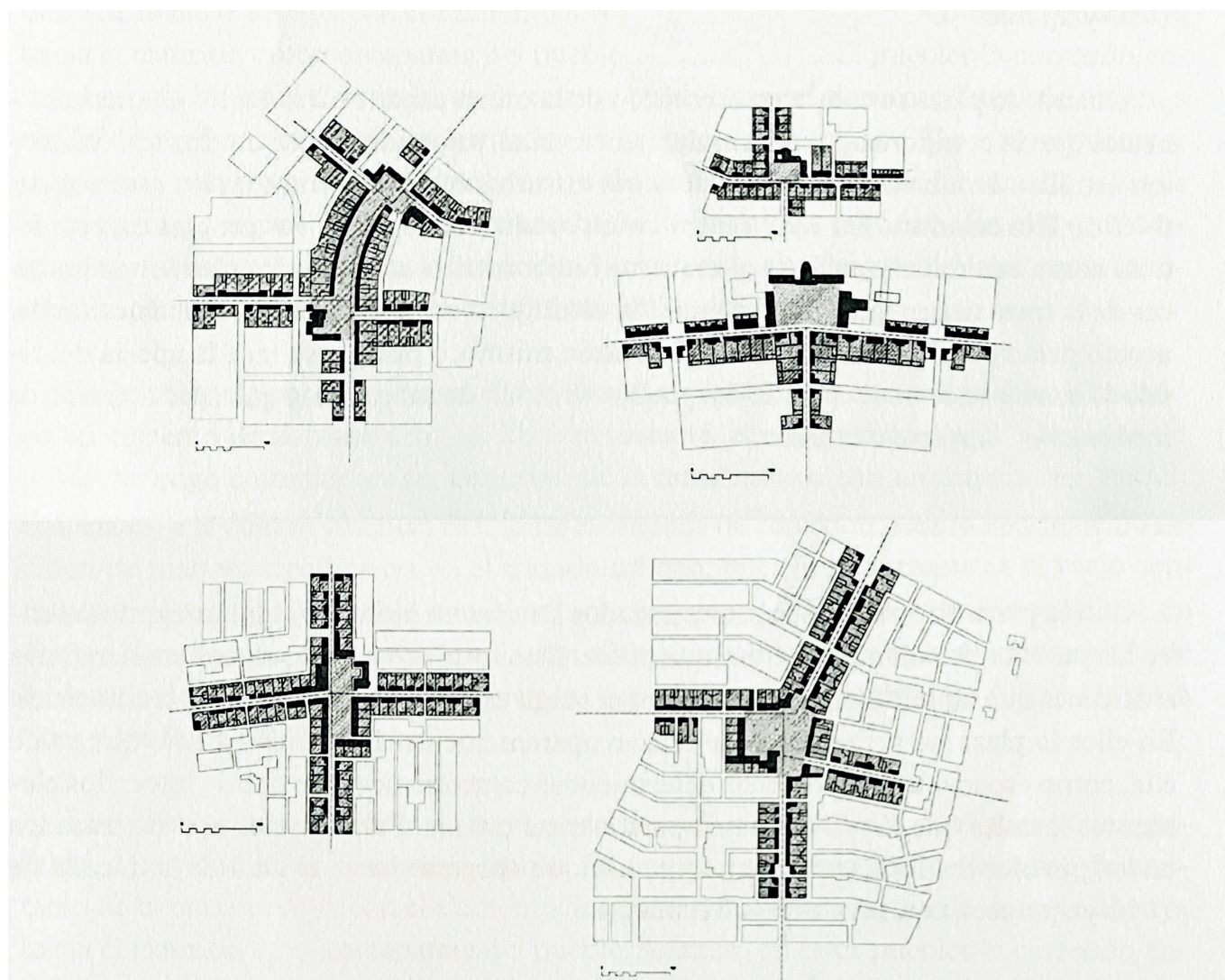


**Figura 10**  
*Segezia. Plano Director (anos 1930) e planta do  
 edificado em 1940*

independentemente do desenho das vias, o centro da vida comunitária. A praça afirma-se como a “sala de visitas” mas também como o espaço social por excelência, onde “todos de vêm e todos se mostram”, onde uma comunidade se afirma e se sente representada.

As vias respondem às necessidades do aglomerado mas não se mostra decisivo decidir que tipo de circulação assumem como dominante, para veículos, para peões ou mistas, pois a questão determinante é a criação do aglomerado. Com base na ordem urbana, são as vias que estruturam a malha, dando importância à trama como organizadora do construído com uma hierarquia funcional desenhada em função da importância dos equipamentos que acolhe e da representatividade das diversas zonas residenciais, definidora de um modelo urbano em geral monocêntrico, onde a praça desempenha o papel de lugar central e de referente cultural e social, no qual a igreja com a sua torre campanário desempenha um papel de orientação geográfica e espiritual e a *torre littoria* representa o poder e os valores da ideologia dominante do regime.

Urbanisticamente essa centralidade é um ponto comum do simbolismo ideológico o que levou a que os projectistas dedicassem um empenho especial no seu desenho, com especial atenção



**Figura 11**

*Praças de cruzamento e sua relação com os percursos matriz da malha urbana. Vários pueblos de colonización de Extremadura*

à igreja e à torre campanário, à *casa del fascio* e ao município, e por vezes ao edifício do correio e ao do dispensário sanitário-epidemiológico como portadores de serviços de bem estar físico e espiritual de todos. Ou seja o espaço urbano introduz ordem na massa construída seguindo a tradição urbana latina ou mediterrânica, frente à tradição anglosaxónica na qual o espaço urbano é residual, como sublinhou A. Rapoport e então os edifícios da massa urbana como que se subordinam na sua materialização às exigências da definição do espaço urbano. O arquitecto - urbanista cria a sua trama trabalhando com os saberes e as regras da disciplina, sem condicionantes formais externas, articulando os diversos organismos do aglomerado, exaltando as formas destes, com a residência, com base nos pressupostos disciplinares do desenho urbano.

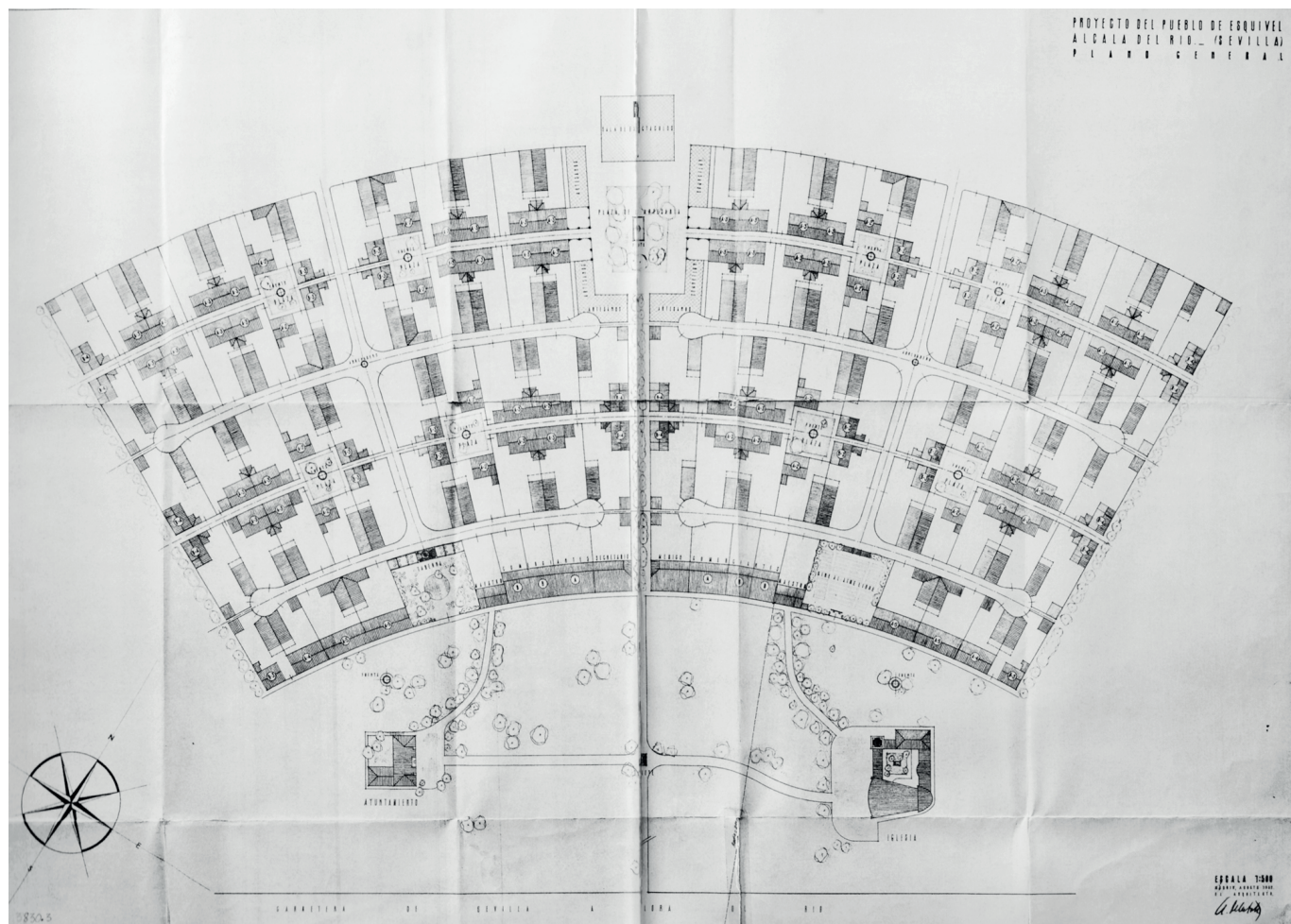
Pode argumentar-se que de facto os borghi e as città não eram desenhados para os colonos, como em Espanha os *pueblos* o foram, mas sim de apoio aos colonos que residiam na sua parcela, sempre segundo a determinação de Mussolini de fazer de cada lavrador um proprietário. De facto na concepção dos *pueblos de colonización*, a questão imposta ao projectista era a necessidade de gerar aglomerado, onde pudesse florescer uma comunidade forjada por uma identidade entre colonos residentes. Para além das condicionantes antes referidas, recomendava-se que se

agrupassem os edifícios de modo a dar uma impressão de massa contínua, que se desenhasse um percurso principal que tivesse como ponto de fuga o campanário, evitar longas vias com perspectiva sobre o campo, recomendação que gerou as *calles cortadas* e as *calles curvas*, o estabelecimento de áreas arborizadas que circundassem o aglomerado, e sobretudo a questão da circulação diferenciada entre veículos e carroças e os peões.

O lote onde se situa a casa, ligado à via trajecto como peça modular, acaba em muitos pueblos por ser o elemento repetitivo e gerador do tecido, como nota J. Soto, retirando importância neste processo ao quarteirão como elemento gerador de tecido, embora em Vegaviana se possam observar os grandes quarteirões com os seus grandes pátios, não acessíveis a veículos e animais, para o qual abrem as residências, e que funcionam como grandes “espaços intermédios” de sociabilidade.

Esta questão gerou uma atenção da disciplina de desenho urbano sobre a sociabilidade nos espaços de circulação e nos espaços não construídos, bem como nos “espaços intermédios”, tentando exaltar o carácter simbólico de certos espaços para reforço da identidade colectiva, sendo que as vias que confluíssem na praça eram tratadas como de circulação viária para que chegando de fora esta via levasse ao espaço central, onde se





**Figura 12**  
*Proyecto de Esquivel*

construía a igreja e a torre campanário símbolo geográfico e espiritual, o município ao qual não era dada uma importância excessiva até porque muitos dos *pueblos* começaram sendo *pedanias* de aglomerados urbanos já existentes e de maior poder territorial, e também, no assim constituído centro cívico, se construíam os edifícios que albergavam as diversas instituições.

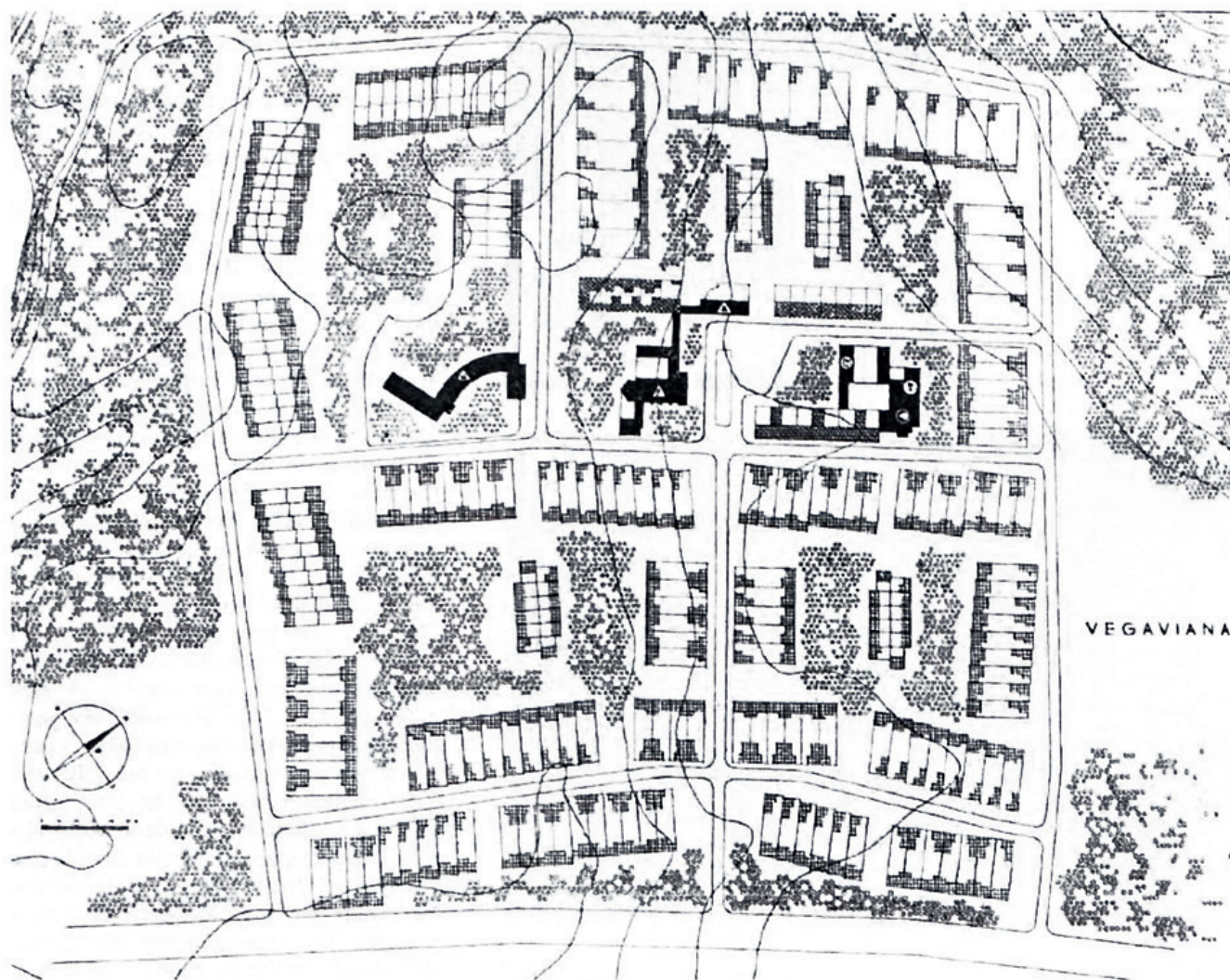
O *Instituto* no início da sua ação sugeria que a circulação nas vias fosse mista, para animais, carroças e pessoas, mas a partir de meados dos anos 1950 começaram a desenhar-se vias com circulações separadas para obviar a problemas de limpeza, higiene e ordenamento, e sendo que os lotes urbanos foram concebidos com duas entradas, com inspiração nas experiências do “quarteirão Radburn” em Nova Jersey, uma “limpa”, e outra “suja” por onde se faria o trânsito dos animais e apetrechos do labor agrícola, e a separação de acessos ao lote permitiu dar maior “dignidade urbana” à entrada nobre, a da residência.

O experimentalismo da década de 1950 que os novos arquitectos chamados a conceber o grande número de *pueblos de colonización* que o regime propunha com fundos próprios e apoio em subscrições públicas, gerou um intenso debate sobre a concepção do espaço urbano que se desenhava para criar aglomerados que

simbolizassem a “nova ordem” e que criassem comunidades fortes, que desenvolvessem o labor agrícola em paz e com esperança de melhorar a sua condição de vida. A questão dominante foi a discussão do papel da praça como centro da representação da comunidade e seu local identitário, mas por ser em geral um espaço aberto e de dimensão importante para que representasse o seu papel de centro do aglomerado onde se localizam as instituições, logo se desenvolveu um debate sobre a importância de conceber “espaços intermédios” que permitissem e estimulassem uma socialização mais ligada ao estar que ao deslocar-se.

Recuperando a teoria e o debate disciplinar então em desenvolvimento, propunha-se experimentalmente a criação de espaços “capazes de influir no comportamento das pessoas e fazê-las sociabilizar, habitar o lugar”, como sintetiza M. Risselada, afirmando que diversos tipos de vazios com carga são necessários, e a carga espacial tem que variar para poder representar o significado de espaço de intimidade relativa, onde os colonos, oriundos de diversas proveniências territoriais e culturais, pudessem conviver como vizinhos de uma *plazuela* sobre a qual se abrem as entradas “limpas” das suas residências, como lugar “para estar e fazer coisas” com outras pessoas, para sociabilizar vagueando, como o interpretam F. Presa-Torres e J. Soto.





**Figura 13**  
*Proyecto de Vegaviana*

Este espaço “fora e dentro” conseguiu em geral fomentar a convivência e a intimidade entre pessoas que não se conheciam e que acabaram tratando aquele espaço como um prolongamento da residência, como em muitas cidades latinas e mediterrânicas se pode verificar, onde representam um “espaço de todos” defendido como seu por todos, permitindo a criação de fortes laços identitários e sentido de pertença a uma comunidade. A continuidade e a compaticidade dos percursos pedonais estimula este sentido de pertença e o seu “encerramento relativo” permite que se formem lugares de conviabilidade que reforçam a vida urbana no aglomerado.

Em Itália onde a intenção foi estimular o “imaginário urbano de representação social e política”, estes espaços acabaram por se desenvolver nos *borghi* em torno do *dopolavoro*, até porque as residências se situavam na parcela, afastadas do centro, criando resistência a que a vida urbana naqueles se desenvolvesse, até por lá residirem principalmente funcionários. Esta situação criou um papel fortemente representativo para a praça, onde em geral todos os equipamentos se situavam, acentuando o seu papel como lugar do poder. A casa é o centro da vida da família, que apenas se desloca por necessidades escolares, religiosas, sanitárias e administrativas, portanto o percurso até ao centro é tendencialmente excepcional.

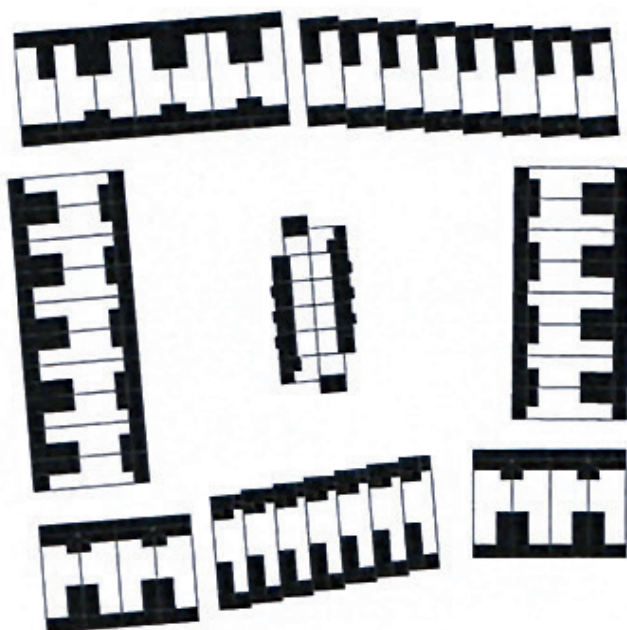
Os trajectos nos espaços pedonais nos *pueblos de colonización*, pelo contrário, permitem a sociabilidade, onde a casa representa o umbral da intimidade e os “espaços intermédios” como *plazuelas* ou as ruas com espaços de alargamento, convidando “ao estar”, ao “vaguear socializando”, em contraposição à *plaza*, onde o carácter representativo e a escala tendem a criar resistência ao “fazer em conjunto” como sugerem F. Rodriguez Ramírez e A. Juárez Chicote, criando-se assim espaços “nem dentro nem fora”, ambiguidade que permite a estes espaços urbanos que se apresentem como lugar de encontro e interação das pessoas.

Em Esquível é interessante verificar que o desenho das pequenas *plazuelas* permite que o espaço urbano se feche sobre si e que a vida quotidiana se possa alienar das circulações e das instituições, constituindo como que um prolongamento da casa, que em certos casos faz acolhimento com um “alpendre - pátio”, antesala da residência, traduzindo a ideia do projectista de criar espaços de relação de vizinhança como em Villafranco.

No final da década de 1960 porém, alguns projectistas em Espanha ensaiaram o “desdesenhar” das características do vazio urbano, seja praça ou rua, e nalguns casos exacerbar a desmontagem do espaço urbano



Villafranco del Guadiana



Vegaviana



Entreríos

**Figura 14**  
*Quarteirões seleccionados para o estudo da relação casa-exterior*



como algo definido para passar a ser residual, ou quase, na tendência da tradição anglo-saxónica, como refere A. Rappoport, ensaios reconhecíveis por exemplo em Pajares de la Ribera e Pradochano, como põe em evidência J. Flores Soto.

Em Portugal desde a fundação da Junta de Colonização Interna, que se pretendeu fomentar a fixação de trabalhadores rurais nas diversas Colónias fundadas, mas a preocupação foi, sobretudo no início da actividade da Junta, instalar casais agrícolas junto às áreas de baldios, de modo a rentabilizar a actividade produtiva com recurso a terrenos disponíveis, sem necessidade de intervenções infraestruturais pesadas, pelo que a preocupação com os traçados teve uma componente mais técnica, de engenharia agrícola, que com os modelos de desenho urbano, como em Itália e Espanha. Assim quase todas as Colónias fundadas tiveram maior preocupação com acessibilidade dos casais às parcelas que a formação de um aglomerado urbano, de uma “aldeia”, pelo que a questão transforma-se em dispor conjuntos de casais no território, e com algumas excepções onde se pode reconhecer a tentativa de estabelecer um centro para a comunidade, como em Pegões, no Barroso ou na Gafanha, por exemplo, é perceptível a preocupação em criar uma rede de caminhos que permitam a circulação de pessoas e veículos, sem consistência urbana.

Como parece evidente, a questão da gestão da água não fomentou concentração de casais agrícolas, pois os diversos conflitos patentes nos debates sobre política de colonização agrária nas actas da Câmara Corporativa nos anos 1940, demonstram uma oposição dos chamados “agricultores do Sul” como refere Maria Silva, mostrando também que a Lei Hidráulica de Regadio de 1937 foi quase sempre beneficiária daqueles e raramente das parcelas dos colonos, sendo até que nalguns casos as represas contruídas acabaram gerando albufeiras que inundaram bastantes parcelas adstritas à Colónia, como foi o caso do Barroso e de Martim Rei.

O detalhado trabalho de Filipa Guerreiro sobre o tema, descreve bem as dificuldades na negociação da implementação de uma política de colonização durante o “Estado Novo” e propõe uma grelha temporal para a compreensão da concretização e da evolução das acções no terreno, mostrando como de um período inicial dominado pelo experimentalismo excepcional, se chegou à introdução da lógica empresarial nas explorações.

A situação presente da colonização agrária desenvolvida no Século Vinte nos três países que foram sujeitos a regimes políticos ditatoriais, é tendencialmente dominada ou pela pequena propriedade que já não apresenta

as características da parcela atribuída ao colono nem condições de exploração que não sejam as destinadas a auto consumo, ou foi afectada pelo processo de “concentração horizontal” das explorações, criando grandes áreas de cultivo por agregação de parcelas originais, fenómeno que ocorreu em Itália a partir dos anos 1950, e em Portugal anos mais tarde, e que recentemente começou a alastrar em Espanha nas zonas de implantação de casas aisladas, fenómeno em grande parte resultante da crise da agricultura tradicional e do êxodo rural sentido no Sul da Europa na segunda metade do Século Vinte, mas também devido ao isolamento que na sociedade de hoje, tão solicitadora do consumo de massas, sentem os residentes no campo.

## REFERÊNCIAS

Amado, Ana e Patiño, Andrés. (2024). *Pueblos de Colonización. Miradas a un paisaje inventado*. Madrid; Fundación ICO

Barciela López, C. e Mangas Navas, J. (1988). “Políticas administrativa y económica de la colonización agraria. Analisis institucional y financiero (1936 -1977)”. *in* *Historia y evolución e la colonización agraria en España*. Madrid; MOPU

Basiricò, Tiziana (2021). “Caratteri Originali e Trasformazione nell’Uso e nell’Aspetto dell’Architettura della Colonizzazione” *in* *A Transformação da Paisagem e as Políticas de Aproveitamento Agrícola do Território* (coord. Rui Braz Afonso). Porto; Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da FAUP, Coleção Landscape in Translation, vol.2. 2021

Bordin, Micaela (2017). “I borghi dell’Agro Pontino. Immaginario urbano per un nuovo ordinamento territoriale” *in* *Borghi rurali e borgate. La tradizione del disegno urbano in Italia negli anni Trenta* (a cura di Gabriele Corsani e Heleni PorSyriou). Modena; Palombi Editori.

Braz Afonso, R. (2020). “Política, Políticas e Transformação da Paisagem” *in* *A Transformação da Paisagem e as Políticas de Aproveitamento Agrícola do Território* (coord. Rui Braz Afonso). Porto; Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da FAUP, Coleção Landscape in Translation, vol.2. 2021

Calzada Perez, M. (2007). *La colonización interior en la España del siglo XX: agrónomos y arquitectos en la modernización del medio rural*. (Tesi doctoral presentada a la Etsa de Sevilla. Dir. Víctor Pérez Escolano). Sevilla: Etsa

Cerdena, A. (1979). *Mussolini Urbanista. Lo sventramento di Roma negli anni del consenso*. Milano; Laterza (Edizione del 2006)

De Castro Guerreiro, F. (2022). *Colónias Agrícolas. A arquitectura entre o doméstico e o território 1936-1960*. Porto: Dafne editora

De Souza Cámara, A. (1952). *Ruralismo peninsular*. Madrid; Ateneo Científico y Literário de Madrid

Delgado Orusco, E. (2002). *La experiencia del INC. Una colonización de la modernidad (1939-1973)*. Pamplona: ETSA (Actas del Congreso Internacional Arquitectura, ciudad e ideologia antiurbana 2002)

Flores Soto, J. (2013). *Pueblos de nueva fundación en la colonización de posguerra: comparación con las ciudades de la bonifica italiana del ventennio*. Madrid; ETSAM

Flores Soto, J. (2013). “Aprendiendo de una arquitectura anónima. Influencias y relaciones en la arquitectura española contemporánea: el INC en Extremadura” (Tesis doctoral inédita preentada a la ETSAM)

Gomes, Carlos (2013). “Em 1952 a Assembleia Nacional debateu a criação de colónias agrícolas” *in* <https://bloguedominho.blogs.sapo.pt> - 09/05/2013

Lopes da Silva, M. (2020). “Estado, Território, População: as Ideias, as Políticas e as Técnicas de Colonização Interna no Estado Novo” (Tese de doutoramento apresentada ao ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa)

Oliveira Batista, F. (1993). *A política agrária do Estado Novo*. Porto; Afrontamento



Pennacchi, A. (2015). Canale Mussolini (Ristampa dell'edizine del 2010). Milano; Mondadori Editore

Pennacchi, A. (2003). Fascio e martello. Viaggio per le Città del Duce. Milano; Laterza

Rapoport, A. (1969). House form and culture. Engelwood, New Jersey; Prentice-Hall Inc. 1972. (versão de Conchita Diez de Espada, Vivienda y cultura. Barcelona; Gustavo Gili. 1972)

Risselada, M. (2016). “A Sense of Unfolding” in Presa-Torres, J. y Flores Soto, J. (2022). El espacio intermedio en los pueblos del Instituto Nacional de Colonización. Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales nº 211. 2022

Rodríguez Ramírez F. y Juárez Chicote, A. (2014). “El espacio intermedio y los orígenes del TEAM X” in Presa-Torres F. y Flores Soto, J. (2022). El espacio intermedio en los pueblos del Instituto Nacional de Colonización. Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales nº 211. 2022

Santos y Ganges, L. (2020). “Las Primeras Generaciones de Colonias Agrícolas Interiores en Italia, España y Portugal, y su Relación con el Poblamiento Disperso” in A Transformação da Paisagem e as Políticas de Aproveitamento Agrícola do Território (coord. Rui Braz Afonso). Porto; Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da FAUP, Coleção Landscape in Translation, vol.2. 2021

Silva, M. (2020). Estado, território, população: As ideias, as políticas e as técnicas de colonização interna no Estado Novo. (Tese de doutoramento apresentada na Universidade de Lisboa-ISCTE, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora).

Tamés Alarcón, J. (1948). “Proceso Urbanístico de nuestra colonización interior” in Revista Nacional deArquitectura, nº83. 1948

Tamés Alarcón, J. (1988). “Actuaciones del Instituto Nacional de Colonización. 1939 - 1970” in Revista oficial del Colegio de Arquitectos de Madrid, nº3. 1988

Vilaverde Cabral, M. (1974). Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal, Séculos XIX e XX. Porto; Inova

## CRÉDITOS DAS IMAGENS

### Figura 1

Ilustração do modelo ideal da estratégia de ocupação territorial do INC comparado com o esquema de ocupação territorial do Agro Pontino Segundo Tamés Alarcón, 1980. Extraído de: Flores Soto, J. A.. La construcción del lugar. La plaza en los pueblos del Instituto Nacional de Colonización. Historia Agraria nº60. Universidad de Murcia, 2013

### Figura 2

Agro Pontino em 1938. Esquema de Antonio Pennacchi. Extraído de: Pennacchi, Antonio. Viaggio per le Città del Duce. ASEFI, Milano, 2003

### Figura 3

Tipos de traçado urbano original do povoamento do Agro Pontino e sua evolução (1993). Borgo Podgora, Borgo Faiti (nesta página) Borgo Carso, Borgo Grappa (na pagina sucessiva). Extraído de: Flores Soto, J. A.. La construcción del lugar. La plaza en los pueblos del Instituto Nacional de Colonización. Historia Agraria nº60. Universidad de Murcia, 2013 (Esquemas elaborados a partir de António Pennacchi, 1993)

Figura 4

Esquemas urbanísticos de definição de centro e de zonamento. Extraído de: Pennacchi, Antonio. *Viaggio per le Città del Duce*. ASEFI, Milano, 2003

Figura 5

Projeto modelo de um centro rural de apoio ao povoamento (tipo mínimo-planimetria e assonometria, e tipo grande-planimetria). Extraído de: Genovese, Laura. *La questione idrica: tra necessità e simbolismo formale. Il caso de Sicilia*. in Gabriele Corsani e Helena Porfyriou (a cura di) *Borghi rurali e borgate. La tradizione del disegno urbano in Italia negli anni Trenta*. Palombi Editori, Modena, 2017 (Esquemas elaborados a partir de G. Mangano, 1937)

Figura 6

Esquema urbano de Sabaudia. Extraído de: Flores Soto, J. A.. *Pueblos de nueva fundación en la colonización de posguerra: comparación con las ciudades de la bonifica italiana del ventennio*. Ciudad y Territorio. Estudios Territoriales. 2013. (esquemas elaborados a partir de A. Munoni, *Atlante storico delle città italiane*, 1990)

Figura 7

Esquema urbano de Littoria. Extraído de: Flores Soto, J. A.. *Pueblos de nueva fundación en la colonización de posguerra: comparación con las ciudades de la bonifica italiana del ventennio*. Ciudad y Territorio. Estudios Territoriales. 2013. (esquemas elaborados a partir de A. Munoni, *Atlante storico delle città italiane*, 1990)

Figura 8

Foto aérea de Grammichele. Extraído de: Google earth (Dezembro de 2024)

Figura 9

Diversas propostas para a definição de uma rua pedonal como “espaço intermédio”. Extraído de: Presa-Torres, F. J. e

Flores Soto, J. A.. *El espacio intermedio en los pueblos del Instituto Nacional de Colonización. Ciudad y Territorio. Estudios Territoriales*. 2022. (propostas de Alejandro Herrero de 1955)

Figura 10

Segezia. Plano Director (anos 1930) e planta do edificado de 1940. A praça e as duas vias percurso que nela se cruzam, formando uma dupla “baioneta”. Extraído de: Pennacchi, Antonio. *Viaggio per le Città del Duce*. ASEFI, Milano, 2003

Figura 11

Praças de cruzamento e sua relação com os percursos matriz da malha urbana. Vários “pueblos de colonización” de Extremadura. Extraído de: Flores Soto, J. A.. *La construcción del lugar. La plaza en los pueblos del Instituto Nacional de Colonización. Historia Agraria nº60*. Universidad de Murcia, 2013 (elaboração do autor)

Figura 12

Projeto de Esquível. Extraído de: Amado, Ana e Patiño, Andrés. *Pueblos de Colonización. Miradas a un paisaje inventado*. Fundación ICO, Madrid, 2024 (Projeto de Alejandro de la Sota, 1952-1956)

Figura 13

Projeto de Vegaviana. Extraído de: Amado, Ana e Patiño, Andrés. *Pueblos de Colonización. Miradas a un paisaje inventado*. Fundación ICO, Madrid, 2024 (Projeto de José Luis Fernandez del Amo, 1954-1956)

Figura 14

Quarteirões selecionados para o estudo da relação casa-exterior. Extraído de: Díaz Pérez, R.. *Tres maneras de habitar: La casa en los pueblos de colonización*. ETSAM, Madrid, 2022 (elaboração do autor)

## **POLITICAL DEBATE IN THE ISSUE OF AGRARIAN COLONIZATION IN SOUTHERN EUROPE IN THE TWENTIETH CENTURY**

Rui Braz Afonso

*Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo  
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto*

The setup of farmers on uncultivated land in southern European countries in the last century raised an intense debate on the various issues that implied outlining models for occupying the territory and organizing the lives of farming settlers. The general idea involved making use of uncultivated land in order to take advantage of the workforce's capabilities and contribute to increasing farming production, allowing imports to be replaced and giving hope of improving the lives of the farmers involved, dispossessed of their habitat by the devastation caused by armed conflicts in some cases, and generally oppressed by the harsh conditions of land-use productivity.

Policies fostering productivity by creating irrigation systems while clearing and plowing land have greatly improved the conditions for farmland occupation. In Spain, with the use of river basins to build irrigation systems, and in Italy, with drainage and water conveyance in the plains, it was possible to create a network of canals and pathways that enabled a large number of settlers to establish themselves in land that was previously marshy or uncultivated, as in the Agro Pontino area in Italy, an example of landscape intervention to allow creating a network of rural towns and small rural villages in support of the territorial dispersion of the "house on the plot" or as in the areas covered by the irrigation plans associated with the great peninsular rivers, with the construction of a network of pueblos de colonización that allowed settling a large number of workers dedicated to farming in the fields that were prepared to be moved in the meantime.

In Portugal, the agrarian colonization policy during the "Estado Novo" regime did not involve the broad scope of resources that would have allowed irrigation and population settlement operations which would have a significant impact on the productivity of farming production, let alone on the gross domestic product. The

main objective of water policy involved generating energy and only in a few cases were irrigation systems installed on a regional scale, such as the use of Sorraia, Sado and Mira, for example, although the main beneficiaries of these irrigation systems were private farmers and companies, with rare exceptions, such as the Pegões area, where an irrigation system was installed based on the use of the Sorraia, which backed a process of parceling out a State property, supporting the construction of a *colônia agrícola* promoted by the Junta de Colonização Interna for settling rural workers.

This text seeks to discuss the criteria that guided these internal colonization processes, understood as a set of measures aimed at making the most complete use of the land and establishing the largest number of settlers on it, considering farmland preparation and provision processes, and the urban models for settling rural workers in the targeted areas, in the three Southern European countries that lived through dictatorial political regimes.

#### THE LAND, LANDSCAPE TRANSFORMATION AND AGRICULTURAL LAND USE

Issues pertaining to the ideology of the political regimes in question allow us to grasp quite different orientations. Whereas in Italy the aim was to “turn every agricultural worker into a property owner”, thus alleviating the problems of property expropriation to which part of the population was subjected, resulting from the armed conflicts of the First World War, creating national hope with the construction of a society of small landowners, and promoting a model of land occupation based on farming production, and an economy that produced conditions for survival for settlers and the population, increasing income and social development, in Portugal the dominant ideology

proposed the family as the central element of productive and social transformation, and each family was entitled to a house and a plot of land to cultivate, without concern for creating a surplus and always failing to consider cooperation and mutual aid as a way of fostering a sense of belonging to a community of settlers and improving production conditions.

Portuguese policies have always been marked by this definition of the “*casa portuguesa*” as a central element of social and productive action, especially felt in the countryside, where mutual aid was never encouraged, always with the fear of “aggregations”, which were considered pockets of disputes and spaces for organizing protest movements, motivated by the revolt generated by the difficulties brought about by living conditions.

The issue of productivity will be what marks and distinguishes the different agricultural use policies in the three countries. Agricultural development policies in Spain in the latter half of the last century were based on the need to build irrigation systems in order to increase land use productivity, designing water plans that organized the territory, also taking into account certain areas devastated by the civil war of 1936, and which allowed the use of river basins, concentrating irrigated areas in order to make obtaining products and their marketing more viable. Under these policies, dams and networks of irrigation canals and roads were built, which opened up access to water and farmers in the fields, significantly transforming the landscape.

In Italy, agricultural development policies were initially based on recovering unhealthy areas in order to combat the scourge of malaria and on improving conditions for operating areas suitable for farming production but with low productivity, although the dominant ideology during the government of the “*Ventennio Fascista*” (from 1922

to 1943) imposed the settlement of World War I veterans on subsidized lands, organizing their distribution and management through the Opera Nazionale Combattenti, namely in Tavogliere delle Puglie, a vast plain to the east of Rome, covering over four thousand square kilometers. Such land was irrigated and became productive, producing a “bare” countryside with significant loss of native vegetation, in which the dominant ideology transformed former war veterans and other landless people into owners of a plot of fertile land and a house associated with the plot.

In Portugal during the “Estado Novo”, agricultural development policies had a lesser impact, either due to the limited action of the Junta de Colonização Interna in constructing colónias agrícolas, or due to the less intense program of Adeias Melhoradas para o Bem-Estar Rural, which benefited rural life in some villages, enabling farmers to stay, either due to the poor fostering of Agricultural Irrigations, and these in particular almost always had limited involvement in the territory and almost always benefited already settled landowner farmers, with control being rarely exerted on their execution in the land and boosting production, with the exception of the installation of large water use operations. These still play an important role in the formation of the domestic farming product, allowing recognized production in Portugal and in some European countries, although many of these systems have only recently made water for irrigation available, as is the case with the Vale do Mondego and Cova da Beira systems.

A noteworthy specificity of the policies implemented in Portugal seems to be the ideological issue that the regime disseminated as a pillar of social life, based on the values of the family, which presented itself as the central core of peace and social progress while ensuring the reproduction of production relationships. In the farming colony construction program, the concern was not to build

clusters with urban elements that would foster collective living, cooperation and mutual assistance; rather, it was to distribute the established casais agrícolas (farmhouses) throughout the territory, almost always without concerns about creating an urban mesh and cluster, merely proposing an urban model similar to that of capillas escuelas, defining small centros cívicos elementales, promoted by the Instituto Nacional de Colonización, founded in 1939 in Spain.

With the creation of the Junta de Colonização Interna in 1936, the identification and preparation of land for the settlement of casais agrícolas was encouraged. This fostered the management of irrigation water, which would be backed by farming posts on the ground that would technically guide the cultivation carried out by the settlers who would establish themselves in the casais agrícolas built in each colony. The Government’s Development Plans also proposed giving particular attention to farming improvements and land restructuring while managing common land, which is why a colonization process continued with the clearing of land and its division into variable-sized plots depending on their productive capacity.

After the “Milagres experience”, which occurred even before the establishment of the “Estado Novo”, where casais agrícolas were installed along pathways, and up to Colónia da Boalhosa, where the casais were organized in a small urban fabric, a thirty-year experimentation journey had its sphere of action in the territory, with the setup of five other settlements. From a location standpoint, proximity to vacant land was almost always preferred, as such land was cleared without major changes to the landscape, in order to be cultivated, although, in some testimonies collected by the research team, the settlers who initially cultivated the plots mentioned that the land “had a lot of rocks to break” so the initial time-consuming work consisted of preparing the land to make it arable.



The colonization policy's aim essentially involved using "baldio" land. It was considered in the 1952 National Development Plan that around seventy-five percent of the total area to be occupied would be through the use of "baldio" land, around 86,000 ha out of a total of 115,682 ha according to Carlos Gomes. Such land was to be farmed by settlers who would live in casais agrícolas, in a quest to establish population and serve as an alternative to emigration to large urban centers, while increasing food production that was lacking at the time. The farmhouse location principle involved building them close to plots of land almost always intended for dry farming, installed along a system of pathways and with the availability of land nearby for a vegetable garden and therefore for the family's subsistence, irrigated by "well water".

In nearly every case, the casais built were located along the network of access roads to the land, and arranged along these, without creating a fabric or center, despite converging towards a place where the school and chapel were erected and, when possible, teacher's residence and other sanitary and commercial services, or to another where the Brigada Agrícola service was installed, with technical service and a seed and fertilizer warehouse, to support cultivation by the settlers. The colónias agrícolas of Milagres and Martim Rei, which were the two initially installed, and the settlements of Alvão and Gafanha, were set up according to this principle, where life in the casal was privileged and no leisure or social activities were fostered, with only education and religion being noteworthy, creating difficulties in establishing neighborly relationships and solidarity at work. Each casal agrícola was its own world: according to the ideological principle of the "Estado Novo" regime, it was "a Portuguese house, bread and wine on the table, a St. Joseph depicted on glazed tiles, two arms waiting for me, a humble and beneficent family", so goes the song, which has always been representative of the regime's values.

These settlements do not enable identifying urban places, only functional buildings that were frequented at certain times, most notably for Sunday mass and the annual festival, a time when these places were in demand from outsiders, bringing new arrivals from other lands and creating occasions for get-togethers, along with the daily attendance of children in the school building. In Martim Rei, exceptionally, a "pérgola" was built in a fresh area of the pathway linking the school - chapel ensemble to the buildings used to support cultivation, where the regime set up a scenario with women embroidering as a place for leisure and interaction, whose image was broadly diffused.

It is interesting to note that this concern with creating a supposedly everyday place for meeting and interaction among neighbors reflects an acknowledgment of the absence of designated places to enjoy moments of interaction and leisure, as the regime prohibited so-called "ajuntamentos", encouraging the role of the family core as a social base and pillar of work. The following were never proposed: Mussolini's highly cherished *dopolavoro*, the bar en la plaza and the Hermandades Sindicales in pueblos, nor was there a designed plaza. Only the chapel churchyard and the school playground. Plus, a few traffic circles where the built-up services were located, as is especially clear in the case of the main core of Pegões, or the attempt to design an axis along which farmhouses were located, which culminated in the chapel on the hill, as in Barroso, or even the attempt to take advantage of a slope to organize the setup of detached farmhouses along different level lines, as is the case in Boalhosa.

In Spain, in keeping with a tradition of farmers settling in rural areas that had been encouraged since the 18th century, after the end of the civil war in 1939, the problem of "devastated areas" and the campaign "for a New Spain that is being built" became important elements in outlining



an agrarian colonization policy. The idea was to establish a process of national reconstruction that would mitigate unemployment and impoverishment of the people and promote a reorganization of the territory, allowing an increase in the productivity of farming production, thereby contributing to an increase in farmers' income while substituting imports. A water use plan was then outlined, which allowed watercourses to be controlled in order to create large irrigated areas and a subsequent plan to retain labor for farming, for which dams and irrigation systems were built for the land plots used by using water from the river basins, while urban centers were installed in the irrigated areas, serving as residence for the population comprising the "army of farmers".

This model was based on the idea that community life would allow a better exchange of ideas between farming services and growers, more economies of scale in services, greater ease in schooling, and greater control over citizens' lives by authorities, observing their ability to cultivate well and their civic activity in participating in the collective life of the pueblo. Although farmers' incomes would be lower if they lived in a pueblo, given that they had to travel some distance along the pathways leading to their plots to be able to take care of their land with a lot of daily wasted time commuting, the advantages of living in a cluster would have other dimensions that were valued in the process. The idea was to create communities of farmers in an urban setting, whose collective life was based on a "new identity".

Portugal applied a mixed model, so to speak, given that in the few colonization interventions that were carried out, few settlements were set up to occupy the territory, and in most cases settlers' houses were built not too far from the land plot allotted to them, with a small civic center built to support the houses scattered throughout the territory, along with a school, chapel and technical center to support

farming production. The predominant model involved colonization villages, small clusters with no more than fifty houses, in some cases built on a dense road network, with the setup of services; particular attention was given to education and religion but not to collective life and mutual assistance and pooling of ideas, while reinforcing the individualistic character of social life only supplanted at the time of celebration.

Thus, farming villages are mere groups of buildings that are almost always lined up along the roads but are not organized with the intention of creating a "village", as was the dominant intention in Spain. In Italy, the idea of "citizen owner" led the life of the farmer and his family to unfold on the plot, with support in creating a hierarchical network of borghi di servizio. Social life was encouraged in moments of leisure, after work, where the organization of the dopolavoro, still in existence today, took on great importance as an entity for sharing experiences and sociability in the settlements that were built in support of isolated settlers in the countryside, each in their own plot, but with an "umbilical connection" to the services that they provided, normally, at least, school, health, religious, postal, security and food supply services, along with farming production factors.

This network of borghi di servizio, was, in turn, backed by citta di fondazione where the idea was to consolidate the population of the areas targeted by the agrarian colonization process, and in them higher-level services and the headquarters of the fascist organizations that controlled the people were established throughout a vast territory. Some of these cities, designed within a broader territorial network, never managed to consolidate their role in attracting population, given that the start of the World War II redirected efforts and investments to other locations. However, they were designed in the image and

according to the model of the traditional city, with the central square being the point of concentration of main equipment and services, such as the casa del fascio, the church, the municipal government headquarters and in the case of the Agro Pontino area, in addition to the four città built, a provincial headquarters city was founded: Littoria, present-day Latina.

The application of this model in the area of Foggia, which started being built later and was not completed according to the initial purpose given the circumstances arising from the beginning of World War II, called for three small towns, of which only two were built, and in an incomplete manner (Segezia and Incoronata), located in the area around Foggia, the capital city, about ten kilometers away from it, and five borgate rurali, of which only a few were built, such as Borgo Cervaro and Borgo Giardineto, which were never fully completed, hence in operation today as borghi di servizio. The first three borghi of the then ongoing bonifica integrale process were also built in this area, the most important of which was Borgo Mezzanone, opened in 1934, and which now serves as a dormitory for immigrant workers, under the caporalato system.

#### POLICIES, RULES AND OUTLINES

During the last century, in the three countries under observation, the traditional abandonment of the rural world was the political and ideological motivation for involvement in the countryside. Improving peasants' living conditions was promoted by various agrarian colonization policies. In Italy, in the 1920s with the battaglia del grano, years later "replicated" in Portugal as the campanha do trigo, political regimes gave a sign that they intended to increase the occupation and consequently the income of rural workers, and thus increase production, reducing external reliance by replacing imports.

In these two countries, the idea was made to defend the rural world, with several operations to requalify uncultivated or under-exploited land that was transformed into agricultural fields, always with the aim of creating better living conditions in the rural world: in Italy, this took place under the umbrella of a farmer and owner, whereas in Portugal this was epitomized under the rural family, for which casais agrícolas were set up, dispersed throughout the territory, but with access to basic services such as education and religion and sometimes health support and guidance in cultivation work. The land made available to the families of settlers was generally not very productive, as such policies seemed more like compensation for the abandonment to which they were subjected than a productive intent.

In Italy, on the other hand, the land made available for cultivation was cleared and irrigated, so that the survival conditions of the bonifica integrale system were defended by combining water and sanitation bonus interventions with the introduction of intensive production systems and sometimes reforestation of slopes, as set forth in Decree Law 215 of February 12th, 1933, which were supposed to ensure the improvement of the living conditions of the combatants - farmers - settlers, thereby increasing their income. This situation lasted until the second half of the last century. Despite a lack of land planning, as highlighted by A. Pennacchi and as a result of the lack of foresight stemming from the regime's propaganda desires, as stated by A. Cerdena, agrarian colonization organized in a mixed system, combining the dispersed settlement of colonial houses with a hierarchical network of borghi di servizio to support the colonists who settled in their plots, built along the paths, whose result was a mixed system not initially provided for.

The system developed in Spain was based on the idea of “peninsular ruralism” advocated by A. De Souza Camara, “moral reserve of Spain and Western Europe” and the Catholic rural family was the social model and political foundation from the Falange party and the Franco regime, who sought “national reconstruction” that the effects of the civil war imposed due to the devastation and population displacement to the cities. This constituted the foundation of new pueblos, as highlighted by C. Barciela López and J. Mangas Navas, cited by J. Flores Soto, an important basis for combating this phenomenon and simultaneously creating the foundations of a system of intensive farming in areas susceptible to being irrigated with the water use developed in the meantime, which would contribute to the increase in national wealth and the construction of decent housing for the “army of farmers” that the considerable extension of the targeted areas entailed.

In the post-civil war period, colonization plans, in addition to representing a first attempt at general planning on a regional scale, as shown by the development of plans for the provinces of Badajoz and Jaén in the 1940s, and as E. Delgado Orusco emphasizes, were more than colonization plans. They were plans for the industrialization, distribution and marketing of agricultural products from the new lands that were now irrigated. One of the recommendations of the Instituto for designing the pueblos’ layout was the need to set aside land in each one for implementing a future agricultural processing industry. Such a situation was never recommended in either Italy or Portugal, with only the *colônia agrícola de Pegões* having a cooperative winery and the *colônia agrícola de Martim Rei* comprising an agricultural and livestock cooperative.

However, whereas in Italy the option was for the “house on the plot” and the construction of a hierarchical network of

borghi to support the colonists, in Spain a non-hierarchical network of pueblos de colonización was created. Still, in some rare complementary areas, *casas aisladas* were set up, according to the “house on the plot” model, supported by the *centros cívicos elementales* theorized by J. Tamés Alarcón, historical director of the Instituto Nacional de Colonización, comprising a school and its cafeteria, the church, and two houses (the teacher’s and that of the priest), and they were built isolated in relation to the pueblos, in the countryside and covering the remaining areas of the 6- to 8-kilometer circle that established the cultivation area assigned to each pueblo, intending to serve as support for the colonists who settled in the *casas aisladas*.

The system adopted in Spain was based on the creation of true pueblos, after intense discussion about the advantages and drawbacks of such a system, where up to a thousand settlers would reside depending on the area parceled out around each one, seeking to establish families of farmers for whom the idea was to achieve life in a community that would be consolidated over time. The Instituto Nacional de Colonización established a territorial rule for setting up the pueblos, which must be centrally located in relation to the cultivated plots, so that they can be no further than three or four kilometers from the colonist’s residence, the so-called “*módulo carro*”, thus outlining a circle with a six-to eight-kilometer diameter, comprising plots worked by the resident colonists, while establishing an irrigated area assigned to the resident colonists of three thousand to four thousand hectares, with *casas aisladas* being set up outside this circle on the remaining lands covered by the irrigated land, next to the plot assigned to each colonist, as shown in the areas surrounding the outlined circles as belonging to *Vegaviana* and *Moheda de Gata*, in the *Árrago - Borbollón* irrigated land.

Other recommendations were put forth: the one with the greatest territorial impact consisted of establishing

the pueblos in the highest parts of the irrigated area, a factor that determined their location and which allows us to understand how the non-hierarchical network of equidistant urban sites was formed, whenever the irrigated area allowed it due to its size. It was also recommended that the church and the administration building, as well as the places intended for commerce, sanitary facilities and leisure facilities, be located in the pueblo's square. It was also recommended against building streets with escape points in the countryside, in order to provide a greater sense of an urban feel to the community that was sought to be developed and consolidated.

Over three hundred pueblos de colonización were built and even today, in many of them, the strength of the community means that social and productive life can be identified in these settlements, some of which currently have thousands of inhabitants, such as Valdivia, while others are semi-abandoned, such as Pajares de la Ribera. In Italy, the borghi are generally in great distress, especially in the area of intervention of the Ente di Colonizzazione del Latifondo Siciliano, which already has a low regional availability of water resources, but also because they were designed as "borghi di servizio" and practically as residences for employees and not as a support for the human life of farmers. Also in Portugal, due to a lack of living conditions and income, the settler isolation that the regime imposed ended up expelling almost all those who joined the Agrarian Colonization Program from the farming settlements.

The tradition of urban design in Italy, during the "Ventennio Fascista" allowed population settlement on subsidized lands to start from a concept of a core base supporting the casas colónicas built throughout the territory, where the services considered minimum for sustaining a dignified life were located. The rule consisted of organizing a hierarchical network of small borghi, distributed throughout the

territory close to the plots where the settlers lived, which in turn were supported by città di fondazione where higher-level services were located.

The outlining of these borghi can be summarized in three main layouts, one based on the intersection of two "route roads" along which the construction of the casas colónicas in the subsidized territory is organized, aiming to be a reference center for the settlers who live and work nearby, and in which all the buildings occupy the four quadrants established by the intersection, one organized from the end of the main road connecting to the farming plots, forming a quadrilateral that organizes the construction of the support services, and one which uses the main road as the side of the village and draws an orthogonal grid adjacent to the road, serving as support for installing the specific services.

Some typical layouts were considered references for setting up these borghi, namely in the action of the Latifondio Siciliano, a "minimal type" and a "large type". It is clear that the tradition of urban design is recognized in organizing the layout, whether in the "trident" comprising the "square" as a reference, where the school is located in the visual alignment of the three roads, the church, the medical dispensary, the dopo lavoro with its bar and food service and the supply store, and finally the carabinieri barracks. Also in the "large type" one can recognize a "trident" design using a road crossing, in which the transverse road is designed in a "bayonet" shape so as to allow visual alignment for those arriving from outside, thus locating the school and the post office building on both sides of the square outlined by the crossing, with the casa del fascio and the church on the perpendicular axis.

Similar layouts can be seen in città di fondazione such as Aprilia in Agro Pontino and in Segezia in Tavoliere delle

Puglie, where the main “route road’s” bayonet-shaped layout creates visual lines for people arriving in città, over the municipal administration building on one side and the church bell tower on the other, and in the square outlined by the intersecting roads, the casa del fascio, the post office building, the carabinieri barracks and the dopolavoro are located. A. Pennacchi has drawn up some illustrative layouts showing how, in the centre of such cities, the community’s reference point is sometimes the torre littoria, at times the church or the bell tower.

The tendency to design monocentric centers in Spain is the result of the intense disciplinary debate and the recommendations of the Instituto Nacional de Colonización under the direction of J. Tamés Alarcón, suggesting that a square be established in which the facilities and commerce would be concentrated. Only in a few cases was this principle not respected, as in San Gil, Pueblo Nuevo del Guadiana and Guadajira, for example, showing the existence of two squares, one more formal and dedicated to religious festivals where the church and bell tower have a strong urban presence, and another more civil and “profane”, where the municipality presence asserts itself over the building complex, and where the festival and the verbena are normally organized. The institutions are grouped between these two focal points and sometimes a third focus that is decided by the school, creating an urban tension that arrays the route between focal points, giving a dimension of urban life that the pueblos de colonización with a monocentric organization do not present in such an intense way, while noteworthy mention goes to Vegaviana, in which the territorial axes that intersect in the square where the facilities and commerce are located, the main one connecting to the most important bayonet-shaped city located nearby, and the transversal one, which connects the square with two focal points in its line, on one side the school and the sports facilities and on the other, on the

opposite side, the Hermandad Sindical and the farming cooperative, separating, at the opposite ends of the pueblo, two ideologically significant facilities in the “Franquismo” colonization plan, the ideological moralization and pacification, along with education and production.

A similar layout is recognizable in a few città in Italy, such as Sabaudia in Agro Pontino, where the urban fabric is arrayed around the relationship established by the civic center’s three focal points, connected by intersecting paths, one where the church is located outside the urban complex, like a shrine, the town hall and the torre littoria in another, and the schools in a third. Also in Guidonia, in Agro Romano, we notice such an organization, with emphasis on the church’s location on a hill adjacent to the urban grid serving as a monocentric cluster where the counterpoint is constituted by the focal point set up around the municipality and the torre littoria, with this relationship being decisive for outlining the urban layout.

Some authors such as J. Flores Soto identify this layout in San Rafael de Olivenza, which appears to have been adopted in Aldeia Nova do Barroso: here, the counterpoint is established between the church-shrine located outside the built complex and the schools and “function houses”. It is also worth mentioning the model tested in Littoria - Latina, with a design inspired by the design of baroque cities such as Grammichele, where “streets” develop from the center, outlining sectors of the city, each of which comprises an urban hub, due to the location there of various provincial institutions such as those for provincial and social management, and those for disseminating fascist ideology.



### CIRCULATION AREAS, SOCIALIZATION AREAS AND INTIMACY AREAS

The characterization of circulation areas in agrarian colonization operations was the subject of broad debate in the three countries considered in this article. In all cases, an attempt was made to construct an urban imagery for a new territorial order, to use the expression of Micaela Bordin, determined by each regime's dominant ideology, with its own characteristics, and aimed at a population eager for improvements in living conditions and prosperity resulting from their work, without excessive domination by third parties, believing in the State's regulatory, social and technical role.

In Italy, the first country to develop a significant scale of action, the tradition of urban design predominated with a concept of clusters based on the functional program which resulted in the foundation of borghi and città relatively determined by the architectural and urban culture that was dominant at the time. With some related experimentalism, the road is designed as a link to the surrounding fields or as a road to connect buildings, where urban functions are located and thus the square is formed by the intersection of roads that arrive from outside the agglomeration or in some cases as a true civic center that asserts itself regardless of the road design, the center of community life. The square is viewed not only as the "living room" but also as the social space par excellence, where "everyone comes and everyone shows themselves", where a community asserts itself and feels represented.

While the "streets" meet the cluster's needs, it is not decisive to decide which type of circulation they assume as dominant, for vehicles, for pedestrians or mixed paths, as the determining issue involves creating the cluster. Based on the urban order, the roads structure the grid, giving importance to the plot as an organizer of the

built environment with a functional hierarchy designed according to the importance of the equipment it houses and the representation of the different residential areas, outlining a generally monocentric urban model. That's where the square's role comprises a central place and cultural and social reference, in which the church with its bell tower serves as geographic and spiritual orientation and the torre littoria represents the power and values of the regime's dominant ideology.

In urban planning terms, this centrality is a common point of ideological symbolism, which led designers to dedicate particular effort to its design, with particular attention to the church and the bell tower, the casa del fascio and the town hall, and sometimes to the post office building and the sanitary-epidemiological dispensary as carriers of services for everyone's physical and spiritual well-being. In other words, the urban space introduces order into the built-up mass in keeping with the Latin or Mediterranean urban tradition, as opposed to the Anglo-Saxon tradition in which the urban space is residual, as highlighted by A. Rapoport, and then the buildings of the urban mass are materially subordinated to the demands of how the urban space is outlined. The architect-urban planner creates his/her project by working with the field's knowledge and rules, without external formal constraints, combining the agglomeration's various bodies, enhancing their forms, with the residence, based on the disciplinary assumptions of urban design.

It can be argued that, in fact, the borghi and the città were not designed for settlers, as the pueblos were in Spain, but, rather, to support the settlers who lived on their plots, always in accordance with Mussolini's determination to make each farmer an owner. Indeed, when designing the pueblos de colonización, the issue imposed on the designer was the need to create agglomerations where a community



forged by an identity among resident settlers could flourish. In addition to the aforementioned constraints, it was recommended that the buildings be grouped together to give the impression of a continuous mass, that a main route be designed with the bell tower as its vanishing point, that long roads with a view over the countryside be avoided. Such a recommendation gave rise to the *calles cortadas* and *calles curvas*, along with the establishment of wooded areas surrounding the cluster, and, above all, the issue of differentiated circulation between vehicles, carts and pedestrians.

The land plot where the house is located, connected to the “street” as a modular piece, ends up in many villages being the fabric’s repetitive and generating element, as noted by J. Soto, reducing the importance in this process to the street block as an element generating the fabric, although in Vegaviana one can observe the large street blocks with their large courtyards, inaccessible to vehicles and animals, onto which the residences open up, and which function as large “intermediate spaces” of sociability.

This issue garnered attention in the sphere of urban design on sociability in circulation spaces and in non-built spaces, as well as in “intermediate spaces”, trying to extol the symbolic character of certain spaces to reinforce collective identity, with the roads that converged in the square being treated as road circulation so that, when arriving from outside, this road would lead to the central space, where the church and the bell tower were built; such a geographical and spiritual symbol in the municipality was not given excessive importance, especially because many of the pueblos began as *pedanías* of already existing urban agglomerations with greater territorial power, and also, in the civic center thus constituted, the buildings that housed the various institutions were erected.

At the beginning of its work, the Instituto suggested that circulation on the roads should be mixed, for animals, carts and people. However, from the mid-1950s onwards, roads with separate circulation pathways started being designed to avoid cleanliness, hygiene and organizational problems, and urban land plots were designed with two entrances, inspired by the experiences of the “Radburn block” in New Jersey, one “clean” and the other “dirty” through which the animals and agricultural work equipment would pass, and the separation of accesses to the land plot allowed for the noble entrance, that of the residence, to be endowed with greater “urban dignity”.

The experimentalism of the 1950s, which the new architects called upon to design the large number of pueblos de colonización that the regime proposed with its own funds and support from public subscriptions, generated intense debate about the layout of the urban space that was designed to create clusters symbolizing the “new order” and that created strong communities, which developed farming work in peace and with the hope of improving their living conditions. The dominant issue involved discussing the role of the square as the center representing the community and its place of identity. Nevertheless, as it is generally a significantly-sized open space to represent its role as the cluster’s center where the institutions are located, a debate soon developed surrounding the importance of designing “intermediate spaces” that would allow and stimulate socialization more linked to being there than to moving around.

Recovering the theory and disciplinary debate then under development, it was experimentally proposed to create spaces “capable of influencing people’s behavior and making them socialize, inhabit the place”, as summarized by M. Risselada, stating that different types of charged voids are necessary, and the spatial charge has to vary in

order to depict the meaning of a relatively intimate space, where the settlers, coming from different territorial and cultural origins, could live together as neighbors of a plazuela onto which the “clean” entrances to their residences open, as a place “to be in and do things” with other people, to socialize by wandering, as interpreted by F. Presa-Torres and J. Soto.

This “outside and inside” space generally managed to foster coexistence and intimacy between people who did not know each other and who ended up treating that space as an extension of their home, as can be seen in many Latin and Mediterranean cities, where they represent a “space for everyone” defended as their own by everyone, allowing the creation of strong identity ties and a sense of belonging to a community. The continuity and compatibility of the pedestrian paths stimulates this sense of belonging and their “relative closure” allows for forming user-friendly places that reinforce urban life in the cluster.

In Italy, where the idea was to stimulate the “urban imagery of social and political depiction”, these spaces eventually developed in borghi around the dopolavoro, because residences were in the land plot away from the center, creating resistance to urban life development there, until mainly employees ended up residing there. This situation created a highly representative role for the square, where all the equipment was generally situated, accentuating its role as a place of power. The house is the center of family life: the family only leaves the house due to school, religious, sanitary and administrative needs, so the path taken to the center tends to occur in exceptional cases.

By contrast, the pedestrian space paths in the pueblos de colonización enable sociability, where the house represents the threshold of intimacy and the “intermediate spaces” such as plazuelas or the streets with widening spaces, inviting “to being”, to “wandering while socializing”, as

opposed to the plaza, where the representative character and scale tend to create resistance to “doing together” as suggested by F. Rodríguez Ramírez and A. Juárez Chicote, thereby creating “neither inside nor outside” spaces. Such ambiguity allows these urban spaces to present themselves as a meeting place enabling interaction among people.

In Esquivel, it is interesting to note that the design of small plazuelas allows the urban space to be closed upon itself and that everyday life can be alienated from circulation and institutions, constituting an extension of the house: in certain cases, this leads into a “porch - courtyard”, the residence antechamber, thus rendering the project’s idea of creating shareable spaces as in Villafranco.

In the late 1960s, however, some designers in Spain attempted to “desdesign” the characteristics of the urban void, whether square or street, and in some cases exacerbate the dismantling of urban space as something definite becoming residual, or nearly so, in keeping with the trend of Anglo-Saxon tradition, as required by A. Rappoport, with recognizable essays for example in Pajares de La Ribera and Pradochano, as evidenced by J. Flores Soto.

In Portugal since the founding of the Junta de Colonização Interna, which was intended to foster the settling of rural workers in the various founded Colonies, the concern, especially at the beginning of the Junta’s activity, involved setting up casais agrícolas near the fallow areas, in order to make productive activity profitable using available land, without the need for heavy infrastructural interventions. Therefore, the concern with the outlines entailed a more technical, agricultural engineering component, with urban design models, such as in Italy and Spain. Thus, almost all the founded colonies were more concerned with accessibility of the casais to the land plots than with forming an urban cluster, a “village”, so the issue becomes the arraying of sets of casais in the territory, and, with

some exceptions, where we notice the attempt to establish a center for the community, such as in Pegões, Barroso or Gafanha, for example, where we see concern with creating a network of paths that allow people and vehicles to circulate without urban consistency.

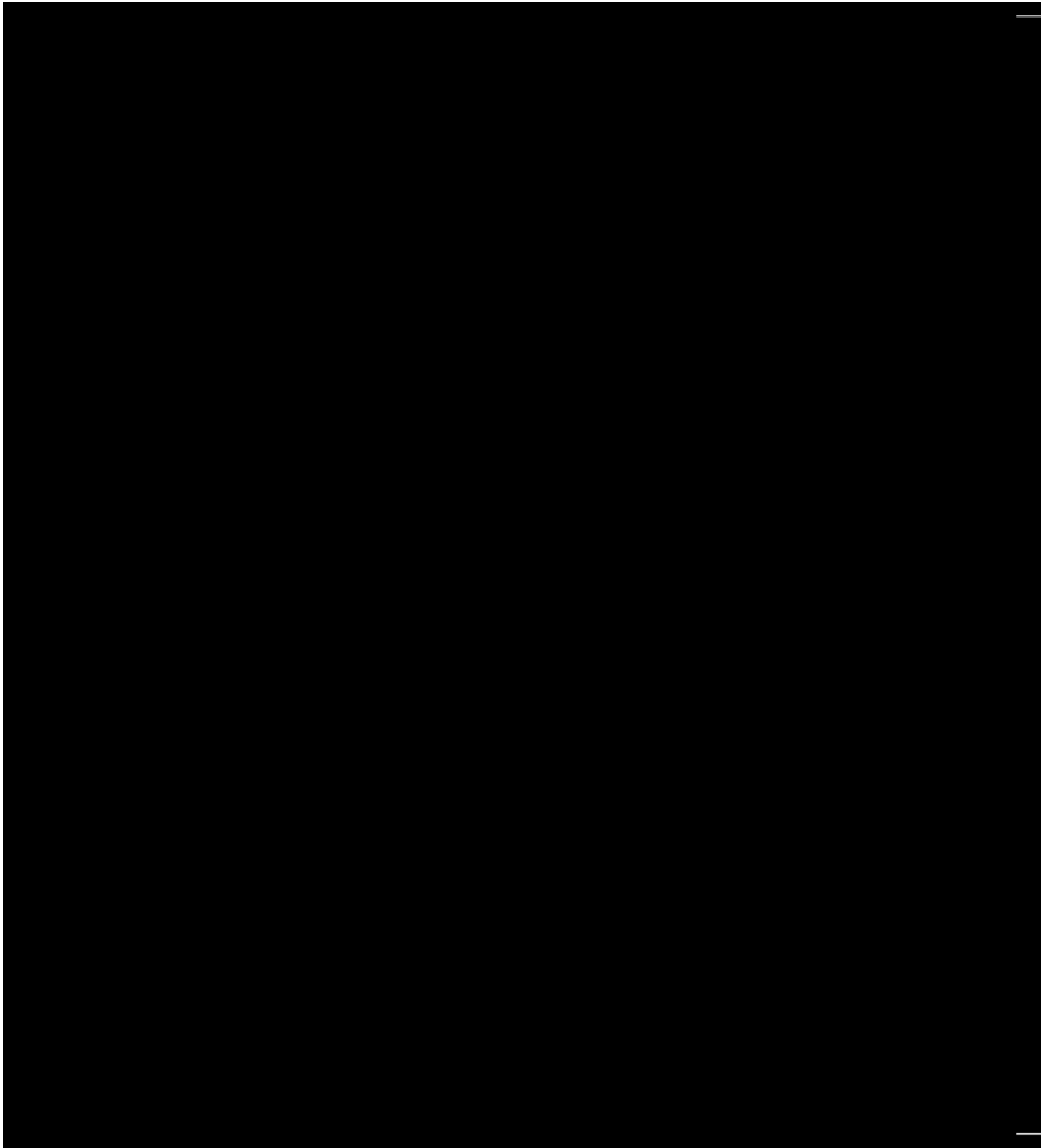
As it appears to be evident, the issue of water management did not foster the concentration of casais agrícolas, as the various conflicts evident in the debates on agrarian colonization policy in the minutes of the Corporate Chamber in the 1940s demonstrate opposition from the so-called “farmers of the South”, as Maria Silva refers, also showing that the 1937 Irrigation Hydraulic Law almost always benefited the former and rarely the settlers’ land plots. In some cases, the dams built ended up generating reservoirs that flooded many plots of land attached to the colónia agrícola, as was the case with Barroso and Martim Rei.

Filipa Guerreiro’s detailed work on the subject provides a fitting description of the difficulties in negotiating the implementation of a colonization policy during the “Estado Novo” while putting forth a time frame for understanding the materialization and evolution of actions on the ground, showing how the introduction of business logic into the farms took place from an initial period dominated by exceptional experimentalism.

The present situation of agrarian colonization developed in the twentieth century in the three countries that were subject to dictatorial political regimes tends to be dominated either by the small property that no longer has the characteristics of the land plot attributed to the settler or farming conditions other than those intended for self-consumption, or was affected by the process of “horizontal concentration” of farms, creating large cultivation areas by aggregating original land plots. This phenomenon, which occurred in Italy from the 1950s and in Portugal years later, recently started to spread in Spain in the implementation

zones of casas aisladas. Such a phenomenon largely resulted from the crisis in traditional agriculture and the rural exodus experienced in southern Europe in the latter half of the twentieth century, but also due to the isolation that residents experience in the field in today’s society, which greatly calls for mass consumption.





**CRITERI TIPOLOGICI E COSTRUTTIVI  
DELLE CASE COLONICHE**

Tiziana Basiricò



## **CRITERI TIPOLOGICI E COSTRUTTIVI DELLE CASE COLONICHE**

Tiziana Basiricò

*Dipartimento di Ingegneria e Architettura  
Università degli Studi "Kore" di Enna*

### **1. INTRODUZIONE**

L'ideologia ruralista e gli interessi per il riassetto fondiario dei paesi europei sono delle costanti in tutto il primo Novecento, che portarono a profonde trasformazioni sull'urbanistica e sull'edilizia rurale.

Nell'intento di dare soluzioni concrete alla questione sociale, controllare le spinte del movimento contadino, le forze politiche intervennero con norme per migliorare l'economia agraria, puntando su bonifiche e sul passaggio alla coltivazione intensiva, che richiedeva l'insediamento dei contadini nelle campagne. Prima in Italia e poi in Spagna e Portogallo, si avviarono una serie di studi sul nuovo mondo rurale, sia a scala territoriale (sul modello di insediamento da adottare, concentrato, disperso o semidisperso) che a scala edilizia che portarono alla definizione di nuovi modelli dell'abitare rurale, sia modelli tipologici che costruttivi.

A secondo del sistema di appoderamento scelto, le case rurali costituirono, comunque, l'elemento di base che ha modificato e caratterizzato la ruralizzazione del Novecento. E' pertanto sulla "cellula base", "casa colonica", "vivienda rural" e "casal de família", che si concentrerà la trattazione presente.

Data l'enorme varietà di autori e il lungo periodo in cui si sono svolte le azioni, più di trent'anni, è impossibile, nell'ambito di questo contributo, analizzare i vari tipi di abitazioni rurali se non dalla prospettiva generale della normalizzazione del "tipo" e soprattutto dei criteri che hanno portato alla sua definizione. Senza la pretesa di essere esaustivi, faremo qui un breve confronto tra i tipi italiani, spagnoli e portoghesi, soprattutto collegandoli alla loro origine e al lungo percorso dell'edilizia rurale razionale nella volontà di definire i modelli tipologici e costruttivi evidenziando analogie e differenze.

## 2. MODELLI TIPOLOGICI DELLE CASE COLONICHE

Le costruzioni rurali sparse nelle campagne e sorte quasi spontaneamente, per il ricovero degli animali e/o dei contadini che lavoravano i campi, fino agli anni '20 del XX secolo erano state poco indagate. Fu grazie alla politica agraria avviata dai regimi, che propagandavano il ritorno alla terra attraverso il frazionamento del latifondo, che si pose il problema dell'edilizia rurale, divenendo necessario studiare un nuovo tipo edilizio: la "casa rurale"<sup>1</sup>.

Si avviarono nei vari paesi una serie di studi sulle caratteristiche igieniche e tipologiche

delle case rurali esistenti. Tra cui annoveriamo quelli sull'edilizia minore dell'architettura rurale nel bacino del mediterraneo presentati alla VI Triennale di Milano del 1936, l'Indagine sull'Architettura Rurale effettuata dagli agronomi portoghesi negli anni '30 e gli studi condotti nel 1929 dagli architetti spagnoli sull'edilizia abitativa minima, che portò all'individuazione dei principali problemi da affrontare: stanze senza finestre, sovraoccupazione, ventilazione e luce naturale insufficienti, privacy limitata nella zona notte, necessità di bagni e servizi igienici, ma soprattutto la separazione tra animali e uomini. In genere, nei fabbricati rurali, la stalla e il fienile formavano quasi sempre un corpo unico con la casa d'abitazione, composta da cucina e due o tre anguste camere da letto. Mancava generalmente la concimaia razionale e la latrina. Spesso era presente, invece, un porticato per riparare i carri.

La realizzazione di abitazioni migliori fu uno dei punti di forza del programma di ruralizzazione. Al fine di attrarre il contadino a lasciare i centri urbani e a risiedere stabilmente in campagna, sicuramente, era necessario prospettargli un miglioramento delle condizioni di vita, sia igieniche che economiche.

Fu così che il tema della casa rurale suscitò l'attenzione della disciplina della progettazione tipologica sulla funzionalità degli spazi necessari

per le famiglie, che portò nella prima metà del XX secolo ad una evoluzione dei criteri alla base della progettazione di una casa rurale.

Le caratteristiche sulle quali si puntava nella progettazione delle nuove case rurali erano, innanzitutto, spazi funzionali separati per gli uomini e per il ricovero degli animali, per superare problemi di pulizia e igiene, la presenza dei servizi igienici ed il rifornimento idrico.

Grazie ai vari studi ed ai numerosi concorsi banditi da vari Istituti ed Enti a partire dagli anni '20 e per tutti gli anni '30, appositamente istituiti nei tre paesi, furono definiti i nuovi criteri progettuali che portarono alla definizione di una serie di tipologie di case rurali.

Come sarà esplicitato in seguito le implicazioni dei vari sistemi di insediamento furono significative nella definizione tipologica. Le case coloniche, intese secondo la nuova politica agraria come strumento per il processo produttivo, presentano una sorta di matrice stabile, cioè la suddivisione in due aree funzionali, residenziale e produttiva. Tuttavia, la formalizzazione e l'immagine di tale matrice, la composizione volumetrica e l'organizzazione funzionale dello spazio domestico, presentavano differenze da una parte e dall'altra del confine.

## 2. 1 LA "CASA RURALE" ITALIANA

Dall'analisi condotta è stato possibile individuare due fasi nell'evoluzione del tipo edilizio. Una prima fase durante gli anni '20 della bonifica integrale in cui la creazione della piccola proprietà coltivatrice, avviene attraverso la mezzadria, in cui vengono realizzate case di piccole dimensioni e senza una tipizzazione. Una seconda fase iniziata negli anni '30 e protrattasi fino alla seconda guerra mondiale in cui lo Stato interviene con specifici Enti che definiscono dei tipi edilizi, che saranno realizzati in modo pedissequo nel caso di costruzione diretta da parte degli stessi Enti o che potevano servire da esempio con possibilità di variazioni<sup>2</sup> nel caso di costruzione da parte di privati, agenti singolarmente o uniti in Consorzi.

Le case rurali realizzate durante la prima fase si basavano solo sulla suddivisione delle funzioni in due vani, uno destinato alla famiglia di circa 50 mq, ove si svolgevano tutte le funzioni residenziali, e l'altro al bestiame<sup>3</sup>. Tali progetti scaturivano da iniziative singole e sporadiche; non esisteva in essi alcuna traccia di sistematizzazione. Razionalità d'uso con ridotti tempi e costi di realizzazione erano i principi ispiratori che guidavano i progettisti<sup>4</sup>.

Nel tempo i requisiti tecnici ed igienici minimi per le case coloniche si andarono definendo,

portando alla suddivisione ulteriore in più ambienti, ben dimensionati, per lo svolgimento delle differenti funzioni abitative, e in più locali per migliorare l'attività produttiva.

La vera evoluzione del tipo edilizio si ebbe con la predisposizione da parte di Enti statali, istituiti per gestire la bonifica e l'appoderamento nelle varie regioni del paese (Lazio, Campania, Puglia, Sicilia) di progetti tipo di case coloniche.

I tecnici dei vari Enti innanzitutto cercarono di stabilire i parametri quantitativi di un corretto abbinamento tra casali e poderi. L'estensione dei poderi<sup>5</sup> era variabile in funzione della fertilità del terreno, della vocazione produttiva e del numero dei componenti della famiglia.

I vari tipi si differenziavano per i sistemi di aggregazione delle due aree funzionali, per il numero e dimensione dei locali destinati all'attività produttiva, per il numero di piani<sup>6</sup>, per il numero e distribuzione degli ambienti (dipendenti dalla composizione familiare<sup>7</sup>), per il rapporto tra abitazione e annessi e per la distribuzione degli annessi nel lotto.

L'area produttiva per la vita aziendale era composta da annessi agricoli principali (stalla per il ricovero degli animali<sup>8</sup>, magazzino per foraggio<sup>9</sup>, portico per il ricovero dei mezzi ed attrezzi agricoli e la concimaia<sup>10</sup>), presenti in ogni

tipo, e secondari per il bestiame minuto (pollaio, ovile e porcile).

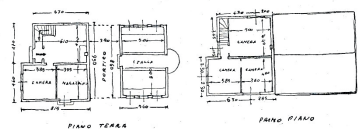
Per ragioni d'igiene dovevano rispettarsi alcuni requisiti: fronte principale dell'abitazione rivolto verso strada con accesso alla stalla sottovento; pozzo a 10 metri di distanza dalla casa; pozzo nero collocato a 3 metri dalla casa; concimaia a 25 metri dalla casa e dalla strada, sottovento e opposto al pozzo<sup>11</sup>.

L'area abitativa, destinata al nucleo familiare era composta da: cucina<sup>12</sup>, minimo 3 camere da letto, come stabilito dalla legge, una per i genitori, una per i figli maschi e una per le figlie femmine e bagno esterno.

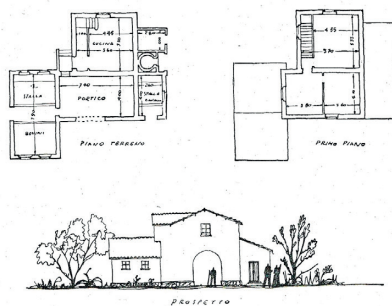
“Nel progettare la distribuzione delle case furono osservati criteri di razionalità, geometrie rettangolari, senza corridoio e accesso alle camere direttamente dalla cucina ... L'altezza degli ambienti fu ridotta al minimo”<sup>13</sup>. Le varianti per l'abitazione consistevano, a parte il numero di vani, nella presenza o meno al piano terra di un magazzino o di una camera da letto, oltre quelle presenti al primo piano o eccezionalmente cucina, camera e magazzino.

Le case erano a uno o due piani anche in funzione delle condizioni climatiche delle varie zone<sup>14</sup>. La dislocazione della scala per accedere al piano superiore, esterna o interna, era un argomento molto dibattuto tra i “ruralisti” dell'epoca<sup>15</sup>.

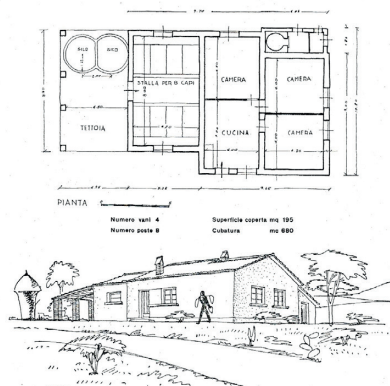
Bonifica integrale dell'Agro Pontino - Casa rurale tipo XI.



Bonifica integrale del Volturno - Casa rurale Tipo A.



Ente di colonizzazione del latifondo siciliano - Casa rurale Tipo «A».



**Figura 1**

*I tre tipi principali di case coloniche italiane, primo tipo (es. Casa rurale tipo XI dell'Agro Pontino-sinistra), secondo tipo (es. Casa rurale tipo A dell'ECLS-centro) e terzo tipo (es. casa rurale tipo A del Volturno-destra), (Ortensi, 1941)*

La principale differenza tra i tipi riguarda il rapporto di connessione tra abitazione e annessi, in genere realizzati in due corpi di fabbrica distinti. In base a quest'ultimo criterio, a seguito di analisi attenta, è stato possibile ricondurre, i numerosi tipi predisposti dagli Enti (18 tipi per l'Agro Pontino nel Lazio, 2 per la Campania e circa 10 per il Tavoliere delle Puglie predisposti dall'Opera Nazionale Combattenti, ONC e 10 tipi dall'Ente di Colonizzazione del Latifondo Siciliano, ECLS<sup>16</sup>) a 5 tipologie edilizie principali.

Il primo tipo individuato presenta due corpi di fabbrica aggregati in linea, uniti da un portico, aperto solo sul davanti e chiuso sul retro per ricavare un magazzino<sup>17</sup>, o portico passante<sup>18</sup>.

Nel secondo tipo<sup>19</sup> l'unione tra i corpi delle due aree funzionali avviene a "L", con portico che collega le due aree e chiude la composizione.

Nel terzo tipo<sup>20</sup> il portico non ha alcuna relazione né con l'abitazione né con gli annessi agricoli, tra loro accostati definendo un unico volume.

Fanno eccezione il Tipo VI per l'Agro Pontino, che prevede l'abitazione e gli annessi agricoli in un unico volume con abitazione a due piani e solo parte del piano terra destinato alla stalla, accessibile dal retro, e il Tipo B per il Tavoliere, con distribuzione attorno a un cortile interno.

## 2.2 "CASAIS AGRICOLAS" PORTOGHESE

Rispetto all'Italia e alla Spagna la colonizzazione interna del Portogallo ha riguardato un minor numero di insediamenti. Furono costruite solo sette colonie rurali, a loro volta composte da più nuclei. La prima, Milagres realizzata negli anni '20 dalla Direcção Geral da Acção Social Agrária ed in seguito riadattata negli anni '30 in concomitanza alla costruzione dell'insediamento disperso di Martim Rei. Le altre cinque Pegões<sup>21</sup>, Gafanha, Barroso<sup>22</sup>, Alvão<sup>23</sup> e Boalhosa furono realizzate dopo la seconda guerra mondiale dall'ente statale, istituito nel 1936, che si occupò della colonizzazione portoghese, la Junta de Colonização Interna (JCI).

I tecnici della JCI sulla base delle risultanze dell'Indagine sull'Architettura Rurale effettuata dagli agronomi portoghesi su tutto il territorio nazionale, dello studio della riabilitazione della Colonia di Leira, dei disegni e progetti riportati nel testo pubblicato nel 1942 "A Casa Rural. A Habitação" dell'agronomo Mário Botelho de Macedo<sup>24</sup> e sulla base degli esempi di colonizzazione nazionali e internazionali, interni ed esterni all'Europa, come Tunisia, Algeria, Olanda e soprattutto Italia, definirono i sistemi di appoderamento (isolato o semi-concentrato<sup>25</sup>) e misero a punto il modello tipologico del "casal de família" <sup>26</sup>.



Analizzando le varie colonie si sono potute individuare 4 tipologie del casal, due per il sud e due per il nord.

Per le cinque colonie agricole costruite dalla JCI furono realizzati solo sei progetti di case rurali, tre per le zone meridionali e centrali del Portogallo (Pegoes e Gafanha) e tre per le zone settentrionali (Barroso, Alvao e Boalhosa).

I tre progetti realizzati per le colonie del sud del paese: il Casal A (per il nucleo di Faias tra il 1943 e il 1947), il Casal B (per i nuclei di Faias e di Pegoes Velhos nel 1950 dall'architetto António Trigo, e infine il Casal C (progettato nel 1951 dall'arch. Mauricio Trindade Chagas e realizzato prima nella colonia di Gafanha e poi nel nucleo Figueras di Pegoes), corrispondono a due tipologie di aggregazione di corpi di fabbrica separati.

Tali tipologie corrispondono ai tipi prevalentemente utilizzati in Italia, ormai noti a livello internazionale, costituiti da due corpi di fabbrica distinti per abitazione e annessi agricoli collegati in linea (casal A e B) o a "L" (casal C) replicando la tipologia utilizzata qualche anno prima nella colonia di Martim Rei<sup>27</sup>, attraverso un portico, in questo caso soppalcato per la conservazione del foraggio. Anche l'abitazione presenta identici ambienti e distribuzione del tipo italiano, con bagno esterno annesso al corpo della stalla e porcilaia nel casal di Martim Rei e nel casal

B, e interno (dotato di lavabo, wc e doccia) nei casal A e C<sup>28</sup>.

Nei tre progetti realizzati per le colonie del nord tutte le funzioni vengono integrate in un unico edificio, definendo 3 tipologie monoblocco, due monofamiliari per il Barroso e Alvao e una bifamiliare per la colonia di Boalhosa. Il più usato fu il tipo monofamiliare il "casal do Barroso"<sup>29</sup> per cinque nuclei della Colonia del Barroso<sup>30</sup> e quello progettato nel 1950 da Mauricio Trindade Chagas per gli altri due nuclei del Barroso<sup>31</sup> e tutti i nuclei della colonia di Alvão.

La caratteristica di questi tipi è la compattazione in un unico corpo di fabbrica di tutte le funzioni, benchè all'interno si continuino a distinguere quelle abitative e quelle produttive. Persino la concimaia è integrata nello stesso volume. Nel "Casal do Barroso" le due aree funzionali sono congiunte da una zona porticata aperta solo da un lato, così come nei tipi del centro-sud del paese, da cui si accede all'abitazione, alla porcilaia, a due silos, alla concimaia e alla stalla con sovrastante pagliaio. L'abitazione in tale tipo si sviluppa su due piani all'interno di un unico volume a doppia altezza soppalcato per la realizzazione delle altre due camere da letto.

Nell' tipologia dell'arch. Chagas, a un piano, il portico è ancora una volta l'elemento di connessine tra le due aree funzionali,

consentendo l'accesso principale all'abitazione e alle dipendenze agricole, ma risulta totalmente chiuso creando una commistione tra le due funzioni.

Un caso unico che esula dalla tipizzazione ma che per completezza tratteremo è quello della colonia di Boalhosa. Qui la JCI adottò una tipologia di case bifamiliari disposte su tre strade curve parallele ed in pendenza. Proprio la pendenza del terreno ha probabilmente condizionato le scelte tipologiche. Porcilaia, concimaia e granaio sono nuovamente separati dal corpo di fabbrica che comprende invece l'abitazione, su due livelli, la stalla (con pagliaio sovrastante) e il fienile accessibili da un portico chiuso, su cui si apre anche un ingresso secondario all'abitazione. La tipologia binata portò ad un ridimensionamento delle aree funzionali, senza però introdurre cambiamenti significativi nell'organizzazione interna dell'abitazione<sup>32</sup>.

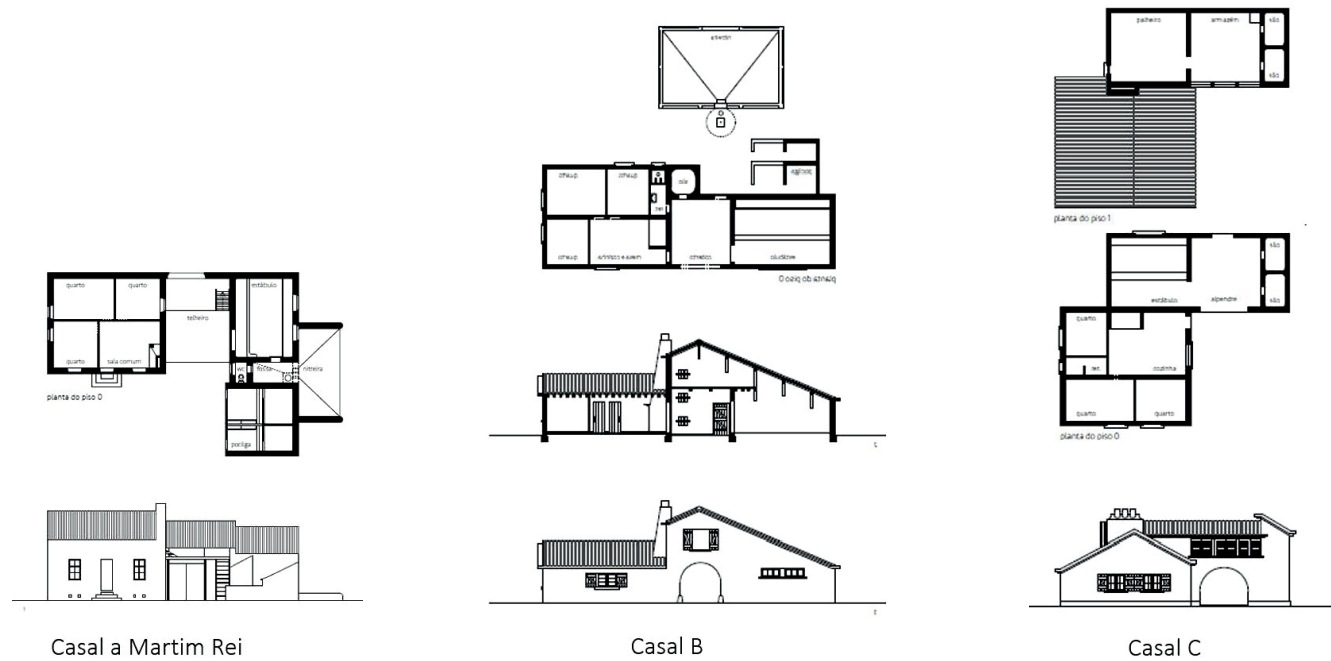
### 3.3 LA “VIVIENDA RURAL” SPAGNOLA

Nella definizione del tipo di casa colonica spagnola influirono una serie di iniziative sull'edilizia rurale che avrebbero avuto come protagonisti, diretti o indiretti, José Fonseca Llamedo e José Tamés Alarcon e che avrebbero fornito le linee guida su cui redigere le ordinanze

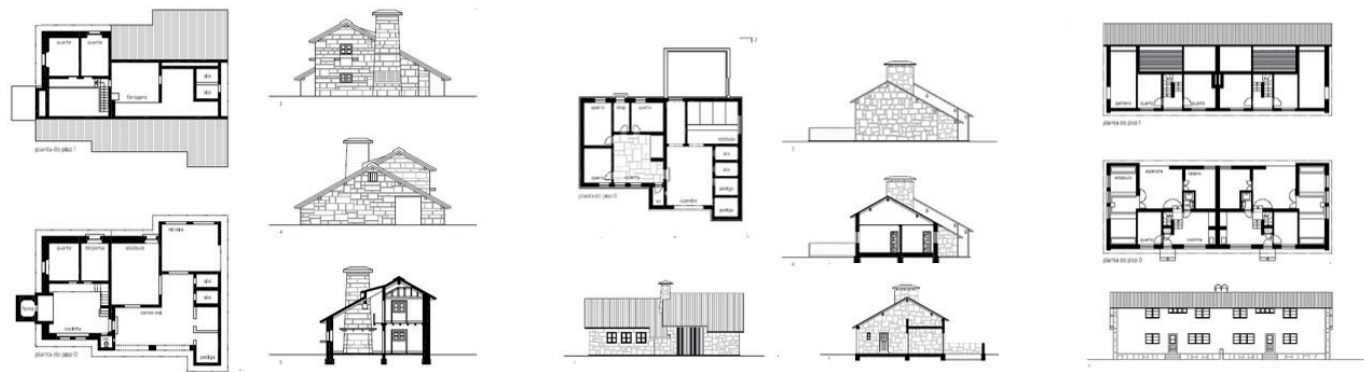
Instituto Nacional de la Vivienda (INV)<sup>33</sup> e successivamente quelle dell'Instituto Nacional de Colonización (INC).

Fondamentali furono gli studi condotti dagli studenti della Scuola di Architettura di Madrid nell'ambito dei seminari di urbanistica, diretti da Fonseca; i risultati del concorso del 1933<sup>34</sup> e del 1935 (quest'ultimo vinto da Fonseca) e dei due Concorsi del 1939 e 1940<sup>35</sup>, indetti da Fonseca, come Responsabile dei Servizi Tecnici dell'INV, per la definizione della “vivienda rural” attraverso analisi economiche, funzionali e igieniche, per le diverse regioni del paese caratterizzate da differenti sistemi di coltivazione e di terreni<sup>36</sup>.

I risultati di tali studi e concorsi vennero sintetizzati nelle Ordenanzas de la Vivienda del 1939. In esse venivano riportate un insieme di regole che stabilivano tutte le soluzioni tecniche necessarie alla realizzazione di una vivienda che soddisfacesse i criteri di igiene e comfort, secondo le varianti climatiche delle varie regioni spagnole: la separazione delle dipendenze agricole; il numero e la dimensione degli ambienti dell'abitazione; le specifiche tecniche per benessere minimo per l'abitazione sia d'inverno che d'estate; la riduzione delle altezze al limite minimo di 2,5 metri; la riduzione della superficie delle finestre; l'orientamento dei vari ambienti; il volume minimo<sup>37</sup> per una corretta



**Figura 2**  
*Le tipologie di case realizzate nel sud e centro del Portogallo dalla JCI (Guerreiro, 2015)*



Casal do Barroso (1943)

Casal do Barroso e Alvao (1950)

Casal de Boalhosa (1956)

**Figura 3**  
*Le tipologie di case realizzate nel nord del Portogallo dalla JCI (Guerreiro, 2015)*

ventilazione; la praticità di utilizzo dei materiali autoctoni<sup>38</sup>. La riduzione delle altezze dei soffitti a 2,60-2,50 e addirittura 2,40 metri di altezza libera tra i solai, derivava da scelte operate anni prima nella definizione dell'alloggio popolare<sup>39</sup>, ma esse potevano garantire ancora adeguate condizioni igieniche solo con una buona ventilazione.

Le case coloniche costruite dall'INC rispondevano alle suddette ordinanze (vincolanti al fine di ottenere il sussidio economico da parte dell'INV<sup>40</sup>) e alle direttive dell'ufficio tecnico dell'Istituto, definite principalmente dal suo architetto capo, José Tames Alarcon. Le idee di Tames, espresse in progetti di abitazioni (tra cui il più famoso quello per la città di Torre de la Reina<sup>41</sup>) considerati esempi emblematici per i progettisti della colonizzazione, erano riportate nelle circolari e nella pubblicazione dell'INC del 1954 intitolata *Viviendas Rurales*.

Dallo studio condotto è possibile affermare che le tante case coloniche realizzate secondo i criteri di progettazione ben delineati dalle Ordinanze dell'INV e dalle circolari dell'INC, non erano altro che varianti di un unico tipo edilizio. La casa colonica tipo spagnola era basata sull'organizzazione dell'abitazione e delle dipendenze agricole in due corpi di fabbrica distinti all'interno di un cortile murato con la possibilità di ampliamenti sia dell'abitazione,

al crescere del numero dei figli, che delle dipendenze agricole al crescere delle possibilità economiche dei coloni. L'area necessaria per tale organizzazione, cioè la parcella tipo<sup>42</sup>, aveva forma rettangolare con proporzioni variabili per i lati ma che corrispondevano alla stessa superficie, di 450 m<sup>2</sup> nel periodo 1945-1955, e in media di 600 m<sup>2</sup> nel periodo 1966-1970. La distribuzione dei corpi di fabbrica variava all'interno della parcella: l'abitazione occupava la parte frontale, mentre gli annessi agricoli erano disposti sul fondo o ai lati.

L'area residenziale minima raccomandata da Tames ai tecnici dell'INC era costituita da una cucina-soggiorno, un bagno e una sola camera da letto, con la possibilità di essere ampliata secondo il principio della "casa crecedera" consentendo di ospitare la famiglia colonica spagnola composta in media da 5-7 componenti. Ma la maggior parte di case venivano già realizzate con cucina-soggiorno e tre camere da letto.

L'abitazione spagnola si differenzia dai tipi italiani e portoghesi per l'inserimento di un filtro, interno o esterno all'abitazione, affinché l'accesso al cuore della casa, la cucina, non fosse diretto, sia se esso avvenisse dalla strada o dal cortile. Un disimpegno interno<sup>43</sup>, o un portico esterno, o entrambi<sup>44</sup>.

A metà degli anni '50, la distribuzione interna inizia a separare le funzioni giorno, con

disimpegni tra zona giorno e notte, trasformando l'edilizia rurale in urbana. La cucina si separa dal soggiorno-pranzo, e talvolta anche questi ultimi diventano ambienti distinti, come a Puebla de Argeme e Villafranco del Guadiana.

La natura sperimentale di questa tipologia, ha portato all'introduzione dell'orto nella struttura urbana, nonché al sovradimensionamento dei lotti a 600 m<sup>2</sup>.

### 3. CRITERI ED ELEMENTI CARATTERIZZANTI LE CASE COLONICHE IN ITALIA, SPAGNA, PORTOGALLO

L'analisi delle case coloniche nei tre paesi ha rivelato analogie e differenze, con criteri comuni di tipo produttivo, funzionale, igienico-sanitario, economico e di comfort alla base della progettazione rurale.

I criteri di carattere funzionale furono quelli che maggiormente influirono sulla definizione della nuova tipologia attraverso l'individuazione delle due aree funzionali, residenziale e produttiva, ognuna con specifici requisiti e ambienti.

I criteri di carattere igienico-sanitario portarono alla separazione delle suddette aree funzionali e all'inserimento dei servizi igienici, prima esterni e poi interni alle abitazioni.

I criteri di carattere economico condizionarono sia le scelte funzionali che distributive delle abitazioni (riduzione delle superfici dei vani, ottimizzazione distributiva), che quelle tecnologiche nell'uso di schemi strutturali semplici e di materiali locali.

Infine i criteri volti a garantire il comfort condizionarono sia scelte dimensionali che tecnologiche.

Sulla base di tali criteri nei tre paesi vennero realizzate migliaia di case coloniche, in Italia e Spagna, secondo varianti di tipi predefiniti dagli Enti statali, mentre in Portogallo replicando i tipi dell'JCI.

L'analisi condotta sui vari tipi ha consentito di individuare e confrontare gli elementi caratterizzanti: il lotto-parcella, le aree funzionali (la distribuzione nella parcella, i sistemi di aggregazione dell'area abitativa e di quella produttiva), il rapporto tra abitazione e annessi (portico/cortile), ambienti e distribuzione dell'abitazione, materiali e tecniche costruttive.

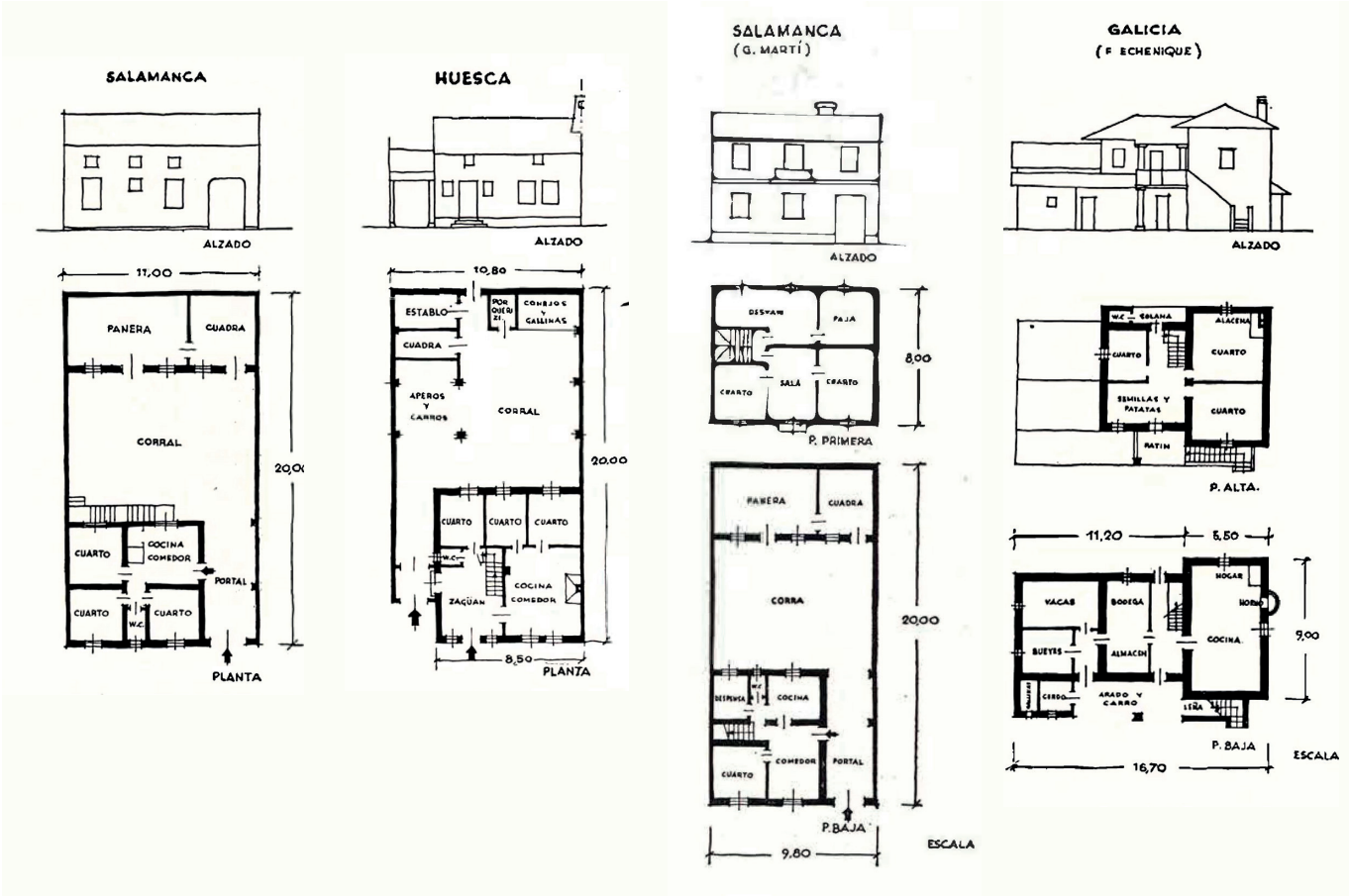
#### LOTTO-PARCELLA

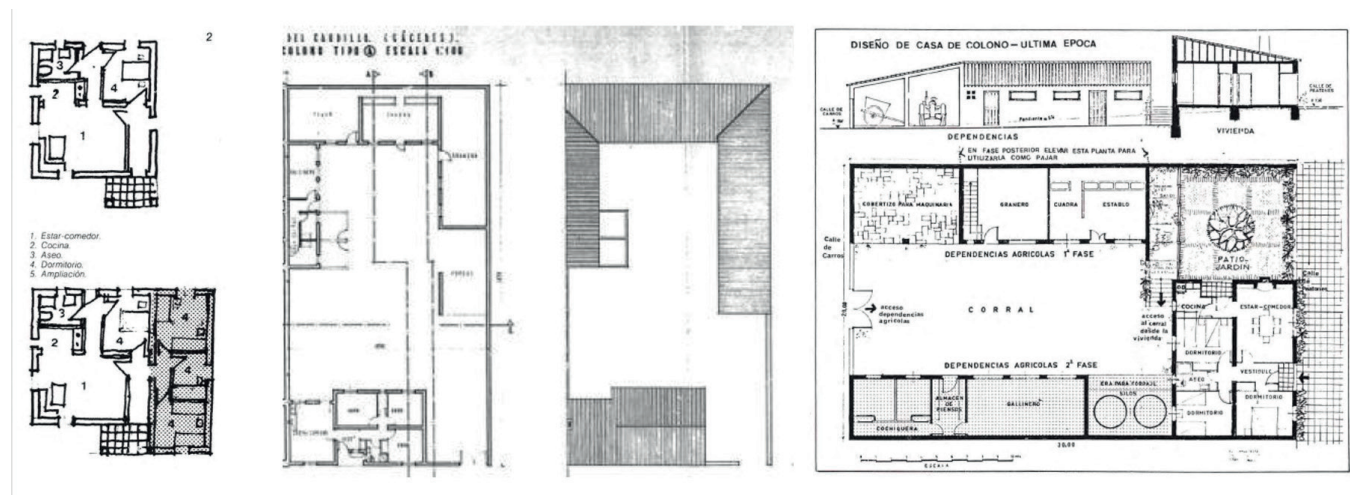
Le dimensioni del lotto variavano in base al tipo di insediamento: in quelli dispersi e semi-dispersi italiani e portoghesi, le costruzioni si





**Figura 4**  
*Studi tipologici sulla vivienda rurale degli alunni della Scuola di architettura di Madrid (Arquitectura n. 1, 1936)*





**Figura 5**

Casa “crecedera” (sinistra), tipo dell’INC del primo periodo (centro) e casa colonica ultima fase (destra) (Urbanismo n. 3, 1988). Studi tipologici sulla vivienda rurale degli alunni della Scuola di architettura di Madrid (Arquitectura n. 1, 1936)

trovano all'interno del podere, mentre in quelli concentrati spagnoli e portoghesi gli edifici sono separati dal campo e realizzati in lotti recintati, con dimensioni ben definite.

All'interno del podere i fabbricati venivano disposti diversamente. In Italia, la disposizione dei fabbricati seguiva principi di relazione tra l'abitazione e la strada e tra gli annessi agricoli e il campo. In Portogallo, si dava priorità al principio dell'orientamento solare, posizionando la parte residenziale a sud e le dipendenze agricole a nord, est o ovest. Tuttavia, in alcuni casi questo principio veniva messo da parte a favore della disposizione dell'abitazione in relazione alla strada di accesso. In Spagna, invece, gli insediamenti concentrati seguivano criteri urbanistici, con la disposizione dei fabbricati ai due limiti estremi del lotto, prospettanti su strade differenziate, pedonali e carrabili, in base all'accesso all'abitazione o all'area produttiva.

## AREE FUNZIONALI

Per quanto riguarda le aree funzionali è stata riscontrata in ogni paese la stessa suddivisione e composizione sia dell'area abitativa che produttiva.

- L'area abitativa prevedeva sempre lo stesso tipo di ambienti, pensati per nuclei familiari

da 4 a 7 componenti. La casa rurale doveva avere almeno un ambiente dove cucinare, pranzare e soggiornare, coincidente in tutti i tipi generalmente in un unico ambiente (nelle prime realizzazioni) e almeno tre camere da letto, una per i genitori, una camera per i figli maschi e una per le figlie femmine, secondo una norma transnazionale. Salvo alcuni modelli realizzati dall'ONC per l'Agro Pontino in Italia e alcuni in Spagna, che prevedevano 4 camere, nella maggior parte dei casi sono state riscontrate tipologie con le sole tre camere indispensabili.

- L'area produttiva era composta da una serie di dipendenze agricole che in ogni paese potevano essere costruite contestualmente o in due fasi. Stalla, granaio e portico da realizzare necessariamente durante il primo impianto. Mentre il pollaio e la porcilaia, considerati annessi secondari, potevano essere costruiti anche in un secondo momento a spese del colono. Altri servizi, come il forno, risultano ad uso esclusivo nel caso di insediamento isolato (italiano) e condivisi tra due abitazioni o più abitazioni nel caso semi-concentrato (Italia e Portogallo).

- Sistemi di aggregazione delle aree funzionali

Nell'analisi del rapporto tra l'abitazione e gli annessi agricoli si è riscontrata quasi sempre una separazione, che è netta, attraverso la

realizzazione di corpi di fabbrica lontani, nei casi spagnoli, e una separazione in due corpi di fabbrica collegati attraverso un portico, creando un fabbricato monoblocco, nei casi italiani e portoghesi.

In questi ultimi casi il portico, avente principalmente fini produttivi (ricovero degli attrezzi e macchinari, ecc.) assume la funzione di collegamento tra le due aree. Nei tipi italiani a un piano tale connessione avveniva per semplice accostamento (case pugliesi e siciliane) mentre nei tipi italiani a due piani poteva avvenire per accostamento e giustapposizione, in genere di un ambiente dell'abitazione al portico o al magazzino. In Portogallo, sia nei tipi a una elevazione che quelli a due elevazioni non si sono riscontrate giustapposizioni.

Il portico aperto su due lati, definito "passante", solo su un lato o completamente chiuso, diventa l'elemento caratterizzante la composizione. Si è riscontrato che le varie soluzioni erano legate a ragioni climatiche. Infatti il portico è aperto nelle regioni del sud (sia in Italia che in Portogallo) e chiuso in quelle del nord. Caso estremo del "portico aperto" è quello riscontrato in Sicilia, regione dell'Italia caratterizzata da un clima caldo, sempre aperto almeno su due lati, e pertanto definito nei disegni "tettoia".

Altro caso estremo è quello del "portico chiuso" riscontrato nel tipo progettato per le regioni del nord del Portogallo, in cui l'unico varco del portico è chiudibile con un infisso generando una fusione tra lo spazio domestico e l'area agricola e zootecnica, con conseguenti problemi igienici.

## AMBIENTI E DISTRIBUZIONE DELL'ABITAZIONE

### - Ingressi all'abitazione

Gli ingressi all'abitazione sono diretti o indiretti. Nel sud Italia (Campania, Puglia e Sicilia) e in Portogallo in genere l'accesso alla cucina-soggiorno avviene o attraverso il portico di unione dell'area abitativa e produttiva, che funge da filtro tra esterno ed interno o mediante un piccolo portico, antistante l'ingresso, per proteggere quest'ultimo dall'insolazione, dalla pioggia e dai venti.

In Spagna, invece, la relazione tra esterno e interno è più attenzionata. Si cerca di evitare il collegamento diretto tra esterno e cucina-soggiorno mediante un disimpegno esterno, un "piccolo portico", (come in alcuni casi italiani e portoghesi) o interno all'abitazione, "vestibolo", o la successione di entrambi.

#### - Distribuzione interna

Nella distribuzione si è riscontrata l'assenza di disimpegni, eccetto che per i casi Spagnoli dell'ultimo periodo.

Nelle case a due elevazioni di qualsiasi paese la separazione tra zona giorno e zona notte avviene tra i due piani. Nei casi in cui al piano terra era prevista anche un'altra camera da letto non vi era disimpegno.

#### - Servizi igienici

Per quanto riguarda il servizio igienico nei casi italiani è assente o esterno all'abitazione, congiunto agli annessi agricoli. Mentre in Portogallo e in Spagna, eccetto rari casi, il servizio igienico è sempre interno all'abitazione.

#### - Ampliamenti

Le differenti caratteristiche tipologiche si prestavano o meno ad ampliamenti. Le case costruite dalla JCI includendo tutte le funzioni in un unico volume impedivano eventuali ampliamenti. Mentre le case costituite da due corpi di fabbrica, isolati nel lotto, sia in Italia che in Portogallo del sud, bene si adattavano ad ampliamenti, nel caso in cui i figli maggiori, costituito un nuovo nucleo familiare, rimanevano nella casa paterna.

Tale possibilità di ampliamento, solo ipotizzata nei casi italiani, diveniva, invece, una caratteristica dei tipi proposti dall'INC, la "casa crecedera", grazie anche alla disponibilità di spazio libero all'interno del cortile.

#### - Requisiti per il comfort

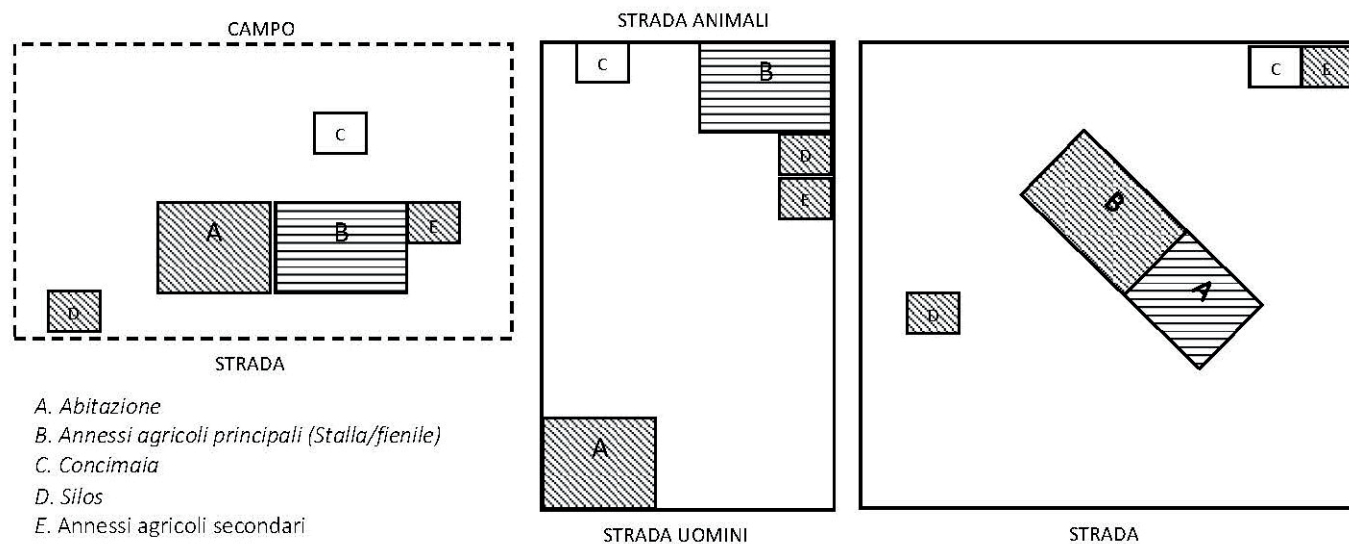
Per la prima volta nelle tipologie portoghesi e poi maggiormente in quelle spagnole nella definizione dei tipi di case coloniche si tiene conto anche dei requisiti riguardanti l'isolamento termico sia invernale che estivo, dell'illuminazione naturale e della ventilazione, sempre tenendo conto del criterio dell'economia.

Requisiti soddisfatti in Portogallo attraverso l'orientamento dei fabbricati e soprattutto mediante la scelta tecnologica di spessi muri portanti perimetrali in corrispondenza dell'abitazione. Nelle case spagnole, invece, tali requisiti vengono soddisfatti mediante scelte dimensionali: riducendo i volumi, le altezze, le aperture, ecc.

#### ELEMENTI COSTRUTTIVI

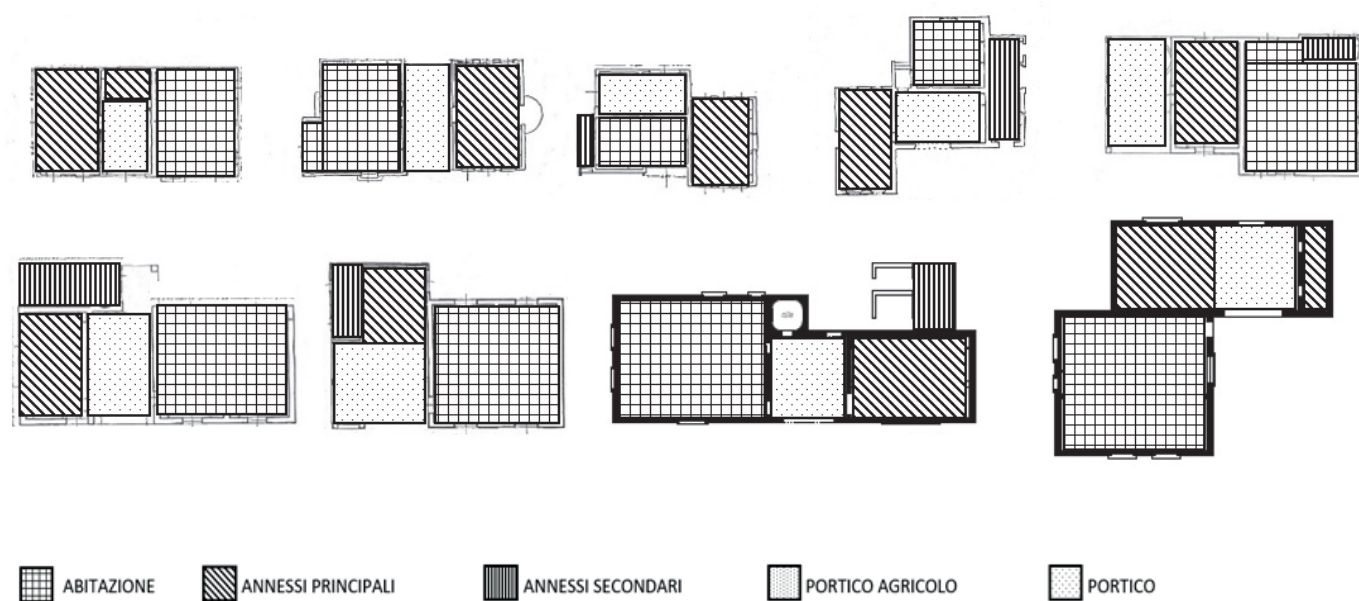
Nelle case coloniche, i criteri tipologici e costruttivi sono strettamente interconnessi e rispondono al criterio dell'economia e della disponibilità dei materiali, che si traducono in





**Figura 6**

*Schemi di distribuzione delle aree funzionali nel lotto/parcella e relativi sistemi di aggregazione dell'area abitativa e dell'area produttiva per semplice accostamento o per sovrapposizione.*



**Figura 7**  
*Sistemi di aggregazione dell'area abitativa e dell'area produttiva*

una continuità della “tradizione” sia in ambito formale che tecnologico.

Le restrizioni nell'uso del ferro e in generale le difficoltà di reperimento delle materie prime, porta al perpetuare della “costruzione in muratura portante” e all'uso di materiali e tecniche costruttive della tradizione artigiana popolare preindustriale<sup>45</sup>.

In tutte le abitazioni analizzate, è stato riscontrato uno schema costruttivo scatolare con un muro portante di spina disposto parallelamente ai lati del rettangolo, la forma geometrica tipica delle case coloniche. La scelta tra lato corto o lungo dipendeva dalla larghezza del corpo di fabbrica e dalla disposizione degli ambienti. Il muro di spina, non sempre centrale, definiva campate variabili tra 3,80 e 4,80 m, sia per motivi strutturali che distributivi. Tale impianto strutturale consentiva, inoltre, la possibilità di ampliamenti, secondo il principio della “casa crecedera” attraverso l'aggiunta di muri portanti paralleli agli esistenti, in una o nell'altra direzione in modo da garantire per ogni ambiente illuminazione e aereazione diretta.

Soluzioni costruttive economiche e razionali richiesero il ricorso a materiali e tecniche della tradizione locale per i vari elementi della fabbrica.

Per le murature, costituenti sia l'ossatura portante

che il sistema di chiusura, sono stati riscontrati differenti materiali e apparecchi murari secondo le zone nei vari paesi.

Murature con blocchi di pietrame informi, spesso listati con filari di mattoni, o con blocchi squadrati o in mattoni caratterizzavano le costruzioni italiane<sup>46</sup>. Mentre in Spagna, fino agli anni '50, la scarsità di materiali era così grande che per i muri portanti venivano utilizzati la pietra (granito o calcarenite) informi o squadrata, il mattone e persino il tapial, e il cemento disponibile in piccole quantità, veniva utilizzato solo per la malta delle murature<sup>47</sup>. In Portogallo il mattone di laterizio, che richiamava la tradizione costruttiva delle pareti con l'adobe<sup>48</sup> caratterizzava le murature delle colonie del sud, spesse circa 30 cm e intonacate per occultare l'apparecchio murario di povera fattura. Blocchi di pietra disposti in due strati per uno spessore di circa 60 cm, giuntate con malta o meno, caratterizzavano le colonie del nord.

Negli insediamenti iberici per gli orizzontamenti, si ricorre ai tradizionali solai in legno, con tavolato ligneo in Portogallo, e con travi in acciaio (con voltine o tavelle di laterizio) o volte in mattoni, “bovedas de rosca o tabicada”, in Spagna. Solo in Italia, invece, già dagli anni '30 e '40, ci si allontana dalla tradizione con l'uso di solai latero- cementizi.

Le coperture, che chiudono la scatola muraria sono in genere a una o più falde più o meno inclinate secondo le caratteristiche climatiche delle regioni dei vari paesi. Secondo la tradizione costruttiva popolare dei vari paesi le coperture venivano realizzate con gli stessi sistemi tradizionali degli orizzontamenti. Anche in Italia per le coperture perdura l'uso di travi in legno poggianti sui muri portanti.

Escludendo l'uso di motivi decorativi per ragioni economiche, l'aspetto formale delle case coloniche italiane, portoghesi e spagnole era condizionato da richiami ad elementi dell'architettura vernacolare e dall'uso di materiali regionali.

#### 4. CONCLUSIONI

In conclusione, le case coloniche realizzate in Italia, Spagna e Portogallo durante le dittature e i periodi autarchici rappresentano esempi significativi di come le tecniche costruttive tradizionali e l'uso di materiali naturali fossero alla base di soluzioni abitative che rispondevano alle esigenze economiche e climatiche di quei tempi. Le soluzioni tipologiche e dimensionali, pensate per garantire il comfort in estate e in inverno, evidenziano un'acuta sensibilità alle risorse locali e una profonda connessione con il territorio. Tuttavia, molte di queste abitazioni,

oggi in parte abbandonate, potrebbero essere recuperate e valorizzate come modelli di architetture sostenibili, che combinano tradizione e innovazione. Le specificità ambientali, tipologiche e tecnologiche di queste costruzioni potrebbero costituire una risorsa per la progettazione di abitazioni ecologiche moderne, capaci di rispondere alle sfide del presente in un contesto di crescente attenzione alla sostenibilità. Riprendere e reinterpretare queste soluzioni potrebbe, dunque, rappresentare non solo un atto di conservazione storica, ma anche un'opportunità per promuovere modelli abitativi più rispettosi dell'ambiente e in grado di coniugare efficienza energetica, comfort e bellezza.

1. Basiciò Tiziana, Architettura e tecnica nei borghi rurali della Sicilia occidentale, Edizioni Fotograf, Palermo, 2009.

2. Marzocchi Ermanno M., Le case rurali nella colonizzazione del latifondo siciliano, in "La casa rurale" numero speciale della rivista di Estimo Agrario e Genio Rurale, supplemento al n. 4 dell'aprile 1940.

3. Esempi di questa prima evoluzione della casa colonica si ritrovano nel villaggio di Libertinia e di Santa Rita in Sicilia.

4. Al di fuori di tali principi comuni riguardanti l'igiene, essi rispecchiavano le convinzioni personali del singolo progettista, interpretandone il soggettivo concetto di ruralità. Le scelte tipologiche rispondevano anche a questioni economiche, dovute al fatto che tali abitazioni erano a carico del proprietario.

5. L'appoderamento faceva riferimento a una unità poderale media di venti ettari. Tenendo conto della diversa fertilità dei terreni si realizzavano poderi di 10/12 ha nelle località con terreni più fertili e 24/25 in quelli meno fecondi (36 anni dell'Opera Nazionale Combattenti, op. cit., p. 64.). Ciascuno podere avrebbe ospitato la forza lavoro sufficiente. I poderi venivano concessi a ex combattenti o coltivatori diretti in affitto a migliororia con diritto d'acquisto con scadenza decennale.

6. 14 tipi, individuati con i numeri romani, erano a due piani e solo 4, indicati con i numeri arabi, a un piano.

7. Da 5 a 7 vani per le case a due piani; da 3 a 4 per le case a un solo piano.

8. In media tra 8 e 10 per le case a due piani e per 4 o 8 capi per quelle a una elevazione.

9. Il silo da foraggio era considerato la chiave di volta dell'appoderamento, poiché consentiva di conservare, oltre

che parte del foraggiere, gli erbai (fino ad allora sconosciuti) per l'alimentazione del bestiame nei lunghi periodi della siccità.

10. A platea con muretti laterali e pozzetto per la raccolta delle urine.

11. P. Riva, Fascismo politica agraria, ONC nella Bonificazione Pontina Dal 1917 Al 1943, Editrice Sallustiana, 1983, p 310.

12. Secondo i requisiti già evidenziati alla fine degli anni '20 "Nella costruzione della casa colonica bisogna tenere presente che buona parte della giornata viene passata dai componenti la famiglia in cucina, e questa deve essere perciò un locale più ampio. Per una famiglia di quattro persone si richiede una cucina di 20 mq aumentata di un metro quadro per persona adulta in più. Essa deve trovarsi al piano terreno e deve avere annesso un ripostiglio per cui si può utilizzare il sottoscala. Relativamente alle camere da letto ogni persona ha bisogno per respirare in condizioni igieniche di 22 mq di aria", da Claudio Agostinelli, Nuove idee e nuovi orientamenti dell'edilizia rurale, in L'ingegneria moderna, 1929.

13. A. Pappalardo, Nuovi orientamenti nella costruzione di case coloniche, in "La Conquista della terra", a. VII, 10, 1936, p. 23.

14. Per zone ventose si prediligevano fabbricati a una sola elevazione, sopraelevabile successivamente.

15. R. Medici, Architettura rurale. Esperienze della Bonifica, Edizioni agricole, Bologna, 1956.

16. Istituito con la legge n. 1 del 2 gennaio 1940 con l'obiettivo di intaccare il latifondo per una superficie stimata in circa 500.000 Ha, da trasformare in un tessuto produttivo, attraverso la formazione di poderi coltivati da

contadini legati ai proprietari con un contratto di mezzadria (colonia) migliorataria, analogo a quello praticato in Toscana.

17. Corrispondente ai tipi II, III, V, 1 e 2, X e XI dell'ONC per l'Agro Pontino, Tipo 1, 4, 5, 6, A Tavoliere.

18. Tipi X e XI Agro Pontino, tipo B Volturmo, tipo C Sicilia.

19. Corrispondente ai Tipi VIII e IX dell'Agro Pontino, tipo A del Volturmo, Tipo D in Sicilia.

20. Corrispondente al Tipo XIII dell'Agro Pontino, tipo D del Tavoliere e tipo A in Sicilia.

21. 4 nuclei: Faias, Pegoes Velhos, Figueiras.

22. Aldeia da Veiga, Aldeia Nova do Barroso, Criande, Sao Mateus, Pinhal Novo, Fontao, Vidoeiro.

23. Colonos de Cima, Colonos da Parade, Colonos da Baixo, Colonos do Soutelo, Colonos do Carrazedo, Colonos do Campo de Viacao, Colonos do Alvao.

24. Il libro, ricco di disegni e progetti proponeva diverse soluzioni ai problemi individuati dall'indagine: materiali e tecniche di costruzione, esposizione al sole, illuminazione e ventilazione, isolamento termico e protezione dall'umidità.

25. Per rispondere alle abitudini sociali degli assegnatari le case furono disposte lungo le strade a qualche decina di metri l'una dall'altra o sui lati opposti della stessa strada. Inoltre per ricreare la socialità tipica della vita di paese, per un certo numero di case erano previsti raggruppamenti di edifici destinati a servizi collettivi.

26. Il "casal de família" era una piccola fattoria a conduzione familiare costituita da: casa di abitazione; stalla e deposito; due sili; un ovile; un portico per deposito mezzi e utensili agricoli.

27. Progettata nel 1936 da Damásio Constantino.

28. Nel casal C il corpo degli annessi agricoli risulta più alto per realizzare nel soppalco oltre al pagliaio anche un magazzino e due silos accessibili dal portico.

29. Probabilmente progettato nel 1943 da Eugenio Correa secondo quanto affermato da Filipa Guerreiro.

30. Aldeia Nova do Barroso, Creande, Vidoeiro, S. Mateus, Aldeia da Veiga.

31. Pinhal Novo e Fontao.

32. Cucina-soggiorno, una camera da letto e il servizio igienico con doccia a piano terra e due camere al piano superiore.

33. Ente statale istituito dopo la guerra civile (con la legge del 19 aprile 1939) per la ricostruzione di migliaia di case in tutto il Paese.

34. Indetto dall'ente per l'irrigazione (OPER) per le città nelle zone irrigue del Guadalquivir e del Guadalmellato to (Architettura, (1934: 267-298).

35. Tale concorso serviva, probabilmente, a Fonseca per ampliare la casistica degli studi regionali avviati con i seminari, che gli avrebbe consentito di stabilire un tipo di casa rurale per ogni regione. Egli lamenta, infatti, che tra i 19 progetti premiati, alcune regioni non erano state prese in considerazione, come l'Andalusia e l'Estremadura, e che 9 dei vincitori erano ex studenti dei suoi seminari.

36. Antonio Álvaro, Tordesillas. Cuatro concursos sobre la vivienda rural en España: 1933, 1935, 1939 y 1940, in Conference: XIV Congreso Internacional de Expresión Gráfica Arquitectónica. Universidad de Lusíada y Universidad de Valladolid, Porto, 2012.



37. Fino a quattro e cinque volte diminuendo le altezze, le superfici vetrate.

38. José Fonseca, "La vivienda rural en España: estudio técnico y jurídico para una actuación del Estado en la material", *Arquitectura XVIII*, n° 1, 1936.

39. Da Amós Salvador e Fernando García Mercadal e presentati al CIAM di Francoforte.

40. Il 10% del valore totale veniva coperto dall'INV; il 50% sotto forma di prestito da un istituto di credito con un tasso d'interesse del 4% da ammortizzare in 20 anni; il 40% come anticipo senza interessi, prestato dall'INV, con restituzione nei successivi 20 anni a partire dall'inizio dell'ammortizzazione del prestito precedente. In seguito l'INC avrebbe avuto indipendenza economica - e normativa - in materia.

41. Una modifica importante nella tipologia residenziale di Torre de la Reina fu l'introduzione della casa con due ingressi: uno principale per i pedoni e uno posteriore per i mezzi e gli animali. Questa separazione tra i percorsi, definiti "pulito" e "sporco" era stata proposta per la prima volta da Alejandro Herrero insieme a Guillermo Cabrerizo nel progetto per il pueblo di San Leonardo de Yagüe, a Soria e pubblicata nella *Revista de Arquitectura* nel settembre del 1948.

42. La stessa parcella tipo che José Fonseca descrive nel progetto premiato al concorso "La vivienda rural en España" del 1935, a sua volta risultato dei seminari svolti con gli studenti di architettura di Madrid.

43. Come gli studi presentati per le regioni di Huesca, Madrid.

44. Rari sono i casi in cui non vi è il suddetto filtro come nelle case di Gévora del Caudillo (Arniches 1954) o nel caso

in cui la strada è pedonale e quindi utilizzata dalle famiglie come estensione all'aperto dell'abitazione e luogo di convivialità, come nel caso di Valuengo e La Bazana (1954) di Alejandro de la Sota.

45. Basiricò Tiziana, Caratteri originari e trasformazioni nell'uso e nell'aspetto dell'architettura della colonizzazione, in (a cura di Rui Braz Afonso), *A transformacao da paisagem e as politica de aproveitamento agricola do territorio*, Porto, 2021.

46. In Sicilia "I materiali da costruzione difettano in parte. Solo la pietra è presente in molte parti sotto forma di massi erratici o di trovanti, più spesso sotto forma di blocchi di varia pezzatura, disseminati per le campagne. Però vi sono vaste zone di pura terra argillosa, dove ... si può trovare solo una pietra da gesso inadatta alle costruzioni... Per quanto i laterizi si impieghino nelle costruzioni con la maggiore parsimonia, pur tuttavia le fornaci locali, che sono poche e quasi tutte piazzate in località costiere, non possono produrre il materiale occorrente per la vasta mole di lavori che si sta iniziando" (Marzocchi Ermanno M., *Le case rurali nella colonizzazione del latifondo siciliano*, in "La casa rurale" numero speciale della rivista di *Estimo Agrario e Genio Rurale*, supplemento al n. 4 dell'aprile 1940).

47. Tamés Alarcon José, *Actuaciones del Instituto Nacional de Colonización. 1939-1970. Urbanismo en el medio rural*, *Urbanismo*, 3: 4-16, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, Madrid, 1988.

48. Ma anche fragile che richiedeva quasi obbligatoriamente l'uso di contrafforti, riproposti, a richiamo della tradizione costruttiva locale, nel primo tipo di casa rurale del nucleo Faias nella colonia di Pegoes (AA.VV. *Arquitectura Popular em Portugal*, Associazione Architetti portoghesi, 1988).

## BIBLIOGRAFIA

Fonseca Llamado José, La vivienda rural en España: estudio técnico y jurídico para una actuación del Estado en la materia, *in* Arquitectura, n° 1, Madrid: Sociedad Central de Arquitectos, 1936, pp. 12-24.

Marzocchi Ermanno M., Le case rurali nella colonizzazione del latifondo siciliano, *in* “La casa rurale” numero speciale della rivista di Estimo Agrario e Genio Rurale, supplemento al n. 4 dell'aprile 1940.

Ortensio Dagoberto, Edilizia rurale: urbanistica di centri comunali e di borgate rurali, Casa editrice mediterranea, Roma, anno XIX, 1941.

Tamés Alarcón, José, Disposición de la vivienda en los nuevos regadíos, *in* Agricultura, Suplemento de Colonización, n. 6, 1947.

Germán Valentín, Gómez Ayau, Vivienda Diseminada Finca “Las Torres”, *in* Revista nacional de Arquitectura, n. 83, 1948.

Aa. Vv., 36 anni dell'Opera Nazionale per i Combattenti-1919-1955, ONC, Roma, 1955.

Calzada Perez Manuel, La vivienda rural en los pueblos de colonización, *in* PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, n°52, febrero 2005, p. 55-65.

Tordesillas Antonio Alvaro, Cuatro concursos sobre la vivienda rural en España: 1933, 1935, 1939 y 1940, *in* XIV Congreso Internacional de Expresión Gráfica Arquitectónica, Universidad de Lusiada y Universidad de Valladolid, Porto, 2012.

Flores Soto José Antonio, Aprendiendo de una arquitectura anónima. Influencias y relaciones en la arquitectura española contemporánea: El INC en Extremadura, Tesis Doctoral, Universidad Politécnica de Madrid, 2013.

Guerreiro, Filipa de Castro, Colónias Agrícolas Portugueses construídas pela Junta da Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa o assentamento, o território. Tesis doctoral, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Oporto, 2015.

Basiricò Tiziana, Progetti e costruzioni per la colonizzazione agraria del '900. Italia Spagna Portogallo, ROMA, Aracne editrice S.r.l., 2018.

Mercês Oliveira Ana, Colónias Agrícolas da Junta de Colonização Interna no concelho de Montalegre - Modos de habitar a ruralidade, Mestrado Integrado, FAUP, 2018.

Basiricò Tiziana, Braz Rui Afonso, XXth century rural villages in Italy, Portugal and Spain. Knowledge and valorisation. *In*: “Small towns...from problem to resource. Sustainable strategies for the valorization of building, landscape and cultural heritage in inland areas, Milano, Ed. FrancoAngeli, 2019, vol. 1 p. 123-134.

Cardoso Alexandra, Trevisan Alexandra, Figueiredo Rute, Maia Maria Helena, Rural housing as field of modernist experiences, *in* Conferences MODSCAPES 2018 63, 01001, 2019.

Basiricò Tiziana, Caratteri originari e trasformazioni nell'uso e nell'aspetto dell'architettura della colonizzazione, *in* (a cura di Rui Braz Afonso), A transformacao da paisagem e as politica de aproveitamento agricola do territorio, Porto, 2021.

Braz Rui Afonso, A transformacao da paisagem e as politica de aproveitamento agricola do territorio, Porto, 2021.

Maia, M. H., & Cardoso, A., Le abitazioni nella colonizzazione interna del Portogallo: due volti della modernità. FAMagazine. Ricerche E Progetti sull'architettura E La Città, (62-63), (2023), pp. 114–129.

# **TYPOLOGICAL AND CONSTRUCTION CRITERIA OF FARMHOUSES**

Tiziana Basiricò

*Dipartimento di Ingegneria e Architettura  
Università degli Studi “Kore” di Enna*

## **1. INTRODUCTION**

The ruralism ideology and the interest in land reform in European countries were constants throughout the early twentieth century, leading to deep transformations in urban planning and rural construction.

In an effort to provide concrete solutions to the social question and control the pressures of the peasant movement, political forces provided regulations to improve the agricultural economy, focusing on land reclamation and the shift to intensive farming, which required the settlement of peasants in rural areas. First in Italy and then in Spain and Portugal, a series of studies on the new rural world were developed, both at the territorial scale (on the type of settlement to adopt, whether concentrated, dispersed, or semi-dispersed) and at the architectural scale, which led to the definition of new models of rural living, both typological and construction models.

Depending on the chosen land distribution system, rural houses became the fundamental element that modified and characterized the ruralization of the twentieth century. Therefore, the focus of this contribution will be on the “basic unit” of the Italian farmhouse, the Portuguese “vivienda rural” and the Spanish “casal de família”.

Due to the huge variety of authors and the long period in which these actions took place, more than thirty years, it is impossible, within the scope of this contribution, to analyse the various types of rural dwellings except from the general perspective of the normalization of the “type” and, above all, the criteria that led to its definition. Without the aim of being exhaustive, a brief comparison of the Italian, Spanish, and Portuguese types will be done, mainly linking them to their origins and the long process of rational rural construction, with the intent to define typological and construction models, highlighting similarities and differences.

## 2. TYPOLOGICAL MODELS OF FARMHOUSES

Rural buildings scattered across the countryside, which arose almost spontaneously for the shelter of animals and/or farmers working the fields, had been little studied until the 1920s. It was thanks to the agrarian policies initiated by the regimes, which promoted a return to the land through the division of large estates, that the issue of rural architecture emerged, making it necessary to study a new building type: the “rural house”.

Several studies were developed in various countries on the hygienic and typological characteristics of existing rural houses. Among these, we can include studies on minor rural architecture in the Mediterranean basin, presented at the 1936 VIth Triennale in Milan, the study on rural architecture carried out by Portuguese agronomists in the 1930s, and the research conducted by Spanish architects in 1929 on minimum housing, which identified the main issues to address: rooms without windows, overcrowding, insufficient ventilation and natural light, limited privacy in the sleeping areas, the need for bathrooms and sanitation, and above all, the separation between animals and peasants. Generally, in rural buildings, the stable and the hayloft almost always formed a single structure with the dwelling, which consisted of a kitchen and two or three cramped bedrooms. A rational manure pit and latrine were generally lacking. Instead, a porch was often present to shelter carts.

The creation of better housing was one of the strengths of the ruralization program. To encourage farmers to leave urban centers and settle permanently in the countryside, it was necessary to offer an improvement in their living conditions, both hygienic and economic.

Thus, the issue of the rural house attracted the attention of typological design discipline regarding the functionality of spaces needed for families, leading to an evolution of the

criteria underlying the design of rural houses in the first half of the 20th century.

The key features focused on in the design of the new rural houses were, first and foremost, functional spaces separated for peasants and animals' shelter to address cleanliness and hygiene problems, the presence of sanitation facilities and the water supply.

Thanks to several studies and numerous competitions organized by different institutions and bodies from the 1920s through the 1930s, specifically established in the three countries, new design criteria were defined, leading to the creation of several types of rural houses.

As will be explained later, the implications of the various settlement systems were significant in the typological definition. Farmhouses, considered, according to the new agrarian policy, as tools for the production process, presented a sort of constant matrix, i.e., a division into two functional areas: residential and productive. However, the formalization of this matrix, the volumetric composition and the functional organization of domestic space presented differences in the three countries.

### 2. 1 THE ITALIAN “RURAL HOUSE”

From the analysis conducted, it was possible to identify two phases in the evolution of the building type. The first phase, during the 1920s of the wide land reclamation, saw the creation of small farming properties through sharecropping, with the construction of small homes that lacked a specific typology. The second phase, which began in the 1930s and lasted until World War II, involved the Italian government intervening with specific agencies that defined building types. These types were strictly complying in cases of direct construction by the agencies or could

serve as examples with the possibility of modifications<sup>2</sup>, in cases of construction by private individuals, either alone or in cooperatives.

The rural houses built during the first phase were based on the division of functions into two rooms: one for the family of about 50 m<sup>2</sup>, where all residential functions took place, and the other for livestock<sup>3</sup>. These projects stemmed from isolated and sporadic initiatives; there was no evidence of systematization. The guiding principles for designers<sup>4</sup> were efficient, with reduced construction time and costs.

Over time, the minimum technical and sanitary requirements for farmhouses were defined, leading to further division into multiple well-dimensioned rooms to accommodate different residential functions, as well as additional spaces to improve productive activities.

The real evolution of the building type occurred with the definition of standardized farmhouse projects by state agencies, established to manage land reclamation and the redistribution of land in various regions (Lazio, Campania, Puglia and Sicily).

The technicians of the various agencies first sought to establish the quantitative parameters for the correct pairing of houses and farmland. The size of the farmland<sup>5</sup> varied depending on the fertility of the soil, the productive vocation and the number of family members.

The different types varied based on the systems of aggregation between the two functional areas, the number and size of spaces designated for productive activities, the number of floors<sup>6</sup>, the number and distribution of rooms (depending on family composition<sup>7</sup>), the relationship between the house and outbuildings and the distribution of outbuildings on the farmland.

The productive area for the farm life consisted of primary agricultural outbuildings (stable for animals' shelter<sup>8</sup>, warehouse for fodder<sup>9</sup>, porch for the shelter of agricultural vehicles and tools, and manure pit<sup>10</sup>), present in every type, and secondary ones for small livestock (chicken coop, sheepfold and pigsty).

For hygiene reasons, certain requirements had to be followed: the main façade of the house facing the street with access to the stable from the downwind side; a well set 10 meters from the house; a cesspit placed 3 meters from the house; a manure pit set 25 meters from the house and the road, downwind and opposite the well<sup>11</sup>.

The residential area, designated for the family unit, was composed of: a kitchen<sup>12</sup>, at least 3 bedrooms as required by law (one for the parents, one for the sons and one for the daughters), and an external bathroom.

"When designing the layout of the houses, rational criteria were observed (rectangular geometry, no corridor, and direct access to rooms from the kitchen... The height of the rooms was kept to a minimum)"<sup>13</sup>. Variants for the dwelling included, apart from the number of rooms, the presence or absence of a warehouse or a bedroom on the ground floor, in addition to those on the first floor, or occasionally, a kitchen, bedroom, and warehouse.

The houses were one or two stories, depending on the climatic conditions of the various regions<sup>14</sup>. The location of the staircase to access the upper floor, whether external or internal, was a highly debated topic among the "ruralists" of the time<sup>15</sup>.

The main difference between the types concerns the connection between the dwelling and the annexes, typically constructed in two separated building volumes. Based on this criterion, after careful analysis, it was possible to



categorize the numerous types defined by the authorities, responsible for land reclamation in various regions (18 types for the Agro Pontino, 2 for the Volturno and about 10 for the Tavoliere designed by the Opera Nazionale Combattenti (ONC), and 10 types by the Ente di Colonizzazione del Latifondo Siciliano (ECLS)<sup>16</sup>, into 5 main architectural typologies.

The first identified type features two building volumes arranged in a line, joined by a porch, open only at the front and closed at the back to create a warehouse<sup>17</sup> or a pass-through porch<sup>18</sup>.

In the second type<sup>19</sup>, the connection between the volumes of the two functional areas is in an “L” shape, with the porch linking the two areas and closing the composition.

In the third type<sup>20</sup>, the portico has no relation to either the dwelling or the agricultural annexes, which are placed next to each other, defining a single volume.

Exceptions include Type VI for the Agro Pontino, which combines the dwelling and the agricultural annexes in a single volume, with the house having two floors and only part of the ground floor dedicated to the stable, accessible from the rear, and Type B for the Tavoliere, with distribution around an internal courtyard.

## 2.2 THE PORTUGUESE “CASAIS AGRICOLAS”

Compared to Italy and Spain, the internal colonization of Portugal involved a smaller number of settlements. Only seven rural colonies were built, each consisting of multiple nuclei. The first, Milagres, was constructed in the 1920s by the Direção Geral da Acção Social Agrária and later adapted in the 1930s alongside the construction of the dispersed settlement of Martim Rei. The other five: Pegões<sup>21</sup>, Gafanha,

Barroso<sup>22</sup>, Alvão<sup>23</sup>, and Boalhosa were created after World War II by a state body, the Junta de Colonização Interna (JCI), established in 1936, which oversaw Portuguese colonization.

JCI technicians, based on the results of the Survey on Rural Architecture conducted by Portuguese agronomists across the country, the study on the rehabilitation of the Leira Colony, the drawings and projects presented in the 1942 publication *A Casa Rural. A Habitação* by agronomist Mário Botelho de Macedo<sup>24</sup>, and national and international examples of colonization (from Tunisia, Algeria, the Netherlands, and especially Italy), defined the land distribution systems (isolated or semi-concentrated<sup>25</sup>) and developed the typological model of the “casal de família”<sup>26</sup>.

By analyzing the various colonies, four different typologies of the casal were identified, two for the south and two for the north. For the five agricultural colonies built by the JCI, only six rural house designs were built: three for the southern and central areas of Portugal (Pegões and Gafanha) and three for the northern areas (Barroso, Alvão, and Boalhosa).

The three projects developed for the southern colonies of the country: the Casal A (for the Faias nucleus between 1943 and 1947), the Casal B (for the Faias and Pegões Velhos nuclei in 1950 by architect António Trigo) and finally the Casal C (designed in 1951 by architect Maurício Trindade Chagas and initially built in the Gafanha colony and later in the Figueras nucleus of Pegões) correspond to two types of aggregation of separate building volumes.

These types corresponds to the types predominantly used in Italy, now internationally recognized, consisting of two distinct building blocks for the dwelling and agricultural annexes, connected in a line (casal A and B) or in an “L” shape (casal C) (Replicating the typology used a few years



earlier in the Martim Rei colony<sup>27)</sup> through a porch, in this case, mezzanine for the storage of forage. The dwelling itself also features identical rooms and distribution to the Italian type, with an external bathroom attached to the stable and pigsty in the Martim Rei casal and casal B, and an internal bathroom (equipped with a sink, toilet and shower) in casal A and C<sup>28</sup>.

In the three projects designed for the northern colonies, all functions were integrated into a single building, defining three monoblock typologies: two single-family units for Barroso and Alvão and one two-family unit for the Boalhosa colony. The most widely used was “casal do Barroso”<sup>29</sup> for five nuclei of the Barroso Colony<sup>30</sup> and the one designed in 1950 by Maurício Trindade Chagas for the other two nuclei of Barroso<sup>31</sup> and all the nuclei of the Alvão colony.

The characteristic of these types is the compacting of all functions into a single building block, although the living and productive areas continue to be distinguishable inside. Even the manure pit is integrated into the same volume. The two functional areas were connected by a porch, open on only one side, as in the types of the central-southern part of the country, which provides access to the dwelling, the pigsty, two silos, the manure pit and the stable with an overhead hayloft. The dwelling in this type developed on two levels within a single double-height volume, with a mezzanine to create the other two bedrooms.

In the typology by architect Chagas, the single-story version, the porch is again the connecting element between the two functional areas, allowing the main access to the dwelling and agricultural dependencies, but it is entirely enclosed, blending the two functions.

A unique case that deviates from the standard typology, but which we will address for completeness, is that of the Boalhosa colony. Here, the JCI adopted a typology of

two-family houses arranged along three curved parallel roads with a slope. The slope of the land likely influenced the typological choices. The pigsty, the manure pit and the granary were again separated from the building block, which instead included the dwelling, on two levels, the stable (with an overhead hayloft) and the barn, all accessible from a closed porch, which also provided a secondary entrance to the dwelling. The paired typology led to a reduction in functional areas, without introducing significant changes in the internal organization of the dwelling<sup>32</sup>.

### 3.3 THE SPANISH “VIVIENDA RURAL”

The definition of the Spanish farmhouse type was influenced by a series of initiatives on rural housing, in which José Fonseca Llamado and José Tamés Alarcon played key roles, either directly or indirectly. These initiatives provided the guidelines for drafting the ordinances of the Instituto Nacional de la Vivienda (INV)<sup>33</sup> and later those of the Instituto Nacional de Colonización (INC).

Crucial were the studies conducted by students from the Faculty of Architecture of Madrid, as part of urban planning seminars led by Fonseca. The results of the 1933<sup>34</sup> and 1935 competitions (the latter won by Fonseca), as well as the two competitions held in 1939 and 1940<sup>35</sup>, organized by Fonseca in his role as Head of Technical Services at the INV, aimed at defining the “vivienda rural” through economic, functional, and hygienic analyses for the different regions of the country, each characterized by different cultivation systems and types of soils<sup>36</sup>.

The results of these studies and competitions were synthesized in the Ordenanzas de la Vivienda (Housing Ordinances) of 1939. These ordinances laid out a set of rules

establishing all the technical solutions necessary to build a dwelling that met hygiene and comfort criteria, according to the climatic variations of different Spanish regions: the separation of agricultural dependencies, the number and size of rooms in the dwelling, and technical specifications for ensuring minimum comfort in the house, both in winter and summer. These included thermal insulation, reduction of ceiling heights to a minimum of 2.5 meters, reduction in window surface area, proper orientation of rooms, a minimum volume<sup>37</sup> for adequate ventilation, and the practical use of local materials<sup>38</sup>. The reduction in ceiling heights to 2.50-2.60 meters, and even 2.40 meters of clear height between floors, a decision made years earlier in defining popular housing<sup>39</sup>, could still guarantee adequate hygienic conditions with good ventilation.

The farmhouses built by the INC adhered to the aforementioned ordinances (which were mandatory in order to receive economic subsidies from the INV<sup>40</sup>) and the directives of the Institute's technical office, mainly defined by its chief architect, José Tamés Alarcon. Tamés ideas, expressed in housing projects (the most famous being for the city of Torre de la Reina<sup>41</sup>), were considered emblematic examples for colonization designers. These ideas were included in the circulars and the 1954 INC publication titled *Viviendas Rurales* (Rural Housing).

From the study conducted, it is possible to state that the many farmhouses built according to the design criteria outlined in the INV ordinances and the INC directives<sup>42</sup> were essentially variations of a single architectural type. The typical Spanish farmhouse was based on the organization of the dwelling and agricultural dependencies in two distinct building blocks within a walled courtyard, with the possibility of expanding both the dwelling, as the number of children grew, and the agricultural dependencies, as the colonists' economic resources increased. The area required

for this organization, i.e., the basic unit<sup>43</sup>, was rectangular with variable proportions for the sides, but corresponding to the same surface area: 450 m<sup>2</sup> between 1945-1955, and on average 600 m<sup>2</sup> between 1966-1970. The distribution of the building blocks varied within the farmland: the dwelling occupied the front part, while the agricultural annexes were placed at the back or on the sides.

The residential area in the farmhouse recommended by Tamés to the INC technicians consisted of a minimum number of rooms: a kitchen-living room, a bathroom, and one bedroom, with the possibility of being expanded according to the principle of the "casa crecedera," allowing it to accommodate the typical Spanish farming family, which on average consisted of 5-7 members. However, most houses were already built with a kitchen-living room and three bedrooms.

The Spanish dwelling differs from the Italian and Portuguese types in that it includes a filter, either inside or outside the house, to prevent direct access to the heart of the house—the kitchen—whether the access was from the street or the courtyard. This filter could be an internal hallway, an external porch, or both<sup>44</sup>.

By the mid-1950s, the internal layout began to separate the daytime functions, with hallways between the living and sleeping areas, transforming rural housing into urban housing. The kitchen was separated from the living/dining room, and sometimes even these spaces became distinct, as seen in Puebla de Argeme and Villafranco del Guadiana.

The experimental nature of this typology led to the introduction of the garden within the urban structure, as well as the over-sizing of the plots to 600 m<sup>2</sup>.

### 3. CRITERIA AND CHARACTERIZING ELEMENTS OF FARMHOUSES IN ITALY, SPAIN, PORTUGAL

The analysis of farmhouses in the three countries revealed both similarities and differences, with common criteria of a productive, functional, hygienic-sanitary, economic, and comfort-related nature forming the basis of rural housing design.

Functional criteria had the greatest influence on the definition of the new typology, through the identification of two functional areas—residential and productive—each with specific requirements and spaces.

Hygienic-sanitary criteria led to the separation of these functional areas and the inclusion of sanitation facilities, initially external and later integrated into the dwelling.

Economic criteria influenced both the functional and distribution choices of the houses (reduction of room sizes, optimization of layout), as well as technological decisions involving the use of simple structural schemes and local materials.

Finally, criteria aimed at ensuring comfort affected both dimensional and technological choices.

Based on these criteria, thousands of farmhouses were built in the three countries: in Italy and Spain, according to variants of pre-defined types by the state agencies, while in Portugal, the types from the JCI were replicated.

The analysis of the various types allowed for the identification and comparison of the characterizing elements: the plot, the functional areas (the distribution within the plot, the systems of aggregation between the residential and productive areas), the relationship between the dwelling and annexes (porch/courtyard), spaces and distribution of the dwelling, materials, and construction techniques.

#### PLOT-PARCEL

The size of the plot varied depending on the type of settlement: in the dispersed and semi-dispersed settlements in Italy and Portugal, the buildings were located within the farmland, while in the concentrated settlements in Spain and Portugal, the buildings were separated from the fields and constructed on fenced plots with well-defined dimensions.

Within the farmland, the buildings were arranged differently. In Italy, the arrangement of the buildings followed principles of relationship between the dwelling and the road, and between the agricultural annexes and the fields. In Portugal, while solar orientation was prioritized, with the residential part facing south and the agricultural dependencies to the north, east, or west, in some cases, this principle was overlooked in favour of the relationship between the dwelling and the access road. In Spain, on the other hand, concentrated settlements followed urban planning criteria, with the buildings arranged at the two extreme ends of the plot, facing different roads—pedestrian and vehicular—depending on access to the dwelling or the productive area.

#### FUNCTIONAL AREAS

Regarding the functional areas, the same subdivision and composition of both the residential and productive areas were found in each country.

- The residential area always featured the same type of spaces, designed for family units of 4 to 7 members. The rural house was required to have at least one space for cooking, dining, and living, which in all types was generally a single room, and at least three bedrooms: one for the parents, one for the sons and one for the daughters,

following a transnational standard. Apart from some types built by the ONC for the Agro Pontino in Italy and some types in Spain, which included four rooms, most of the types featured only the three essential bedrooms.

- The productive area consisted of a series of agricultural annexes, which in each country could be built simultaneously or in two phases. The barn, the granary and the porch had to be built during the initial phase. While the chicken coop and pigsty, considered secondary annexes, could be built later at the colonist's expense. Other services, such as the oven, were for exclusive use in the case of isolated settlements (Italy), and shared between two or more dwellings in semi-concentrated settlements (Italy and Portugal).

- Systems of aggregation of functional areas

In the analysis of the relationship between the dwelling and agricultural annexes, a clear separation was almost always found. In the Spanish cases, this was achieved by building the buildings far apart, while in the Italian and Portuguese cases, the separation was between two buildings connected by a porch, creating a monoblock structure.

In these latter cases, the porch, primarily serving productive purposes (storage of tools, machinery, etc.), served as a link between the two areas. In single-story Italian types, this connection was achieved through simple attachment (e.g., in Apulian and Sicilian houses), while in two-story Italian types, it could occur through attachment and juxtaposition, usually of one room of the dwelling to the porch or storage area. In Portugal, no juxtapositions were found in either the single-story or two-story types.

The porch, open on two sides, known as “pass-through” or only on one side, or fully closed, became the defining element of the composition. It was found that the various

solutions were linked to climatic reasons. The porch was open in southern regions (both in Italy and Portugal) and closed in northern regions. An extreme case of the “open porch” was found in Sicily, a region of Italy characterized by a hot climate, where the porch was always open at least on two sides and therefore referred to in designs as a “canopy”.

An extreme case of the “closed porch” was found in the type designed for northern Portugal, where the only opening of the porch could be closed with a fitting, merging the domestic space with the agricultural and livestock area, leading to potential hygienic problems.

## ROOMS AND DISTRIBUTION OF THE DWELLING

### - Entrances to the Dwelling

The entrances to the dwelling are either direct or indirect. In southern Italy (Campania, Puglia and Sicily) and in Portugal, access to the dwelling, i.e., to the kitchen-living room, generally occurs through a porch, which acts as a filter between the outside and the inside. In both Italy and Portugal, when the entrance to the dwelling is external, a small porch is interposed to protect the interior from sunlight, rain, and winds. In Spain, however, the relationship between the outside and inside is given more attention. There is an attempt to avoid a direct connection between the outside and the kitchen-living room through an internal vestibule or an external “small porch,” or the succession of both.

### -Internal Distribution

In the distribution, the absence of hallways was observed, except for the Spanish cases of the later period.

In two-story houses, regardless of the country, the

separation between the day and night areas occurs between the two floors. In this case, the ground floor always contains the kitchen-living room and, in addition, either the storeroom, as in the houses of the Agro Pontino, or another bedroom.

#### - Sanitary Services

Regarding the sanitary service, in the Italian cases, it is either absent or external to the dwelling, connected to the agricultural annexes. Meanwhile, in Portugal and Spain, with rare exceptions, the sanitary service is always internal to the dwelling.

#### - Aggregations

The different typological characteristics either lent themselves to or hindered extensions. The houses built by the JCI, which included all functions within a single volume, prevented any possible extensions. On the other hand, houses made up of two separate buildings on the lot, both in southern Italy and in southern Portugal, adapted well to extensions, in the case that older children, having formed a new family unit, stayed in the family home.

This possibility of extension, only theorized in the Italian cases, became a characteristic of the types proposed by the INC, the “casa crecedera,” also thanks to the availability of open space within the courtyard.

#### - Requirements for Comfort

For the first time, in Portuguese typologies and later more extensively in Spanish ones, the definition of the types of farmhouses also took into account the requirements regarding both winter and summer thermal insulation, natural lighting, and ventilation, always keeping in mind the economic criterion.

In Portugal, these requirements were met through the orientation of the buildings and, especially, through the technological choice of thick perimeter load-bearing walls for the dwelling. In Spanish houses, these requirements were met through dimensional choices: by reducing volumes, heights, openings, etc.

### CONSTRUCTION ELEMENTS

In farmhouses, typological and construction criteria are closely interconnected and adhere to the principles of economy and material availability, resulting in a continuity of “tradition” both in formal and technological aspects.

Restrictions on the use of iron and the general difficulties in acquiring raw materials led to the continuation of “load-bearing masonry construction” and the use of materials and construction techniques from pre-industrial popular artisan traditions<sup>45</sup>.

In all the dwellings analyzed, a box-like construction scheme was found with a load-bearing spine wall placed parallel to the shorter sides of the rectangle, the typical geometric shape of farmhouses. The choice between the short or long side depended on the width of the building and the arrangement of the rooms. The spine wall, which was not always centrally located, defined spans ranging from 3.80 meters to 4.80 meters, both for structural and distribution reasons. This structural setup also allowed for possible extensions, according to the “casa crecedera” principle, by adding load-bearing walls parallel to the existing ones, in one or the other direction, ensuring direct lighting and ventilation for each room.

Economic and rational construction solutions required the use of materials and techniques from local traditions for the various building elements.



For the masonry, which constituted both the load-bearing framework and the closure system, different materials and masonry units were found depending on the region and country.

Masonry with irregular stone blocks, sometimes layered with brick courses, or with squared blocks or bricks, characterized Italian buildings<sup>46</sup>. In Spain, until the 1950s, the scarcity of materials was so great that the load-bearing walls were built with stone, granite, or limestone, either irregular or squared, as well as brick and even tapial (rammed earth), while cement, available in small quantities, was used only for the mortar<sup>47</sup>. In Portugal, the use of brick, recalling the construction tradition of adobe walls<sup>48</sup>, characterized the masonry of the southern colonies, typically around 30 cm thick and plastered to conceal the rough masonry. Stone blocks arranged in two layers with a total thickness of about 60 cm, joined with or without mortar, characterized the northern colonies.

In Iberian settlements, traditional wooden floors were used for ceilings, with wooden decking in Portugal, or steel beams (with small brick vaults or tiles) or brick vaults, “bovedas de rosca o tabicada,” in Spain. Only in Italy, however, for the ceilings of farmhouses, from the 1930s and 1940s, was there a departure from tradition with the use of reinforced concrete ceilings.

The roofs, which close off the masonry box, are typically single- or multi-pitched, with varying inclinations depending on the climatic characteristics of the regions in each country. According to the traditional construction methods of each country, the roofs were built using the same systems as the floors. Even in Italy, the use of wooden beams resting on the load-bearing walls continues for the roofs.

Excluding the use of decorative elements for economic reasons, the formal appearance of Italian, Portuguese, and Spanish farmhouses was influenced by elements from vernacular architecture and the use of regional materials.

#### 4. CONCLUSION

In conclusion, the farmhouses built in Italy, Spain, and Portugal during the regimes and autarkic periods represent significant examples of how traditional construction techniques and the use of natural materials formed the basis of housing solutions that addressed the economic and climatic needs of those times. The typological and dimensional solutions, designed to ensure comfort both in summer and winter, highlight a keen sensitivity to local resources and a deep connection with the land. However, many of these houses, now partially abandoned, could be recovered and enhanced as models of sustainable architecture, combining tradition and innovation. The environmental, typological, and technological specifics of these buildings could serve as a valuable resource for the design of modern ecological houses, capable of meeting the challenges of today's world in a context of increasing attention to sustainability. Revisiting and reinterpreting these solutions could, therefore, represent not only an act of historical preservation but also an opportunity to promote housing models that are more respectful of the environment while blending energy efficiency, comfort, and beauty.



1. Basiricò Tiziana, *Architettura e tecnica nei borghi rurali della Sicilia occidentale*, Edizioni Fotograf, Palermo, 2009.

2. Marzocchi Ermanno M., *Le case rurali nella colonizzazione del latifondo siciliano*, in "La casa rurale" numero speciale della rivista di *Estimo Agrario e Genio Rurale*, supplemento al n. 4 dell'aprile 1940.

3. Examples of this first evolution of the farmhouse can be found in the villages of Libertinia and Santa Rita in Sicily.

4. Beyond these common principles related to hygiene, they reflected the personal beliefs of each individual designer, interpreting their subjective concept of rural life. The typological choices also responded to economic concerns, as these homes were the responsibility of the owner.

5. The "appoderamento" referred to an average landholding unit of twenty hectares. Taking into account the varying fertility of the land, holdings of 10/12 hectares were created in areas with more fertile soil and 24/25 hectares in those with less fertile soil (36 years of the *Opera Nazionale Combattenti*, op. cit., p. 64). Each holding would house enough labor. The land was granted to former soldiers or direct farmers on a leasehold basis, with the option to purchase after a ten-year period.

6. Fourteen types, identified with Roman numerals, were two-floor buildings, while only four, indicated with Arabic numerals, were single-floor.

7. From 5 to 7 rooms for the two-floor houses; from 3 to 4 for the single-floor houses.

8. On average, between 8 and 10 rooms for the two-floor houses, and 4 or 8 rooms for the single-floor houses.

9. The forage silo was considered the cornerstone of landholding, as it allowed for the storage not only of part of

the fodder but also of hay (previously unknown) for feeding livestock during the long periods of drought.

10. A slab with side walls and a pit for collecting urine.

11. P. Riva, *Fascismo politica agraria, ONC nella Bonificazione Pontina Dal 1917 Al 1943*, Editrice Sallustiana, 1983, p 310.

12. According to the requirements already highlighted at the end of the 1920s, "In the construction of the farmhouse, it must be kept in mind that a large part of the day is spent by the family members in the kitchen, which should therefore be a larger room. For a family of four people, a kitchen of 20 square meters is required, with an additional square meter for each additional adult. It should be located on the ground floor and must have an attached storage room, for which the space under the stairs can be used. Regarding the bedrooms, each person needs 22 square meters of air to breathe in hygienic conditions," from Claudio Agostinelli, *Nuove idee e nuovi orientamenti dell'edilizia rurale*, in *L'ingegneria moderna*, 1929.

13. A. Pappalardo, *Nuovi orientamenti nella costruzione di case coloniche*, in "La Conquista della terra", a. VII, 10, 1936, p. 23.

14. In windy areas, single-story buildings were preferred, with the possibility of being later elevated.

15. R. Medici, *Architettura rurale. Esperienze della Bonifica*, Edizioni agricole, Bologna, 1956.

16. It was established by Law No. 1 of January 2, 1940, with the aim of reducing the latifundia over an estimated area of about 500,000 hectares, to be transformed into a productive fabric through the creation of landholdings farmed by peasants bound to the owners by a sharecropping (colony) contract, similar to the one practiced in Tuscany.

17. Corresponding to Types II, III, V, 1 and 2, X, and XI of the ONC for the Agro Pontino, and Types 1, 4, 5, 6, A in Tavoliere.

18. Types X and XI of the Agro Pontino, type B of the Volturmo, and type C of Sicily.

19. Corresponding to Types VIII and IX of the Agro Pontino, Type A of the Volturmo, and Type D in Sicily.

20. Corresponding to Type XIII of the Agro Pontino, Type D of the Tavoliere, and Type A in Sicily.

21. Settlement of houses: Faias, Pegoes Velhos, Figueiras.

22. Aldeia da Veiga, Aldeia Nova do Barroso, Criande, Sao Mateus, Pinhal Novo, Fontao, Vidoeiro.

23. Colonos de Cima, Colonos da Parade, Colonos da Baixo, Colonos do Soutelo, Colonos do Carrazedo, Colonos do Campo de Viacao, Colonos do Alvao.

24. The book, rich in drawings and designs, proposed various solutions to the problems identified in the survey: materials and construction techniques, exposure to the sun, lighting and ventilation, thermal insulation, and protection from humidity.

25. To accommodate the social habits of the settlers, the houses were arranged along the streets, a few dozen meters apart from each other or on opposite sides of the same street. Furthermore, to recreate the social life typical of rural communities, clusters of buildings for collective services were planned for a number of houses.

26. The “casal de família” was a small family-run farm consisting of: a dwelling house; a stable and storage; two silos; a sheepfold; and a porch for storing agricultural tools and equipment.

27. Progettata nel 1936 da Damásio Constantino.

28. In the “casal C,” the agricultural annexes are taller in order to create, in the loft, not only a straw loft but also a storage room and two silos accessible from the porch.

29. It was probably designed in 1943 by Eugenio Correa, according to what has been stated by Filipa Guerreiro.

30. Aldeia Nova do Barroso, Creande, Vidoeiro, S. Mateus, Aldeia da Veiga.

31. Pinhal Novo e Fontao.

32. A kitchen-living room, one bedroom, and a bathroom with a shower on the ground floor, and two bedrooms on the upper floor.

33. A state agency established after the civil war (with the law of April 19, 1939) for the reconstruction of thousands of houses throughout the country.

34. Announced by the irrigation agency (OPER) for the cities in the irrigated areas of the Guadalquivir and Guadalmellato rivers (Architecture, 1934: 267-298).

35. This competition was probably useful to Fonseca for expanding the case studies of regional research initiated with the seminars, which would allow him to establish a type of rural house for each region. In fact, he lamented that among the 19 awarded projects, some regions had not been considered, such as Andalusia and Extremadura, and that 9 of the winners were former students of his seminars.

36. Antonio Álvaro, Tordesillas. Cuatro concursos sobre la vivienda rural en España: 1933, 1935, 1939 y 1940, in Conference: XIV Congreso Internacional de Expresión Gráfica Arquitectónica. Universidad de Lusiada y Universidad de Valladolid, Porto, 2012.

37. Up to four or five times, reducing the heights and the glazed surfaces.

38. José Fonseca, “La vivienda rural en España: estudio técnico y jurídico para una actuación del Estado en la material”, *Arquitectura* XVIII, n° 1, 1936.

39. Amós Salvador and Fernando García Mercadal and presented at the CIAM in Frankfurt..

40. 10% of the total value was covered by the INV; 50% in the form of a loan from a credit institution with an interest rate of 4%, to be repaid over 20 years; and 40% as an interest-free advance, loaned by the INV, to be repaid over the following 20 years, starting from the beginning of the repayment of the previous loan. Later, the INC would gain economic and regulatory independence in this matter.

41. An important change in the residential typology of Torre de la Reina was the introduction of the house with two entrances: one main entrance for pedestrians and a rear entrance for vehicles and animals. This separation between the “clean” and “dirty” paths had been proposed for the first time by Alejandro Herrero together with Guillermo Cabrerizo in the project for the village of San Leonardo de Yagüe, in Soria, and was published in the *Revista de Arquitectura* in September 1948.

42. The same typical plot that José Fonseca describes in the project awarded in the “La vivienda rural en España” competition of 1935, which was in turn the result of the seminars held with architecture students in Madrid.

43. Like the studies presented for the regions of Huesca and Madrid.

44. It is rare to find cases where the aforementioned filter is absent, such as in the houses of Gévora del Caudillo (Arniches 1954), or in cases where the street is pedestrian and thus used by families as an outdoor extension of the home and a place for social gatherings, such as in the case of Valuengo and La Bazana (1954) by Alejandro de la Sota.

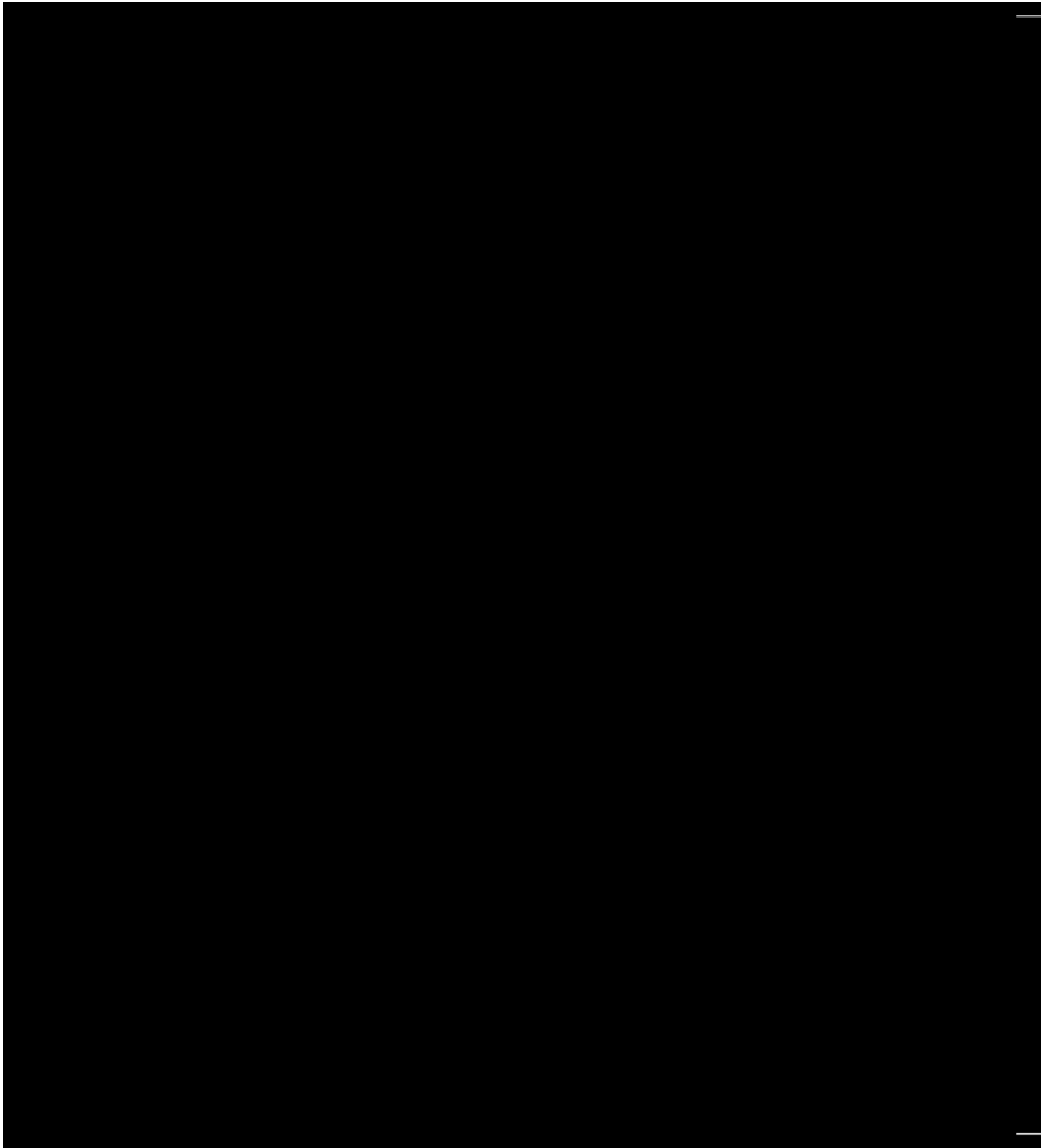
45. Basiricò Tiziana, Caratteri originari e trasformazioni nell’uso e nell’aspetto dell’architettura della colonizzazione, in (a cura di Rui Braz Afonso), *A transformacao da paisagem e as politica de aproveitamento agricola do territorio*, Porto, 2021.

46. In Sicily, “The building materials are somewhat deficient. Only stone is present in many areas, in the form of erratic boulders or loose stones, more often as blocks of various sizes, scattered across the countryside. However, there are vast areas of pure clay soil, where... only gypsum stone can be found, which is unsuitable for construction... Although bricks are used in construction with great restraint, the local furnaces, which are few and almost all located in coastal areas, cannot produce the material needed for the vast amount of work that is beginning” (MARZOCCHI Ermanno M., *Le case rurali nella colonizzazione del latifondo siciliano*, in *La casa rurale*, special issue of the journal *Estimo Agrario e Genio Rurale*, supplement to no. 4 of April 1940).

47. Tamés Alarcon José, *Actuaciones del Instituto Nacional de Colonización. 1939-1970. Urbanismo en el medio rura*, *Urbanismo*, 3: 4-16, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, Madrid, 1988.

48. But also fragile, which almost necessarily required the use of buttresses, reproduced, to evoke the local construction tradition, in the first type of rural house of the Faías settlement in the Pegoes colony (AA.VV. *Arquitectura Popular em Portugal*, Portuguese Architects Association, 1988).





Um Testemunho Qualificado

**LA EXPOSICIÓN DEL MUSEO ICO:  
“PUEBLOS DE COLONIZACIÓN. MIRA-  
DAS A UN PAISAJE INVENTADO”  
Y EL SENTIR DE UNA NIETA DE  
COLONOS, VECINA DE VEGAVIANA**

Esther Abujeta Martín



**LA EXPOSICIÓN DEL MUSEO ICO:  
“PUEBLOS DE COLONIZACIÓN.  
MIRADAS A UN PAISAJE INVENTADO”  
Y EL SENTIR DE UNA NIETA DE  
COLONOS, VECINA DE VEGAVIANA<sup>1</sup>**

A. Esther Abujeta Martín

*Doctora en Historia del Arte por la  
Universidad de Extremadura*

El pasado 14 febrero de 2024 asistimos a la inauguración en el Museo ICO<sup>2</sup> de Madrid la exposición: “Pueblos de colonización. Miradas a un paisaje inventado”<sup>3</sup>. Una profunda retrospectiva sobre los pueblos de colonización comisariada por los fotógrafos y arquitectos Ana Amado y Andrés Patiño<sup>4</sup>. La muestra ofrecía al visitante una panorámica global de las actuaciones del INC, desde sus orígenes y puesta en marcha por iniciativa del gobierno franquista hasta la actualidad, donde además de los citados pueblos, prestó atención a otros temas como la transformación del paisaje, las infraestructuras del agua y obras públicas. Si bien, el carácter específico de estos asentamientos proyectados ex novo por el Estado significaron innovación en el planteamiento urbano, arquitectónico y social, de ahí que la exposición pusiera su foco de atención en ellos.

El Museo ICO exhibía más de doscientas obras entre documentos, planos, fotografías y objetos histórico-artísticos asociados directamente con este fenómeno de la historia de España que corresponde con la Edad Contemporánea<sup>5</sup>. Y dado que la colonización fue un proceso multidimensional con numerosas aristas, la exposición se abordó a partir de un enfoque interdisciplinar que incluía la Historia, la Historia del Arte, la Arquitectura o el Urbanismo, así como la Etnografía.

El recorrido se iniciaba con la exposición de docu-

mentos inéditos procedentes del Banco de España sobre los orígenes financieros de la colonización, como las emisiones de obligaciones en todo el territorio, reconocidas como deuda pública. En este contexto y como punto de partida, las vitrinas del ICO reunían diversos escritos de altísimo interés vinculados con la relación contractual entre el Instituto Nacional de Colonización<sup>6</sup> y los colonos (tutelage, facturas, acceso a la propiedad, etc.). La transformación del paisaje y del territorio con toda la red de infraestructuras asociadas que impulsó este macroproyecto, estuvieron representadas por medio de planos y piezas tan sugerentes como la tapa de registro del alcantarillado o un mojón para delimitar las primeras parcelas de regadío con el anagrama del INC.

Las planimetrías originales que allí se presentaban, colocados a modo de mosaicos, nos permitían por un lado, apreciar la innovación arquitectónica y urbanística de los pueblos de colonización y por otro, el proceso de transformación del territorio. Las maquetas expuestas funcionaban como un material didáctico extraordinario, pues nos facilitaron visualizar algunos proyectos concretos y entender mejor las propuestas de diseño planteadas por los arquitectos.

Las vitrinas reunían diversos escritos propagandísticos de la labor emprendida por el INC como por ejemplo la monografía de la Revista Nacional de Arquitectura, dedicada a Vegaviana

(nº 202 de 1958), además del boletín Vida Nueva: “Hojas de comunicación entre el Instituto Nacional de Colonización y los colonos” o el catálogo sobre la exposición de fotografías del nuevo pueblo de Vegaviana, celebrada en la Sala Santa Catalina del Ateneo de Madrid en marzo de 1959.

El recorrido por la planta baja continuaba y en un espacio colindante, se abordaba el arte de la época y las obras plásticas que decoraron las iglesias de colonización. El conjunto de piezas allí reunidas comprendía desde pequeños objetos relacionados con el ajuar litúrgico, hasta bocetos, dibujos preparatorios, fotografías y obras de arte originales. Los artistas de esta época que consiguieron trabajar para el INC, de una rotunda modernidad tanto en su estética como en sus materiales, lo hicieron con relativa dificultad, teniéndose que sobreponerse y en algunos casos, doblegarse, a las opiniones contrarias de buena parte de las autoridades eclesiásticas partidarias de la imagería religiosa historicista, marcadamente realista y dramática. Por primera vez, pudimos contemplar agrupadas una selecta colección de pinturas, esculturas, cerámicas, relieves, ... de artistas consagrados como Pablo Serrano, José Luis Sánchez, Antonio Hernández Carpe, Jaqueline Canivet, Teresa Eguibar, Flora Macedonski, Delhy Tejero, ... que conforman lo mejor de la vanguardia española<sup>7</sup>. En esta sección dedicada al arte se evocó, además, la Sala Negra del primer Museo Nacional de Arte Contemporáneo<sup>8</sup>. La aportación de los artistas



**Figura 1**

*Imagen conocida popularmente como la “lavandera de Vegaviana” realizada por el fotógrafo tomada por Kindel hacia 1958. Fotografía cedida por Rafael Fernández del Amo.*

españoles más relevantes en la definición de las vanguardias artísticas quedó plasmada por un conjunto de obras de extraordinario valor pertenecientes a la colección del Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía (MNCARS).

En otra de las salas, la muestra presentaba el reportaje fotográfico *Spanish Village* del norteamericano Eugene Smith, realizado en el pueblo de Deleitosa y publicado por la revista estadounidense *Life*, 1951. El fotoperiodista recibió el encargo de la revista para mostrar las duras condiciones en la posguerra española a través de las imágenes de la vida de miseria que tenían los habitantes de este pueblo extremeño, y que, fue rápidamente contestada por el régimen franquista con un reportaje del pueblo de colonización Bernuy, que también pudo ver en la exposición. Además de E. Smith, otro fotógrafo que contó con un capítulo propio en esta exposición es Kindel (Joaquín del Palacio), que en torno a los años cincuenta y sesenta fotografió la arquitectura de los pueblos de colonización diseñados por José Luis Fernández del Amo en toda su variedad: viviendas y edificios públicos, detalles constructivos, escenarios de actividades cotidianas, etc. Con una mirada entre lo documental y lo poético, las fotografías de Kindel se han convertido en verdaderos iconos de la arquitectura española de mediados de siglo XX.

El pueblo de colonización de Vegaviana, concretamente, diseñado por el arquitecto José Luis Fernández del Amo en 1954 ha trascendido a lo

largo del tiempo gracias al archivo fotográfico de Kindel. Sus instantáneas, cargadas de simbolismo e identidad, fueron difundidas muy pronto a nivel internacional lo que ha determinado que la imagen del pueblo en muchos casos se haya llegado a petrificar o mitificar cuando la realidad, en cambio, es otra. Vegaviana conserva, salvo actuaciones puntuales, sus rasgos urbanos y arquitectónicos originales pero se encuentra en un proceso de cambio y adaptación a los tiempos actuales que hacen peligrar sus señas de identidad, tan reconocidas y elogiadas.

Kindel captó con su cámara, al poco tiempo de ser construido Vegaviana, una escena costumbrista a la que popularmente se le ha dado el nombre de la “lavandera de Vegaviana”. Se trata de una fotografía en la que aparece nuestra vecina Carmen, arrodillada, lavando ropa en un charco de agua frente a una hilera de viviendas de colonos, concretamente las de tipo C, situadas en la Ronda de la Cañada. Más allá de una estampa cotidiana que podría evocar el pasado de cualquiera de nuestros pueblos de colonización, la imagen se presta a ser interpretada como una radiografía del papel que las mujeres debían desempeñar en estos pueblos, relegadas al entorno familiar y al trabajo doméstico. La condición de meras colaboradoras o ayudantes ha invisibilizado su condición de verdaderas trabajadoras agrarias. Por otro lado, esta fotografía de Kindel tiene un fuerte vínculo emocional con quien suscribe estas líneas pues al



fijarnos en los detalles apreciamos, al fondo, a una familia con niños. Aparecen mis abuelos Pedro y Eugenia acompañados por mis tíos, y particularmente, por mi padre. La exposición en el ICO le daba su protagonismo a la fotografía como una de las “piezas estrellas”, posicionándola en un lugar distinguido dentro de esta sección. Más allá de ser reflejo de la arquitectura moderna y rural es también un fragmento visual de la realidad social y los modos de vida pasados. La imagen de la lavandera ha estado desde fechas muy tempranas en el imaginario colectivo de los vegavianenses, pero también es una foto que cuenta la historia de mi familia. Me hace recordar con nostalgia lo que vivieron mis abuelos y con ella, encuentro mis orígenes.

La presentación en el ICO continuaba con una completa muestra de aperos de labranza y herramientas agrícolas tradicionales que componen el patrimonio etnográfico de los pueblos de colonización, cedidos para la ocasión por otro vegavianense, Antonio Galeano. Este hijo de colonos recordaba, emocionado, no solo la dureza física del trabajo en campo desde su niñez, de sol a sol, sino también la rigidez que establecía el cumplimiento de todas las exigencias por parte del INC que ejercía una tutela directa sobre los colonos durante un periodo de cinco años. Los trabajadores de la tierra estaban obligados a entregar al organismo la mitad de lo que producían las parcelas. Además se les descontaban todos los anticipos (semillas, insecticidas, jornales de los tractoristas,...) con

intereses añadidos concedidos para que pudieran poner en marcha los cultivos. Los beneficios económicos eran prácticamente nulos y muchas familias se vieron forzadas a emigrar a las ciudades. Los que aguantaron lo hicieron sobre todo por la extraordinaria solidaridad entre los vecinos. Fue una época menos mecanizada, más difícil y exigente que la de hoy. En estos pueblos de colonización se forjó el arquetipo del nuevo hombre español: rural, trabajador, devoto y con muchos hijos de la política agraria del franquismo.

Atravesando la rampa de acceso a la planta segunda del edificio expositivo, llegábamos al denominado como “bosque de los colonos” creado a partir de un buen número de banderolas colgantes en las que aparecían dispuestas linealmente, y a diferentes alturas, imágenes fotográficas de vecinos pertenecientes a todas las generaciones, desde la primera a la cuarta de los tiempos presentes. La exposición del ICO no solo mostraba la parte más técnica y académica de la colonización agraria o la creación de estos nuevos núcleos desde el ámbito más técnico y conceptual, sino que además, ponía en valor el carácter humano de la misma incluyendo a la mujer, invisibilizada desde los primeros tiempos por el régimen aunque determinante en el desarrollo socioeconómico de los pueblos de colonización.

En el colindante se montaron cuatro estancias recreando siluetas arquitectónicas de los pueblos de

colonización, con detalles constructivo típico las casas de los colonos como las ventilaciones, los vanos...y en cuyo interior se presentaban fotografías de Ana Amado dedicadas al arte, los arquitectos, los colonos, la domesticidad y la memoria.

Los comisarios brindaron la oportunidad de conocer la dimensión más impopular de este gran capítulo histórico: el pueblo inmaterial, el que no es estrictamente físico, constituido por la memoria colectiva de fundadores y descendientes de los pueblos de colonización. Esa realidad social y ambiental a través de la fotografía invitaba a dejar atrás el denostado e injusto apodo de “los colonos de Franco” para convertirnos en los protagonistas de los pueblos y por tanto, de la exposición; una exposición de ámbito nacional y de repercusión internacional. Los colonos y descendientes que asistimos a la inauguración de la exposición – procedentes de Vegaviana (Cáceres), Entrerríos (Badajoz), Setefilla y Esquivel (Sevilla), El Torno (Cádiz), San Jorge (Huesca) o de Gimenezs (Lleida) - coincidíamos en reconocer el orgullo que nos generaba que se diera a conocer la historia de nuestros orígenes, la de nuestros pueblos que son aún nuestro hogar. Entendíamos que se recuperaba buena parte de memoria de nuestros antepasados, las historias de vida, individual y colectiva, de nuestros abuelos. Por fin, Ana Amado y Andrés Patiño, los comisarios, se atrevieron a mostrarla al mundo entero para hacerla pública, visible. Los rostros de sus habitantes de profundas y, al mismo

tiempo, serenas miradas, sus manos cuarteadas por el ingente trabajo del campo o insertos en su quehaceres cotidianos, captaron la atención de todos los visitantes y consideramos que éste ha sido el gran acierto y responsable en buena parte del éxito de la muestra.

“Miradas a un paisaje inventado” nos hizo reflexionar acerca del término de la “colonización” en su más amplio y profundo significado. La idea de ocupación y dominación de un territorio, físico y preestablecido, debe tener siempre presentes las formas de vida de sus pobladores. Y en este caso en particular, la historia de estos pueblos está asociada a un intenso sentido de comunidad, de identidad colectiva, fraguada en un contexto particularmente complejo lo que denomina Víctor Merino, alcalde de Entrerríos, como “la cohesión de la necesidad”. Las primeras familias colonas tuvieron la gran capacidad de superar, con tesón y trabajo, la adaptación profesional a la cultura del regadío, demostrando a su vez, sus mejores cualidades personales y afectivas al convivir con gentes con distintas procedencias y costumbres. Se vieron, a su vez, obligados a crear nuevas comunidades adaptando sus hábitos diarios; el reto era difícil, pero les ilusionaba pensar que algún día podrían llegar a convertirse en propietarios de una parcela y de una vivienda o incluso, de mejorar la situación familiar de partida aunque no para todos sus constantes sacrificios dieron los frutos esperados. En una entrevista para el periódico El





**Figura 2**

*Panorámica de la exposición (planta baja): “Pueblos de colonización. Miradas a un paisaje inventado”.*

*Fotografía: de la autora*



**Figura 3**

*Fotografías con algunos de los que comprendían “El bosque de los colonos” en la exposición “Los pueblos de colonización. Miradas a un paisaje inventado”. Fotografía: de la autora.*

País, los arquitectos Antonio Fernández Alba y Fernando de Terán aportan sus conclusiones sobre aquella experiencia, señalando que “fueron una especie de sanatorios para curar la culpa, porque las consecuencias económicas y psicológicas de la guerra fueron terribles”, señala Fernández Alba; “fueron pueblos que estuvieron cerrados como cortijos pero eso provocó el encuentro humano”, apunta De Terán<sup>9</sup>. En definitiva y más allá de las duras exigencias, tributarias o de superación personal, fueron capaces de conformar un pueblo, en su sentido más profundo, un patrimonio cultural intangible cuyo legado y portadores actuales somos sus vecinos.

En el discurso inaugural de la exposición, los comisarios explicaban los motivos que les habían llevado a profundizar en el estudio e investigación de los pueblos de colonización. Pese a ser considerados como ejemplos paradigmáticos de la historia de la arquitectura y el urbanismo de nuestro país, aún existía un desconocimiento muy grande, probablemente fruto del rechazo ideológico que evita contar todo lo relacionado con el franquismo o porque su historia es bastante reciente. La idea de darlos a conocer intentado llegar a un público más amplio se tradujo en un intenso trabajo de investigación en los archivos históricos con fondos documentales asociados al INC. Estos trabajos de indagación se completaron, a su vez, con numerosas visitas in situ a los pueblos de colonización para examinar el territorio, el emplazamiento, la estruc-

tura urbana, las calles, los edificios singulares, las manzanas, las parcelas, los tipos edificatorios de la arquitectura doméstica. La otra parte del estudio la ocupó la vertiente social, querían comprender la realidad humana de estos espacios y captarla a través de la cámara: “(...) buscando la arquitectura nos encontramos con la gente de los pueblos y nos atraparon. Nos contaron su historia, nadie los había escuchado, incluso los despreciaban llamándolos “los colonos de Franco”, era gente olvidada que había trabajado como mulas para sacar adelante a sus hijos, pero con mucho orgullo habían construido una memoria en lugares muy agradables para vivir (...)”<sup>10</sup>. La investigación que emprendieron examinó el fenómeno de colonización, desde una perspectiva de análisis distinta, desde adentro, abordando las complejidades de su realidad social, humana<sup>11</sup>. Esto entrañó el encuentro directo con sus vecinos, recabando testimonios que poco a poco fueron dando contenido vivencial a esos paisajes inventados. El sentir de los colonos caló profundamente en ellos y sus relatos de vida fueron tomando cuerpo, haciéndose visibles, a través de las fotografías y los vídeos que ellos mismos realizaron. Podemos decir, por tanto, que el conocimiento de los pueblos de colonización para Ana Amado y Andrés Patiño se ha sustentado sobre dos pilares fundamentales: el trabajo de archivo y el trabajo de campo; o podríamos decir, desde el “saber académico” y el “saber de los sujetos investigados”.

Todo este proceso de investigación revirtió en la panorámica que se ofreció de los pueblos de colonización a través de la exposición en el ICO. Pues, más allá de lo estrictamente técnico o descriptivo, los comisarios nos invitaron a hacer otras lecturas, mucho más profundas asociadas a la vertiente social y antropológica. Los amplitud de estudios realizados por arquitectos, historiadores, geógrafos, sociólogos, etc... acerca de los pueblos de colonización creemos que no habían terminado de llegar al público en general porque las investigaciones han tenido un enfoque metodológico tradicional, que no terminaban de ahondar en este proceso histórico entramado por heterogéneas escenas humanas. Redireccionar los objetivos de la investigación de los pueblos de colonización desde la historia cotidiana, desde el propio sentir de sus protagonistas - aprovechando que aún viven los descendientes de la segunda generación y muy pocos de la primera - también nos ha ayudado a reflexionar acerca de su futuro.

Frente a la finalidad de contener y enseñar, la exposición también se convirtió en un espacio donde intercambiar opiniones, compartir puntos de vista o las preocupaciones que nos afectan en torno a los pueblos de colonización y el futuro que nos espera. El modelo productivo inicial de los pueblos de colonización asociado exclusivamente a la actividad agrícola entró en crisis a partir de la década de los años noventa y la situación actual se ha agravado. Apenas existe relevo generacional en el trabajo del campo, pues los más jóvenes son

conscientes de que la agricultura ya no es una actividad económica rentable, pues tiene muchos costes e ingresos muy bajos. Esto exige tener explotaciones más grades para que al final, sean más rentables lo que complica poder seguir viviendo en el pueblo. En este sentido, vemos cómo las parcelas se están abandonando y ocupándose por las grandes sociedades mercantiles que deciden invertir con la introducción de nuevos cultivos como frutales, viñedos, olivares,... que poco tienen que ver con los primeros. Ese espíritu del campo solidario del pequeño agricultor se está perdiendo en favor de los grandes latifundios que paradójicamente nos recuerda al contexto inicial de la colonización agraria franquista: “muchas tierras en pocas manos”. A esto hay que añadir la carencia en los pueblos de un tejido industrial fuerte centrado en la transformación de los productos agrarios locales.

Casualmente, el día que se inauguró la exposición algunos de los que nos trasladamos desde los pueblos de colonización a Madrid, lo tuvimos complicado para poder llegar. Desde hacía varias jornadas los agricultores con sus tractores protestaban en las carreteras y principales calles de todo el país para reivindicar cambios en las políticas nacionales y europeas vinculadas al sector. El encarecimiento de su actividad económica, el aumento de las importaciones de productos desde países extracomunitarios, la excesiva burocracia además de medidas vinculadas a la Política Agrar-

ia Común o a la transición ecológica se revelaban como principales motivos.

Todo este malestar y frustración se traduce hoy día en buena parte de los pueblos de colonización que, como Vegaviana, no han experimentado un notable desarrollo socioeconómico. Los pocos agricultores que quedan, siguen trabajando las parcelas con resignación porque no tienen otra alternativa, ni conciben otro medio de vida. Resisten por las ayudas que reciben y a costa de la Administración Pública, porque ni siquiera tienen la libertad de decidir acerca de los cultivos y la comercialización que están en manos de terceros. En este marco, las medidas de desarrollo rural en Extremadura en el presente se centran en la valorización del patrimonio cultural y en la diversificación de actividades económicas, entre las que se encuentra el turismo. Es una realidad evidente el hecho de que el desarrollo de las actividades turísticas en las zonas rurales, aplicadas con criterios de sostenibilidad, está significando la revitalización de sus economías, a través de una nueva fuente de ingresos que complementa o sustituye a las tradicionales rentas de los pequeños municipios.

El sector turístico podría darse en nuestros pueblos de colonización, pues el contexto es favorecedor como destinos rurales de interior. Actualmente, los viajeros intentan huir del turismo de masas y buscan experiencias distintas, en contacto con la naturaleza y de manera más integrada con las co-

munidades locales<sup>12</sup>. En este marco el patrimonio cultural se concibe como un recurso económico, capaz de generar rentas y empleos, y como una valiosa herramienta de desarrollo sobre todo a escala local. Para ello es necesario que la gestión el patrimonio cultural de los pueblos de colonización apueste por el equilibrio entre preservar su valor para las generaciones futuras y sacar provecho del mismo de forma respetuosa. Creemos, pues, necesario contar con una actitud favorable hacia la actividad turística de sus residentes, libre de prejuicios negativos, que entiendan que la puesta en valor de los recursos culturales significa por su parte tener un compromiso firme con conservación de su propio patrimonio cultural<sup>13</sup>.

Si bien es cierto que los pueblos de colonización extremeños forman parte indiscutible del Patrimonio Histórico Español, gran parte de su valor reside en su singularidad, en su condición de irrepetible y único, aún no están reconocidos oficialmente por los organismos competentes. Además están huérfanos de cualquier normativa específica de protección que les ayude a frenar su acuciante estado de degradación y eviten a su vez, transformaciones radicales<sup>14</sup>. Se tratan normalmente de intervenciones poco respetuosas, que no suelen afectar a la estructura general, pero sí la imagen de homogeneidad del núcleo original. Nos sentimos preocupados por estas dinámicas que están suponiendo la pérdida de un patrimonio no



menos valioso que el de otras épocas pretéritas<sup>15</sup>. Esto genera una situación de incertidumbre, de no certeza, acerca de su futura salvaguarda y mejora. Obviamente, necesitamos por parte de la Administración iniciativas de protección, conservación y gestión.

A pesar de todo esto, empezamos a vislumbrar proyectos ilusionantes fruto de la convicción del valor artístico y patrimonial de los pueblos de colonización. En el 2023 la Junta de Extremadura, a través de la Dirección General de Turismo, puso en marcha: “Rutas de Luz. Arquitectura y vida de los pueblos de colonización de Extremadura”<sup>16</sup>. Una propuesta turística con el objetivo de animar a los visitantes a que conozcan la realidad de estos núcleos, de descubrir su arquitectura, el urbanismo, el paisaje, el arte religioso moderno o la memoria colectiva de las personas que los habitan como alternativa de creación de riqueza a corto o medio plazo. Esta estrategia turística significa para todos los que hemos invertido tanto tiempo en el estudio y puesta en valor de estos pueblos un proyecto ilusionante. Queremos pensar que a nuestros pueblos de colonización les espera un futuro próspero, lleno de oportunidades, donde sea una condición para emprender cualquier tipo de políticas de desarrollo salvaguardar la autenticidad de su patrimonio local<sup>17</sup>.

Esta exposición del Museo ICO que puso de relieve los valores naturales y patrimoniales, materiales

e inmateriales, de los pueblos de colonización ha contribuido enormemente a su difusión en la sociedad en general. Por otro lado, la muestra ha despertado un sentimiento de orgullo en sus vecinos y ha contribuido adicionalmente, al aprecio de sus recursos patrimoniales haciéndoles reflexionar acerca de su funcionalidad turística de manera que se respete la autenticidad de los mismos.

La exposición “Los pueblos de colonización. Miradas a un paisaje inventado” alcanzó una cifra récord, con cerca de 25.000 visitas en apenas tres meses desde su inauguración. Una de las cifras más altas en la historia de las exhibiciones temporales organizadas por Museo ICO junto a la del arquitecto africano Francis Kéré en el 2018. Ana Amado y Andrés Patiño, sus comisarios, y el Museo ICO han conseguido por medio de esta exposición hacer por fin un verdadero acto de justicia social con las primeras familias de colonos y obreros, que dejaron de estar en la penumbra para ensalzar su labor. Un gesto de generosidad por el cual os estaremos eternamente agradecidos.

1. La autora es Doctora en Historia del Arte por la Universidad de Extremadura y pertenece a la tercera generación de colonos del pueblo de colonización de Vegaviana (Cáceres). Las reflexiones que aparecen en este capítulo son fruto de sus trabajos de investigación sobre los pueblos de colonización extremeños así como de su propia experiencia vital como vecina de Vegaviana. Este pueblo de colonización fue proyectado en 1954 por el arquitecto José Luis Fernández del Amo en colaboración con Genaro Alas Rodríguez. Desde muy pronto fue reconocido y



premiado internacionalmente por su diseño arquitectónico y urbanístico, francamente innovadores y modernos.

2. El Museo del Instituto de Crédito Oficial (Calle Zorrilla, 3 – Madrid) es una institución dedicada de forma exclusiva a la promoción de la arquitectura y el urbanismo como disciplinas artísticas.

3. La exposición Pueblos de Colonización. Miradas a un paisaje inventado, comisariada por Ana Amado y Andrés Patiño y organizada por la Fundación ICO, en colaboración con la Diputación Provincial de Huesca, la Fundación Cerezales Antonino y Cinia y el Colegio Oficial de Arquitectos de Galicia, ha itinerado desde el Museo ICO en Madrid a la Diputación de Huesca, que la acogió hasta el 21 julio 2024. El 15 de septiembre llegaba a Cerezales del Condado (León) para exhibirse en la Fundación Cerezales Antonino y Cinia (FCAYC) hasta el 17 de noviembre de 2024. El catálogo que acompaña la exposición, coeditado por la Fundación ICO y Ediciones Asimétricas, reproduce planos y fotografías en color y blanco y negro de buena parte de las obras expuestas. La publicación se acompaña además de varios textos acerca del valor patrimonial de los pueblos de colonización del profesor Víctor Pérez Escolano; el concepto de imagen y propaganda en el apartado “Nuevos y viejos pueblos españoles” de Horacio Fernández, historiador de fotografía; o la integración de las artes en los años cincuenta o la mística del arte en Fernández del Amo, de la historiadora del arte y especialista en diseño del siglo XX Patricia Molins. La obra se completa con las aportaciones de los comisarios, que inician y concluyen el libro. Abordan, primero, el contexto histórico de la colonización agraria en España desarrollada por el gobierno franquista aunque enlazaba con otros programas de colonización precedentes; por otro lado, cuentan los motivos que les condujeron a explorar los pueblos de colonización, en los que se incluyen anécdotas personales que pretenden visualizar momentos y aspectos de sus investigaciones.

4. Ana Amado es fotógrafa, arquitecta y artista visual; se dedica la docencia de la fotografía e investigación de su relación con la arquitectura. Andrés Patiño es arquitecto, su trayectoria profesional se ha centrado en el desarrollo de proyectos de edificación en el campo de la arquitectura y del urbanismo. En la actualidad, compagina su trabajo en el estudio de arquitectura con las labores de investigación.

5. Algunos colonos y descendientes hemos colaborado en esta exposición cediendo documentos familiares, aperos y objetos vinculados con INC.

6. A partir de ahora aparecerá citado como INC.

7. El patrimonio artístico de las iglesias de los pueblos de colonización tiene una importancia trascendental en la Historia del Arte español de mediados del siglo XX. Un arte sacro nuevo, ecléctico y en ocasiones, abstracto, irrumpe en estos templos en sintonía con los tiempos que se vivían. Los artistas que trabajaron para el Estado franquista no suelen firmar sus obras, por no sentirse identificados ni en lo político ni en lo religioso, aunque reconocieron que fue un trabajo que les permitió vivir para desarrollar, en paralelo, las obras artísticas que sí les interesaban hacer.

8. El primer Museo Nacional de Arte Contemporáneo de Madrid, ubicado en la planta baja del edificio de la Biblioteca Nacional, fue concebido por José Luis Fernández del Amo (Madrid, 1914 – El Barraco, Ávila, 1995). Además de arquitecto funcionario del INC, Del Amo fue un gran humanista y crítico de arte. Ocupó el cargo de Director del recién estrenado Museo Nacional de Arte Contemporáneo entre 1952 y 1958 y desde esa posición, consiguió impulsar el arte español de vanguardia.

9. En [https://elpais.com/elpais/2018/08/20/eps/1534776854\\_378553.html](https://elpais.com/elpais/2018/08/20/eps/1534776854_378553.html)

10. Extraído de [https://www.youtube.com/watch?v=\\_iSo2tU73nE](https://www.youtube.com/watch?v=_iSo2tU73nE)

11. En el año 2020 se publicó el libro *Habitar el agua*, de Ana Amado y Andrés Patiño. La obra, promovida por el Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación y editada por Turner, es fruto del trabajo de investigación sobre el programa de colonización desarrollado por el Instituto Nacional de Colonización (INC) durante el franquismo. En ella los autores recogen, desde una perspectiva arquitectónica y utilizando la fotografía como instrumento documental, las visitas a más treinta pueblos de colonización realizadas a partir del año 2016. En el año 2021, el libro fue galardonado como el Premio FAD de Arquitectura e Interiorismo, en la categoría de Crítica y pensamiento.

12. Abujeta Martín, A. E., Bazán de Huerta, M., Centellas Soler, M., “Propuesta de ruta turístico-cultural por los Pueblos de Colonización del Valle del Alagón (Cáceres)”, en la Revista *Norba Arte*, nº 32- 33, 2012- 2013, pp.259- 283.

13. En abril de 2018 durante la celebración X Congreso DOCOMOMO Ibérico el presidente de la Junta de Extremadura, el decano del Colegio de Arquitectos de Extremadura, el presidente de DOCOMOMO Ibérico, las diputaciones provinciales y más de 65% de los alcaldes de los pueblos de colonización extremeños firmaron la Declaración institucional para la puesta en valor de los pueblos de colonización de Extremadura, en la que se reconocen los riesgos a los que están expuestos y donde a la vez se pone de relieve su potencial de activación social y económica a través de sus recursos medioambientales, paisajísticos, arquitectónicos, etnográficos y humanos.

14. En Abujeta Martín, A.E., “El valor del patrimonio cultural en los pueblos de colonización”, en el Boletín de la Biblioteca de la Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos del País (RSEEP) número 23, Badajoz, primavera 2023, pp. 26-27.

15. Abujeta Martín, A.E., “Análisis y diagnóstico. Paisaje,

urbanismo y patrimonio en los pueblos de colonización de las Vegas Altas del Guadiana (Badajoz)” en Lozano Bartolozzi, Mª del Mar y Méndez Hernán, Vicente (Coords), *Paisajes culturales del agua*, Cáceres, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura; Ministerio de Economía y Competitividad del Gobierno de España, Vicerrectorado de Investigación, Transferencia e Innovación de la Universidad de Extremadura, 2017.

16. Con el objeto de buscar nuevas oportunidades para la reactivación de la dinámica económica y social, e incidir en un beneficio tangible para los habitantes de los pueblos de colonización de Extremadura, la Dirección General de Arquitectura comenzó a elaborar diferentes estudios y trabajos enfocados a analizar las potencialidades relacionadas con el patrimonio cultural, arquitectónico y medioambiental existente en estos asentamientos. Estos estudios se aglutinaron en el Plan estratégico de dinamización económico-social de los pueblos de colonización de Extremadura.

17. En el 2018 la Secretaría General de Arquitectura, Vivienda y Políticas de Consumo de la Consejería de Sanidad y Políticas Sociales de la Junta de Extremadura encarga la elaboración del Inventario y análisis sobre las potencialidades relacionadas con la arquitectura y el patrimonio de los pueblos de colonización de Extremadura” impulsado y financiado por la Junta de Extremadura, expediente 170061105SER . Documento elaborado por Rubén Cabecera Soriano, Tiburcio Martín Solo de Zaldívar, Mercedes López Domínguez, A. Esther Abujeta Martín y María del Mar Lozano Bartolozzi en el que se pone de relieve el potencial y el valor vinculado a estos núcleos. Este documento es una referencia esencial para el desarrollo de cualquier estrategia que pretenda realizarse sobre los pueblos de colonización, ya sea de manera aislada o como partes de un conjunto vinculado a las zonas regables a las que están adscritos.

**THE ICO MUSEUM EXHIBITION:  
'PUEBLOS DE COLONIZACIÓN.  
MIRADAS A UN PAISAJE INVENTADO'  
AND THE FEELINGS OF A  
GRANDDAUGHTER OF SETTLERS, A  
NEIGHBOR OF VEGAVIANA<sup>1</sup>**

A. Esther Abujeta Martín

*PhD in History of Art  
Universidad de Extremadura*

On February 14, 2024, we attended the inauguration at the ICO<sup>2</sup> Museum in Madrid of the exhibition “Pueblos de colonización. Miradas a un paisaje inventado”<sup>3</sup>. A profound retrospective on the colonization villages curated by photographers and architects Ana Amado and Andrés Patiño<sup>4</sup>. The exhibition provided visitors with a comprehensive view of the actions of the INC (National Institute of Colonization), from its origins and initiation under the Francoist government to the present day. In addition to showcasing the colonization villages, the exhibition also addressed other topics such as the transformation of the landscape, water infrastructure, and public works. The specific nature of these state-planned settlements represented innovation in urban, architectural, and social planning, which is why the exhibition focused its attention on them.

The ICO Museum displayed more than two hundred works, including documents, blueprints, photographs, and historical-artistic objects directly related to this phenomenon in Spain's contemporary history<sup>5</sup>. Given that colonization was a multidimensional process with numerous facets, the exhibition was approached from an interdisciplinary perspective, encompassing History, Art History, Architecture, Urbanism, and Ethnography.

The journey began with the presentation of unpublished documents from the Bank of Spain detailing the financial origins of the colonization, such as bond issues throughout the country, recognized as public debt. In this context and as a starting point, the ICO showcases gathered various highly significant documents linked to the contractual relationship between the Instituto Nacional de Colonización<sup>6</sup> and the settlers (supervision, invoices, access to property, etc.). The transformation of the landscape and territory, along with the infrastructure network promoted by this macro-project, was represented through blueprints and suggestive objects such as a manhole cover from the sewer system or a milestone marking the first irrigated plots with the INC logo.

The original blueprints displayed there, arranged like mosaics, allowed visitors to appreciate, on one hand, the architectural and urban innovation of the colonization villages, and on the other, the process of territorial transformation. The models on display served as excellent teaching materials, helping to visualize specific projects and better understand the design proposals made by the architects.

The vitrines also gathered various propaganda writings from the work undertaken by the INC, such as the monograph from the *Revista Nacional de Arquitectura* (National Architecture Magazine), dedicated to Vegaviana (issue 202 of 1958), as well as the *Vida Nueva* bulletin: “Hojas de comunicación entre el Instituto Nacional de Colonización y los colonos” (Communication Sheets between the National Institute of Colonization and the settlers), or the catalog for the photo exhibition of the new town of Vegaviana held at the Sala Santa Catalina in the Ateneo of Madrid in March 1959.

The exhibition on the ground floor continued with a section dedicated to the art of those times and the plastic works that decorated the churches of the colonization villages. The collection displayed there ranged from small objects related to liturgical furnishings to sketches, preparatory drawings, photographs, and original artworks. The artists who managed to work for the INC, with a striking modernity in both their aesthetics and materials, did so with relative difficulty, having to overcome and, in some cases, yield to the opposing views of many ecclesiastical authorities who favored historicist religious imagery, marked by realism and dramatic effect. For the first time, we could view a select collection of paintings, sculptures, ceramics, reliefs, etc., by renowned artists such as Pablo Serrano, José Luis Sánchez, Antonio Hernández Carpe, Jaqueline Canivet, Teresa Eguibar, Flora Macedonski, and Delhy Tejero, representing the best of Spanish avant-garde art<sup>7</sup>. This section of the exhibition also evoked the “Sala Negra” (Black

Room) of the first National Museum of Contemporary Art<sup>8</sup>. The contribution of the most relevant Spanish artists in defining artistic avant-gardes was reflected through a group of extraordinarily valuable works from the collection of the Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía (MNCARS).

In another room, the exhibition featured the photographic report *Spanish Village* by American photographer Eugene Smith, taken in the village of Deleitosa and published by the U.S. magazine *Life* in 1951. The photojournalist was commissioned by the magazine to show the harsh conditions of post-Civil War Spain through images of the miserable life experienced by the inhabitants of this Extremaduran village. This was quickly countered by the Francoist regime with a report on the colonization village of Bernuy, which could also be seen in the exhibition. In addition to E. Smith, another photographer with his own chapter in this exhibition was Kindel (Joaquín del Palacio), who in the 1950s and 1960s photographed the architecture of the colonization villages designed by José Luis Fernández del Amo, showcasing their variety: housing and public buildings, construction details, scenes of everyday life, etc. With a perspective between documentary and poetic, Kindel's photographs have become true icons of mid-20th-century Spanish architecture.

The colonization village of Vegaviana, specifically designed by architect José Luis Fernández del Amo in 1954, has transcended time thanks to Kindel's photographic archive. His snapshots, full of symbolism and identity, were quickly disseminated internationally, which has led to the village's image being somewhat frozen or mythologized, while the reality is quite different. Vegaviana has maintained, with only occasional alterations, its original urban and architectural features, but it is currently undergoing a process of change and adaptation to modern times that threatens its distinctive and widely praised identity.

Kindel captured with his camera, shortly after Vegaviana's

construction, a scene that has become popularly known as the “Lavandera de Vegaviana” (the Vegaviana Washerwoman). It is a photograph showing our neighbor Carmen, kneeling and washing clothes in a water puddle in front of a row of settlers’ houses, specifically type C houses, located along the Ronda de la Cañada. Beyond being a simple everyday scene that could evoke the past of any of our colonization villages, the image lends itself to being interpreted as an x-ray of the role women had to play in these villages, relegated to the domestic sphere and household chores. The condition of mere collaborators or helpers has obscured their true status as agricultural workers. Moreover, this photograph by Kindel holds a strong emotional connection to the author of these lines, as upon examining the details, one can spot in the background a family with children. My grandparents Pedro and Eugenia appear, accompanied by my uncles and particularly my father. The exhibition at the ICO gave prominence to this photograph as one of the “star pieces,” placing it in a distinguished position within this section. Beyond reflecting modern and rural architecture, it is also a visual fragment of past social reality and ways of life. The image of the washerwoman has been embedded in the collective imagination of the people of Vegaviana from very early on, but it is also a photo that tells the story of my family. It makes me nostalgically remember what my grandparents lived through, and through it, I find my origins.

The presentation at the ICO continued with a complete display of farming implements and traditional agricultural tools, which make up the ethnographic heritage of the colonization villages, lent for the occasion by another resident of Vegaviana, Antonio Galeano. This son of settlers recalled, emotionally, not only the physical hardship of working the land from his childhood, from dawn to dusk, but also the rigidity of meeting all the requirements set by the INC, which exercised direct supervision over the settlers

for a period of five years. The land workers were obligated to give half of what they produced from the plots to the organization. Additionally, all advances (seeds, insecticides, wages for tractor drivers, etc.) were deducted with added interest to help initiate cultivation. The economic benefits were virtually nonexistent, and many families were forced to migrate to the cities. Those who endured did so largely due to the extraordinary solidarity among neighbors. It was a less mechanized, harder, and more demanding time than today. In these colonization villages, the archetype of the new Spanish man was forged: rural, hardworking, devout, and with many children, according to the agrarian policies of Franco’s regime.

Crossing the ramp leading to the second floor of the exhibition building, we arrived at what was called the “Forest of the Settlers,” created from numerous hanging banners displaying photographs of neighbors from all generations, from the first to the fourth, presented linearly at various heights. The ICO exhibition not only showcased the more technical and academic aspects of agrarian colonization or the creation of these new settlements from a technical and conceptual perspective but also emphasized the human dimension, including women, who had been invisible from the early days by the regime but were crucial in the socioeconomic development of the colonization villages.

In the adjoining space, four rooms were set up recreating architectural silhouettes of colonization villages, with typical construction details such as ventilation systems, openings, and more, reflecting the settlers’ homes. Inside, photographs by Ana Amado were presented, dedicated to art, architects, settlers, domesticity, and memory. The curators provided an opportunity to explore the less popular dimension of this grand historical chapter: the immaterial village, which is not strictly physical, formed by the collective memory of the founders and descendants of colonization villages. This social and environmental reality,



portrayed through photography, invited us to leave behind the disdained and unjust label of “Franco’s colonists” and become the protagonists of the villages—and thus, of the exhibition—a national-scale exhibition with international impact. The settlers and descendants who attended the exhibition’s opening—coming from Vegaviana (Cáceres), Entreríos (Badajoz), Setefilla and Esquivel (Sevilla), El Torno (Cádiz), San Jorge (Huesca), or Gimennells (Lleida)—shared a collective recognition of pride that the story of our origins, of our villages that remain our home, was finally being told. We understood that much of our ancestors’ memory was being recovered, the life stories, both individual and collective, of our grandparents. Finally, Ana Amado and Andrés Patiño, the curators, dared to present it to the world, making it public and visible. The faces of the villagers, with their deep yet serene gazes, their hands cracked by the arduous work of the land, or caught in their daily tasks, captured the attention of all the visitors, and we consider this the great success and a major contributor to the exhibition’s success.

“Miradas a un paisaje inventado” (Gazes at an Invented Landscape) made us reflect on the term “colonization” in its broadest and deepest sense. The idea of occupation and domination of a physical and pre-established territory must always take into account the lifestyles of its inhabitants. In this particular case, the history of these villages is closely tied to a strong sense of community and collective identity, forged in a particularly complex context, what Víctor Merino, mayor of Entreríos, calls “the cohesion of necessity.” The first settler families showed great ability to overcome, with perseverance and hard work, the professional adaptation to the culture of irrigation farming, simultaneously displaying their best personal and emotional qualities by living alongside people from diverse backgrounds and customs. They were also compelled to create new communities, adapting their daily habits; the challenge was tough, but they were excited by the thought that one day they might own a plot and a home, or even

improve their starting family situation, although not all their sacrifices yielded the expected results. In an interview with the newspaper *El País*, architects Antonio Fernández Alba and Fernando de Terán shared their conclusions about this experience, noting that “they were a kind of sanatoriums to cure guilt, because the economic and psychological consequences of the war were terrible,” says Fernández Alba; “they were villages that were closed off like farmhouses, but that provoked human encounters,” adds De Terán<sup>9</sup>. In the end, and beyond the harsh demands, whether tax or personal overcoming, they were able to form a village, in the deepest sense, an intangible cultural heritage, of which we, its residents, are the current bearers.

In the opening speech of the exhibition, the curators explained the reasons that led them to delve into the study and research of colonization villages. Despite being considered as paradigmatic examples of the history of architecture and urbanism in our country, there was still significant ignorance, probably due to the ideological rejection that avoids addressing anything related to Francoism or because its history is quite recent. The idea of bringing them to light, aiming to reach a broader audience, resulted in intense archival research using historical records associated with the INC. These inquiries were complemented by numerous on-site visits to colonization villages to examine the territory, location, urban structure, streets, notable buildings, city blocks, plots, and types of domestic architecture. The other part of the study focused on the social aspect: they wanted to understand the human reality of these spaces and capture it through the camera: “(...) seeking architecture, we found the people of the villages, and they captivated us. They told us their story; no one had listened to them, even despising them by calling them ‘Franco’s colonists.’ They were forgotten people who worked like mules to support their children, but with great pride, they had built a memory in places very pleasant to live in (...)”<sup>10</sup>. The research they conducted examined the colonization phenomenon from a different



analysis perspective, from the inside, addressing the complexities of its social and human reality<sup>11</sup>. This entailed direct encounters with the locals, collecting testimonies that gradually gave a lived dimension to these invented landscapes. The colonists' feelings deeply affected them, and their life stories took shape, becoming visible through photographs and videos they themselves created. Therefore, we can say that the knowledge of colonization villages for Ana Amado and Andrés Patiño was grounded on two fundamental pillars: archival work and fieldwork; or we could say, from "academic knowledge" and the "knowledge of the researched subjects."

This entire research process culminated in the panoramic view of colonization villages offered by the exhibition at the ICO Museum. Beyond the strictly technical or descriptive aspects, the curators invited us to engage in much deeper readings, associated with the social and anthropological side. We believe the extensive studies conducted by architects, historians, geographers, sociologists, etc., regarding colonization villages had not fully reached the general public because these investigations have had a traditional methodological approach, which did not entirely delve into this historical process woven with diverse human scenes. Redirecting the research goals of colonization villages from everyday history, from the very sentiment of their protagonists—taking advantage of the fact that the descendants of the second generation still live, and a few from the first—has also helped us reflect on their future.

Beyond the goal of containment and teaching, the exhibition also became a space to exchange opinions, share perspectives, and concerns regarding colonization villages and the future that awaits us. The initial productive model of colonization villages, exclusively associated with agricultural activity, entered into crisis starting in the 1990s, and the current situation has worsened. There is little generational replacement in farming, as younger people realize that agriculture is no longer a profitable economic

activity due to high costs and low revenues. This requires larger farms to become profitable, which complicates continuing to live in the village. In this regard, we see how the plots are being abandoned and taken over by large corporate entities who decide to invest by introducing new crops such as fruit trees, vineyards, and olive groves, which have little to do with the original ones. The spirit of solidarity in the small farmer's field is being lost in favor of large estates, which ironically reminds us of the initial context of Francoist agrarian colonization: "many lands in a few hands." To this, we must add the lack of a strong industrial framework in the villages focused on processing local agricultural products.

Coincidentally, the day the exhibition opened, some of us traveling from colonization villages to Madrid found it difficult to get there. For several days, farmers with their tractors had been protesting on the roads and main streets across the country to demand changes in national and European policies linked to the sector. The increasing cost of their economic activity, the rise in imports of products from non-EU countries, excessive bureaucracy, as well as measures related to the Common Agricultural Policy or the ecological transition, were cited as the main reasons.

All this discontent and frustration are reflected today in many colonization villages, like Vegaviana, that have not experienced notable socioeconomic development. The few farmers remaining continue working the plots with resignation because they have no alternative and cannot conceive of another way of life. They endure for the aid they receive and at the cost of public administration, as they do not even have the freedom to decide on crops or marketing, which are controlled by third parties. In this context, rural development measures in Extremadura currently focus on the valorization of cultural heritage and the diversification of economic activities, including tourism. It is evident that the development of tourism activities in rural areas, implemented with sustainability criteria, has

been revitalizing their economies, providing a new source of income that complements or replaces the traditional income of small municipalities.

The tourism sector could thrive in our colonization villages, as the context is favorable as inland rural destinations. Currently, travelers seek to avoid mass tourism and search for different experiences, in contact with nature and more integrated with local communities<sup>12</sup>. In this context, cultural heritage is conceived as an economic resource capable of generating income and jobs, and as a valuable development tool, especially at the local level. To achieve this, it is necessary to manage the cultural heritage of colonization villages while maintaining a balance between preserving its value for future generations and taking advantage of it in a respectful manner. Therefore, we believe it is necessary for the residents to have a favorable attitude toward tourism activities, free of negative prejudices, understanding that enhancing cultural resources means having a firm commitment to preserving their own cultural heritage<sup>13</sup>.

While it is true that the colonization villages of Extremadura are an indisputable part of Spanish Historical Heritage, much of their value lies in their uniqueness, in their condition as irreplaceable and singular. They are still not officially recognized by the competent authorities. Furthermore, they lack any specific protection regulations that could help prevent their urgent state of deterioration and avoid radical transformations<sup>14</sup>.

These are usually interventions that are not very respectful, which typically do not affect the general structure, but do affect the homogeneous image of the original settlement. We are concerned by these dynamics that are resulting in the loss of a heritage no less valuable than that of earlier times<sup>15</sup>. This generates a situation of uncertainty, a lack of certainty, regarding their future safeguarding and improvement. Obviously, we need initiatives from the Administration for protection, conservation, and management.

Despite all this, we are beginning to see promising projects as a result of the conviction of the artistic and heritage value of the colonization villages. In 2023, the Junta de Extremadura, through the Directorate-General for Tourism, launched “Rutas de Luz. Architecture and Life of the Colonization Villages of Extremadura”<sup>16</sup>. A tourism proposal aimed at encouraging visitors to discover the reality of these settlements, to explore their architecture, urban planning, landscape, modern religious art, and the collective memory of the people who inhabit them, as an alternative for creating wealth in the short or medium term. This tourism strategy represents an exciting project for all of us who have invested so much time in studying and promoting these villages. We want to believe that our colonization villages have a prosperous future ahead, full of opportunities, where safeguarding the authenticity of their local heritage will be a condition for undertaking any kind of development policies<sup>17</sup>.

This exhibition at the ICO Museum, which highlighted the natural and heritage values, both material and immaterial, of the colonization villages, has contributed significantly to their diffusion in society at large. On the other hand, the exhibition has awakened a sense of pride among their residents and has additionally contributed to the appreciation of their heritage resources, encouraging reflection on their potential as a tourist asset in a way that respects their authenticity.

The exhibition “Los pueblos de colonización. Miradas a un paisaje inventado” reached a record number of nearly 25,000 visits in just three months since its inauguration. This is one of the highest figures in the history of temporary exhibitions organized by the ICO Museum, alongside the one for African architect Francis Kéré in 2018. Ana Amado and Andrés Patiño, the curators, and the ICO Museum have managed, through this exhibition, to finally carry out a true act of social justice for the first families of settlers and workers, who are no longer in the shadows but are

celebrated for their work. A generous gesture for which we will be eternally grateful.

1. The author holds a PhD in Art History from the University of Extremadura and belongs to the third generation of settlers from the colonization village of Vegaviana (Cáceres). The reflections in this chapter are the result of her research on the colonization villages of Extremadura, as well as her own personal experience as a resident of Vegaviana. This colonization village was designed in 1954 by architect José Luis Fernández del Amo in collaboration with Genaro Alas Rodríguez. It was soon internationally recognized and awarded for its architectural and urban design, which was truly innovative and modern.

2. The Museum of the Official Credit Institute (Calle Zorrilla, 3 – Madrid) is an institution dedicated exclusively to the promotion of architecture and urban planning as artistic disciplines.

3. The exhibition *Pueblos de Colonización. Miradas a un paisaje inventado*, curated by Ana Amado and Andrés Patiño and organized by the ICO Foundation, in collaboration with the Provincial Council of Huesca, the Cerezales Antonino y Cinia Foundation, and the Official College of Architects of Galicia, has traveled from the ICO Museum in Madrid to the Provincial Council of Huesca, where it will remain until July 21, 2024. On September 15, it arrived in Cerezales del Condado (León) for an exhibition at the Cerezales Antonino y Cinia Foundation (FCAYC) until November 17, 2024. The exhibition catalog, co-published by the ICO Foundation and Asimétricas Editions, reproduces plans and photographs in both color and black and white of much of the displayed works. The publication also includes several texts on the cultural heritage of the colonization villages, by Professor Víctor Pérez Escolano; the concept of image and propaganda in the section “New and Old Spanish Villages” by photography historian Horacio Fernández; or

the integration of the arts in the 1950s and the mysticism of art in Fernández del Amo, by art historian and 20th-century design expert Patricia Molins. The work is completed with contributions from the curators, who introduce and conclude the book. They first address the historical context of agricultural colonization in Spain under the Franco regime, which connects with earlier colonization programs; they also explain the reasons that led them to explore the colonization villages, including personal anecdotes that seek to highlight moments and aspects of their research.

4. Ana Amado is a photographer, architect, and visual artist. She teaches photography and investigates its relationship with architecture. Andrés Patiño is an architect whose professional career has focused on the development of building projects in the fields of architecture and urbanism. He currently combines his work in an architectural studio with research duties.

5. Some settlers and their descendants have contributed to this exhibition by providing family documents, tools, and objects related to the INC (National Institute of Colonization).

6. From now on, it will be referred to as INC.

7. The artistic heritage of the churches in the colonization villages is of great significance in the history of 20th-century Spanish art. A new, eclectic, and at times abstract sacred art bursts into these temples in tune with the times. The artists who worked for the Francoist State usually did not sign their works, not wanting to be identified politically or religiously, although they acknowledged that this work allowed them to live and continue developing the artistic works they were truly interested in.

8. The first National Museum of Contemporary Art in Madrid, located on the ground floor of the National Library building, was conceived by José Luis Fernández del Amo (Madrid, 1914 – El Barraco, Ávila, 1995). Besides being a civil

servant architect at the INC, Del Amo was a great humanist and art critic. He served as Director of the newly opened National Museum of Contemporary Art from 1952 to 1958, where he succeeded in promoting avant-garde Spanish art.

9. In [https://elpais.com/elpais/2018/08/20/eps/1534776854\\_378553.html](https://elpais.com/elpais/2018/08/20/eps/1534776854_378553.html)

10. In [https://www.youtube.com/watch?v=\\_iSo2tU73nE](https://www.youtube.com/watch?v=_iSo2tU73nE)

11 In 2020, the book *Habitar el agua* by Ana Amado and Andrés Patiño was published. The work, promoted by the Ministry of Agriculture, Fisheries, and Food and published by Turner, is the result of research on the colonization program developed by the National Institute of Colonization (INC) during the Franco regime. In it, the authors document their visits to more than thirty colonization villages starting in 2016, from an architectural perspective using photography as a documentary tool. In 2021, the book won the FAD Architecture and Interior Design Award in the Criticism and Thought category.

12. Abujeta Martín, A. E., Bazán de Huerta, M., Centellas Soler, M., “Proposal for a Tourist-Cultural Route through the Colonization Villages of the Alagón Valley (Cáceres),” in *Revista Norba Arte*, no. 32-33, 2012-2013, pp. 259-283.

13. In April 2018, during the X DOCOMOMO Iberian Congress, the President of the Junta de Extremadura, the Dean of the College of Architects of Extremadura, the President of DOCOMOMO Iberian, the provincial councils, and more than 65% of the mayors of the colonization villages in Extremadura signed the Institutional Declaration for the Valorization of the Colonization Villages of Extremadura, recognizing the risks they face and highlighting their potential for social and economic activation through their environmental, landscape, architectural, ethnographic, and human resources.

14. In Abujeta Martín, A. E., “The Value of Cultural Heritage in the Colonization Villages,” in *Boletín de la Biblioteca de la Real Sociedad Económica Extremeña de Amigos del País (RSEEP)* no. 23, Badajoz, Spring 2023, pp. 26-27.

15. Abujeta Martín, A. E., “Analysis and Diagnosis. Landscape, Urbanism, and Heritage in the Colonization Villages of the Upper Guadiana Valleys (Badajoz),” in Lozano Bartolozzi, M.<sup>a</sup> del Mar and Méndez Hernán, Vicente (coords.), *Cultural Landscapes of Water*, Cáceres, Service of Publications of the University of Extremadura; Ministry of Economy and Competitiveness of the Government of Spain, Vice-Rectorate for Research, Transfer, and Innovation of the University of Extremadura, 2017.

16. In order to seek new opportunities for the economic and social reactivation and to bring tangible benefits to the residents of the colonization villages of Extremadura, the General Directorate of Architecture began to develop various studies and works aimed at analyzing the potential linked to the cultural, architectural, and environmental heritage of these settlements. These studies culminated in the Strategic Plan for the Economic-Social Dynamization of the Colonization Villages of Extremadura.

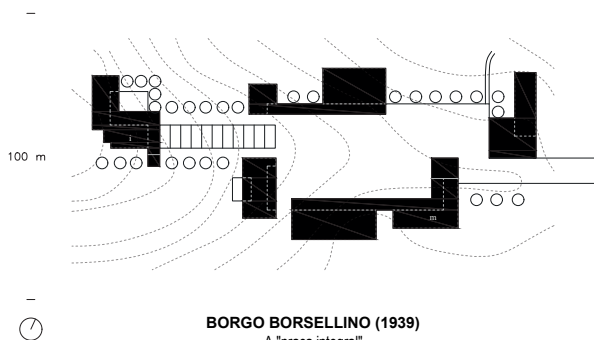
17. In 2018, the General Secretariat of Architecture, Housing, and Consumer Policies of the Health and Social Policies Department of the Junta de Extremadura commissioned the creation of an Inventory and Analysis of the Potentialities Related to the Architecture and Heritage of the Colonization Villages of Extremadura. This project, promoted and funded by the Junta de Extremadura, was prepared by Rubén Cabecera Soriano, Tiburcio Martín Solo de Zaldívar, Mercedes López Domínguez, A. Esther Abujeta Martín, and María del Mar Lozano Bartolozzi. It highlights the potential and value of these villages and serves as an essential reference for developing any strategy related to the colonization villages, whether individually or as part of the irrigable areas they are connected to.



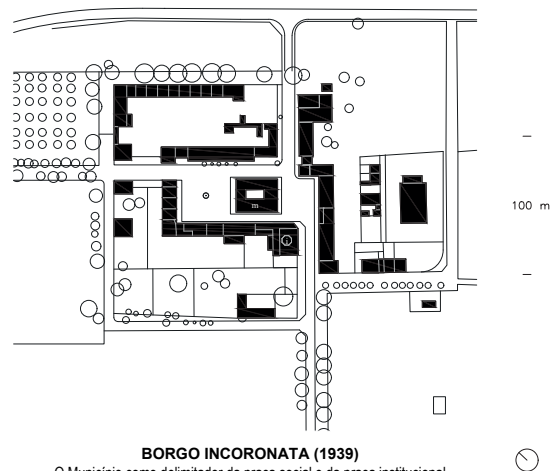


# FORMAS E TRAÇADOS

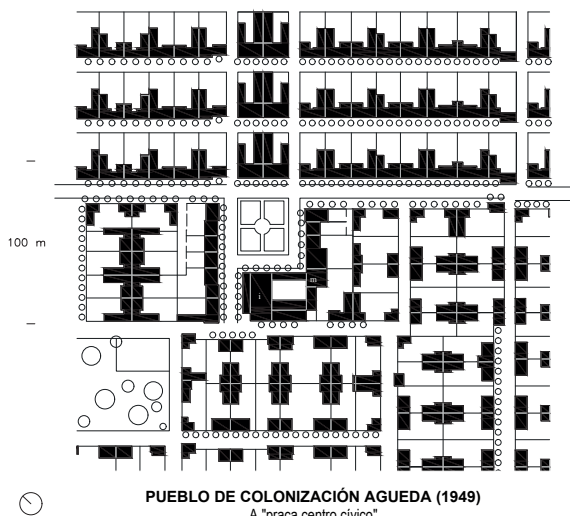
Marcelo Magalhães



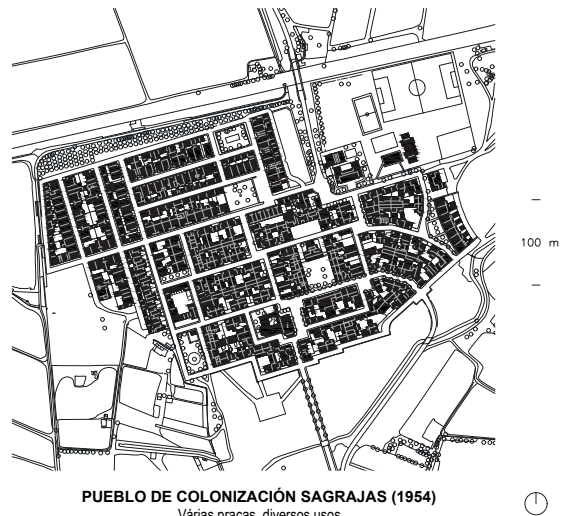
**BORGO BORSELLINO (1939)**  
A "praça integral"



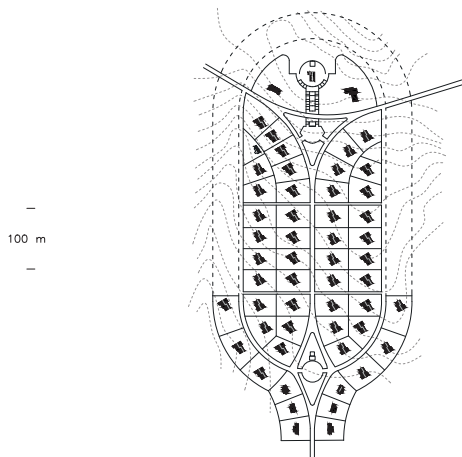
**BORGO INCORONATA (1939)**  
O Município como delimitador da praça social e da praça institucional  
(Nesta praça as vias percurso encontram-se com desenho em "baioneta")



**PUEBLO DE COLONIZACIÓN AGUEDA (1949)**  
A "praça centro cívico"



**PUEBLO DE COLONIZACIÓN SAGRAJAS (1954)**  
Várias praças, diversos usos  
(Vias percurso em "baioneta", "calles cortadas", "calles curvas", articulando as funcionalidades urbanas)



**COLÔNIA AGRÍCOLA DO BARROSO. NÚCLEO ALDEIA NOVA (1945)**  
O "eixo organizador" com foco externo



**COLÔNIA AGRÍCOLA DE PEGÕES (1937)**  
Muitos focos, pouca urbanidade



